

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Andrea de Lima Trigueiro de Amorim

**PODER E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO DISCURSO
NEOPENTECOSTAL: Uma análise da atuação político-midiática de Silas Malafaia
e Marco Feliciano nas redes sociais online**

Recife

2017

ANDREA DE LIMA TRIGUEIRO DE AMORIM

**PODER E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO DISCURSO
NEOPENTECOSTAL: Uma análise da atuação político-midiática de Silas Malafaia
e Marco Feliciano nas redes sociais online**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco
como requisito para obtenção do título de Doutor em
Comunicação, sob orientação da Profª. Dra. Karla
Patriota.

Recife

2017

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

- A524p Amorim, Andrea de Lima Trigueiros de
- Poder e violação de direitos humanos no discurso pentecostal: uma análise da atuação político-midiática de Silas Malafaia e Marco Feliciano nas redes sociais online / Andrea de Lima Trigueiros de Amorim. – Recife, 2017.
- 219 f.: il., fig.
- Orientadora: Karla Regina Macena Pereira Patriota.
- Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Comunicação, 2017.
- Inclui referências.
1. Poder. 2. Direitos humanos. 3. Neopentecostalismo. 4. Análise do discurso. 5. Mídias sociais. I. Patriota, Karla Regina Macena Pereira (Orientadora). II. Título.
- 302.23 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2017-253)

ANDRÉA DE LIMA TRIGUEIRO DE AMORIM

**PODER E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO DISCURSO
NEOPENTECOSTAL: Uma análise da atuação político-midiática de Silas Malafaia
e Marco Feliciano nas redes sociais online**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Comunicação.

Aprovada em 10 de agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Karla Regina Macena Pereira Patriota
- UFPE – presidente

Prof. Dr. – UFPE
Examinador externo

Profa. Dra. – UFPE
Examinador interno

Profa. Dra. – UFPE
Examinador interno

DEDICATÓRIA

*A Jefte Amorim, meu amor, parceiro, companheiro, amigo e marido,
pela generosidade em dividir a vida comigo, pela doação e
contribuições na escrita do texto e pela poesia de todas as coisas
vividas na nossa jornada.*

*Ao meu filho, João Henrique Trigueiro, meu sócio da vida inteira,
meu amor maior, por tudo que vivemos há 22 anos, em especial pela
acolhida nos momentos mais íntimos e difíceis.*

*Ao meu pai, Valdecir Trigueiro (in memoriam), que com sua
trajetória de vida inspirou a minha desde minha infância.*

*A minha mãe, Eliane Trigueiro, incentivadora e ajudadora, por toda
dedicação dentro e fora da sala de aula.*

AGRADECIMENTOS

Minha profunda gratidão:

Ao jornalista, primo, amigo e irmão, Diego Gouveia, pela presença nas etapas desta titulação. Da preparação para a seleção, até o texto final, foi grande companheiro e parceiro de reflexões, debates e escolhas.

Aos meus amigos, que mandaram mensagens virtuais e presencialmente, me incentivando, me apoiando, por vezes me distraindo, me alegrando a vida.

Aos meus colegas de Doutorado pela construção nos trabalhos de sala de aula.

Aos professores com quem cursei disciplinas e desvendei novos horizontes Marco Mondaini, Yvana Fachine, Isaltina Gomes, Cristina Teixeira.

Aos meus irmãos Tatiane e Bruno, aos meus cunhados Luciana e Sandro, e aos meus sobrinhos Vinícius, Tiago, Lucas e Júlia, minha família tão querida, meus antepassados, pela base, raízes, origem.

Aos fisioterapeutas Wanessa Caroline e Danilo Borba, ao médico Joaquim Figueiredo, ao psicólogo Domingos Sávio. Graças a eles consegui enfrentar as dores provenientes da fibromialgia e de toda a sobrecarga física e emocional deste período.

Aos conhecimentos acessados graças ao trabalho de Wallace Liimaa e da Saúde Quantum, que me possibilitaram descortinar um novo paradigma em saúde integral, que, certamente, levarei comigo pra toda vida.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Meu agradecimento especial a Deus, meu amigo, minha inspiração, criador de tudo, a quem amo.

A minha orientadora, Karla Patriota, que generosamente acatou meu pedido de orientação no meio do caminho, com profundo amor, uma acolhida sem reservas, disponibilidade para todos os momentos, sem ela eu não teria chegado até aqui.

“...sem amor, eu nada seria”

(I Coríntios 13:2)

RESUMO

Neste trabalho analisamos o movimento neopentecostal, desde suas origens nos Estados Unidos até o seu crescimento exponencial no Brasil, e sua atuação midiática e política no País, desenvolvendo o histórico desse avanço até desembocar nas redes sociais online, onde centramos a análise. Contextualizamos o discurso desse grupo religioso dentro de um projeto de poder e verificamos os saberes sujeitados ou marginalizados pela produção de suas verdades discursivas, pontuando a existência de violações de direitos humanos e abordando os mecanismos sociodiscursivos que permitem e validam a existência destas. Como recorte, partimos das contas mantidas no Twitter e Facebook por dois dos maiores líderes do movimento no país, o pastor Silas Malafaia e o deputado Marco Feliciano. Para compor o arcabouço teórico-metodológico, recorremos a Mariano (1995; 2004; 2006), Machado (2010), Patriota (2004; 2008), Cunha (2011), Gondim (1993) e Matos (2008); Campos (2004), Vasconcelos (2014), Cunha (2004), Patriota (2008) e Martino (2014; 2016); Freston (1993), Oro (2008) e Rabat (2010); Michel Foucault (1999; 2001; 2005; 2008; 2013), Agamben (2005), Pelbart (2001) e Moreira (2015); e Bobbio (1992), Mbaya (1997) e Espiell (1986). Como resultado da análise, percebe-se que o neopentecostalismo se funda em um projeto de poder religioso, com viés político e econômico, que, se de um lado confere mais liberdade aos fiéis de credo protestante, de outro, a partir dos porta-vozes analisados, tem afetado as estruturas democráticas e tendo sido, também, catalisador de violações de direitos de grupos, sobretudo, ligados a direitos das mulheres, da população LGBT, população em conflito com a lei e grupos favoráveis à regulamentação das drogas, tendo as redes sociais online e bolhas de filtro como ferramentas de propagação de sua atuação.

Palavras-chave: Poder. Direitos humanos. Neopentecostalismo. Análise do discurso. Mídias sociais.

ABSTRACT

In this work, we analyze the neo-Pentecostal movement, from its origins in the United States to its exponential growth in Brazil. We also analyze its mediatic and political performance, explaining the historical progress of this group until their nowadays action through social media, where we focus our analysis. We contextualize the discourse of this religious group within a power projection and we verify the subjects and knowledges marginalized by the their discursive truths, punctuating the existence of human rights violations and addressing the sociodiscursive mechanisms that allow those violations. To make it possible we use the accounts kept on Twitter and Facebook by two of the country's neopentecostal leading leaders, Silas Malafaia and Marco Feliciano. In order to compose the theoretical-methodological framework, we refer to Mariano (1995, 2004, 2006), Machado (2010), Patriota (2004, 2008), Cunha (2011), Gondim (1993) and Matos (2008); Campos (2004), Vasconcelos (2014), Cunha (2004), Patriot (2008) and Martino (2014; 2016); Freston (1993), Oro (2008) and Rabat (2010); Michel Foucault (1999, 2001, 2005, 2008, 2013), Agamben (2005), Pelbart (2001) and Moreira (2015); and Bobbio (1992), Mbaya (1997) and Espiell (1986). As a result of the analysis, we perceive that neopentecostalism is based on a project of religious power, with political and economic bias, which, if on the one hand it confers more freedom to the faithful of Protestant creed, on the other, analyzing the framework of the two preachers, affects negatively the democratic structures and have being a catalyst of human rights violation against LGBT population, women's rights groups and law-offenders in process of resocialization. In this process, the social media and the filter bubbles are some of the main tools they use to spread their speech and impose their beliefs in the public sphere.

Palavras-chave: Power. Human rights. Neopentecostalism. Speech analysis. Social media.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Banner veiculado em ocasião da posse de Marco Feliciano na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; nele há a convocação aos fiéis para transformar o Brasil em uma "Jesusracia".	68
Figura 2 - Publicação no Facebook convida para Corrida da Vitória	83
Figura 3 - Postagem no Twitter convida para evento focado em adolescentes, promovido pela ADVEC	84
Figura 4 - Publicação pede por doações para Associação	84
Figura 5 - Publicação pede doações apontando projetos de evangelização em Guiné Bissau	85
Figura 6 - Publicação destaca os horários de transmissão do programa em TV aberta de cadeia nacional	86
Figura 7 - No microblog, pastor convida audiência para acompanhar transmissão do programa na TV aberta	87
Figura 8 - Publicação destaca trecho bíblico com mensagem de Bom dia!	87
Figura 9 - Publicação no Twitter associa Bom dia! a mensagem bíblica	88
Figura 10 - Publicação faz venda de livros da editora pertencente ao pastor	89
Figura 11 - O pastor anuncia promoção de Bíblia de sua editora no Twitter	90
Figura 12 - Em vídeo compartilhado do seu canal no YouTube, o pastor se posiciona sobre o ex-deputado Eduardo Cunha	90
Figura 13 - Porta-voz chama atenção dos evangélicos e determina que não votem em partidos específicos	91
Figura 14 - Álbum de fotos exhibe culto na Catedral do Avivamento, igreja criada por Feliciano	96
Figura 15 - Fotomontagem destaca sua participação em evento de outra igreja, destacando o "Avivamento"	97
Figura 16 - Feliciano, em vídeo, convida para ouvirem programa mantido por sua igreja	97
Figura 17 - Deputado convida seguidores a assistirem a seu programa	98
Figura 18 - Foto do pastor com microfone na mão acompanha mensagem motivacional	99
Figura 19 - Fotomontagem traz frase feita do pastor Marco Feliciano	100
Figura 20 - Banner apresenta combo promocional de produtos da empresa do pastor	100
Figura 21 - Banner vende pacote turístico a Israel na companhia do pastor	101

Figura 22 - Em publicação, Marco Feliciano defende ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB), atualmente preso, e convoca sua audiência para se mobilizar	101
Figura 23 - Deputado afirma que Marina Silva, ex-candidata à Presidência, negou seus princípios por não se posicionar contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo	102
Figura 24 - Silas Malafaia comenta críticas recebidas em tom irônico	119
Figura 25 - No Twitter, Marco Feliciano conclama audiência para apoiá-lo e divulga petição favorável a seu nome na Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados	119
Figura 26 - Página do site Verdade Gospel, do pastor Silas Malafaia, contém vídeo hospedado no YouTube que foi tirado do ar.....	129
Figura 27 - Silas Malafaia afirma no Twitter que há um preconceito na mídia contra os evangélicos.....	130
Figura 28 - Em publicação no Twitter, Feliciano compartilha coluna do site Gospel Prime que alerta sobre os perigos morais do que chama de "mídia secular"	131
Figura 29 - Silas Malafaia convida seguidores a lerem texto em que fala da relação entre evangélicos e mídia.....	132
Figura 30 - No Twitter, Malafaia chama para assinatura do Gospel Play, seu serviço de streaming de vídeos para o público evangélico	134
Figura 31 - Pastor elogia fala do parlamentar evangélico Magno Malta, defensor do impeachment.....	135
Figura 32 - Silas Malafaia, durante o período de sua polêmica entrevista à Marília Gabriela e seu apoio a Marco Feliciano, destaca sua ação de persuasão política como promoção do Reino de Deus.....	136
Figura 33 - Em publicação, durante período em que assumiu CDHM, Feliciano caracteriza oposição como batalha espiritual e é apoiado nos comentários.....	137
Figura 34 - Em sequência de publicação, Feliciano defende que a mídia impõe perseguição a evangélicos.....	138
Figura 35 - Silas Malafaia ironiza críticas e ataques em suas redes sociais e diz que continuem a segui-lo.....	138
Figura 36 - Postagem no Twitter mostra agradecimento de Silas Malafaia a seguidores e opositores.....	139
Figura 37 - Em comentários de postagem do deputado Feliciano no Facebook, seguidores o defendem e apoiam suas colocações.....	140

Figura 38 - Em publicação, Silas Malafaia ironiza reação por aprovação do projeto apelidado de "cura gay".....	141
Figura 39 - Silas Malafaia chama o criador da página Dilma Bolada de bandido por receber salário de agência ligada ao PT.....	141
Figura 40 - Feliciano, depois de anunciar que processaria Xuxa, volta atrás e muda discurso.	142
Figura 41 - Feliciano questiona onde estão os líderes para que saiam em seu apoio.....	142
Figura 42 - Em publicação no Twitter, Silas Malafaia relativiza a fê de Marina Silva por seu apoio a Alessandro Molon, na corrida eleitoral pela Prefeitura do Rio de Janeiro, em 2016	143
Figura 43 - Silas Malafaia ironiza críticas no Twitter e destaca que o importante é que continuem a segui-lo para dar-lhe audiência.	144
Figura 44 - Malafaia atribui estado civilizatório atual à ação dos conservadores contra os progressistas, categorizados por ele como “pilantras”.....	145
Figura 45 - Silas Malafaia diz que Erika Kokay mente e correu do debate.....	146
Figura 46 - Resultados da busca de publicações de Malafaia no Twitter com o verbete "Dilma" entre 27 de junho e 5 de setembro de 2015.	148
Figura 47 - Resultados da busca de publicações de Malafaia no Twitter com o verbete "Cunha" entre 27 de junho e 5 de setembro de 2015.....	149
Figura 48 - Resultados da busca de publicações de Feliciano no Twitter com o verbete "Dilma" entre 27 de junho e 5 de setembro de 2015	150
Figura 49 - Resultados da busca de publicações de Feliciano no Twitter com o verbete "Cunha" entre 27 de junho e 5 de setembro de 2015.....	151
Figura 50 - Em post no Twitter, publicação marcada como sendo de Assessoria destaca interrupção de sessão sobre presidência da CDHM.....	152
Figura 51 - Publicação de Silas Malafaia no dia 13 de agosto de 2016 convida seguidores a se inscreverem em seu canal no Youtube para assistir ao programa Vitória em Cristo.	153
Figura 52 - Publicação de Silas Malafaia no dia 14 de agosto de 2016 replica conteúdo do dia anterior, reeditando o texto que acompanha a imagem.....	153
Figura 53 - Em publicação no Twitter ‘linkando’ para site de sua propriedade, Malafaia diz que Secretaria de Direitos Humanos quer institucionalizar pedofilia.....	154
Figura 54 - Em publicação, Marco Feliciano dá a entender que renuncia ao cargo na Câmara para atrair cliques em seu vídeo.....	155

Figura 55 - Sequência de publicações no Twitter mostra questionamento de Feliciano sobre afirmação de Luciana Genro	156
Figura 56 - Em publicação, Silas Malafaia afirma que ateístas querem mudar a estrutura fundamental da sociedade desconstruindo a heteronormatividade.....	160
Figura 57 - Feliciano fala da mobilização dos "contrários à família tradicional e aos bons costumes" e se refere a existência de uma ameaça maior do que se supõe.	161
Figura 58 - Feliciano compartilha entrevista dada ao portal Verdade Gospel em que afirma estarmos vivendo em uma ‘ditadura gay’.....	162
Figura 59 - Silas Malafaia afirma que emissoras de TV estão "infestadas" de gays	163
Figura 60 - Malafaia atribui a progressistas "destruição da sociedade" por apoio ao que considera lixo moral e trata de forma homogênea questões como incesto e homossexualidade.....	164
Figura 61 - Pastor afirma que apoiadores da existência de diversidade de gênero são, na verdade, apoiadores do incesto, pedofilia e zoofilia.....	164
Figura 62 - Malafaia faz distinção política entre homossexuais e ativistas e diz que estes últimos recebem dinheiro público para perseguir e acusar conservadores de homofóbicos.	165
Figura 63 - Feliciano afirma que ativistas só sabem ameaçar e difamar para ganhar no grito.	166
Figura 64 - Malafaia afirma que ativistas LGBT sobrevivem em função de mentiras e jornalismo tendencioso.	166
Figura 65 - Malafaia atribui liberação do casamento homoafetivo nos EUA a decadência moral.	167
Figura 66 - Feliciano destaca ADI contra decisão do CNJ em publicação.....	167
Figura 67 - Feliciano afirma que ativistas fazem jogo sujo em busca de privilégios	168
Figura 68 - Feliciano orienta pais a denunciar escolas que não têm banheiros separados ou para adolescentes trans, independentemente da legislação local.....	169
Figura 69 - Silas Malafaia grava vídeo dizendo que colégios católicos querem impedir o Dia das Mães, quando, na verdade, ocorreu que o Colégio Marista decidiu que não iria comemorar institucionalmente - substituindo por um Dia da Família.....	169
Figura 70 - Em publicação, Feliciano fala da decisão na Rússia de criminalizar o que categorizou como "propaganda gay".	170

Figuras 71 e 72- Malafaia faz distinção política entre homossexuais e ativistas e diz que estes últimos recebem dinheiro público para perseguir e acusar conservadores de homofóbicos	173
Figura 72	173
Figura 73 - Silas Malafaia diz que “ideologia de gênero” apoia crimes e práticas como pedofilia, zoofilia e incesto.	174
Figura 74 - Silas Malafaia publica post em que diz que a Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro “volta atrás no absurdo de dar direitos a gays em hospitais”.	174
Figura 75 - Feliciano sugere que a audiência compartilhe o vídeo que invisibiliza o bullying contra LGBTs e critica o que entende como doutrinação do “kit gay”.	175
Figura 76 - Em vídeo, Silas Malafaia rebate críticas de Alessandro Molon e diz que ele é "cínico, mentiroso e dissimulado".	176
Figura 77 - Feliciano acusa Avaaz de manipulação para reduzir assinaturas em sua petição.	177
Figura 78 - Malafaia descaracteriza Marina Silva como evangélica, por sua posição política, e afirma que ela e seu partido defendem "ideologia de gênero", demonizada por ele.	177
Figura 79 - Pastor afirma que Dilma "trama", no Planalto, com "movimentos chefiados por bandidos"	178
Figura 80 - Marco Feliciano acusa SDH de apoiar pedofilia	179
Figura 81 - Pastor Malafaia chama PT de "canalhas" e diz que o partido não considera abuso sexual de crianças como pedofilia, induzindo a acreditar que não se entende como crime.	180
Figura 82 - Pastor acusa SDH e governo do PT de apoiar a pedofilia.	181
Figura 83 - Feliciano faz postagem em defesa da redução, dando a entender que não há punição para adolescentes.	182
Figura 84 - Após primeira votação que rejeitou redução da maioria penal, Silas Malafaia posta vídeo-montagem com pessoas armadas, como se fossem pessoas comemorando a decisão.	183
Figura 85 - Assessoria de Feliciano divulga foto de sua pregação em igreja, apresentando-o não como homem, mas como "profeta de Deus".	186
Figura 86 - Feliciano coloca o resultado da disputa em torno do seu nome na Presidência da CDH como influenciador do futuro do cristianismo no País.	187

Figura 87 - Feliciano convoca lideranças evangélicas para assembleia em sua igreja durante debate sobre sua eleição para a CDHM.	187
Figura 88 - Feliciano faz referência a Dante Alighieri como crítica aos cristãos que não o defendem publicamente.	188
Figura 89 - Feliciano faz alerta para cristão sobre a "mídia secular".....	188
Figura 90 - Feliciano acusa Marina Silva de negar seus princípios por se declarar a favor da união entre pessoas do mesmo sexo.	189
Figura 91 - Feliciano caracteriza apoio à união civil entre pessoas do mesmo sexo como negação de princípios e traição.	189
Figura 92 - Silas Malafaia afirma que Marina é incoerente por ser a favor do afastamento de Cunha, mas não ter pedido impeachment de Dilma.	189
Figura 93 - Feliciano acusa igrejas progressistas de pregarem falácias.....	190
Figura 94 - Malafaia diz que é "vergonha" pastores serem favoráveis à descriminalização do uso de drogas	190
Figura 95 - Malafaia relativiza fê de pastores e cristãos favoráveis a união civil homoafetiva e se coloca como paladino combatente do pecado	191
Figura 96 - Malafaia, em tom imperativo, declara que evangélicos não votem no PT, PSOL, PCdoB, PV e Rede.....	192
Figura 97 - Silas Malafaia, durante Eleições de 2016, se colocou em insistente campanha por Alexandre Isquierdo "contra a patifaria da ideologia de gênero"	192
Figura 98 - Silas Malafaia se coloca em campanha contra deputados evangélicos que não votarem pelo impeachment de Dilma.	193
Figura 99 - Malafaia questiona se Dilma está abrindo mão dos votos evangélicos por críticas constantes a Malafaia.....	193
Figura 100 - Silas Malafaia publica vídeo para defender Michel Temer de rumor de que seria satanista.....	194
Figura 101 - Quadro com últimos vídeos publicados por Silas Malafaia (junho a agosto de 2017) em seu canal no YouTube mostra ausência de vídeos críticos a Temer.....	196

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação entre Religiões Cristãs e Constituição dos Estados na América do Sul....	57
Tabela 2 - Número de parlamentares declaradamente evangélicos eleitos por igreja para a legislatura 2014-2018	64
Tabela 3 - Distribuição de parlamentares evangélicos por estado na legislatura 2014-2018 ..	65
Tabela 4 - Distribuição de parlamentares declaradamente evangélicos por partido na legislatura 2014-2018	66
Tabela 5 - Lista de nomes citados na consulta online e seu respectivo número de citações....	75
Tabela 6 - Lista dos <i>topoi</i> discursivos e respectivos recortes temporais de análise.....	78
Tabela 7 – Classificação dos grupos temáticos de postagens do pastor Silas Malafaia e sua descrição	81
Tabela 8 - Classificação dos grupos temáticos de postagens do deputado Marco Feliciano e sua descrição	94
Tabela 9 - Síntese analítica dos resultados encontrados na análise de dados	200

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População por grupos de religião 1872/1991	28
Gráfico 2 - População por grupos de religião 2000/2010	29
Gráfico 3 - Modelo demonstrativo das relações entre governo e população a partir do dispositivo	113

LISTA DE SIGLAS

ACEV - Ação Evangélica

ADVEC - Assembleia de Deus Vitória em Cristo

APA – American Psychiatric Association

ARCA - Ação de Rua e Cultura Alternativa

AVEC - Associação Vitória em Cristo

CADI - Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral

CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias

CEB - Confederação Evangélica Brasileira

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CIMEB - Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil

CMI - Conselho Mundial de Igrejas

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DEM - Democratas

DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

DSM5 – Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais 5ª Edição

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICAR - Igreja Católica Apostólica Romana

IURD - Igreja Universal do Reino de Deus

JAC - Juventude Agrária Católica

JEC - Juventude Estudantil Católica

JOC - Juventude Operária Católica

JUC - Juventude Universitária Católica

LEC - Liga Eleitoral Católica

MI - Teologia da Missão Integral

PDC - Partido Democrata Cristão

PDS - Partido Democrático Social

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PFL - Partido da Frente Liberal

PHD - Partido Humanista Democrático

PHS - Partido Humanista da Solidariedade

PL - Partido Liberal

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN- Partido da Mobilização Nacional

PP - Partido Progressista

PPS - Partido Popular Socialista

PR - Partido da República

PRB - Partido Republicano Brasileiro

PRN - Partido da Reconstrução Nacional

PRONA - Partido da Reedificação da Ordem Nacional

PROS - Partido Republicano da Ordem Social

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSC - Partido Social Cristão

PSD – Partido da Social Democracia

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSDC - Partido Social Democrata Cristão

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PST - Partido Social Trabalhista

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTN - Partido Trabalhista Nacional

PV - Partido Verde

RENAS - Rede Evangélica Nacional de Ação Social

SD – Solidariedade

SDH – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: NO PRINCÍPIO ERA O VERBO.....	22
2	QUE HAJA IGREJAS: A EXPANSÃO DOS NEOPENTECOSTAIS NO BRASIL EM NÚMEROS.....	27
2.1	Ide e pregai o evangelho: a expansão nacional do movimento evangélico.	27
2.2	De Gênesis a Apocalipse: como surgiu o neopentecostalismo brasileiro....	30
2.3	Comerás o melhor desta terra: os fundamentos da Teologia da Prosperidade e as igrejas neopentecostais.....	42
2.4	Trago-lhes boas novas: as neopentecostais e a presença nos meios de comunicação	47
2.5	Se Deus é por nós, quem será contra nós?: o poder do púlpito à política ...	56
3	NOSSA LITURGIA: AS TRILHAS METODOLÓGICAS DA ANÁLISE EM CURSO	71
3.1	Até chegar a Canaã: procedimentos metodológicos e perfil dos porta-vozes analisados.....	72
3.1.1	Silas Lima Malafaia	78
3.1.2	Marco Antônio Feliciano	91
3.2	Saber, discurso e a noção de poder e governo em Foucault.....	104
3.3	Direitos humanos, violações e categorias de análise	121
4	TRANSFORMAI-VOS PELA RENOVAÇÃO DA VOSSA MENTE: ANÁLISE DOS DADOS E APONTAMENTOS CRÍTICOS SOBRE PODER E DIREITOS HUMANOS	127
4.1	Bolhas de filtro, poder e governo nos perfis de Silas Malafaia e Marco Feliciano.....	128
4.2	Direitos violados e identidades marginalizadas no discurso dos porta-vozes	156
4.2.1	Intolerância ou discriminação religiosa e violação da liberdade de crença e de culto	157
4.2.2	Discriminação e cerceamento da liberdade de gênero, sexualidade e orientação sexual.....	161
4.2.3	Vulnerabilização, constrangimento, exposição à violência e cerceamento do acesso à justiça reparadora.....	171

4.2.4	Coronelismo eletrônico, assédio religioso e abuso espiritual.....	183
5	CONCLUSÕES: O ABRIR DO SÉTIMO SELO	197
	REFERÊNCIAS	203

1 INTRODUÇÃO: NO PRINCÍPIO ERA O VERBO

No princípio era o verbo. E o verbo se fez frase. E cada frase se encheu de sentido para que se fizesse carne – ou papel – esta tese.

Sou cristã e defensora de direitos humanos. Por isso, escrever este trabalho, articulando esses dois universos pelos quais transito, tem um caráter de missão.

Como pesquisadora, agrego o dever de análise crítica das realidades, unindo teorias e validando-as, negando ou adaptando de acordo com o que salta da experiência empírica. Como educadora, agrego o imperativo ético de empoderamento daqueles com quem construo conhecimento, apontando para autonomia e ressaltando a aprendizagem do processo. Como defensora de direitos humanos, contribuo com aportes e dados para a promoção de justiça em uma realidade de flagrantes violações por parte de indivíduos e instituições estatais e privadas. Como cristã, possibilo uma crítica analítica como arcabouço de possíveis reformas dentro desse credo tão diverso que é o cristianismo.

Por quase 10 anos estive em uma igreja neopentecostal. Lá, desenvolvi habilidades, conheci pessoas e pude me deparar com parte do que há de muito positivo no pentecostalismo e neopentecostalismo brasileiro: o encontro e o cuidado com as classes populares do País. Estive por anos em um projeto de educação no Coque, bairro com um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Recife. Foi uma experiência incrível. No entanto, foi também nesse período em que me deparei com grandes questionamentos ao olhar com crítica para as práticas ligadas à Teologia da Prosperidade¹, a demonização do diverso e a ocupação política, pouco compromissada com o bem-estar público, de alguns líderes. Os questionamentos e reflexões do período plantaram uma semente.

Nesse período, eu, acostumada ao batente do jornalismo e às rotinas das organizações não-governamentais, deparei-me com um novo cenário e desafio: a sala de aula. Avaliada pela querida Raquel Rodrigues, tive minha primeira experiência com a Docência do Ensino Superior em 2006. Ainda hoje, o espaço da sala de aula é minha maior paixão. E foi ela quem me levou à Academia. Especializei-me em Docência do Ensino Superior e em Direitos Humanos. Segui ao Mestrado optando pelo campo da Educação e, no Edumatec/UFPE, descobri o mundo da Educomunicação, ao qual agreguei a bagagem em direitos humanos para construir a dissertação *Educação para os Direitos Humanos na Televisão: um estudo de caso*

¹ Teologia que será aprofundada no decorrer desta tese.

² Trataremos dessa dinâmica mais adiante nesta tese

sobre as práticas educomunicativas do programa TV Solidária, com a qual obtive o título de mestre em 2011.

Dois anos depois, estava eu na seleção de doutorado, agora retornando à Comunicação, minha área de origem. Iniciei este projeto pelas mãos do professor Marco Mondaini, com o intuito de analisar violações nos programas televisivos dos líderes pentecostais. De lá para cá, muita coisa mudou: a orientação, passando à querida Karla Patriota; o meio, partindo da TV para a web; o recorte de análise, migrando do conteúdo ao discurso; o arcabouço teórico, saindo do que me era seguro para encontrar Foucault. Até mesmo a saúde mudou: nesse ínterim, descobri em mim a fibromialgia e algumas lesões em áreas ósseas e articulações, assim como descortinei um universo de novas práticas integrativas para lidar com tudo isso.

Esta tese é produto desta história. Toda a ciência é produto da história de alguém. E, justamente por isso, acredito que as histórias devam ser contadas – assim como contamos métodos, técnicas, práticas e apuração. Toda ciência se produz do esforço de gente e só encontra sentido em ser quando feita ao bem da gente. Por isso faço questão de demarcar tudo isso nesta introdução. Estou ciente de que, tanto quanto introduzir um recorte de pesquisa, é minha missão introduzir quem lê no contexto de produção desta – não só no que tange ao saber acadêmico já disposto sobre isso.

Sei que este trabalho não se encerra em si mesmo. Sei que há – e sempre haverá – lacunas, e é essa mesma a dinâmica das ciências. O intuito é que este trabalho sirva, enquanto preenche lacunas vistas por mim antes, para evidenciar novos espaços de crítica e construção a serem preenchidos, sempre prezando pelo bem-estar da humanidade e pela preservação dos direitos de todas as pessoas, iguais nas suas diferenças.

O neopentecostalismo é um fenômeno religioso de grande escala e repercussão, não só no Brasil, mas na América Latina e África subsaariana (ORO, 2008). Seu crescimento é expressivo no Brasil e vemos, cada dia mais, sua expansão na direção dos espaços públicos de decisão do País. Como concentrador de poder religioso sobre parcela significativa da população, consideramos fundamental estudá-lo para compreendê-lo; compreendê-lo para criticá-lo; e criticá-lo para construir subsídios para o melhor convívio no território político e civil.

Nosso objetivo, aqui, grosso modo, é analisar os mecanismos de estabelecimento do governo hegemônico neopentecostal sobre a população de cristãos e conservadores brasileiros e identificar os *topoi* discursivos que favorecem a existência ou fortalecimento de violações

de direitos humanos no contexto dessa relação de poder. Para isso, analisamos o movimento neopentecostal, desde suas origens nos Estados Unidos até o seu crescimento exponencial no Brasil, e sua atuação midiática e política no País, desenvolvendo o histórico desse avanço até desembocar nas redes sociais online, na qual centramos a análise.

Buscamos, aqui, contextualizar o discurso desse grupo religioso dentro de um projeto de poder e verificar os saberes sujeitados ou marginalizados pela produção de suas verdades discursivas, pontuando a existência de violações de direitos humanos e abordando os mecanismos sociodiscursivos que permitem e validam a existência destas. Como recorte, partimos das contas, mantidas no Twitter e Facebook, de dois dos maiores líderes do movimento no País, o pastor Silas Malafaia e o deputado Marco Feliciano, e analisamos sua atuação durante etapas de ebulição política no País envolvendo pautas de interesse – e com participação ativa – do neopentecostalismo.

Do ponto de vista metodológico, recorreremos a Mariano (1995; 2004; 2006; 2009), Machado (2010), Patriota (2004; 2008), Cunha (2011), Gondim (1993) e Matos (2008) para tratar das origens do movimento neopentecostal e compreender sua expansão; a Campos (2004), Vasconcelos (2014), Cunha (2004), Patriota (2008) e Martino (2014; 2016); Freston (1993), Oro (2008) e Rabat (2010) para elucidar os aspectos relacionados ao marketing da fé, mediatização do neopentecostalismo e seu caráter de religião pública; a Michel Foucault (1999; 2001; 2005; 2008; 2013), Agamben (2005), Pelbart (2001) e Moreira (2015) para estudar as tensões e dinâmicas do poder e governo neopentecostal, circunscritas aos dois porta-vozes analisados; e, por fim, a Bobbio (1992), Mbaya (1997) e Espiell (1986) para tratar da noção de direitos humanos abarcada por este trabalho.

Como hipótese, partimos da percepção de que o neopentecostalismo hegemônico – e aqui ressaltamos essa caráter para que não pareça tratar de uma generalização e destacar que tal hegemonia não representa o todo absoluto neopentecostal – se funda em um projeto de poder religioso, com viés político e econômico, que tem afetado as estruturas democráticas do País e promovido violações de direitos de grupos, sobretudo, ligados aos direitos das mulheres, da população LGBT, população em conflito com a lei e regulamentação das drogas, tendo as redes sociais online e as bolhas de filtro como ferramentas catalisadoras de sua atuação.

Para dar conta desse universo, dividimos esta tese em cinco capítulos: 1) Introdução: no princípio era o verbo, na qual pavimentamos o percurso que trilhamos para o tema e o contexto do desenvolvimento da pesquisa; 2) Que haja igrejas: a expansão dos

neopentecostais no Brasil em números, em que tratamos da origem do credo protestante, sua chegada ao Brasil e expansão em território nacional, ocupando espaços midiáticos e político-decisórios; 3) Nossa liturgia: as trilhas metodológicas da análise em curso, em que desenvolvemos o nosso arcabouço teórico e amparamos, a partir da teoria, a análise empreendida de poder, governo e violações de direitos humanos no discurso neopentecostal; 4) Transformai-vos pela renovação da vossa mente: análise dos dados e apontamentos críticos sobre poder e direitos humanos, capítulo no qual procedemos à sistematização da análise dos dados coletados no período da pesquisa, fazendo inferências críticas sobre o material em questão; e 5) Conclusões: o abrir do sétimo selo, em que reunimos conclusões e considerações sobre o tema, diante do substrato da análise e dos objetivos e hipóteses levantados.

Na Introdução (primeiro capítulo para fins de sumário), esta em que nos situamos, situamos a pesquisa e seu contexto, tratando do objeto e do horizonte que vislumbramos, elencando objetivo, hipótese e autores que nos servirão de base durante o trabalho. Além disso, explicamos a estrutura da tese, em seus capítulos, e norteamos quanto à sequência temática desenvolvida no decorrer do texto.

Na Capítulo 2, temos como objetivo traçar um panorama do percurso das igrejas protestantes desde sua chegada ao Brasil até o surgimento das neopentecostais na década de 70, enfocando sua expansão nos dias atuais. Para tanto, será feito um resgate histórico e sociológico, tendo como base os dados de pesquisas e Censos do IBGE, e traçaremos uma análise dos elementos que caracterizam o neopentecostalismo, a partir de Mariano (1995; 2004; 2006; 2009), Machado (2010), Patriota (2004; 2008), Cunha (2011), Gondim (1993) e Matos (2008). Em seguida, dedicar-nos-emos à relação dessa expressão religiosa com os meios de comunicação, tratando de seu caráter de religião pública, do marketing da fé e da mediatização da religião, com base nos estudos de Campos (2004), Vasconcelos (2014), Cunha (2004), Patriota (2008) e Martino (2014; 2016). Por fim, trataremos do projeto político neopentecostal e do seu avanço sobre a esfera pública, especialmente a partir das pesquisas de Freston (1993), Oro (2008) e Rabat (2010) e dos dados disponibilizados pelas instituições oficiais do país sobre as duas últimas legislaturas e eleições ao Executivo.

No Capítulo 3, delimitamos as bases teóricas que orientam a condução da análise discursiva e dos procedimentos netnográficos adotados. Também desenvolvemos, neste capítulo, a justificativa das escolhas de pesquisa, da narrativa dos procedimentos utilizados para definição dos porta-vozes neopentecostais analisados – o pastor e televangelista Silas Malafaia e o pastor e deputado federal Marco Feliciano – e a demarcação do recorte temporal

e midiático em que se estabelece essa análise. Além disso, são caracterizadas nesta etapa as perspectivas conceituais de poder, governo e dispositivo, sobretudo a partir da pesquisa bibliográfica da obra de Michel Foucault (1999; 2001; 2005; 2008; 2013) e dos aportes de Agamben (2005), Pelbert (2001) e Moreira (2015); de direitos humanos, sobretudo a partir da análise documental dos marcos internacionais e nacionais do tema e das contribuições de Bobbio (1992), Mbaya (1997) e Espiell (1986).

No Capítulo 4, a partir da articulação das teorias e métodos desenvolvidos nos capítulos, desenvolvemos a análise dos dados levantados, a saber, as publicações feitas nos perfis de Silas Malafaia e Marco Feliciano em suas contas no Facebook e Twitter, nos períodos de interesse desta pesquisa: 1) a posse de Marco Feliciano na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados; 2) a tramitação e aprovação em comissão do projeto de lei popularmente nomeado de “cura gay”, que trata da permissão para que profissionais de psicologia atuem no que seria uma tentativa reorientação ou neutralização da orientação homossexual; 3) a liberação legal para o casamento homoafetivo nos Estados Unidos e as investigações sobre o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha; e 4) o processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. São, portanto, os períodos analisados: de 1 a 30 de março e de 1 a 30 de junho de 2013; de 27 de junho a 5 de setembro de 2015; e de 6 de abril a 7 de maio e de 8 de agosto a 8 de setembro de 2016, respectivamente. Com isso lançamos luz sobre a problemática do governo neopentecostal, a partir dos porta-vozes aqui explicitados, e as possíveis violações de direitos humanos decorrentes desse processo.

Por fim, nas Conclusões, sintetizamos os resultados encontrados no decorrer da análise e os confrontamos com as hipóteses iniciais, apontando para novas possibilidades de reflexão a partir dos achados. Sabemos que não encerramos, com esta tese, este tema complexo e ainda repleto de espaço para novas análises e olhares. E, cientes disso, o nosso convite é a uma leitura que suscite novos olhares críticos sobre o assunto para que mantenhamos a chama do conhecimento científico sempre ardente nesse campo.

2 QUE HAJA IGREJAS: A EXPANSÃO DOS NEOPENTECOSTAIS NO BRASIL EM NÚMEROS

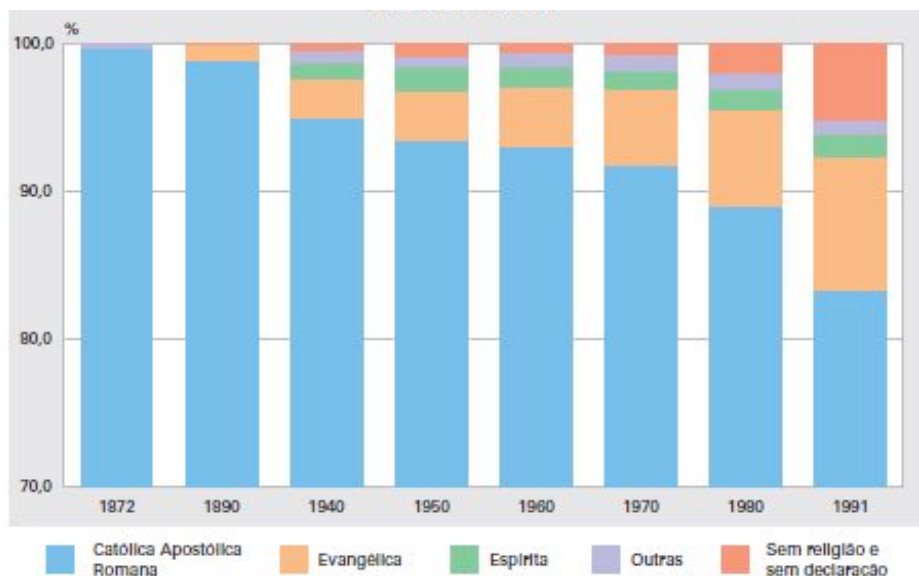
Neste capítulo, pretende-se traçar um panorama do percurso das igrejas protestantes desde sua chegada ao Brasil até o surgimento das neopentecostais na década de 70, enfocando sua expansão nos dias atuais. Para tanto, será feito um resgate histórico e sociológico, observando suas principais características originais, do momento em que estes grupos começaram a utilizar os meios de comunicação, e como elas estão presentes no cenário nacional atualmente. Para essa análise, servem de base de dados as informações dos censos demográficos do IBGE em comparação com o mais recente Censo 2010.

2.1 Ide e pregai o evangelho: a expansão nacional do movimento evangélico

Até a década de 1970, o Brasil manteve números que apenas reforçavam a hegemonia da religião católica apostólica romana. Tal traço tem raízes na colonização portuguesa, com consequente expansão jesuíta no País, e na conservação, até a Constituição de 1891, do catolicismo romano como religião oficial. Para se ter ideia, o número de católicos variou apenas 7,9 pontos percentuais em um período de quase 100 anos: foi de 99,7% da população, em 1872, para 91,8% em 1970. Nesta última data, os evangélicos, segunda maior fatia religiosa nacional, somavam 5,2% da população religiosa no Brasil (IBGE, 2010a).

No Censo seguinte, em 1980, a redução dos católicos passou a se acentuar, embora se mantendo em maioria. Naquele ano, 89% da população se declaravam católica. Em contrapartida, enquanto o catolicismo caía, os censos demográficos passaram a registrar um notável crescimento de pessoas evangélicas: o percentual passou de 6,6% em 1980 para 9,0% em 1991. Já naquele período, chama a atenção o volume de evangélicos pentecostais, maiores responsáveis por este aumento: pularam de 3,2% para 6%. Por sua vez, o segmento católico, ainda majoritário, continuou em queda, passando a abarcar 83% da população nacional em 1991 (IBGE, 2010a). O gráfico a seguir mostra mais detalhadamente os números:

Gráfico 1 - População por grupos de religião 1872/1991



Fontes: Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil 1872/1890; e IBGE, Censo Demográfico 1940/1991

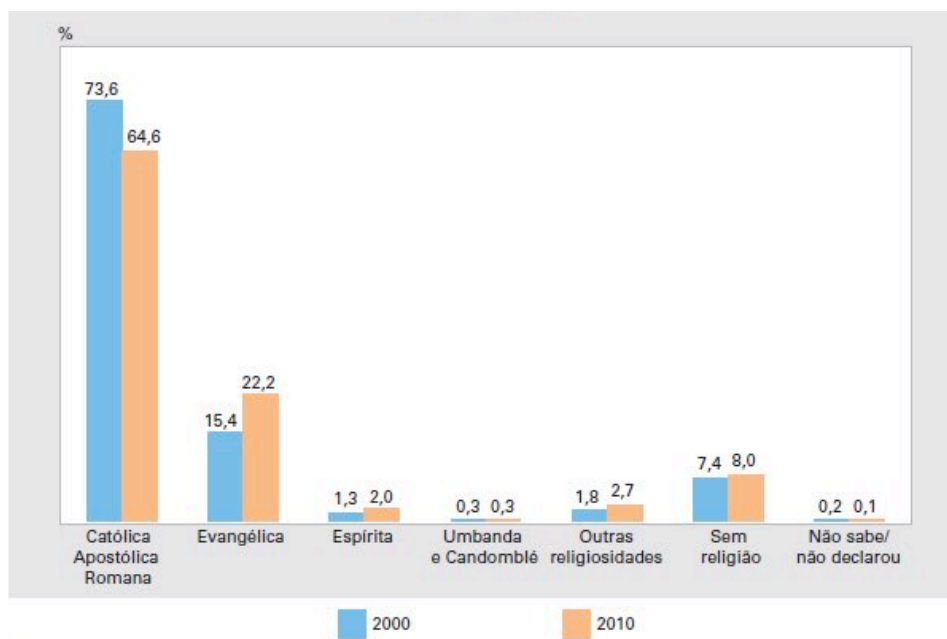
Essa expansão dos evangélicos e o crescimento no número de denominações foram favorecidos, também, pela separação republicana entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica, consolidada na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 5º diz que é “assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (BRASIL, 1988). Tal processo beneficiou o pluralismo religioso, e consequentemente, a expansão do movimento neopentecostal no Brasil (MARIANO, 2004).

Depois de 1991, a perda de terreno do catolicismo apenas se acentua, caindo para 73,6% do total da população brasileira em 2000. Por outro lado, os evangélicos mais que dobraram neste período e alcançaram a marca de 15,4%. Em 2010, ao mesmo tempo em que revelam maior diversidade religiosa no Brasil, os números mostram, mais uma vez, o movimento de queda dos católicos, embora ainda majoritários, e a consolidação do crescimento dos evangélicos – quadro já observado nas duas décadas anteriores.

No período entre 2000 e 2010, confirmou-se mais uma vez a tendência de crescimento do segmento de evangélicos, com destaque para os pentecostais, em todas as Grandes Regiões do País, e a queda dos católicos. De acordo com os dados, no Censo mais recente, os católicos somavam 64,6%, enquanto que os evangélicos 22,2%, sendo que, destes, 13% (ou pouco mais

de 60% do total de protestantes) são pentecostais. Os dados estão explicitados no gráfico a seguir.

Gráfico 2 - População por grupos de religião 2000/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010

Em números absolutos, os católicos perderam cerca de 1,6 milhão de fiéis de 2000 para 2010. Já os evangélicos, em um movimento oposto, dobraram em quantidade de 1991 a 2000 (saltaram de 13 para 26 milhões) e acumularam um aumento de 16 milhões de fiéis entre 2000 e 2010. Ao analisar os dados, é possível correlacionar a queda no número de católicos, sobretudo, com o aumento de evangélicos, espíritas e de pessoas sem religião, grupos que, respectivamente, aparecem com maior crescimento em pontos percentuais, ao passo que o número dos que se declaram adeptos do catolicismo romano cai vertiginosamente².

Comparando-se os dados, é possível verificar um aumento de 6,4 pontos percentuais e a taxa de crescimento médio anual de 7,9% dos grupos evangélicos entre 1991 e 2000 (taxa superior às obtidas nas décadas anteriores), o que indica que a expansão evangélica registrou um aceleração maior na última década do século XX. Segundo o Censo de 2010, 42.275.440 pessoas se declararam evangélicas, contra 26.184.941 registradas em 2000. Dessas, 25.370.484 pessoas se declararam de origem pentecostal em 2010, contra 17.617.307

² Trataremos dessa dinâmica mais adiante nesta tese

registradas em 2000 (IBGE, 2010a). Em apenas 10 anos esse subgrupo evangélico cresceu pouco mais de 44%, de 2000 a 2010, enquanto os chamados evangélicos históricos ou de missão cresceram apenas 10,7%.

Os dados apontam um crescimento acelerado de evangélicos no Brasil, especialmente dos pentecostais, e estão em consonância com o movimento de crescimento protestante sistemático em algumas partes do mundo, sobretudo na América Latina e África subsaariana, onde vários países têm experimentado, em diferentes ritmos, o fenômeno de multiplicação pentecostal (CIA, 2016; ORO, 2008).

A expansão pentecostal, vista nos números acima, tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores (MARIANO, 1999; MACHADO, 2010; PATRIOTA, 2008; CAMURÇA, 2006; CUNHA, 2011), e ganha força além dos templos pelo grande avanço midiático que esse grupo religioso tem feito. 21,1% da programação da tevê aberta é composta por programas religiosos (ANCINE, 2016), e a maioria deles são capitaneados por grupos pentecostais, o que contribui para a expansão desse credo. E, cada vez mais, esse segmento tem se lançado na ocupação da vida política e outras áreas da sociedade. A mensagem antes pregada somente nos púlpitos, hoje ocupa os espaços virtuais de interação com o público, inclusive o não evangélico e o não religioso, influenciando e interferindo na vida do cidadão comum.

Com posturas cada vez mais incisivas no que se refere à propagação dos ideais e bandeiras religiosas, os pentecostais se desdobram, ainda, em outro segmento, o neopentecostalismo, que aportou no Brasil a partir da década de 70 e vem crescendo em um contexto cultural e econômico que favorece sua expansão. Antônio Flávio Pierucci (1996) classifica esse grupo como “novos protestantes *made in Brazil*” (PIERUCCI, 1996, p. 275, grifo nosso) e o coloca como “verdadeiro protagonista [da] admirável expansão do protestantismo” (PIERUCCI, 2011, p. 476) no Brasil, que se caracteriza pela diminuição do interesse pela leitura da Bíblia, apresenta soluções mágicas para os problemas do dia a dia e tem centralidade expressa no fascínio irreprimível pelo retorno material, a chamada Teologia da Prosperidade, caracterizada adiante neste texto.

E, para que se compreenda melhor o percurso dos cristãos protestantes até a presença maciça dos neopentecostais na sociedade brasileira contemporânea, objeto central deste estudo, traçamos uma breve contextualização histórica e social desse grupo de fé.

2.2 De Gênesis a Apocalipse: como surgiu o neopentecostalismo brasileiro

Embora o percurso histórico do protestantismo no País não seja o objeto principal deste estudo, consideramos necessário estabelecer conceitualmente o desenvolvimento dessa vertente do cristianismo e seu desdobramento nas mais diversas denominações. Tais dados são imprescindíveis para situar marcos de estudo, caracterizar e delimitar a população de interesse desta pesquisa, os neopentecostais.

Base religiosa da colonização brasileira e latino-americana, o catolicismo teve forte influência na formação cultural da nossa sociedade, sendo a religião hegemônica absoluta no Brasil e na América Latina durante séculos. Em função disso, ao observar estudos nesse campo e sua tendência comparativa com os números e história do catolicismo, é possível perceber que a Sociologia da Religião que se desenvolveu em nosso País foi sempre uma sociologia de um catolicismo em declínio, como observa Pierucci:

Em nosso país e em toda a América Latina, mesmo os estudos sociológicos sobre as religiões não-católicas, ao focar a expansão quantitativa ou qualitativa de uma outra religião, seja ela qual for, estarão fazendo sempre, pelo avesso, uma sociologia do catolicismo em declínio ou uma sociologia do declínio do catolicismo (PIERUCCI, 2004, p. 14).

Em comparação com o catolicismo, que admite diversas ordens dentro da Igreja Romana, mas que não reconhece outras denominações, a Reforma Protestante (século XVI) trouxe liberdade e diversidade institucional ao contexto religioso cristão. Esse espírito da Reforma é constantemente traduzido no ditado “no essencial, unidade; no não essencial, liberdade; e em ambas as coisas, o amor”, atribuído a Santo Agostinho, mas na verdade dito por Peter Meiderlin e registrado em *De republica ecclesiastica libri X*. No entanto, em que se pese tal ideal de unidade na diversidade, é importante destacar que, enquanto a Igreja Romana conseguiu se fortalecer institucionalmente por empreender um esforço de unidade e buscar manter os atritos portas adentro, os protestantes, imensamente fragmentados em grandes e pequenas instituições, nunca lograram êxito em suas tentativas de agrupamento, de modo que tal desagregação desponta como marca dessa matriz religiosa (MENDONÇA; VELASQUES FILHO, 1990).

Por essa razão, há que se destacar a distinção dentre as denominações evangélicas presentes no Brasil para tornar possível a compreensão do universo religioso específico dos neopentecostais. Especialmente porque se verifica uma dificuldade da população não evangélica e dos meios de comunicação em compreender os elementos de distinção entre essas doutrinas, uma vez que se convencionou chamar de evangélico todo cristão não católico.

Sobre isso, Mendonça vai dizer:

[...] a dificuldade é grande para os meios de comunicação em geral. Eles não podem a toda hora estar estabelecendo distinções. Assim, não sendo católico todo cristão é evangélico. E assim se entendem todos. Mas quando se trata de analisar, compreender e explicar o campo protestante, não se pode fugir às distinções presentes na dinâmica desse campo (MENDONÇA, 2006, p. 93).

Evangélico é uma autodenominação verificada desde os primeiros registros da Reforma, como afirma o historiador Martin N. Dreher (1999). Os próprios protestantes, desde o início de sua presença no Brasil, ainda no século XIX, preferiram o conceito “evangélico”. Dois exemplos deixam exposta essa preferência, a saber: o primeiro jornal protestante publicado no Brasil, que circulou entre 1864 e 1892, foi intitulado de *Imprensa Evangélica*; e a Confederação Evangélica do Brasil, fundada em 1934 e extinta no início da década de 60 do século passado, também excluía de sua definição a palavra protestante (DREHER, 1999).

Os registros mais antigos da origem dos chamados povos evangélicos são datados de 1517, quando o alemão Martinho Lutero, um monge católico romano, rebelou-se contra a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) daquele período e deflagrou o movimento que posteriormente ficou conhecido como a Reforma Protestante. O marco dessa reforma, no século XVI, foi a fixação, na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg, na Alemanha, das 95 teses, nas quais Lutero convidava os interessados a debater as indulgências, vendidas para a construção da Basílica de São Pedro em troca de perdão de pecados, e os males que essa prática religiosa podia trazer aos cristãos (BLAINEY, 2012).

Afixar teses em lugares públicos e chamar as pessoas ao debate era costume da época, e os próprios reformadores antecessores de Lutero, John Wycliffe (responsável pelas bases da tradução da Bíblia para o inglês) e Jan Huss (seguidor de Wycliffe), o fizeram um século antes. A partir daí, toda a Alemanha passou a conhecer as teses de Lutero, que, por suas posições e protestos, acabou sendo excomungado pela Igreja Católica. Em suas teses, Lutero questionava o poder concentrado nas mãos do Papa Leão X, que podia perdoar pecados, isentar alguém de penas e imputar as que ele considerava necessárias. Lutero era contrário, ainda, a que esse perdão também pudesse ser estendido aos que já haviam morrido e que, por acaso, estivessem no purgatório. Para Lutero, apenas o arrependimento, com posteriores atos de amor e penitência, sem a necessidade da indulgência (carta de perdão), podia realmente levar alguém a ter seus pecados perdoados. Diversas outras questões foram abordadas nas teses de Lutero, que questionou a autoridade do Papa e a lisura de suas intenções (KNIGHT; ANGLIN, 1983; BLAINEY, 2012).

Lutero, responsável pela popularização da Bíblia à época, ao traduzi-la do latim para o alemão, acreditava que à medida que o Papa Leão X pregava o perdão dos pecados em troca das indulgências, tornava-se difícil defendê-lo das indagações dos fiéis que questionavam por que o pontífice não esvaziava o purgatório numa demonstração de amor pelas almas ali localizadas. Para Lutero, isso seria mais justo e honroso do que resgatar um número infinito de almas por causa do dinheiro ofertado para a edificação de uma basílica que ele considerava uma causa trivial (BLAINEY, 2012).

Com seus questionamentos, Lutero pôs em xeque o que sopesava um distanciamento do Evangelho por parte da Igreja Romana. Para ele, desvios morais, econômicos e políticos colocavam a instituição religiosa em descrédito diante do povo, com o seu afastamento das doutrinas fundamentais da “Palavra de Deus”³. Para muitos cristãos dos dias atuais, a Reforma trouxe a Igreja de volta às Escrituras Sagradas e ao Evangelho pregado pelos apóstolos de Cristo.

A Reforma proposta por Lutero traria de volta à Igreja a crença em doutrinas consideradas chaves essenciais para distingui-la das práticas vigentes na Igreja Romana. Essas doutrinas foram divididas em cinco, conhecidas com as cinco solas (CEZAR, 2013), e até hoje baseiam condutas de parte dos evangélicos nos dias atuais, a saber:

1. *Sola Scriptura*, que atesta a autoridade e suficiência das escrituras sagradas. Para os reformadores, apenas a Bíblia, em seu Novo e Velho Testamentos, tem a palavra final no que se refere à fé e prática cristãs. A Igreja Católica Apostólica Romana também admite que as Escrituras são a palavra do próprio Deus, mas não apenas ela. As decisões da Igreja por meio dos seus concílios e do Papa em assuntos ligados à fé e à moral, são da mesma forma consideradas a palavra de Deus, infalível. É a chamada Tradição da Igreja (VATICANO, s/d).
2. *Solus Christus*, ou a suficiência e exclusividade de Cristo. Para os protestantes, o Catolicismo Romano se distanciou do evangelho primitivo e instituiu o culto a Maria, o culto às imagens e a canonização dos santos. O que o catolicismo prega sobre Cristo não difere do que é professado pelos protestantes em seus credos. São em comum as crenças sobre a encarnação, o nascimento virginal de Jesus, a divindade deste, sua morte vicária e ressurreição. O fator de divergência é que a Igreja Romana atribui a Maria e aos santos o papel de mediação para redenção, intercessão e remissão de

³ Termo utilizado pelos cristãos para se referir aos seus textos canônicos, reunidos na Bíblia Sagrada.

pecados, que para os protestantes é exclusividade do Cristo. A base bíblica dos reformadores para esta doutrina está no trecho bíblico que diz: "Porquanto há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem" (BÍBLIA, Timóteo, 2, 5).

3. *Sola Gratia*, a única causa eficiente da salvação é a graça. A doutrina da inabilidade do homem para salvar-se fora da graça divina foi um dos marcos da Reforma Protestante. Essa doutrina compreende a salvação não como mérito por boas ações, mas pela inteira dependência da concessão divina. A salvação é, portanto, para os reformadores, exclusivamente ato da graça de Deus. "e estando nós mortos em nossos delitos, nos deu vida juntamente com Cristo – pela graça sois salvos" (BÍBLIA, Efésios, 2, 5).
4. *Sola Fide*, somente a fé ou exclusivamente a fé é o meio para a salvação. Nesta doutrina, as obras não são o meio por meio do qual o cristão alcança a graça da salvação eterna, mas pela graça de Deus ao professar e exercitar a fé (compreendida como instrumento para concessão divina da salvação). Para Lutero, a Igreja estava longe dessa compreensão quando comercializava perdão dos pecados cometidos. A base dessa compreensão é o seguinte texto da carta de Paulo aos Romanos: "E, se é pela graça, já não é pelas obras; do contrário, a graça já não é graça" (BÍBLIA, Romanos, 11, 6).
5. *Soli Deo Gloria*: somente a Deus, a glória. Para os protestantes, apenas Deus é digno de glória. Ninguém, nem homens nem anjos, deve ocupar o lugar pertencente a Deus. A base desta doutrina está no 1º mandamento bíblico, descrito no livro bíblico de Êxodos (escrito por Moisés): Eu sou o SENHOR, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão. Não terás outros deuses diante de mim" (BÍBLIA, Êxodo, 20, 1-3).

O catolicismo estabeleceu os sacramentos da Igreja como meios para tratar o pecado a fim de se receber a graça divina. Assim, a Igreja se tornava a mediadora da graça de Deus. Daí o ensino sacramental de que "fora da Igreja não pode haver salvação", descrito no catecismo da Igreja Romana (VATICANO, sem ano), onde se compreende "Igreja" não como o número total dos salvos, sentido espiritual comumente visto na tradição evangélica, mas como a organização (material) que, de acordo com o credo Romano, detém o poder de distribuir e administrar a graça de Deus (SANTOS, 2000).

No entanto, apesar das discordâncias, o que se pode perceber é que Lutero não rompeu por completo com a Igreja, propondo sua reforma e mantendo algumas crenças em comum, a exemplo da existência do purgatório. Lutero se contrapôs ao comportamento da Igreja Romana da época, mas manteve diversas afinidades com o modelo contra o qual protestava.

Além de Martinho Lutero, outros dois nomes contemporâneos a ele também são importantes para o percurso das igrejas protestantes ao longo da história: João Calvino e Jacó Armínio. Apesar de terem vivido no mesmo período histórico, eles têm visões teológicas divergentes e foram grandes influenciadores das igrejas que surgiram a partir daquele período, século XVI, e que se ramificaram nas diversas denominações protestantes hoje espalhadas pelo mundo (KNIGHT; ANGLIN, 1983; BLAINEY, 2012).

João Calvino, o reformador mais popular depois de Lutero, francês, com vida religiosa influente também na Inglaterra, foi um dos principais responsáveis pela sistematização da crença protestante e é, até hoje, um grande orientador moral de parte desse grupo religioso. Suas ideias foram o sustentáculo para a criação de uma nova denominação: a Igreja Anglicana, com um sistema que admitia outras práticas não aceitas até então no seio da comunidade cristã, criando um rompimento com alguns dos principais dogmas da Igreja de Roma da época.

À época, o então rei inglês Henrique VIII pediu ao papa Clemente VII a anulação de seu casamento com Catarina de Aragão, desejando casar-se com Ana Bolena. O papa negou o pedido, levando o rei a se casar clandestinamente (o que lhe rendeu a excomunhão da Igreja de Roma) e, posteriormente, fundar a Igreja Anglicana, da qual se declarou líder máximo. Assim, Estado e Igreja estavam unidos em apenas uma figura. Para a nova religião, que matinha suas raízes no catolicismo, as ideias de Calvino foram fundamentais, como parte da justificativa teológica da ruptura, fortalecendo ainda mais a propagação de seus ensinamentos (KNIGHT; ANGLIN, 1983; BLAINEY, 2012).

A doutrina de Calvino foi sistematizada no acróstico *TULIP*, tulipa, no inglês, cujas iniciais querem dizer: T - *Total Depravity* (Depravação Total); U - *Unconditional Election* (Eleição Incondicional); L - *Limited Atonement* (Expição Limitada); I - *Irresistible Grace* (Graça Irresistível); P - *Perseverance of the Saints* (Perseverança dos Santos). Na prática, esses pontos, conhecidos como “os cinco pontos do calvinismo” (MCGRATH, 2004), podem ser descritos como:

1. Depravação total do homem: dogma segundo o qual o ser humano é essencialmente mau e pecador, sendo, portanto, incapaz de fazer algo genuinamente bom, senão por direta ação divina.
2. Eleição incondicional: é o dogma segundo o qual Deus escolhe aqueles que seriam salvos para a vida eterna e estes nascem pré-determinadas a essa graça.
3. Expição limitada: é o dogma segundo o qual, a morte e ressurreição de Cristo, que para os cristãos representa a salvação e vida eterna, se deu para salvação apenas daqueles que foram escolhidos (predestinados) por Deus.
4. Graça irresistível: é o dogma segundo o qual o ser humano não consegue resistir à predestinação de Deus. Logo, os verdadeiros escolhidos não têm outra escolha que não a vida eterna.
5. Perseverança dos santos: é o dogma segundo o qual os verdadeiros escolhidos por Deus nunca perdem a sua salvação. Ainda que estejam fora do credo e caminhem em “pecado”, terminarão sua vida dentro da igreja e da salvação.

Sob o aspecto sociológico, o calvinismo (assim como o luteranismo) é apontado como uma tradição de racionalização da fé (DREHER, 1999). É nessa racionalização, e na defesa de João Calvino do trabalho como uma missão espiritual de expiação (e também em contribuições de Martinho Lutero), que Max Weber (2004) ampara sua tese de que a ética protestante serviu de sustentação para o avanço do capitalismo. Diferente dos pentecostais, comumente descritos com uma associação à emocionalização e individualização do credo evangélico (MACARTHUR, 2015), e que estão alinhados às ideias teológicas do reformador Jacó Armínio, embora nem sempre de forma ortodoxa.

Armínio, de quem deriva o termo arminianismo, tradição de fé na qual historicamente se basearam o movimento Pentecostal e outras denominações, foi um holandês nascido na segunda metade do século XVI com forte militância religiosa naquele país. Foi professor de teologia da Universidade de Lieden e foi um crítico do calvinismo, transmitindo isso em seus escritos, aulas e ensinamentos. Suas principais ideias foram sistematizadas e publicadas por seus seguidores, após sua morte, em um documento conhecido como os cinco artigos da Remonstrância (KNIGHT; ANGLIN, 1983; BLAINEY, 2012).

De modo sucinto, os artigos da Remonstrância são uma oposição ao TULIP do calvinismo (KNIGHT; ANGLIN, 1983; OLSON, 2013), ao dizer que: 1) não há uma eleição incondicional de salvos, mas sim uma salvação condicional à fé do indivíduo; 2) o sacrifício do Cristo é para todas as pessoas que tiverem fé e crerem, e não apenas para o grupo de

predestinados; 3) o ser humano é totalmente voltado ao mal, mas que através da fé deve buscar e agir para a renovação de seu entender, pensar, querer e prática; 4) o ser humano tem livre arbítrio para decidir sobre sua fé e vida, contrapondo-se à ideia de “graça irresistível”; e 5) a permanência na fé, e, portanto, na salvação, é condicional à fé e conduta do cristão, e não incondicional e predestinada.

Esses são os principais contrastes, do ponto de visto teológico, que ainda hoje fundamentam as principais denominações protestantes evangélicas. Nesse contexto, convencionou-se chamar de evangélicos históricos ou de missão os oriundos das igrejas protestantes que surgiram a partir da Reforma Protestante e mesmo depois dela. Entre elas estão as luteranas, presbiterianas, metodistas, congregacionais e batistas, quase sempre vinculadas à matriz de pensamento de Lutero ou João Calvino. Fazem parte do protestantismo histórico ou tradicional, tanto nos aspectos teológicos como eclesiológicos. Esses segmentos da Reforma multiplicam-se em diversos subsegmentos, recebem diferentes nomenclaturas, mas, ao preservar os princípios fundamentais, podem ser incluídos no universo do protestantismo propriamente dito (MENDONÇA, 2005).

É dos desdobramentos denominacionais e teológicos que surge o pentecostalismo, sistematizado, como o conhecemos, na virada do século XIX para o século XX. Charles Fox Parham, pastor e diretor de um instituto bíblico em Topeka, no Kansas, é apontado como o pai do movimento Pentecostal (GONDIM, 1993). Ele, que tinha histórico de prisão por ter violentado um garoto e era membro da Ku Klux Klan, era defensor do boicote aos médicos, pois, para ele, era direito dos seguidores da Palavra de Deus a cura milagrosa de doenças. O marco cronológico é o ano de 1900, quando Parham reuniu em sua escola estudantes da Bíblia seduzidos pelo propósito de “descobrir o poder que os capacitaria a enfrentar o desafio do novo século” (WALKER, 2002, p. 15).

Entre os temas estudados pelo grupo estavam: arrependimento, conversão, consagração, santificação, cura e a volta de Cristo. Parham lançou um desafio aos jovens, tendo em vista um período de ausência da companhia do grupo e sua inquietação para compreender as evidências do batismo pentecostal, que, segundo os pentecostais, compreende o momento de descida do Espírito Santo sobre alguém, desencadeando o “dom de línguas”. Sua pergunta era: qual é a evidência bíblica do batismo no espírito? A ideia dele era apresentar ao mundo uma resposta incontestável obtida a partir dos seus estudos e que correspondesse à Palavra de Deus (WALKER, 2002).

O que ele e o seu grupo apresentaram como resultado, segundo eles incontestável, da benção pentecostal era o falar em outras línguas⁴, e foi esta proposição que deu origem ao Movimento Pentecostal do século XX. E a partir desse momento, o pentecostalismo se multiplicou em diferentes modalidades (CAMPOS E GUTIÉRREZ, 1996). No Brasil, após sua chegada em 1910, esse grupo religioso é categorizado em três subdivisões ou momentos, tendo em vista sua cronologia e diversidade de igrejas (FRESTON, 1993).

O primeiro momento ou primeira onda, datado de 1910, é chamada pelos pesquisadores de pentecostalismo clássico ou pentecostalismo tradicional (FRESTON, 1993). No Brasil, as primeiras igrejas a compor o protestantismo pentecostal clássico são a Congregação Cristã do Brasil, fundada em São Paulo; e a Assembleia de Deus, que chegou a Belém do Pará em 1911, trazida por suecos. No início, essas igrejas eram minorias com posturas anticatólicas. Do ponto de vista teológico, diferenciavam-se pelo culto ao dom de línguas (glossolalia) e tinham suas doutrinas calcadas na fase mais primitiva do cristianismo. Para Mendonça (2006), o que diferencia os pentecostais dos protestantes tradicionais são os sinais externos da presença do Espírito Santo, como o falar em línguas estranhas. No que tange à utilização da Bíblia, a postura é semelhante aos evangélicos históricos, excetuando-se o incentivo à reflexão teológica.

Nos dias de hoje, o que se observa é que a Congregação Cristã atravessou os tempos se mantendo distante das demais igrejas e se consolidou praticamente da mesma forma que surgiu, enquanto que a Assembleia de Deus demonstrou maior abertura para mudanças no curso do pentecostalismo brasileiro, acompanhando as “duas ondas seguintes” do Movimento Pentecostal no País.

A segunda onda pentecostal, situada entre os anos de 1950 e 1960, é justamente a que marca a fragmentação desse segmento religioso no Brasil. Nesse período, percebe-se uma relação mais aberta com a sociedade e o surgimento de diversas novas igrejas (FRESTON, 1993), entre as quais: Brasil para Cristo (1956), Casa da Benção (1964), Deus é Amor (1962), Maranata e Evangelho Quadrangular (1951). É nesse período que se inicia a centelha de crescimento evangélico no País.

Essa etapa, chamada de pentecostalismo neoclássico, teve início com a chegada de dois missionários norte-americanos da *International Church of The Foursquare Gospel*

⁴ Há, no meio pentecostal, expressões do “falar em línguas” e do “batismo com o Espírito Santo” para identificar o fenômeno da glossolalia, que compreende o momento de transe religioso no qual, se acredita que se fala em outras línguas, incluindo a “língua dos anjos”.

(equivalente a Igreja Internacional do Evangelho Quadrangular, em tradução livre) que criaram, em São Paulo, a Cruzada Nacional de Evangelização (MARIANO, 2004). Notadamente, destacam-se deste período a Igreja do Evangelho Quadrangular (1951); a Igreja O Brasil Para Cristo (1956), que é a primeira pentecostal ser fundada por um brasileiro; e a Igreja Deus é Amor (1962) (FRESTON, 1993; PATRIOTA, 2008).

Já nesse período, observamos a forte predominância de práticas religiosas que caracterizam hoje o pentecostalismo e o neopentecostalismo, como a cura divina, a utilização do veículo de comunicação rádio e o evangelismo interpessoal. Esse novo modelo atraiu milhares de fiéis, acelerando, assim, a expansão dessa vertente religiosa no território brasileiro.

O falar em línguas era a característica predominante das igrejas da primeira geração, e a cura divina das igrejas da segunda. A rigidez nas posturas dos fiéis no que se refere aos costumes sociais é uma das características que une as duas primeiras gerações de pentecostais. Algumas igrejas proibiam, e até hoje ainda proíbem, seus fiéis de estarem em concordância com comportamentos ditos “mundanos”, tais como uso de maquiagem, brincos, biquínis e a presença em locais como cinemas e bares, criando um mundo próprio dissociado desse mundo “pecador” (BRANDÃO, 1980).

Os missionários da Igreja do Evangelho Quadrangular, a mais representativa dessa fase, firmaram, cada vez mais, a cura divina entre suas características teológicas de atuação, tomando como exemplo o modelo que ganhou força nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Além disso, como parte da estratégia, observa-se a partir daí, pela primeira vez, a utilização do meio de comunicação rádio e a pregação para além dos limites das igrejas, com tendas de lona instaladas em locais para propagação de seus ideais teológicos.

A terceira onda pentecostal, que marca o que se passou a chamar de neopentecostalismo. Há autores que o demarcam com outras nomenclaturas, como Siepierski (1997), que chama esse movimento de pós-pentecostalismo. No entanto, o termo neopentecostalismo tem sido mais frequentemente adotado, e é a terminologia mais próxima do uso cotidiano nacional. Optamos por esse termo em função desse uso corriqueiro, herdado do uso comum também nos Estados Unidos, e por acreditarmos, assim como pontuam Mariano (1995) e Patriota (2008), que se trata de um novo movimento, que difere muito em características históricas e traços teológicos e culturais das gerações pentecostais anteriores.

Esse neopentecostalismo brasileiro surge no Rio de Janeiro, no final da década de 70, e marca o *boom* do Movimento Pentecostal no Brasil. Fazem parte desse grupo a Igreja

Universal do Reino de Deus (1977), o maior expoente dessa geração e fenômeno religioso, midiático e político internacional; a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976), a Igreja Renascer em Cristo (1986) e a Comunidade da Graça (1979); (FRESTON, 1993; MARIANO, 1999).

Todas as igrejas dessa terceira onda foram criadas por pastores brasileiros e se caracterizam por problematizar a batalha espiritual entre Deus e o Diabo, com repercussão em seus representantes na terra, doutrina conhecida como guerra espiritual (CUNHA, 2004). Como observa Mariano (1995), há ênfase na batalha incessante contra o Diabo, também presente nos cultos afro-brasileiros e espíritas; a pregação e difusão da Teologia da Prosperidade; e a abertura para novos usos e costumes, até então combatidos nas pentecostais das gerações anteriores. Ao passo que são notadas tais diferenças quanto aos chamados “usos e costumes”, especialmente no que se refere às proibições ligadas às roupas e maquiagens, marcas das duas primeiras ondas pentecostais, os neopentecostais preservam algumas similitudes. Entre elas, suas posições rígidas quanto aos temas ligados ao uso de drogas como álcool e cigarro e ao sexo.

As igrejas ligadas ao neopentecostalismo são as que mais crescem atualmente e as que mais fazem uso dos meios de comunicação. Detêm o maior tempo na grade da televisão brasileira; ou são concessionárias de emissoras de tevê; ou são produtoras de programas de televangelismo; ou são réplicas atualizadas e adaptadas ao *ethos* brasileiro da produção religiosa da televisão norte-americana em que pregadores independentes alugavam horários para veicular suas mensagens (PATRIOTA, 2008). Além disso, tais igrejas investem na formação de novos líderes com foco na expansão de seu rebanho⁵, e utilizam métricas de eficiência de seus pastores, que são formados em larga escala⁶ (CUNHA, 2004). É por razões como estas que, como destaca Oro (2002):

a maioria dos novos chegados ao protestantismo ingressaram em igrejas pentecostais (Assembléia de Deus, Igreja Quadrangular, Congregação Cristã do Brasil) e, sobretudo neopentecostais (Universal do Reino de Deus, Renascer em Cristo) e não em igrejas protestantes históricas (Luteranas) ou de Missão (Metodistas, Presbiterianas) [...]. Esse não é somente um fenômeno brasileiro. É africano e latino-americano. [...] Além de ser uma opção, sobretudo dos pobres, o movimento pentecostal é uma iniciativa que independe das elites sociais (ORO, 2002, p. 87).

⁵ Expressão utilizada no meio evangélico para se referir aos fiéis.

⁶ De acordo com o estudo Retratos das Religiões no Brasil, realizado pelo Centro de Pesquisas Sociais da FGV e citado por Patriota (2008), existem 17,9 mais pastores por fiéis do que padres por católicos.

Os cultos neopentecostais estão fundamentados na possibilidade de acesso, por parte dos fiéis, de serviços mágico-religiosos, terapêuticos, em promessas de dádivas divinas de prosperidade na área material, cura de problemas físicos e emocionais e na solução milagrosa de conflitos em diferentes áreas do convívio social, seja, familiar, afetiva, amorosa, entre outras. Para esse grupo, a saúde e a prosperidade de seus fiéis são provas incontestáveis do alcance do sagrado e da boa relação com Deus. Por isso, os testemunhos de cura e aquisição de bênçãos materiais fazem parte da liturgia das neopentecostais, apontados como religiosos que deixam para segundo plano o rigor do conhecimento do que está dito nas Escrituras, basilar para os cristãos. Neopentecostais se apresentam como modelos da presença divina e se definem no tripé: cura, exorcismo e prosperidade (PATRIOTA, 2003).

Tal modelo atende às expectativas de fiéis que desejam ter sua demanda financeira, emocional ou medicinal contemplada acessando a igreja, que, assim, cumpre papel de intermediária da força divina. Essa lógica é aplicada, além dos cultos, no evangelismo pessoal e nos púlpitos eletrônicos, terminologia que abarca a transmissão religiosa nos espaços midiáticos, atraindo indivíduos das camadas mais populares da sociedade, muitos deles em situação financeira ruim, carentes na vida amorosa, em crise, com problemas de saúde e mais propensos a aceitar esse tipo de oferta mágico-religiosa.

Patriota (2008) já chamava a atenção para as diferenças entre o perfil socioeconômico e demográfico dos evangélicos pentecostais e o dos protestantes históricos, observando os dados do Censo 2000 do IBGE. Não há ênfase, nesse aspecto, nos neopentecostais porque, apesar de serem um grupo com características próprias (MARIANO, 1999), presente há três décadas no País, estes não são citados com essa nomenclatura nem no mais recente Censo do IBGE (2010a).

[...] a maior parte dos pentecostais tem renda e escolaridade inferiores à média da população brasileira. Uma parcela considerável de tal categoria contabiliza até três salários mínimos e trabalha em empregos domésticos, geralmente suas ocupações profissionais são modestas e precárias, numa proporção bastante acima da média brasileira. De maneira contrária, os protestantes históricos ou evangélicos de missão apresentam renda e escolaridade mais altas, inclusive bem superiores à média nacional, sendo notável que os níveis escolares deste grupo são elevados em segundo grau, graduação e pós-graduação e nas faixas salariais recebem entre seis e vinte salários mínimos (PATRIOTA, 2008, p. 55).

Possivelmente, por essa razão seja traço tão marcante dessa terceira geração pentecostal o culto à prosperidade, aprofundado a seguir. Souza (2012) destaca que esse perfil e a plasticidade e autonomia do movimento permitiram formar variações no discurso,

tornando-o “capaz de atender setores da ralé estrutural como também de batalhadores em ascensão social” (SOUZA, 2012, p. 315).

2.3 Comerás o melhor desta terra: os fundamentos da Teologia da Prosperidade e as igrejas neopentecostais

Para compreensão mais ampla do contexto das igrejas neopentecostais no Brasil, é necessário aprofundar o entendimento do que é a Teologia da Prosperidade, ponto nevrálgico da prática religiosa e do avanço desse grupo, inclusive nas instâncias decisórias. Essa perspectiva teológica prevê que o cristão, conforme obedece a determinados preceitos, deve ser abençoado na terra e é o governante escolhido por Deus para cuidar da criação. Assim, quando o crente está “na bênção”, a prosperidade material é inevitável (CUNHA, 2004). Diante do contexto socioeconômico da maioria dos brasileiros, em que 38,6% da população economicamente ativa recebe até um salário mínimo e apenas 9,3% consegue superar a faixa de 5 salários (IBGE, 2010b), o discurso da prosperidade acabou por responder a um anseio de conforto e bem-estar humano e se tornou cada vez mais bem assimilado.

Como destaca Patriota (2008), a Teologia da Prosperidade:

[...] além de se propor a resolver problemas existenciais de toda ordem, ainda produz, via discurso de seus agentes religiosos, uma projeção identitária com valores que remetem a determinados estratos sociais, constituindo possibilidades de o converso projetar desejos de identificação com segmentos sociais que servem de referencial para uma visível ascensão social (PATRIOTA, 2008, p. 116)

Essa nova abordagem teológica, uma esperança de ascensão social para o evangélico, chegou ao Brasil na década de 1980, quando se desenvolveu com força, mas surgiu, da maneira como a conhecemos hoje, nos anos de 1970 nos Estados Unidos, com foco na autoajuda e inclusão do cristão em uma vida materialmente abundante, com gozo de bens e saúde física. Essa doutrina trouxe de volta para os fiéis a magia que o mundo racionalizado lhes havia tirado. Também ficou conhecida como “confissão positiva”, “palavra da fé”, “movimento da fé” e “evangelho da saúde e da prosperidade” (MATOS, 2008; GONDIM, 1993).

Segundo Gondim (1993) e Matos (2008), as ideias basilares da Teologia da Prosperidade, com origem nos Movimentos de Fé, enfatizam o poder do crente de ter tudo o que desejar e, ao contrário do que se pode imaginar, não tiveram origem direta no pentecostalismo, apesar de vir a manter uma forte relação com esse grupo em seguida. As práticas dos Movimentos de Fé remontam hábitos sincréticos de cura e anseios materiais observados desde o início do cristianismo e bebem também da fonte do gnosticismo. No

entanto, o embrião dessa teologia, na forma como a conhecemos, tem como marco as pregações de Edward Irving, na Escócia, em 1828, e os movimentos místicos do fim do século XIX, que serviriam de base, depois, para o surgimento do New Age (GONDIM, 1993). Sua posterior aproximação dos contextos pentecostais e carismáticos, nas primeiras décadas do século XX, se dão em virtude da sua consonância com a cosmovisão pentecostal, a saber, a crença em profecias, em revelações e em visões dadas por Deus aos profetas desta época. A saúde e a prosperidade são admitidas como o termômetro que afere a qualidade da vida espiritual do cristão, ou seja, quanto mais saudável e próspero, mais abençoado por Deus o é.

O grande expoente desse movimento de relação entre preceitos pentecostais e Movimento de Fé é Kenneth Hagin, considerado o maior propagador dessas ideias a partir do século XX (GONDIM, 1993). No entanto, Hagin tomou como inspiração e mentor um líder que o antecedeu, Essek William Kenyon. Evangelista de origem metodista, nascido em Saragota County, New York, Kenyon se converteu ainda na adolescência, aos 15 anos de idade, e em 1890 se mudou para a cidade de Boston. Lá, estudou no Emerson College, conhecido centro do chamado movimento “transcendental” ou “metafísico”, que deu origem a várias seitas. Uma das influências de Kenyon, à época, foi Mary Baker Eddy, fundadora da Ciência Cristã⁷. Kenyon acreditou que era possível aproveitar muitas coisas dos ensinamentos de Mary Baker Eddy, como a noção de que o mundo material é apenas uma ilusão, que se opõe ao mundo espiritual, e que todos os distúrbios do nosso mundo são, na verdade, consequências de problemas na esfera metafísica (GONDIM, 1993).

O próprio Kenyon se empenhou em campanhas evangelísticas, pregando salvação e cura com ênfase nos textos bíblicos que exaltam a saúde e a prosperidade. Nessa época, aplicava o pensamento positivo como técnica. Kenyon foi bastante influenciado pelos movimentos Ciência da Mente, Ciência Cristã e a metafísica do Novo Pensamento, doutrinas com grandes similitudes entre si. Ele não só defendia que essas ideias eram compatíveis com o pensamento cristão, como também que podiam perfeitamente aperfeiçoar a espiritualidade dos indivíduos. A partir do uso correto da mente, o crente poderia reivindicar os plenos benefícios da salvação (GONDIM, 1993; MATOS, 2008).

Contemporâneo de Kenyon, Kenneth Hagin estudava seus materiais e os divulgava em livros, fitas cassetes e seminários, dando ênfase à confissão positiva. Ele foi o maior

⁷ Doutrina religiosa que mescla elementos de tradições espiritualistas, gnosticismo, práticas holísticas, princípios do cristianismo e aportes dos conhecimentos tidos por alguns como ‘pseudociências’.

divulgador dos ensinamentos de Kenyon, considerado o pai do Movimento de Fé. Com um sério problema cardíaco congênito, teve uma infância complicada e vários problemas de saúde, sobretudo depois dos seis anos, quando o pai abandonou a família e algum tempo depois sua mãe teve um colapso nervoso. Próximo dos 16 anos, teve uma piora na saúde e ficou confinado em uma cama. A partir disso, teve o que descreveu como experiências espirituais marcantes e disse ter se convertido depois de ver seu espírito sair do corpo e ser levado ao inferno e ao céu três vezes (GONDIM, 1993).

Ao ler a passagem bíblica que diz

porque em verdade vos afirmo que, se alguém disser a este monte: ergue-te e lança-te no mar, e não duvidar no seu coração, mas crer que se fará o que diz, assim será com ele. Por isso, vos digo que tudo quanto em oração pedires, crede que recebestes, e será convosco (BÍBLIA, Marcos, 11, 23-24).

Hagin afirma ter recebido uma revelação divina segundo a qual era necessário acreditar, falar de forma verbal e agir como se já tivesse recebido a dádiva divina numa atitude de crer no coração, falar com a boca e receber o que já é seu – a “bênção”. Ele leva essa ideia a cabo, consegue se curar de sua enfermidade e transforma essa perspectiva na marca de seu ministério⁸, criando o slogan “creia no seu coração, decreta com sua boca e será vosso” (GONDIM, 1993, p. 15).

Em 1934, Hagin deu início ao seu ministério como pregador batista, no estado do Texas. Em três anos, migrou para os grupos pentecostais. Foi batizado com o Espírito Santo (como já descrito, denominação dada a quem, segundo a crença pentecostal, recebe o Espírito e o “dom de línguas”) e foi alçado ao cargo de pastor das Assembleias de Deus. Em 1962, depois de conhecer alguns pregadores independentes de cura divina, fundou sua própria igreja. Em 1966, fixou-se na cidade de Tulsa, em Oklahoma, e fez dela a sede para suas atividades religiosas. Ao longo dos anos seguintes, alcançou um grande número de pessoas a partir das atividades que desenvolveu para além dos templos, como o Seminário Radiofônico da Fé, a Escola Bíblica por Correspondência Rhema, o Centro de Treinamento Bíblico Rhema e a revista *Word of Faith* (Palavra da Fé), além de recursos como fitas cassete e mais de cem livros e panfletos publicados (GONDIM, 1993; MATOS, 2008). Nisso, fica claro como a Teologia da Prosperidade, desde seus primórdios, atuava com estratégias baseadas na

⁸ Palavra comumente utilizada no meio evangélico para designar a carreira religiosa dos fiéis nas mais diversas áreas, quer seja na música, pregação de sermões, atividades missionais, etc.

comunicação de massa como forma de alcançar seus objetivos de chegar até as pessoas – estratégias estas utilizadas, e ampliadas, até hoje e objeto de estudo desta tese.

Hagin testemunhava ter recebido unção divina para ser mestre e profeta. Tinha experiências sobrenaturais. Declarou ter tido oito visões de Jesus nos anos 50, além de outras experiências fora do próprio corpo. Segundo ele, seus ensinamentos lhe foram transmitidos diretamente pelo próprio Deus por meio de revelações especiais. No entanto, dois estudos distintos desenvolvidos na Universidade Oral Roberts, pelo Dr. McConnell e por Dale Simmons, provaram que muitos dos escritos que Hagin afirmava ter recebido diretamente de Deus eram, na verdade, plágio dos materiais de Kenyon e de John McMillan. A justificativa de Hagin para tal fato foi que o Espírito Santo de Deus havia dado as mesmas revelações a todos eles (GONDIM, 1993).

As crenças dos grupos metafísicos que se basearam nos ensinamentos de Hagin estavam calcadas na tese de que a verdadeira realidade está além do aspecto físico, do que se pode enxergar materialmente. De acordo com esse pensamento, a esfera espiritual não só é superior ao mundo físico, como também controla cada um dos seus aspectos. Outro entendimento é o de que a mente humana pode controlar o mundo espiritual. Sendo assim, o ser humano tem a capacidade inata de comandar o mundo físico por meio de sua influência sobre o espiritual, sobretudo no que diz respeito à cura de doenças e às finanças.

Os ensinamentos de Hagin influenciaram um número significativo de pregadores norte-americanos, que perpetuaram esses ensinamentos e fortaleceram as teses do neopentecostalismo. Entre alguns dos líderes que seguiram esse legado estão Kenneth Copeland, Benny Hinn, Frederick Price, John Avanzini, Robert Tilton, Marilyn Hickey, Charles Capps, Hobart Freeman, Jerry Savelle, Oral Roberts e Paul (David) Yonggi Cho (GONDIM, 1993; MATOS, 2008). No ano de 1979, o genro de Hagin, Doyle Harrison, fundou a Convenção Internacional de Igrejas e Ministros da Fé, uma denominação virtual. No Brasil, um dos primeiros a difundir esses ensinamentos foi Rex Humbard, por meio de suas inserções na TV a partir da década de 1980. E a participação de alguns desses nomes em conferências promovidas pela Associação de Homens de Negócios do Evangelho Pleno (Adhonep) também ajudaram na propagação dos preceitos neopentecostais (MATOS, 2008).

Como pioneiras no Brasil, entre as primeiras denominações que abraçaram a nova doutrina estavam a Igreja Verbo da Vida e o Seminário Verbo da Vida; a Comunidade Rema; a Igreja Verbo Vivo; e a Igreja Evangélica Cristo Vive (MATOS, 2008). Além disso, R. R. Soares, fundador e líder da Igreja Internacional da Graça de Deus e popular pastor que ocupa

espaço na TV aberta, foi responsável pela publicação de vários dos livros de Hagin no Brasil. A pastora Valnice Milhomens, do Ministério Palavra da Fé, também é considerada uma das mais importantes porta-vozes da Teologia da Prosperidade no Brasil. Segundo ela, a dúvida rouba a bênção de Deus e vem da ignorância da Palavra de Deus e a incredulidade decorre quando alguém não crê na Palavra de Deus mesmo sabendo que Ele responde às orações (ROMEIRO, 1993). As igrejas brasileiras vivenciaram dias de forte impacto de uma avalanche de materiais didáticos e midiáticos que tinham o propósito de propagar a novidade.

No entanto, ao passo que passou a angariar fiéis, a Teologia da Prosperidade também viu forte resistência de vários grupos evangélicos, sobretudo a partir das igrejas históricas e até mesmo das igrejas pentecostais fruto da primeira e segunda onda, não só no Brasil como também nos Estados Unidos.

A partir dos anos 80, várias denominações pentecostais norte-americanas se posicionaram oficialmente contra os excessos desse movimento (Assembléias de Deus, Evangelho Quadrangular e Igreja de Deus). Autores como Charles Farah, Gordon Fee, D. R. McConnell e Hank Hanegraaff, todos simpatizantes do movimento carismático, escreveram obras contestando a confissão positiva e suas implicações. Eles destacaram como, embora essa teologia pareça uma maneira empolgante de encarar a Bíblia, ela se distancia em pontos cruciais da fé cristã histórica (MATOS, 2008, informação eletrônica).

Entre os pontos contestados está a compreensão, difundida por Hagin, dos diferentes sentidos das palavras gregas *rhema* e *logos* presentes na Bíblia com o mesmo significado, qual seja, palavra. Para Hagin, a palavra *logos* significa a palavra de Deus escrita enquanto que *rhema* seria a palavra falada e revelada a qualquer pessoa e a qualquer época com um sentido único, novo, inédito – uma revelação. De posse desse entendimento, toda e qualquer pessoa pode repetir a palavra com fé, exigindo o cumprimento em sua vida pessoal, a partir de sua necessidade individual, quer seja uma cura de alguma enfermidade, quer seja a resolução de seus problemas de ordem financeira. Uma confissão positiva, declarando o que Deus já prometeu, é o recomendado para o crente que é adepto da Teologia da Prosperidade, ao passo que a confissão negativa, um reconhecimento das condições indesejáveis, deve ser banida do seu vocabulário, para se que alcance o que se deseja. Ou seja, negam-se as enfermidades, negam-se os problemas financeiros e eles deixam de existir. Professa-se a prosperidade e a saúde física e tudo se torna em realidade (HANEGRRAFF, 1993; GONDIM, 1993).

A linguagem é, aí, ponto central. Por essa razão, também, há uma grande ênfase nos discursos e no uso do púlpito e dos veículos de comunicação:

[...] para os pregadores e fiéis neopentecostais, as forças e o poder do reino espiritual são ativadas pela linguagem. Ao emitirem enunciados vitoriosos, são as forças do bem que são ativadas, ao declararem coisas ruins, o poder diabólico do “inimigo”

encontra possibilidade de se realizar. Esse posicionamento respalda a estrutura discursiva dos apelos neopentecostais, que se apresentam recheados de expressões positivas e indutoras de uma nova postura de crença, extraídas da Bíblia em forma de convenientes fragmentos de textos que sustentem a teologia que propagam (PATRIOTA, 2008, p. 125).

A Teologia da Prosperidade também é confrontada pelos protestantes por, segundo eles, migrar a noção de autoridade que sai da figura do Deus Todo Poderoso para as palavras dos homens, extrapolando os limites bíblicos presentes, por exemplo, na Oração do Pai Nosso: “seja feita a Tua vontade, assim na terra como no céu” (BÍBLIA, Mateus, 6, 10). E também estigmatizar os enfermos, atribuindo as doenças a um estado de pecado ou falta de fé, quando os relatos bíblicos referenciam “homens de Deus” que ficaram doentes, a exemplo de Timóteo (BÍBLIA, I Timóteo, 5, 23) e Trófimo (BÍBLIA, II Timóteo, 4, 20). Jó é outro exemplo de homem “reto e temente” que, apesar disso, perdeu tudo que tinha inclusive a saúde e os bens materiais (BÍBLIA, Jó, 1-42; ROMEIRO, 1993).

As igrejas neopentecostais igualmente utilizam grandes discursos para incentivar os fiéis a doar dízimos e ofertas, sob o argumento de que quem não o faz está roubando de Deus. A lógica é a da troca: quem mais der a Deus, mais será abençoado. É uma espécie de “fundo de investimento divino”. Nesse contexto, os dízimos e ofertas são apresentados como um dos segredos para alcançar a tão desejada prosperidade. Além disso, diversos produtos também são ofertados aos fiéis como parte do investimento que garantirá retorno ao crente. De viagens em cruzeiros marítimos com pastores conhecidos a grãos de areia de lugares sagrados, passando por roupas, CDs e DVDs preparados para abençoar a vida dos que decidem investir o que já ganhou de Deus para que sua vida seja ainda mais abençoada materialmente (bons salários e empregos) e espiritualmente (cura de enfermidades e libertação das investidas do diabo) (CUNHA, 2004).

2.4 Trago-lhes boas novas: as neopentecostais e a presença nos meios de comunicação

Desde seu surgimento, como força minoritária em oposição ao catolicismo no início do século XVI, os protestantes precisaram encontrar estratégias para conquistar adeptos na acirrada disputa pelos fiéis na seara do cristianismo, abundante em diferentes correntes e modalidades (CAMPOS, 2004). De Martinho Lutero, que traduziu para o alemão e deu importante contribuição para a popularização do que hoje é o livro mais vendido no mundo, a Bíblia, aos dias atuais, com forte presença nas redes sociais, planejamentos estratégicos e de marketing robustos e até mesmo cartões de crédito vinculados a igrejas (CUNHA, 2004), o

povo evangélico vem se expandindo na tentativa de alcançar mais e mais pessoas, na certeza de que a volta de Jesus está condicionada à pregação do evangelho a toda criatura.

Essa competição por espaço evoluiu e, diante da disseminação de novas correntes cristãs não-católicas, passou a se dar entre as próprias denominações evangélicas. Os exemplos já citados de Hagin e seu seguidores são comprovações disso, ao passarem a ocupar espaços de radiodifusão e produzirem conteúdo em massa por meio de fitas, CDs e, mais recentemente, DVDs e streaming com transmissão ao vivo pela internet, inclusive nas redes sociais online.

O estudo das origens desse movimento traz luz ao entendimento de como as igrejas avançaram no campo midiático numa competição por fiéis, levando a sociedade brasileira a conviver com a presença cada vez mais marcante dos evangélicos na esfera pública e política. Tal avanço, intensificado hoje com a internet, segue para além dos limites geográficos das igrejas, influenciando e definindo costumes da vida em sociedade com base nos preceitos de fé, da moral e da ideologia desses grupos religiosos.

No século XVII, os primeiros cristãos que aportaram no Brasil espalhavam sua mensagem por meio da distribuição de bíblias, folhetos e livros. Aliás, a distribuição de material literário doutrinário, litúrgico e analítico é marca protestante desde a sua fundação, na Europa (VASCONCELOS, 2014). Esse movimento de distribuição de literatura e transmissão interpessoal da mensagem se intensificou com a chegada, no século XIX, dos primeiros missionários protestantes no território nacional, divulgando materiais literários, publicando jornais e construindo escolas (VASCONCELOS, 2014). A inspiração para o uso da comunicação de massa nesse período, a partir de materiais impressos, tem como um dos principais expoentes Dwight L. Moody, que:

era um pregador leigo, oriundo do comércio atacadista de calçados em Chicago, que se tornou um dos primeiros a empregar modernos meios de comunicação de massas em suas pregações. Entre suas estratégias estava a constituição de comitês locais com um ano de antecedência para meticulosamente planejar a campanha evangelística em uma determinada cidade (CAMPOS, 2004, p. 150).

No Brasil, os primeiros meios massivos de comunicação utilizados pelos missionários americanos foram os jornais. Em 1865, uma das primeiras ações do missionário presbiteriano Ashbel G. Simonton foi fundar o jornal semanal *Imprensa Evangélica*, período que o Brasil ainda era oficialmente católico. Além dos jornais, era preocupação dos evangélicos a produção de material didático doutrinário, sobretudo para uso em suas escolas dominicais e na evangelização interpessoal (VASCONCELOS, 2014). É dessa necessidade de publicar para

sobreviver e propagar seus credos e valores que surge, em 1883, a Sociedade Brasileira de Tratados Evangélicos. As publicações impressas eram especialmente estratégicas porque “a escassez da literatura religiosa produzida pelos catholicos no Brasil [oferecia] aos evangélicos uma oportunidade extraordinária” (CRABTREEE *apud* REINAUX, 2007, p. 338).

No século XX, com a aceleração da evolução das tecnologias trazida pela Revolução Industrial e o êxodo da população rural para as urbes, a necessidade de criar novas formas de comunicação de massa fez surgir a radiodifusão. E já no surgimento dessa nova tecnologia o uso religioso estava presente. A primeira transmissão de rádio, feita de modo experimental em Massachussets, nos Estados Unidos, em 24 de dezembro de 1906, pelo canadense Reginald Aubrey Fessenden, continha mensagens religiosas, entre as quais um solo de violino da música natalina *O’ Holy Night*⁹ e leitura de textos bíblicos sobre o nascimento de Jesus (CAMPOS, 2004).

Em 1920, o rádio começa a ser explorado de forma comercial e entra no ar, nos Estados Unidos, a primeira emissora com esse perfil, a KDKA, operada pela *Westinghouse Electric*. Nela, também estreiam os evangélicos, dois meses depois, com a *Calvary Episcopal Church* veiculando seus conteúdos religiosos. No ano seguinte, a *National Presbyterian Church* de Washington passa a operar sua própria emissora de rádio. Neste ano, os pentecostais também estrearam no rádio com a missionária Aimee McPherson (1890-1944), fundadora da Igreja Internacional do Evangelho Quadrangular. Ela se entusiasmou tanto pela experiência que, em 1924, fundou a própria emissora de rádio, a KSFG, que transmitia a partir do seu templo, o Angelus, em Los Angeles (CAMPOS, 2004).

Na América Latina, o rádio passou a ser utilizado em pregações evangélicas no final de 1931, quando entrou no ar, em língua espanhola, uma emissora da *Word Radio Missionary Fellowship*, em Quito, Equador. Em 1932, a emissora já transmitia em quíchua¹⁰, em 1937 em sueco e, dez anos depois, em português. Hoje, mais de 100 diferentes países recebem sua programação (CAMPOS, 2004). No Brasil, a partir de 1953 e durante 27 anos, o pastor presbiteriano José Borges dos Santos Jr. apresentou o Meditação Matinal, programa que tinha patrocínio do Banco Bradesco. Começou a ser exibido na Rádio Tupi de São Paulo e depois foi ao ar pela Rádio Bandeirantes. A expansão foi rápida. Em 1969, já eram 64 programas evangélicos de rádio só na Grande São Paulo, sendo 34,3% pentecostais; 9,3%, adventistas;

⁹ Canção inglesa natalina tradicional, assim como é a nós “Noite Feliz”, versão da também inglesa *Silent Night*.

¹⁰ Língua indígena latina, que prevalece entre os povos ao redor dos Andes.

9,3%, presbiterianos; 12,5%, batistas e 34,3%, de outras denominações (PRADO, 1969; CAMPOS, 2004).

Essa utilização ganhou impulso quando chegaram ao Brasil os missionários Harold Williams e Raymond Boatright, na década de 1950, com a promoção das “tendas divinas”, eventos públicos em que se realizavam curas, e que, posteriormente, deram lugar à Cruzada Nacional de Evangelização, e fizeram nascer a Igreja do Evangelho Quadrangular. Esses missionários utilizaram o rádio de forma estratégica para dar apoio e chamar as pessoas para o trabalho das tendas em locais públicos, fora das igrejas. Um dos participantes dessas cruzadas, Manuel de Mello, deu início, então, em 1955, ao seu próprio programa, A Voz do Brasil para Cristo (até hoje perpetuado por sucessores). Nele, pregava a realização de milagres em um período em que as principais igrejas, Assembleia de Deus e Congregação Cristã no Brasil, até desestimulavam os fiéis a terem aparelhos de rádio ou televisão em casa. Essa experiência de Melo foi tão exitosa que alavancou a fundação da primeira igreja pentecostal de origem brasileira, a Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo (CAMPOS, 2004).

Sobre esse movimento, a pesquisadora Magali do Nascimento Cunha (2004) vai destacar que:

Havia evangélicos proprietários de emissoras AM que as transformaram em rádios religiosos de tempo integral. As primeiras foram: Rádio Copacabana (desde os anos 50), Rádio Boas Novas e Rádio Relógio, no Rio de Janeiro. Outras tinham programação quase totalmente evangelística: Rádio Tupi, Rádio Mulher, Rádio Clube de Santo André, Rádio ABC e Gazeta, em São Paulo. O mesmo dava-se em outras metrópoles brasileiras. A ênfase da programação era as curas e o exorcismo. A exacerbação desse modelo levou a Igreja Metodista no Rio de Janeiro, nos anos 80, por exemplo, a retirar um programa que veiculava na Rádio Copacabana (CUNHA, 2004, p. 97).

Essa ocupação do espectro da radiodifusão se torna objeto de estudo de diversos pesquisadores e é analisada, segundo Assmann (1986), a partir de conceitos como Igreja Eletrônica, Religião Comercial, Marketing da Fé, Messianismo Eletrônico e Assembleia Eletrônica. No entanto, a terminologia mais comum, utilizada por diversos autores do assunto (MARIANO, 1999; CUNHA, 2004; PATRIOTA, 2008) e escolhida para definir o fenômeno neste estudo é igreja eletrônica.

Sobre o uso das igrejas eletrônicas, os pentecostais, ao mesmo tempo em que impunham limites aos seus fiéis para que eles não assistissem a outros programas e emissoras não evangélicas, avançaram investindo cada vez mais em programas próprios nas mesmas emissoras seculares e até mesmo canais próprios, como destacado acima. Nos idos recentes, são eles quem mais utilizam o rádio com fins religiosos no Brasil. Destacam-se nisso a Assembleia de Deus, Deus é Amor, O Brasil para Cristo e Evangelho Quadrangular; e

também os neopentecostais da Internacional da Graça de Deus, Mundial do Poder de Deus e, com especial destaque pelo volume de horas ocupadas, a Igreja Universal do Reino de Deus.

Nota-se, nesse trajeto, uma clara distinção de postura de alguns desses grupos que, se antes recomendavam o afastamento das mídias de massa e de alguns bens de consumo, hoje movimentam bilhões de reais com o mercado religioso, inserindo signos do contexto de fé nos programas e produtos – até mesmo cosméticos, vestuário, eletrônicos, jogos e outros – para tornar o comércio um negócio de fé. Para se ter uma ideia, em 2014, a estimativa de movimentação desse mercado foi de pelo menos R\$ 15 bilhões somente no País, e o setor fonográfico tradicional (sobretudo o mercado de CDs) tem sobrevida graças ao público evangélico (ESTADO DE MINAS, 2014).

A experiência dos evangélicos no universo da comunicação radiofônica acabou por credenciá-los a alçar o espaço da televisão, a partir da década de 1950, com horários comprados nas emissoras. Essa ocupação da TV iniciou nos Estados Unidos e, segundo Peter Horsfield (1984), foi apoiada pelas principais instituições religiosas daquele país. No entanto, o monopólio das principais cadeias de televisão, como a CBS e ABC, e sua pressão em oposição a esse avanço findaria por se configurar uma barreira a essa inserção das igrejas, o que limitou o número de programas e deixou de fora da programação, inicialmente, pequenos grupos alternativos (CAMPOS, 2004).

A partir da década de 60, com o avanço dos valores teologicamente liberais e de grupos social e politicamente progressistas na sociedade americana, houve uma migração de fiéis das igrejas tradicionais para as pentecostais e conservadoras (CAMPOS, 2004). Com o aumento no número de membros e, conseqüentemente, da arrecadação, os dirigentes dessas igrejas garantiram mais condições de compra de espaço nas emissoras de tevê, levando seus conteúdos para um maior número de pessoas. Eles construíram sistemas focados na arrecadação de dízimos e ofertas para a compra do espaço televisivo (CAMPOS, 2004), usando como apelo para isso a manutenção da obra missionária de todo crente: ide e pregai o evangelho a toda criatura. São exemplos disso a capitalização empreendida por nomes como Edir Macedo, R. R. Soares e Silas Malafaia.

Para alcançar tal objetivo, as técnicas empregadas pelos pastores e missionários que se utilizavam dos microfones se assemelhavam às características encontradas no campo da publicidade e propaganda, como constatou Campos (1982). Entre elas, a simplificação do discurso, o maniqueísmo, a criação de um inimigo comum (diabo), a amplificação e desfiguração dos acontecimentos, o emprego de *slogans* e palavras de ordem, características

já observadas desde a década de 1930 na propaganda política de figuras como Hitler, Mussolini, Stálin e Vargas.

Tal estratégia discursiva é classificada por Campos (1982) como “marketing do sagrado”, por meio do qual o público é convencido de que tem uma necessidade premente de salvação só encontrada no produto oferecido de pronto pelos programas evangélicos. Soares (2002) também observou esse fenômeno, que nominou de marketing da fé, no qual “existe, para tanto, uma moeda em circulação: a obediência e adesão irrestritas, como de resto, se exige, no mundo da publicidade, fidelidade às marcas e aos produtos comumente anunciados” (SOARES, 2002, p. 169). Outros autores, como Cunha (2004), também atentam para isso e demonstram como o marketing é parte fundamental da ação das igrejas pentecostais e neopentecostais. E destacam, ainda, a importância do apelo utilizado para preservação do número de fiéis, uma vez que apontam a infidelidade desse consumidor, frequentemente seduzido pelas ofertas de outras igrejas.

Em função disso, há um investimento crescente dessa parcela de igrejas na televisão, com televangelistas ganhando grande destaque nos Estados Unidos especialmente a partir da década de 1960. Como parte de seu marketing, adentram o universo político e passam a exercer grande influência sobre seus fiéis. Perseguidores da ideologia comunista, deram suporte a diversas campanhas eleitorais, com destaque para a eleição de Jimmy Carter, Reagan, Bush e Clinton, entre outros. Billy Graham é considerado o pioneiro desse processo (CAMPOS, 2004), tendo iniciado sua escalada na comunicação de massa no rádio, em 1951. A partir de 1954, marcou presença na televisão por causa das cruzadas internacionais. Influente no campo da política, nem sua proximidade com o presidente Nixon, envolvido no escandaloso caso Watergate, a quem apoiou até a renúncia, nem o apoio à Guerra do Vietnã negativaram sua imagem diante do público da TV. Além de Graham, Jerry Falwell também teve notória participação no evangelismo televisivo. Ele fez parte da fundação da *Moral Majority*, movimento conservador de direita que esteve entre as lideranças do pensamento conservador religioso norte-americano. Falwell exerceu influência em diversas eleições americanas, entre elas as de Carter, Bush e Reagan.

No Brasil, a mídia começou a vender espaço na grade de programação para os televangelistas norte-americanos a partir de 1978. O pioneiro nesse campo foi Rex Humbard, que usava a música em seu programa e colocava sua família cantando junto com ele, e ficou no ar até 1984. Ele, que se popularizou por ser pastor de Elvis Presley em seus últimos anos de vida, foi apresentador de um programa na TV Tupi, chegou a levar 180 mil pessoas ao

estádio do Maracanã, em 1982, em um de seus eventos. Nesse mesmo período, foi exibido o programa televisivo *Clube 700*, de Pat Robertson, também considerado um dos pioneiros. Mas foi Jimmy Swaggart, quem permaneceu mais tempo no ar devido ao apoio que recebeu da Assembleia de Deus brasileira (CAMPOS, 2004; CUNHA, 2004; FONSECA, 2003).

Swaggart ganhou notoriedade por causa de seu talento teatral. Em suas pregações utilizava gestos, tocava piano e cantava (CAMPOS, 2004). Era considerado um *showman* da fé e se movimentava com muita desenvoltura: “[...] No final do programa entra em cena seu filho Donnie Swaggart, que descreve as obras escritas por seu pai, suas atividades pelo mundo, e termina solicitando recursos para sustentação da obra que a família Swaggart realiza pelo mundo” (CARDOSO, 1984, p. 9).

Jimmy Swaggart também utilizava suas pregações para se posicionar contrário ao comunismo. Suas aparições na televisão brasileira se deram na TV Record e, posteriormente, na Rede Bandeirantes. Em março de 1987, depois de um escândalo, Swaggart foi denunciado por mau uso de recursos dos dízimos e ofertas e por envolvimento com prostitutas. Foi suspenso das atividades pastorais, rompeu com sua igreja e manteve seu ministério independente na mídia (PATRIOTA, 2008).

A presença dos evangélicos brasileiros na televisão encontrou como obstáculo os altos custos do espaço de veiculação. Por isso, de início, poucos programas conseguiam ficar no ar durante muito tempo (CAMPOS, 2004). Os televangelistas sofreram com a falta de caixa das instituições mantenedoras. Por outro lado, os empresários de televisão não tinham interesse em abrir suas grades para programas religiosos. Esse cenário levou os pastores a investirem em horários de baixa audiência, como as madrugadas, única alternativa diante da escassez de horários nobres. A saída encontrada nesse cenário desvantajoso foi adquirir seus próprios meios de comunicação, o que elevou o nível de qualidade técnica dos programas, até então feitos de forma artesanal e amadora, sem levar em consideração as características próprias da tevê (CAMPOS, 1997).

Na década de 90, como pioneira, a igreja neopentecostal Renascer em Cristo adquiriu seu próprio canal em UHF, a TV Gospel. Contudo a que mais se deu bem nesse campo foi a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), considerada um dos maiores sucessos empresarial-religiosos do Terceiro Mundo (ORO, 2003). Além da compra da TV Record, em 1989, por 45 milhões de dólares, o grupo adquiriu ainda a sede e os equipamentos da TV Jovem Pan, que custaram 15 milhões de dólares. A Record é, hoje, composta por emissoras de

televisão (ocupando o 2º lugar na audiência nacional) (O TV FOCO, 2016), além da Rádio Record de São Paulo, que comanda outras dezenas de emissoras de rádio.

A IURD mantém mais de quatro mil templos e emissoras de rádio e de televisão fora do Brasil; o jornal *Folha Universal*, com tiragem superior a um milhão e meio de exemplares; um parque gráfico; um banco; uma empresa de turismo e uma fábrica de móveis e equipamentos para igrejas. Esse conglomerado de empresas trabalha em sintonia para atrair os fiéis para os templos.

No esquema de *marketing* da IURD, rádio, televisão, jornais, revistas e *sites* na Internet caminham juntos, empregando as mesmas ênfases para levar a qualquer custo as pessoas para o “endereço da bênção” – os templos –, transmitindo na mídia os rituais realizados nos vários templos, principalmente nos megatemplos construídos no Rio de Janeiro e em São Paulo, inserindo vinhetas e *jingles*, ressaltando os milagres, prodígios e resultados alcançados pela sua autoproclamada eficiência simbólica. A insistência nos resultados, o oferecimento de soluções para uma classe média premida pela crise econômica e para camadas pobres em busca de ascensão social, acrescido pelas mutações provocadas pela “pós-modernidade”, tudo fez com que a comunicação dessa igreja escolhesse como meta a satisfação dos *sonhos e desejos* do público-alvo (CAMPOS, 2004, p. 160-161).

Dos púlpitos dos templos aos eletrônicos, as igrejas neopentecostais seguem avançando nas estratégias de comunicação diante de um cenário ainda mais competitivo entre as denominações, especialmente a partir da internet, das novas tecnologias da informação e comunicação e das novas frentes de consumo disponíveis no mercado. Atualmente, igrejas, como Universal do Reino de Deus, Assembleia de Deus Vitória em Cristo e Internacional da Graça de Deus possuem perfis institucionais nas maiores redes sociais, como Facebook, Twitter, Instagram e Periscope. Também, aproveitando-se de seu carisma e popularidade, os líderes expoentes dessas igrejas administram perfis pessoais em que se posicionam e reforçam a ideologia religiosa em diversos campos sociais.

O crescimento das igrejas neopentecostais é diretamente proporcional ao crescimento de sua presença na comunicação massiva, em uma estratégia articulada que envolve rádio, televisão, impressos e internet. Tal movimento sintoniza os crentes com o mundo globalizado e uniformiza as pessoas com sonhos de prosperidade econômica, vida cultural e social em comum com vistas à obediência aos líderes, verdadeiros interlocutores entre o divino e o terreno. O fato é que a vida espiritual mediatizada pelo rádio e a televisão muda a relação dos fiéis com a religião e, assim, o mercado religioso, que cada vez mais cria necessidades de avanço para manter-se viável política e economicamente. Esse fenômeno, definido como *mediatização da religião*, faz com que a intercalação dos códigos semióticos da religião e da

mídia deem origem a algo novo e distinto de ambos isoladamente (MARTINO, 2016) e se refere,

à primeira vista, ao modo como certas lideranças, de várias denominações, adotam práticas típicas de seus correlatos laicos na mídia, seja no modo de vestir, seja na maneira de lidar com a mídia, seja em sua preparação específica para conduzir celebrações e cultos em um estilo apropriadamente apto à transmissão pelos meios de comunicação (MARTINO, 2014, p. 14)

A internet é um importante espaço desse movimento especialmente porque, dadas as limitações de espaço da radiodifusão, a web oferece um espaço de visibilidade a todos os seus usuários. Além disso, através dela, as informações podem ser muito mais facilmente espalhadas em massa, em um intervalo mais curto de tempo, com baixíssimo custo (se comparado à radiodifusão). Sem contar com as bolhas de filtro que fazem com que pessoas com interesses comuns se fechem em um círculo de opiniões próximas, fortalecendo o vínculo identitário com os aspectos que lhe interessam (PARISER, 2011; PEDRONI; PASQUALI; CARLO, 2014).

Tais filtros, também tratados na literatura como filtros-bolha ou *filter bubble*, são sinônimos vistos em autores como Pariser (2011) para descrever os mecanismos de filtragem de conteúdo e busca personalizada, frequentemente utilizados por mídias sociais e ferramentas de busca, para selecionar o que é exibido ao usuário, com base em dados coletados de navegação. Tais mecanismos valorizam, no que exibem, conteúdos e ideias que se afinam com os padrões de comportamento apresentado pelo usuário, tendendo a descartar possíveis dissensos, restringindo e guiando a navegação dos usuários.

Além disso, o processo de convergência de mídias (JENKINS, 2009), no qual há uma hibridização dos meios e linguagens midiáticas e reapropriações dos conteúdos de forma cooperativa entre públicos e veículos de comunicação, fez da ocupação das mídias sociais condição *sine qua non* para posicionamento de qualquer ideia, marca ou projeto. Por essa razão, as igrejas e seus líderes investem cada vez mais nessas mídias, produzindo conteúdo diário e contratando equipes profissionais para gerenciar suas páginas e perfis.

Essa cultura da convergência, para usar o termo de Jenkins (2009), que vemos imperando nas mídias digitais, é poderosa na medida em que se constrói sobre dois atrativos pilares a esta geração, que cada vez mais busca meios horizontalizados e multívocos de comunicação: a inteligência coletiva e a cultura participativa. O primeiro conceito, desenhado por Lévy (2000), diz respeito à forma como se somam e compartilham as inteligências individuais, em sua diversidade, com a mediação das tecnologias digitais, de modo que consumo desses saberes não se dá numa interação indivíduo-máquina, e sim em uma

experiência comunitária, partilhada. É importante destacar que a ideia de coletividade dessa experiência está associada não só à “ligação entre mentes reais que se comunicam pela fala, mas também à comunicação entre mentes mortas, vivas e aquelas (virtuais) que virão” (LÉVY, 2000, p. 62). Justamente por isso, a inteligência coletiva constitui um novo e estratégico vetor de exercício de poder.

Já a ideia de cultura participativa trata da forma atual de consumo exercida pelo público, que se coloca cada vez menos na posição de receptor passivo de informações e assume, cada vez mais, um papel ativo no processo de comunicação, demandando a escuta de sua voz no contexto criativo das mensagens. Trata-se de um processo complexo, de produção mais horizontalizada (não necessariamente de uma hierarquia de poder horizontal) e criado para ser de domínio coletivo. Prevê não a substituição de uma mídia por outra, como propôs o paradigma da revolução digital, mas a hibridização delas em interações cada vez mais complexas (JENKINS, 2009). É, por tais características, que a internet é cara à expansão neopentecostal.

E como parte desse projeto de avanço, uma vez ocupando o espaço da mídia, os evangélicos, em especial os pentecostais e neopentecostais, têm tomado, gradativamente, o espaço político. Trata-se de uma atitude que interessa duplamente a esses grupos, uma vez que a política lhes entrega espaço midiático e este, por sua vez, favorece a eleição, como destaca Freston (1993). Líderes religiosos brasileiros, inclusive os midiáticos, têm, cada vez mais, usado seu espaço nos meios de comunicação de massa para transmitir ideias políticas, doutrinar fiéis quanto a seus dogmas e crenças e emitir opiniões e direcionamentos quanto a decisões da esfera pública. E, assim como nos Estados Unidos elegeram-se presidentes com base nessa estratégia, no Brasil, nas últimas duas décadas, cresce exponencialmente o número de lideranças religiosas nos poderes Executivo e, sobretudo, Legislativo.

2.5 Se Deus é por nós, quem será contra nós?: o poder do púlpito à política

Na América Latina, a maior parte dos países tem maioria da população cristã, com católicos ocupando o primeiro lugar. Mas o mesmo movimento de crescimento evangélico, sobretudo pentecostal, observado no Brasil e já descrito aqui, é também observado na maior parte desses países (ORO, 2008). Tal presença cristã é vista, inclusive, na matriz constitucional desses estados nacionais.

Tendo como recorte os 12 países que compõem a América do Sul, apenas três deles não fazem menção a Deus em suas Constituições – Chile, Guiana Francesa e Uruguai – e

apenas um referencia, além de Deus, uma divindade de outra religião, a saber a Bolívia, que cita também *Pachamama*, entidade feminina de origem nos cultos indígenas que representa a terra, a maternidade e a fertilidade. Além disso, alguns desses países mantêm o catolicismo romano como religião oficial (caso da Argentina) ou têm mecanismos específicos tratando da Igreja Católica Apostólica Romana (caso do Paraguai, Peru e Uruguai).

Tabela 1 - Relação entre Religiões Cristãs e Constituição dos Estados na América do Sul

País	Cita Deus na Constituição	Religião oficial	% Católicos	% Protestantes
Argentina	Sim	Catolicismo Romano	92	2
Bolívia	Sim (e Pachamama)	Não tem	76,8	16
Brasil	Sim	Não tem	64,6	22,2
Chile	Não	Não tem	66,7	16,4
Colômbia	Sim	Não tem	90%	N/A (incluso em outros)
Equador	Sim	Não tem	74	10,4
Guiana Francesa	Não	Não tem	8,1	30,5
Paraguai	Sim	Não tem, mas cita especial relação com ICAR	89,6	6,2
Peru	Sim	Não tem, mas dá destaque ao papel da ICAR no País	81,3	12,5
Suriname	Sim	Não tem	22,8	25,2
Uruguai	Não	Não tem, mas ressalva a propriedade católica dos templos	47,1	11,1
Venezuela	Sim	Não tem	96	2

Fontes: CIA, *The World Factbook*; Constituições dos países listados.

Ao olhar para esses dados é possível perceber que, apesar de a maioria dos países manterem uma separação jurídica entre Igreja e Estado (oito, entre os doze, não têm mecanismos específicos quanto ao catolicismo e dispensam tratamento constitucional isonômico), há ainda grande implicação do pensamento cristão na constituição e ação dos estados nacionais. O volume de citações de Deus (nove dos doze países) e o percentual de

cristãos nesses países (apenas Guiana Francesa e Suriname têm menos de 50% da população cristã) reforçam essa percepção.

Além disso, em uma pesquisa realizada com 18 países da América Latina sobre confiança nas instituições, a igreja ainda é apontada como a mais confiável, contando com a credibilidade de 66% dos entrevistados, número bem maior que as instituições públicas, a exemplo das Forças Armadas, com 50%; Polícia, com 38%; Instituição Eleitoral (no caso do Brasil, o Tribunal Superior Eleitoral), com 32%; Governo, com 28%; Poder Judiciário, com 26%; Congresso, com 25%; e partidos políticos, com 17% (LATINOBARÓMETRO, 2016). Para além desses dados, a própria leitura histórica da dinâmica sociopolítica desses lugares demonstra como é ainda utópico o tratamento religioso isonômico. Como destaca Mariano (2006, p. 227-228), “nas mais diferentes experiências históricas, tal neutralidade inexiste”.

No Brasil, como já destacado neste texto, o catolicismo se manteve como religião oficial até a promulgação, com a proclamação da República, da Constituição de 1891. A primeira constituição republicana secularizou alguns dos ritos civis que eram de governo católico, como o casamento, os cemitérios e alguns aparelhos estatais. Do mesmo modo, pôs fim ao regime de padroado, vigente durante o período colonial e imperial, segundo o qual havia uma relação de troca entre a ICAR, que se estabelecia como religião oficial e impunha ao Estado seus preceitos, e os governos nacionais, que em troca ganham a prerrogativa de gerir a Igreja em seu território, tomando para si o direito sobre os dízimos, construção de paróquias e dioceses e nomeação do episcopado (RABAT, 2010).

Até essa altura, pelo monopólio religioso que mantinha e sua posição privilegiada na sociedade, a Igreja Romana pouco se viu inserida, diretamente, na direção política do País (MICELI, 2009; RABAT, 2010). A partir da República é que a Igreja enxergou a necessidade de se reposicionar diante da vida pública e, desde os anos 1920, “a influência política é vista como algo necessário para a transmissão da fé” (AVELAR; CINTRA, 2015, p. 390). É desse movimento do catolicismo que, na década de 1930, com a boa relação entre o então presidente Getúlio Vargas e seu amigo dom Sebastião Leme, surge na Constituição de 1934 o princípio de colaboração recíproca entre Igreja e Estado (ORO, 2008).

Além disso, é fruto dessa atuação a criação da Liga Eleitoral Católica (LEC), que recomendava ou vetava candidatos a partir dos interesses conservadores do catolicismo (FREESTON, 1993; ORO, 2008), e da Ação Católica do Brasil, esta última por ação de dom Sebastião Leme e do padre do Recife João Batista Costa, com seus estatutos promulgados em 1935 pelo episcopado nacional (RABAT, 2010). À essa época, a participação protestante

nacional dava seus primeiros passos e, diante da criação da LEC, alguns líderes evangélicos lançam um memorial, em 1932. Nesse período, também, os protestantes conseguiram um parlamentar evangélico na Constituinte, Guaracy Silveira, pastor metodista eleito pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) (FRESTON, 1993).

Enquanto isso, da Ação Católica no Brasil, nasceram a Juventude Agrária Católica (JAC); Juventude Operária Católica (JOC); Juventude Estudantil Católica (JEC); e Juventude Universitária Católica (JUC), que vieram a desempenhar importante papel de resistência democrática durante o período da ditadura civil-militar brasileira. A Igreja Católica apoiou o golpe de estado de 1964, mas retirou seu apoio em 1968, em virtude de diversos fatores, entre eles o concílio Vaticano II e a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (RABAT, 2010; ORO, 2008). Foi nesse período que as juventudes católicas exerceram grande papel como movimentos contrários aos governos militares, com forte ligação com as bases e a emergente Teologia da Libertação.

Por outro lado, no campo protestante, à época uma pequena minoria da população, mas já com uma representação parlamentar que variou entre 5 e 12 nomes até 1987 (FRESTON, 1993; ORO, 2008), a maior parte das igrejas, com poucas exceções, como a luterana, continuaram a apoiar o regime (ORO, 2008). No entanto, é importante destacar que, apesar do apoio institucional, muitos protestantes e líderes dessas igrejas se opuseram à ditadura desde o início, em especial os alinhados ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e à Confederação Evangélica Brasileira (CEB). Entre eles, pode-se destacar Anivaldo Padilha (pai do ex-ministro Alexandre Padilha), delatado e torturado por lideranças Metodistas; Zwinglio Mota Dias, pastor emérito da Igreja Presbiteriana Unida; Paulo Stuart Wright, deputado estadual cassado, e também seu irmão Jaime Wright; Lysâneas Dias Maciel, deputado federal cassado; e o pentecostal Manoel da Conceição (SOUZA, 2014; BRASIL, 2014; RABAT, 2010).

Mas foi com a redemocratização do país que os protestantes, especialmente os pentecostais, que majoritariamente se abstinham da vida política, intensificaram sua participação na vida do Estado. Se de 1933 a 1987 50 parlamentares protestantes assumiram mandato, entre titulares e suplentes (FRESTON, 1993), esse número se multiplica rapidamente desde então, e não só no Legislativo nacional, mas em espaços dos demais poderes nos estados e municípios, também. As leituras possíveis para esse fenômeno são tão diversas quanto o número de pensamentos e doutrinas sob o nome de protestantes ou evangélicos, mas assinalamos as mais relevantes ao nosso estudo a seguir, a partir de uma

leitura da Sociologia da Religião no viés da sociedade civil e dos interesses declarados pelos grupos pentecostais e neopentecostais.

Com o fim do regime militar no Brasil, o início da redemocratização e o retorno ao pluripartidarismo, diversos atores sociais passam a surgir do campo público com pautas específicas de reivindicação de direitos e proposição de políticas. Essa emergência de atores, do que se convencionou chamar sociedade civil (BURITY, 2009), abarcou, sobretudo, movimentos ligados à ecologia, gênero, igualdade étnico-racial, geração, orientação sexual e religião (BURITY, 2009; MACHADO; BURITY, 2014). Tais grupos, vistos com otimismo como reflexo de um aprofundamento da democracia nacional, apesar de diversos, têm como características a formação de alianças, com poucas exceções e isolamentos, e a organização em redes, associações e organizações não-governamentais (ONGs).

É nesse mesmo período que os evangélicos ingressam maciçamente no campo político (FRESTON, 1993; MACHADO; BURITY, 2014; ORO, 2008; RABAT, 2010) e a atuação protestante se transforma, especialmente pela investida das igrejas pentecostais e neopentecostais. Se antes, com presença maior dos protestantes históricos, havia uma tendência pouco mais à esquerda, comparando-se à média dos parlamentares, agora esse grupo se diversifica e cresce, consideravelmente, o número de políticos protestantes identificados com ideias conservadoras e também à direita (FRESTON, 1993; ORO, 2008). Esse movimento, encabeçado à época pela Assembleia de Deus, seguindo a atitude iniciada pela IURD de lançar candidatos próprios, traz também uma redistribuição na representação geográfica dos deputados pentecostais: cresce o número de parlamentares do Nordeste e Centro-oeste e passam a surgir representações de estados menores do Norte (FRESTON, 1993).

Vários partidos, então, estimulam a entrada de candidaturas evangélicas, buscando capitalizar o momento em votos e expressividade partidária. Como resultado, o Partido Liberal (PL) passa a acolher muitos dos atores da Igreja Universal do Reino de Deus em seus diretórios estaduais, sendo um dos pioneiros nesse movimento. Há também um grande inchaço do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e posterior debandada dos parlamentares para partidos mais à direita, entre os quais Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), PL e Partido Democrático Social (PDS) (FRESTON, 1993). Posteriormente, o Partido Liberal, reduto neopentecostal, se une ao Partido da Reedificação da Ordem Nacional (Prona) para fundar o Partido da República (PR), que mantém como traço fundamental a liderança neopentecostal.

É importante destacar que esse movimento dos protestantes não é fruto do acaso ou de uma resposta espontânea à emergência da participação pública dos movimentos sociais. Como destaca Paul Freston (1993), mais da metade dos candidatos protestantes eleitos após a Constituinte de 1986 “são candidatos oficiais de igrejas pentecostais, uma modalidade praticamente inédita” (FRESTON, 1993, p. 180). É com essa investida que é criada, naquela legislatura, a primeira “bancada evangélica”, composta por 36 parlamentares (32 titulares e 4 suplentes que assumiram o cargo), dos quais 18 pentecostais ou neopentecostais (ORO, 2008; FRESTON, 1993). Sua investida, como resposta à crescente participação dos demais movimentos sociais, privilegia as questões morais (MACHADO, 2010) e pode ser vista

a) como forma de sobrevivência em uma ordem social em que as relações entre o Estado e os grupos religiosos sempre foram muito assimétricas e onde a agenda política dos movimentos feministas e pela diversidade sexual vem se impondo e orientando as políticas públicas no campo da educação, da saúde e das relações familiares; b) como forma de construção (minoritária) de uma agência coletiva com pretensões de reconhecimento e influência (MACHADO; BURITY, 2014, p. 602-603).

Freston (1993) ainda sugere, entre as razões desse movimento pentecostal para o campo político, o beneficiamento pessoal dos líderes religiosos que alcançam, com o mandato, espaço de poder e status; o receio de uma suposta liberdade religiosa ameaçada, disputando com o catolicismo o espaço de religião civil (e, mais recentemente, com a ideia de estado laico); e, por fim, a defesa de uma suposta ameaça à moral da família, lema ainda hoje utilizado, e por meio do qual “os pentecostais reagem a mudanças no ambiente social que ameaçam a socialização sectária” (FRESTON, 1993, p. 181). Em suma, completa ele, “a politização pentecostal visa fortalecer lideranças internas, proteger as fronteiras da reprodução sectária, captar recursos para a expansão religiosa e disputar espaços na religião civil” (FRESTON, 1993, p. 181).

Em que se pese as leituras sociológicas, é necessário dizer que, enquanto justificativa teológica, os pentecostais e neopentecostais são movidos pelo sentimento de trazer para a terra a sua concepção de Reino de Deus, atendendo ao texto presente na oração do Pai Nosso, “venha a nós o teu Reino”. Há um enobrecimento desse avanço como missão divina, o que também ajuda a explicar a mudança histórica de postura desse grupo que rejeitava o envolvimento com a política. É dessas bases sociológicas e religiosas que a noção de que “crente não se mete em política” se converte em “irmão vota em irmão” (FRESTON, 1993; ORO, 2008).

Entretanto, a própria noção desse Reino de Deus chega a ser divergente, em alguns casos, dentro do próprio contexto pentecostal e neopentecostal. Assim como ocorre com a

noção de democracia. Há diversos atores, e até mesmo grupos constituídos, dentro do seio do pentecostalismo, que têm atuado com visão díspar da hegemônica em seu contexto. Esse grupo de atores, como destacam Machado e Burity (2014), costuma estar distante dos mandatos eletivos e, costumeiramente, sofre falta de apoio ou oposição frontal de suas igrejas. Também por isso esse conjunto tende a estar mais próximo dos grupos ecumênicos e se vê “como e a partir da sociedade civil, [...] particularmente no atendimento a necessidades materiais dos pobres e [...] articulando as linguagens dos direitos e do associativismo civil” (MACHADO; BURITY, 2014, p. 610).

É possível destacar, entre tais, um sem número de profissionais que atuam em assessorias parlamentares, ONGs, redes e organismos de cooperação internacional. E é possível até mesmo elencar instituições evangélicas, como a Visão Mundial¹¹, Diaconia¹², Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral (CADI)¹³, Rede Fale¹⁴, Rede Evangélica Nacional de Ação Social (RENAS)¹⁵, Rede Mãos Dadas¹⁶, Instituto Solidare¹⁷, Ação Evangélica (Acev)¹⁸, Igreja Batista em Coqueiral¹⁹, Ação de Rua e Cultura Alternativa (ARCA)²⁰, Tearfund Brasil²¹, entre outras, que congregam pentecostais e neopentecostais em suas estruturas organizacionais.

Parte desse grupo tem sua filosofia de atuação influenciada pela Teologia da Missão Integral (MI), que passou a ser propagada no Brasil na década de 1980 e tem origem Pacto de

¹¹ *World Vision*, fundada em 1950, é considerada a maior ONG do mundo e atua em mais de 100 países, com ações prioritárias para o bem estar e desenvolvimento da infância e adolescência e combate à pobreza.

¹² A Diaconia é uma premiada ONG fundada no Rio de Janeiro em 1967 e que atua no Nordeste do Brasil com ações de promoção de direitos e desenvolvimento social, especialmente voltadas para Juventude, Gênero, Convivência com o Semiárido e Agricultura Familiar.

¹³ ONG brasileira, de fundação protestante, que se dedica a trabalhar o Desenvolvimento Comunitário em diversas cidades do País.

¹⁴ Rede Evangélica, composta majoritariamente por universitários, que se dedica à promoção de justiça e direitos humanos, especialmente focada na problemática da pobreza e das pautas que lhes são transversais.

¹⁵ Rede que agrega centenas de líderes e instituições evangélicas dedicadas à Ação Social nos mais diversos eixos temáticos, e promove encontros anuais para discussão de suas pautas de ação no período.

¹⁶ Rede nacional que reúne instituições e líderes focadas na proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes, com especial atuação na prevenção da violência psicológica, física e sexual.

¹⁷ Instituto que desenvolve ações de promoção de direitos e desenvolvimento social, com foco na redução de desigualdades, combate à pobreza, educação e direitos da infância e adolescência e atuação concentrada nos municípios do Recife, Jaboatão dos Guararapes e Panelas.

¹⁸ Igreja com atuação no Nordeste que desenvolve projetos e programas focados em educação, saúde, proteção ao meio ambiente, convivência com o semiárido e agricultura familiar.

¹⁹ Igreja localizada no bairro de Coqueiral, no Recife, que mantém o Instituto Solidare e acolhe em seu espaço os projetos desenvolvidos, além de ser promotora da Escola de Fé e Política Pr. Martin Luther King Jr.

²⁰ Igreja radicada no Recife, que se reúne no Parque 13 de Maio, e mantém trabalhos de ação social no Coque e se dedica a tratar de questões de gênero e sexualidade.

²¹ Braço nacional da *Tearfund International*, ONG evangélica que atua com projetos em diversas áreas, com foco na incidência em políticas públicas e erradicação da pobreza e vulnerabilidade social.

Lausanne, aprovado no Congresso Internacional de Evangelização Mundial, realizado em Lausanne, Suíça, em 1974. De modo sucinto, essa Teologia tem como objetivo romper o que entende como dualismo da igreja, que tende a reduzir a vida cristã a aspectos espirituais imanes, eliminando a vida prática material de suas recomendações, e devolver o olhar do cristianismo à integralidade da vida humana e a todas as suas dimensões (econômica, social, cultural, etc). Desse modo, compreende que sua relação com a espiritualidade transcendente implica em uma ação material concreta de promoção de direitos e justiça, e tem como máxima “o Evangelho todo, para o ser humano todo, para todos os seres humanos” (RAMOS, 2016).

Em menor escala, essa diversidade e divergência também podem ser vistas no posicionamento dos políticos evangélicos, a despeito da hegemonia do pensamento conservador e imbuído das características já descritas aqui, sobretudo a partir de Freston (1993), Machado (2010), Burity (2006). Em estudo feito com 58 lideranças protestantes, das quais 18 com mandato no Legislativo em níveis municipal, estadual e federal, Machado e Burity (2014) destacam que também entre eles há, em determinados momentos, diferentes perspectivas. E reforçam que

parte do embate agonístico se refere a diferentes concepções do que seja democrático (por exemplo, se deve prevalecer a ativação do princípio da maioria ou o respeito às demandas e direitos das minorias, se as decisões devem ser ancoradas na participação e consulta direta ou na representação). Nos embates com seus adversários, os pentecostais conservadores entrevistados apelaram alternadamente para todos esses entendimentos (MACHADO; BURITY, 2014, p. 612).

Vale destacar que essa guinada do movimento pentecostal como religião pública não é um fenômeno isolado do Brasil. O mesmo movimento pode ser observado em outros países da América Latina e da África subsaariana, e é tido como “a força mais dinâmica e expansiva do cristianismo no mundo” (SOUZA, 2012, p. 314) e um dos fenômenos sociais “mais importantes dos últimos vinte anos” (CORTEN, 2001, p. 152) desses locais. No entanto, seu progresso nesse campo é especialmente expressivo no Brasil. E isso pode ser visto com números.

Conforme já apresentado aqui, o primeiro político declaradamente evangélico assumiu seu posto em 1933. No entanto, com a dissolução do Congresso Nacional durante a ditadura Vargas, a eleição de representantes legislativos só é retomada em 1946, ano em que é eleito um parlamentar evangélico. No pleito seguinte, em 1950, pela primeira vez há mais de um deputado federal evangélico eleito. Até 1986, marco da entrada pentecostal massiva na política, são 50 evangélicos assumindo o cargo (entre titulares e suplentes), a maioria de igrejas históricas (FRESTON, 1993). Cenário bem diferente do atual, apenas 30 anos depois.

De acordo com dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), na legislatura iniciada em 2014, foram eleitos 74 deputados evangélicos diretamente ligados às igrejas (DIAP, 2014). Desses, 35 são novos e 39 foram reeleitos. E os pentecostais são a maioria: 60 deles (dos quais, ao menos 20 podem ser considerados neopentecostais), contra 14 de protestantes históricos ou de missão. Abaixo, na Tabela 1, é possível observar a divisão dos cargos entre as igrejas, destacando-se que, como hoje as denominações têm se subdividido em ministérios ou convenções (geralmente por cisões teológicas ou disputas de poder), e há liberdade teológica nessa separação, pode haver um subgrupo, por exemplo, pentecostal sob o nome de uma denominação tradicionalmente histórica.

Tabela 2 - Número de parlamentares declaradamente evangélicos eleitos por igreja para a legislatura 2014-2018²²

Igreja	Parlamentares
Assembleia de Deus	26
Universal do Reino de Deus	13
Batista	9
Presbiteriana	6
Evangelho Quadrangular	4
Congregação Cristã no Brasil	2
Internacional da Graça de Deus	2
Mundial do Poder de Deus	2
Sara Nossa Terra	2
Assembleia de Deus Vitória em Cristo	1
Cristã Maranata	1
Fonte da Vida	1
Luterana	1
Metodista	1
Cristã Nova Vida	1
O Brasil Para Cristo	1
Projeto Vida Nova	1

²² A Assembleia de Deus Vitória em Cristo é o único subgrupo que aparece discriminado em separado da denominação da qual surgiu por ser dirigida por Silas Malafaia, uma das lideranças analisadas neste trabalho.

Fonte: BRASIL (2015)

Em termos de representação por estado ou região, é observável a manutenção da realidade já indicada por Freston (1993): com a inserção pentecostal, cresce o número de estados representados. O quadro muda de 11 estados com representantes protestantes antes da Constituinte para 19 na imediata legislatura pós-Constituinte, e chega a 25 (24 estados mais o Distrito Federal) na legislatura atual. O Rio de Janeiro toma a posição de estado com mais parlamentares evangélicos eleitos (14 ao todo), com São Paulo logo em seguida, apenas com um a menos (13 no total). É perceptível a maior inserção de estados do Norte, que até a Constituinte não tinham eleito evangélicos, como Acre, Amapá e Rondônia. Além de um expressivo crescimento na eleição desse grupo no Nordeste, superando o Sul (antigo reduto protestante, com maioria histórica), Centro-oeste e no próprio Sudeste. Esta é a relação de eleitos por estado na legislatura atual:

Tabela 3 - Distribuição de parlamentares evangélicos por estado na legislatura 2014-2018

Estado	Parlamentares
Rio de Janeiro	14
São Paulo	13
Bahia	5
Paraná	5
Minas Gerais	4
Espírito Santo	3
Rondônia	3
Rio Grande do Sul	3
Goiás	2
Maranhão	2
Mato Grosso	2
Pará	2
Pernambuco	2
Roraima	2
Sergipe	2
Acre	1
Alagoas	1
Amapá	1
Amapá	1
Ceará	1
Distrito Federal	1
Paraíba	1

Piauí	1
Rio Grande do Norte	1
Santa Catarina	1

Fonte: BRASIL (2015)

Do ponto de vista da distribuição partidária, com a entrada pentecostal coincidindo com a retomada do pluripartidarismo, além de maior diversidade há um movimento de criação de novos partidos alinhados aos propósitos religiosos. É o caso de partidos como o PR, já citado, fruto da fusão entre o PL e o Prona; do PRB; do PSC; e do Partido Social Democrata Cristão (PSDC). Com isso, muitos dos parlamentares optam por candidaturas vinculadas a esses partidos, que garantem a promoção de seus nomes entre os fiéis das igrejas apoiadoras. Isso se reflete na legislatura atual:

Tabela 4 - Distribuição de parlamentares declaradamente evangélicos por partido na legislatura 2014-2018

Partido	Parlamentares
PRB	15
PSC	9
PR	7
SD	6
PMDB	5
PSD	5
PSDB	5
PSB	3
PT	3
PTB	3
DEM	2
PDT	2
PP	2
PHS	1
PMN	1
PPS	1
PROS	1
PSOL	1

PTN	1
PV	1

Fonte: BRASIL (2015)

O Partido Republicano Brasileiro (PRB) é reduto da Igreja Universal do Reino de Deus e figura como o partido com mais parlamentares evangélicos eleitos. Em seguida figuram o PSC, reduto pentecostal e neopentecostal, com nove eleitos; e o PR, também reduto neopentecostal. Juntos, esses três respondem por 31 dos 74 parlamentares, ou quase 42% do total. A relação evangélicos-partido, da atual legislatura, consolida o que já observava Freston (1993): a entrada dos pentecostais na política diversificou a distribuição desse grupo em mais siglas partidárias e levou a uma guinada dos evangélicos à direita e ao conservadorismo.

De 1979 a 1983, período que antecede a corrida pentecostal rumo aos espaços públicos de poder, a distribuição dos protestantes era: Partido Democrático Social (PDS) com 7 parlamentares; PMDB com 5; e PTB com 1. De 1983 a 1987 os números passam a ser 7 no PMDB; 5 no PFL; 3 no PDS; e 2 no PDT. E após a Constituinte há o primeiro *boom* protestante, vendo-se o PMDB com 9 representantes; o PFL com 8; PDC, PDT, PL e PRN com 3 cada; PSDB e PTB com 2; e PDS, PST e PT com 1, na legislatura de 1987-1991 (FRESTON, 1993).

Passou-se de 11 partidos, na imediata legislatura pós-Constituinte, para atuais 20 partidos com representantes protestantes, quase o dobro em um intervalo de 25 anos. Desses, 8 estão no que se considera o espectro centro-esquerda ou esquerda, a saber o Solidariedade (SD), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Verde (PV) e Partido Socialista Brasileiro (PSB). Estes somam apenas 18 parlamentares, frente a 56 do centro à direita. A maioria, independentemente do lado no espectro político, com direcionamento conservador. São, em sua maioria, políticos que trazem a marca de

[...] campanhas fundamentadas nos carismas institucionais dos candidatos (o padre fulano, o pastor sicrano, o bispo fulano, militante carismático), opções oficiais de Igrejas por determinadas candidaturas, obediência eleitoral solicitada dos fiéis, partidos com nomes religiosos, perspectivas de conquista do poder executivo no mais alto nível, ambição de transformar através das conquistas políticas as identidades nacionais: do “Brasil católico”, por exemplo, passar a um “Brasil Evangélico” (SANCHIS *apud* ORO, 2008, p. 48).

Tal traço pode ser exemplificado com a imagem abaixo, de uma campanha digital recente, na ocasião da posse na Comissão de Direitos Humanos da Câmara do pastor, cantor

gospel e deputado Marco Feliciano (PSC). A campanha foi promovida na internet e contém o logotipo do Partido Social Cristão (PSC) e Partido Republicano Brasileiro (PRB), com indicação de apoio da pentecostal Assembleia de Deus e das neopentecostais Assembleia de Deus Vitória em Cristo (cisão da Assembleia de Deus, liderada pelo televangelista Silas Malafaia), Igreja Universal do Reino de Deus (regida por Edir Macedo), Igreja Internacional da Graça de Deus (encabeçada pelo televangelista R. R. Soares) e Igreja Mundial do Poder de Deus (liderada pelo televangelista Valdemiro Santiago). O banner foi compartilhado por diversos apoiadores, e depois foi retirado do ar, mas os partidos negaram ter se tratado de conteúdo oficial seu (REDE BRASIL ATUAL, 2013).

Figura 1 - Banner veiculado em ocasião da posse de Marco Feliciano na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; nele há a convocação aos fiéis para transformar o Brasil em uma "Jesusracia".



Fonte: Facebook / Rede Brasil Atual

A proposta desse grupo hegemônico pentecostal passa pela ocupação do Legislativo como forma de imprimir sua moralidade às leis, por isso esse poder tem visto tão forte crescimento de representantes do segmento. Além disso, pesquisadores apontam para um

movimento em direção do Executivo pelo lugar estratégico que tem na indicação de nomes do Judiciário (VITAL, 2016).

E eles não estão sozinhos. Para além dos representantes diretos das igrejas, há um número bem maior de vizinhos ideológicos reunidos na Frente Parlamentar Evangélica, formalmente constituída no Congresso. Se a primeira banca evangélica contava com 36 integrantes em sua formação (ORO, 2008), a atual Frente Parlamentar soma 199 deputados (13 não estão em exercício, por licença ou afastamento do cargo) do total de 513 (BRASIL, 2015). São 38,79%, mais de um terço, da Casa Parlamentar. Além deles, 4 senadores evangélicos acompanham ideologicamente a Frente, Flexa Ribeiro (PSDB); Magno Malta (PR); Marcelo Crivella (PRB), que se licenciou do cargo e assume a Prefeitura do Rio de Janeiro, maior cidade do País, na gestão 2016-2020, tendo vencido o opositor Marcelo Freixo (PSOL) em segundo turno com 59,36% dos votos válidos²³; e Walter Pinheiro (PT).

A Frente tem representantes em todos os estados do Brasil, inclusive Mato Grosso do Sul e Tocantins, que não têm parlamentares eleitos diretamente ligados às igrejas, e também no Distrito Federal. Assemelha-se à lista de evangélicos eleitos por ligação com igrejas tanto em distribuição da representação por região quanto na composição da orientação partidária, congregando 50 políticos do espectro centro-esquerda e esquerda frente a 149 de centro à direita. Destacam-se, no entanto, o volume de peemedebistas, que ocupam o primeiro lugar no montante de integrantes por partido; a forte presença do Partido Progressista (PP), que a despeito do nome tem orientação majoritariamente conservadora e forte presença protestante, em segundo lugar, com 20 deputados; o empate numérico entre PRB e PSDB, ambos com 18 cada; e a aparição do PSB entre os primeiros, com 15 integrantes (BRASIL, 2015).

É esse bloco de pressão política, amplo e diverso, a caixa de ressonância dos movimentos pentecostais. E com uma composição tão complexa não é de se estranhar que, como afirma Oro (2008), não se trata de

um grupo político coeso, que são raros os temas e as votações em que se pode perceber a existência de uma unidade evangélica (ela aparece em assuntos ligados à moral e aos “bons costumes”, como a discussão em torno do aborto e da união civil dos homossexuais) (ORO, 2008, p. 51).

É, entre outras razões, pelo fato de essa unidade evangélica aparecer somente em temas ligados à moralidade que sua tensão se dá em maior grau com os movimentos feministas ligados a direito sexuais e reprodutivos, com os ligados aos direitos das populações

²³ É importante destacar o número expressivo de votos nulos, brancos e abstenções dessa votação que, juntos, somaram 42,75% do total de votos.

LGBT e com os ligados a regulamentação do uso de drogas (além de aparecerem tensões com outros grupos religiosos, especialmente os de matriz africana, grupos de proteção dos direitos das pessoas privadas de liberdade, grupos indígenas e grupos que militam por menos intervenção dos credos religiosos no *locus* público). Por tal razão, tais temáticas se constituem como o recorte e foco da análise neste trabalho, no que tange a violação de direitos.

3 NOSSA LITURGIA: AS TRILHAS METODOLÓGICAS DA ANÁLISE EM CURSO

Como exposto no capítulo anterior, o grupo classificado como protestante ou evangélico tem experimentado um crescimento exponencial no País (e também em grandes regiões da América Latina e África subsaariana), especialmente pela expansão dos subgrupos pentecostais e neopentecostais. Há, como evidenciado no breve panorama histórico aqui construído, um projeto de crescimento e de poder que envolve tanto as relações midiáticas quanto as relações políticas e institucionais. E para que tal projeto seja possível é estabelecido, em que se pesem as divergências dentro do próprio movimento neopentecostal, um discurso hegemônico que conecta pessoas e orienta a prática desse grupo.

É por essa razão que este trabalho se ocupará do discurso para conduzir a análise a que se propõe: poder e violação de direitos humanos no discurso neopentecostal – uma análise da atuação político-midiática nas redes sociais online. Para orientar quanto ao caminho teórico-metodológico percorrido, este capítulo se dedica a descrever os procedimentos adotados durante a pesquisa e a estabelecer o referencial que embasa a análise dos dados, que será desenvolvida no capítulo seguinte.

Aqui delimitamos as bases teóricas que orientam a condução da análise discursiva, dos procedimentos netnográficos e do flagrante como método. Também desenvolvemos, neste capítulo, a narrativa dos procedimentos utilizados para escolha dos porta-vozes neopentecostais analisados – o pastor e televangelista Silas Malafaia e o pastor e deputado federal Marco Feliciano – e a demarcação do recorte temporal em que se estabelece essa análise. Além disso, são caracterizadas nesta etapa as perspectivas conceituais de poder, governo e dispositivo, sobretudo a partir da pesquisa bibliográfica da obra de Michel Foucault (1999; 2001; 2005; 2008; 2013) e dos aportes de Agamben (2005), Pelbart (2001) e Fechine (2014); de direitos humanos, sobretudo a partir da análise documental dos marcos internacionais e nacionais do tema e das contribuições de Bobbio (1992), Mbaya (1997) e Espiell (1986).

Para facilitar a compreensão da dinâmica dos conceitos neste texto, além de conferir melhor visibilidade aos procedimentos que adotamos, estruturamos os seguintes subcapítulos: 2.1) Procedimentos metodológicos e perfil dos porta-vozes, em que tratamos da linha do tempo desta pesquisa, elucidamos a escolha dos procedimentos para a seleção e recorte e construímos, sumariamente, o perfil dos porta-vozes que serão analisados,

delimitando qual será nosso corpus; 2.2) Saber, discurso e a noção de poder e governo em Foucault, no qual tratamos da questão do poder para situar o conceito que utilizamos e que servirá de base para a análise, desenvolvida no capítulo seguinte; 2.3) Direitos humanos, violações e categorias de análise, em que situamos nosso referencial em direitos humanos e pontuamos os marcos documentais assinados pelo Brasil, estes que guiarão a análise.

3.1 Até chegar a Canaã: procedimentos metodológicos e perfil dos porta-vozes analisados

Esta tese se iniciou, quando ainda um projeto, com a ideia de analisar possíveis violações de direitos humanos no discurso dos televangelistas neopentecostais. A ideia, a princípio, era olhar para a televisão, ainda hoje mídia mais consumida no Brasil, em termos de regularidade e penetração, por ser uma concessão pública e ter grande presença neopentecostal, além de ser foco das pesquisas que tratam do fenômeno pentecostal e neopentecostal enquanto religião pública (PATRIOTA, 2004; PATRIOTA, 2008; MACHADO; BURITY, 2014; FONTELES, 2010; CAMPOS, 2004). No entanto, no decorrer das leituras e da observação dos conteúdos veiculados pelas lideranças neopentecostais, alguns dados nos conduziram a uma mudança estratégica de rota.

Primeiro, chamou-nos atenção o fato de que, apesar dos intensos debates de lideranças pentecostais, seus fiéis e grupos de forças contrárias, essa tensão, conflito ou dinâmica de poder pouco estava presente nos programas televisivos levados ao ar. Antes, como uma tendência atual, definida em alguns autores como convergência midiática ou transmidiação (JENKINS, 2009; FECHINE, 2014; MOREIRA, 2015), esse debate se processa e se desenvolve, sobretudo, no campo das mídias sociais online. Segundo, atraiu-nos o fato de que, uma vez apurando tal dinâmica, constatamos empiricamente a influência que as bolhas de filtro, sucintamente descritas no capítulo anterior e trabalhadas mais adiante, exercem sobre esse processo.

Foi esse olhar que nos fez, primeiro, deslocar a escolha da mídia televisiva para as mídias sociais. E, para tanto, precisamos recorrer a instrumentos metodológicos que dessem conta da mudança. Foi então que encontramos na Netnografia (KOZINETZ, 2007), caminho que se dedica à busca de “preservar os detalhes ricos da observação em campo etnográfico usando o meio eletrônico para ‘seguir os atores’” (BRAGA, 2006, p. 04), ferramentas úteis ao esforço que passamos a desenvolver. No entanto, ao avançar nas leituras e na observação das dinâmicas desse espaço virtual, especialmente diante da ebulição política por que passa o Brasil nos anos recentes, um novo contexto, além das violações de direitos humanos, veio-nos

à baila: a dinâmica de poder presente nesse discurso e a sua operação, especialmente no que tange ao gerenciamento dos fieis e cidadãos simpáticos aos posicionamentos defendidos pelos principais porta-vozes neopentecostais do país. Foi então que decidimos aprofundar o poder como tema e um dos sedimentos deste trabalho, optando por fazê-lo a partir da obra de Michel Foucault (1999; 2001; 2005; 2007; 2008; 2013) por consideramos seus aportes sobre discurso e governo úteis a uma melhor análise do objeto deste trabalho, tanto no que tange à produção de verdade do discurso dos porta-vozes analisados, quanto no que tange à dimensão de exclusão gerada por esse discurso.

Além disso, a partir do esforço bibliográfico empreendido para construção desta tese, pareceu-nos importante, do ponto de vista da contribuição à teoria, aplicar a sua noção de dispositivo às bolhas de filtro das mídias sociais online, correlacionando estas às dinâmicas de poder e circunscrevendo-as aos objetivos desta tese, o que certificamos ser um espaço de investigação ainda pouco explorado, dado facilmente observável em uma pesquisa rápida nos principais repositórios científicos disponíveis online.

Adicionadas tais perspectivas, no entanto, aprouve-nos manter ainda como foco a problemática dos direitos humanos porque, dadas as tensões que perpassam esse assunto diante do cenário político nacional e, em grande medida, mundial, cremos ser importante afirmá-los como condição de garantia da dignidade de todas as pessoas, quaisquer que sejam os lugares ocupados por estas nas dinâmicas de poder. Especialmente diante das evidências de violações no discurso neopentecostal hegemônico tanto midiático quanto político (ALVES; OLIVEIRA, 2013; TARDUCCI, 2007; MACHADO, 2017), destacando aqui, mais uma vez, a existência de vozes resistentes mesmo dentro do meio neopentecostal.

Assim, coube-nos aqui um esforço múltiplo, articulando diferentes aportes. De um lado, situamos o *corpus* na relação de poder na qual se insere: tratamos das suas formas de governo; delimitamos o argumento teológico e a bolha de filtro como dispositivos utilizados; contextualizamos o discurso e o papel de seus porta-vozes, assim como, em contraponto, os saberes sujeitados e os sujeitos excluídos. De outro, uma vez erigido esse trabalho, buscamos dar conta das violações no discurso e conteúdo articulado pela instância produtora. Não nos debruçamos sobre as sobredeterminações funcionais, preenchimentos estratégicos ou regimes de interação, apesar de pontuarmos sua existência no *corpus*, uma vez que nosso interesse maior, ao tratar das relações de poder, é a dinâmica que permite aos porta-vozes o lugar de poder e as articulações discursivas que sujeitam e violam direitos.

Nosso interesse, ao levantar esses conceitos, é, primeiro, situar o lugar de poder nos discursos promovidos pelos porta-vozes – tarefa que consideramos imprescindível para compreensão do contexto de violação – e, em seguida, estabelecer essa dinâmica para que não transpareça, neste trabalho, uma ideia maniqueísta de poder ou a leitura dele enquanto acúmulo ou fenômeno que se concentra em figuras soberanas. Em função disso, também, não nos prolongamos em uma análise da individualidade desses porta-vozes já que, como será dito adiante, não são eles, como indivíduos, que interessam a esta pesquisa, mas a hegemonia do discurso que promovem e representam, além da sua função enquanto norma.

Nesse sentido, articulamos esses eixos de compreensão e interesse de investigação para elaborar as categorias, apresentadas e desenvolvidas ao final deste capítulo, e proceder à análise. A escolha do material analisado se deu da seguinte forma: primeiro, para definição de quais porta-vozes seriam analisados, realizamos uma *web survey*²⁴, entre 18 de janeiro e 04 de fevereiro de 2016, divulgando nas redes sociais online e por meio de envio para contatos de e-mail. Incentivamos o livre compartilhamento do Formulário, que continha unicamente um questionamento: *“Quando se fala em intolerância religiosa e/ou violação de direitos humanos, qual o Nome da primeira PESSOA que vem à sua cabeça?”*. A ideia era, nesse momento, identificar as possíveis lideranças religiosas associadas a tal contexto e presentes no imaginário dos respondentes. Nesse período, foram coletadas respostas de 422 pessoas, que registaram, ao todo, 62 nomes, entre pessoas e institucionalidades. Como o campo de resposta era aberto, alguns dos respondentes submeteram mais de um nome, somando, ao todo 437 votos.

Dea consulta, que nos forneceu sumariamente uma amostra dos porta-vozes que mais figuravam nas mentes das pessoas que submeteram respostas, surpreendeu-nos não a presença das lideranças pentecostais – visto que, diante de sua emergência no campo político e midiático, têm sido pauta constante de debates –, mas a proporção e volume de suas citações. Apenas os dois porta-vozes aqui analisados aparecem, somados, em 47,38% das respostas, volume estatisticamente considerável. São eles: o televangelista e pastor Silas Malafaia, citado por 130 respondentes (o equivalente a 30,8% do total) e investigado da Operação Timóteo por suposta participação em esquema de lavagem de dinheiro (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016); e o pastor e deputado federal Marco Feliciano, apontado por 70 dos que submeteram aplicações no formulário, equivalente a 16,58% do total. A título de consulta, as

²⁴ Consulta pública por meio de formulário online

respostas colhidas foram distribuídas conforme tabela abaixo, com sistematização das citações obtidas:

Tabela 5 - Lista de nomes citados na consulta online e seu respectivo número de citações

Nome citado	Número de ocorrências
Silas Malafaia	130
Marco Feliciano (deputado federal)	70
Jair Bolsonaro (deputado federal)	45
Edir Macedo (fundador da IURD)	24
Jean Wyllys (deputado federal)	19
Evangélicos	13
Eduardo Cunha (ex-deputado federal)	11
Pastores	10
Religiosos	8
Igreja Católica	6
Adolf Hitler	5
Estado Islâmico	5
Pastor Lucinho	4
Muçulmanos	4
Eu	4
Ignorância	4
Preconceito	4
Rede Globo	3
Pastor Cleiton Collins (deputado estadual)	3
Eneias	3
Homossexuais	3
Jesus Cristo	3
Papa	3
Católicos	3
Fanáticos	3
Minha Avó	3
Al Qaeda	2

Maomé	2
Judeus	2
Igreja Universal do Reino de Deus	2
Meu Pai	2
Bancada Evangélica	2
Testemunhas de Jeová	2
Victor	2
Bashar al-Assad	1
Che Guevara	1
Osama Bin Laden	1
Espíritas Kardecistas	1
Charlie Hebdo	1
Pastor Eurico (deputado federal)	1
R. R. Soares	1
Valdemiro Santiago	1
Umbandistas	1
Tico Santa Cruz	1
Larissa Lourdes	1
Filipe	1
Flávia	1
Igrejas Pentecostais	1
Polícia Militar	1
Michele Collins (vereadora do Recife)	1
Meu Esposo	1
Michell	1
Neide Silveira	1
O Diabo	1
Nicolas Sarkozy	1
Apóstolo Paulo	1
Platão	1
Pastor Ailton José Alves	1
Sérgio Von Helder	1

Jerônimo Savonarola	1
Severino	1
Valéria	1

Fonte: A Autora

Tal volume de citações, somada à sua relevância diante das pautas político-midiáticas do projeto de poder hegemônico neopentecostal, fizeram-nos elegê-los como porta-vozes a serem analisados. Após esse primeiro filtro, coube-nos a delimitação das mídias que seriam analisadas. A escolha destas se deu a partir da observação de quais espaços eram mais frequentemente cenários dos debates, interações e dinâmica de circulação do poder exercido, levando também em consideração as bolhas de filtro. De tal modo, em função do volume de publicações realizadas pelos porta-vozes e da intensidade das interações do público, escolhemos o Facebook e Twitter como mídias que serviriam de suporte à análise.

Feito isso, faltavam-nos, apenas, critérios de definição temporal do *corpus*. Para tanto, à luz dos objetivos desta tese, observamos os fatos políticos relacionados aos porta-vozes que mais geraram *buzz*²⁵ na internet, com o cuidado de estabelecer um intervalo que permitisse observar articulações prévias e desdobramentos imediatamente posteriores à viralização do assunto. Com isso, chegamos a quatro diferentes intervalos de tempo, que compreendem, respectivamente: 1) a posse de Marco Feliciano na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; 2) a tramitação e aprovação em comissão do projeto de lei popularmente nomeado de “cura gay”, que trata da permissão para que profissionais de psicologia atuem no que seria uma tentativa reorientação ou neutralização da orientação homossexual; 3) a liberação legal para o casamento homoafetivo nos Estados Unidos e as investigações sobre o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha; e 4) o processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. São, portanto, os períodos analisados: de 1 a 30 de março e de 1 a 30 de junho de 2013; de 27 de junho a 5 de setembro de 2015; e de 6 de abril a 7 de maio e de 8 de agosto a 8 de setembro de 2016, respectivamente.

²⁵ Termo que, em tradução literal, significa zumbido e é utilizado no universo das mídias online para descrever a repercussão e alcance de um determinado tema.

Tabela 6 - Lista dos *topoi* discursivos e respectivos recortes temporais de análise

<i>Topoi</i> discursivos	Recorte temporal
Posse de Marco Feliciano na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados	1 a 30 de março de 2017
Tramitação e aprovação em Comissão do PL 4.931/2016 (“Cura gay”)	1 a 30 de junho de 2013
Liberação para o casamento homoafetivo nos Estados Unidos e investigações sobre o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha	27 de junho a 5 de setembro de 2015
Votação de abertura e conclusão do impeachment da então presidente Dilma Rousseff	6 de abril a 7 de maio e de 8 de agosto a 8 de setembro de 2016

Fonte: A autora

Foi essa a rota percorrida por nós para tornar possível esta tese, articulando teorias e compreendendo que a metodologia da pesquisa nos serve como trilha, não como trilho; trata-se de uma linha guia, um roteiro ou rastro que se percorre para desbravar um campo, e não de um caminho pré-determinado e rígido que conduz a uma estação. Dito isso, antes de adentrar o universo das teorias nesta tese articuladas, dedicar-nos-emos, nos subitens a seguir, a uma breve e sumária contextualização biográfica dos dois porta-vozes mais lembrados em nossa consulta online e de seu uso das mídias sociais online, a partir de onde procedemos à análise.

3.1.1 Silas Lima Malafaia

Silas Malafaia, nascido em 14 de setembro de 1958 na cidade do Rio de Janeiro, é formado em Psicologia, um dos televangelistas mais conhecidos do Brasil e, como dito em texto disponível no site da Associação Vitória em Cristo (AVEC), vinculada à Assembleia de Deus Vitória em Cristo, denominação religiosa que preside, “antes mesmo de ser consagrado a pastor já vislumbrava o poder dos veículos de comunicação” (AVEC, 2012, informação eletrônica). Seu primeiro programa de TV foi ao ar em 1982, ano em que alçou o cargo de pastor, sob o nome de Renascer. A transmissão ocorria em uma emissora local de televisão, radicada na cidade de São Cristóvão, no estado do Rio de Janeiro (AVEC, 2012). Foi nesse

programa em que iniciou a prática, até hoje adotada em seu programa, de pedir doações aos telespectadores e fiéis, anunciando o risco de fim do programa e da extinção da pregação do evangelho por esse meio.

A estratégia de financiamento dos fiéis, em paralelo com a captação de patrocínio, rendeu-lhe a permanência na televisão. Daí, então, os meios de comunicação de massa continuaram na lista de prioridades do pastor. Como parte das táticas de expansão, fundou a editora Central Gospel – e, depois, uma gravadora de mesmo nome – para produzir e vender obras de sua autoria e, em seguida, de cantores e outros escritores do ramo evangélico, especialmente pentecostal. Hoje, é vice-presidente do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil (CIMEB), que reúne lideranças evangélicas de várias denominações, mantém o site informativo Verdade Gospel e dirige o programa Vitória em Cristo, transmitido nacionalmente por diversas emissoras, entre as quais a Band, Rede TV, SBT, Rede Brasil e TV Cultura, e, segundo dados da AVEC, alcança mais de 200 países (AVEC, 2017; AVEC, 2012) com seu conteúdo de 1 hora de duração, traduzido para outras línguas.

O pastor, que pode ser categorizado no tronco neopentecostal por seu alinhamento à Teologia da Prosperidade e seu foco na batalha espiritual – no caso, em específico, contextualizando dentro da moralidade –, é um dos organizadores da Marcha Pra Jesus do Rio de Janeiro e foi apontado, em reportagem da Revista Forbes, como o terceiro pastor mais rico do Brasil (FORBES, 2013). De acordo com o site da igreja que preside (ADVEC, 2017), recebeu o título de cidadão benemérito do Estado do Rio de Janeiro, concedido pela Assembleia Legislativa daquele estado, e também a Medalha do Pacificador, outorgada pelo Exército Brasileiro.

Em sua atuação política e midiática, é reconhecido por, entre outras questões, ser incisivamente contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo; contra o Projeto de Lei 122/2006, hoje arquivado e que trata da categorização da homofobia como crime; e contra a descriminalização do aborto. De acordo com reportagem do Portal IG, o pastor, chamado de “polêmico, direto e agressivo”, “ajudou a eleger 24 prefeitos e 16 vereadores em sete Estados” nas eleições de 2012, consolidando-se como “como líder político nacional” (IG, 2012, informação eletrônica). Entre os nomes apoiados por Malafaia citados na reportagem estão o ex-prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes (PMDB), investigado por improbidade administrativa (UOL, 2016) e acusado de receber propina em campanha e para obras das Olimpíadas (ESTADÃO, 2017); Ratinho Jr. (PSC), acusado de usar influência política para

barrar investigações fiscais (GAZETA DO POVO, 2015) e por suposta fraude em campanha; José Serra (PSDB), acusado por suposto recebimento de propina, envolvimento no cartel dos trens em São Paulo e apontado em outros processos (ESTADÃO, 2014; 2016; 2017); e o atual prefeito do Cabo de Santo Agostinho, Lula Cabral (PSB), condenado por improbidade administrativa que não perdeu direitos políticos por essa determinação não constar expressamente na decisão judicial de sua condenação (NE10, 2016) e, ainda quando deputado, apontado em reportagens por destinar dinheiro público a uma suposta entidade fantasma criada por seus familiares²⁶.

Entre as polêmicas que envolvem o seu nome, estão o desencorajamento de fiéis de denunciarem pastores envolvidos em corrupção ou escândalos financeiros (VEJA SP, 2017); suas críticas constantes à Parada da Diversidade e à população homossexual, que já lhe renderam repreensão do Conselho Federal de Psicologia (JORNAL DO BRASIL, 2013; VEJA, 2013; CFP, 2013); o boicote a campanhas publicitárias e produtos midiáticos em que aparecem homossexuais, entre eles recente campanha da marca O Boticário e animação da Disney (IG, 2015; DIARIO DE PERNAMBUCO, 2017); e a celebração do nome de Eduardo Cunha (PMDB), atualmente preso em decorrência de investigações de corrupção, para a presidência da Câmara dos Deputados e consequente apoio de diversas de suas pautas políticas (R7, 2015).

Em suas contas nas mídias sociais, o porta-voz neopentecostal tem posturas distintas e bem delimitadas em suas interações por meio das duas plataformas aqui analisadas: Facebook e Twitter. De modo sumário, pode-se dizer que, enquanto em sua página no Facebook²⁷ o pastor assume uma conduta institucional, ou seja, mais formal e focada nas ações das institucionalidades que representa, no Twitter²⁸, ele se coloca em tom mais pessoal e direto, especialmente até 2013, apesar de nos idos mais recentes a linguagem de ambas as mídias tenha se aproximado e se assemelhado. Tal fato pode se dever à atuação de uma equipe de gestão de mídias sociais incidindo mais diretamente sobre o Facebook, de início, enquanto no Twitter o próprio Silas Malafaia pode publicar com mais frequência, só mais adiante sendo observada maior interferência dessa equipe sobre o conteúdo.

²⁶ A gravação da reportagem veiculadas em telejornais locais pode ser acessar neste endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=xQ5CJdBFNZw>

²⁷ <https://www.facebook.com/SilasMalafaia>

²⁸ <https://twitter.com/pastormalafaia>

Em sua *fan page*²⁹ no Facebook o líder neopentecostal soma mais 1,8 milhões de curtidores, enquanto no Twitter há mais de 1,3 milhões de seguidores e volume maior de publicações. Analisando ambos os espaços, podemos categorizar suas postagens nos seguintes eixos temáticos: a) mensagens de promoção institucional, que consistem em divulgação de ações e eventos da Assembleia de Deus Vitória em Cristo e Associação Vitória em Cristo, lideradas pelo pastor; b) mensagens de apelo à doação, destinadas ao que a página chama de “parceiros ministeriais”, os doadores e mantenedores de suas ações, sobretudo; c) mensagens de promoção do programa de TV Vitória em Cristo, aqui diferenciada do item de promoção institucional por sua especificidade, destaque, alcance e relação com os objetivos desta pesquisa; d) mensagens bíblicas e motivacionais, que incluem trechos da Bíblia e frases de saudação e inspiração; e) mensagens de promoção e vendas de produtos, vinculados às marcas detidas pelo pastor, a saber o site Verdade Gospel, a editora Central Gospel e a gravadora Central Gospel Music; e, por fim, f) mensagens de posicionamento político e moral, quase sempre por meio de vídeos hospedados em seu canal no YouTube, no qual recomenda candidatos, faz posicionamentos sobre temas em tramitação e sobre episódios midiáticos e sociais.

Tabela 7 – Classificação dos grupos temáticos de postagens do pastor Silas Malafaia e sua descrição

Eixo temático	Descrição
Mensagens de promoção institucional	Consistem em divulgação de ações e eventos da Assembleia de Deus Vitória em Cristo e Associação Vitória em Cristo, lideradas pelo pastor
Mensagens de apelo à doação	Pedidos destinados aos “parceiros ministeriais”, doadores e mantenedores de suas ações
Mensagens de promoção do programa de TV Vitória em Cristo	Promoção do programa de TV, separada do item de promoção institucional por sua especificidade, destaque, alcance e relação com os objetivos desta pesquisa

²⁹ Modelo de “perfil” no Facebook dedicado a figuras públicas e institucionalidades, com funcionamento ligeiramente distinto dos perfis estritamente pessoais.

Mensagens bíblicas e motivacionais	Incluem trechos da Bíblia e frases de saudação e inspiração, podendo acompanhar imagens ou vídeos
Mensagens de promoção e vendas de produtos	Publicações de venda ou promoção direta de produtos vinculados às marcas detidas pelo pastor, a saber o site Verdade Gospel, a editora Central Gospel e a gravadora Central Gospel Music
Mensagens de posicionamento político e moral	Postagens, muitas vezes referenciando vídeos hospedados em seu canal no YouTube, no qual recomenda candidatos, faz posicionamentos sobre temas em tramitação na Política nacional e sobre episódios midiáticos e sociais.

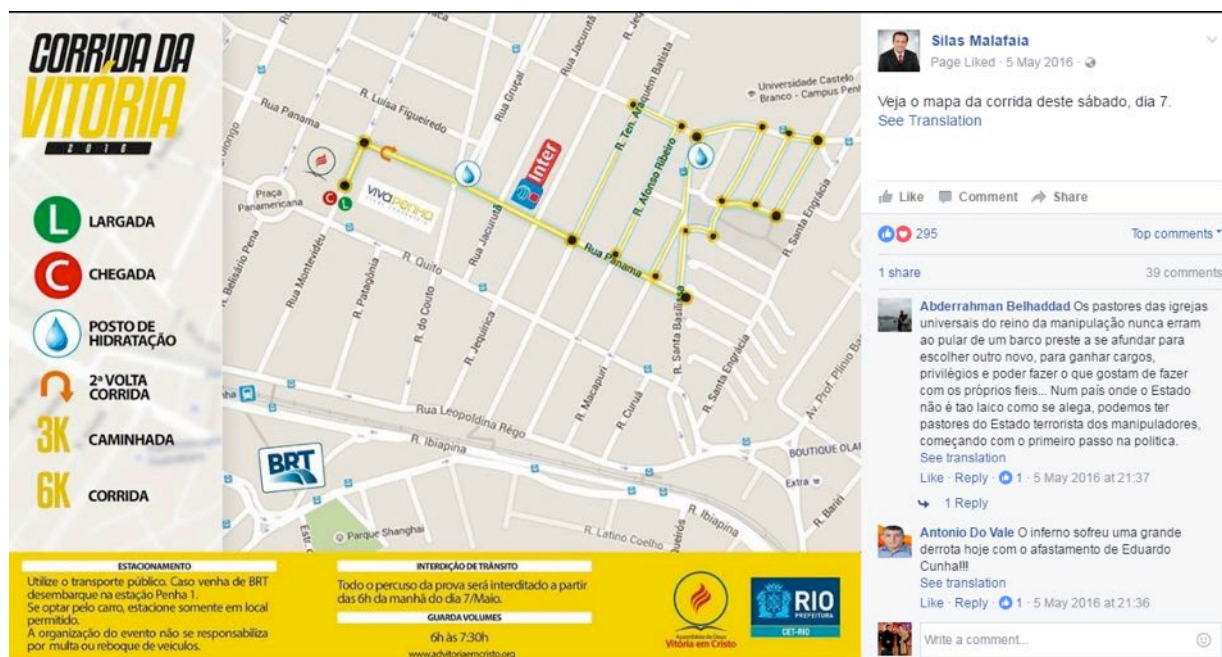
Fonte: A Autora

Tais grupos de conteúdo não são isolados ou excludentes entre si, podendo uma única postagem³⁰ incluir elementos, por exemplo, de mais de uma dessas distinções. A título ilustrativo, há publicações de divulgação do programa de tevê que incluem a valorização das marcas da Associação Vitória em Cristo e da Assembleia de Deus Vitória em Cristo e, ainda, contêm chamada para doações; postagens de promoção institucional que abrangem a venda de algum produto; ou mesmo o uso de uma opinião política e moral como gancho para o programa de televisão. Para ilustrar essas categorias e facilitar a distinção (ainda que não absoluta ou excludente entre os eixos temáticos, como referido) entre elas, selecionamos algumas publicações do período analisado, contextualizando-as.

a) Mensagens de promoção institucional

³⁰ Ou *post*, como são comumente chamadas as publicações na linguagem da internet.

Figura 2 - Publicação no Facebook convida para Corrida da Vitória



Na imagem acima, é mostrado um mapa com o trajeto da “Corrida da Vitória”, evento esportivo promovido pela Assembleia de Deus Vitória em Cristo, presidida pelo pastor. É comum, em sua página, a aparição de publicações que promovem a igreja, assim como a Associação Vitória em Cristo, por meio da qual Silas Malafaia capta recursos para seu programa de tevê. São publicadas com regularidade chamadas para eventos, como congressos, cruzadas cursos, cultos especiais e outros, projetos apoiados pelas instituições, além de indicações para seguir os conteúdos do pastor em outras redes sociais. Essa tendência também pode ser observada no Twitter, conforme imagem abaixo, no entanto, em volume bem menor se comparado ao Facebook.

Figura 3 - Postagem no Twitter convida para evento focado em adolescentes, promovido pela ADVEC



b) Mensagens de apelo à doação

Figura 4 - Publicação pede por doações para Associação



É também comum a presença de publicações que conclamam a audiência ao envio de doações (ou ofertas, como utilizado na página, por ser o termo utilizado na liturgia evangélica para as doações livres direcionadas à igreja). Tais conteúdos variam entre chamadas diretas para doação e chamadas associadas à promoção institucional, incluindo imagens de projetos apoiados ou descrevendo áreas de atuação da Associação Vitória em Cristo (AVEC). Como já dito neste texto, o pastor adota o termo “parceiro ministerial” para se referir aos doadores, uma vez que as institucionalidades evangélicas são comumente autodenominadas de ministérios, por uma interpretação teológica de que seus líderes são ministros de Deus no governo deste mundo. No Twitter, apesar da ocorrência consideravelmente menor, há também a presença desse eixo de conteúdo, como visto em exemplo na figura abaixo.

Figura 5 - Publicação pede doações apontando projetos de evangelização em Guiné Bissau



c) Mensagens de promoção do programa de TV Vitória em Cristo

Figura 6 - Publicação destaca os horários de transmissão do programa em TV aberta de cadeia nacional



Principal “produto” do pastor Silas Malafaia e suas instituições, o programa de TV Vitória em Cristo tem uma rotina específica de chamadas em sua página. Há, comumente, trechos em vídeo do programa, com chamadas para o público; imagens convidando a assistir à transmissão na TV aberta e em rede nacional; publicações com link para assistir ao programa online, no site da AVEC; ou, em alguns momentos, chamadas que destacam um tema específico tratado no programa, convidando a assistir à transmissão para saber mais a respeito. A promoção do programa é também percebida no Twitter e, de forma distinta dos eixos anteriores, a diferença no volume de postagens sobre tal, entre as duas redes sociais, é mais equilibrada, ou seja, apesar de ainda ter menos, o Vitória em Cristo figura com maior recorrência no microblog.

Figura 7 - No microblog, pastor convida audiência para acompanhar transmissão do programa na TV aberta



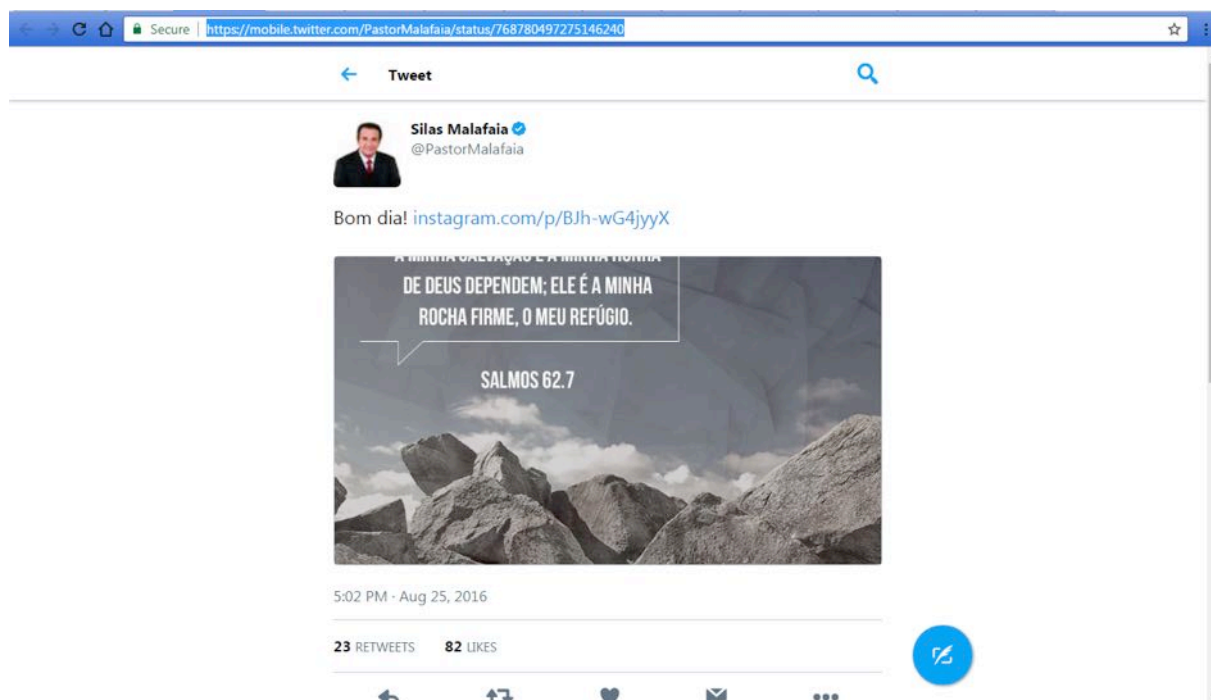
d) Mensagens bíblicas e motivacionais

Figura 8 - Publicação destaca trecho bíblico com mensagem de Bom dia!



Como rotina comum a quem produz conteúdo para mídias sociais, na *fan page* do pastor também são publicadas imagens com saudações, textos motivacionais e trechos bíblicos de inspiração para a audiência. As publicações, geralmente, carregam textualmente uma saudação e acompanham imagens em que também são inseridos os endereços de outras mídias sociais onde o pastor mantém conta. Esse comportamento é visível também no Twitter, no qual os textos motivacionais aparecem em volume pouco menor.

Figura 9 - Publicação no Twitter associa Bom dia! a mensagem bíblica



e) Mensagens de promoção e vendas de produtos

Figura 10 - Publicação faz venda de livros da editora pertencente ao pastor



Como visto na imagem acima, o espaço da página no Facebook do porta-voz Silas Malafaia é também utilizado para venda de produtos das instituições e empresas lideradas por ele. São publicações reproduzidas das páginas das instituições, como neste exemplo mostrado na Figura 10, em que a publicação da editora Central Gospel é compartilhada, e igualmente publicações diretas na página, referenciando o site Verdade Gospel, os produtos da editora e os lançamentos da gravadora Central Gospel Music, principalmente. O mesmo ocorre no Twitter, espaço no qual o pastor também divulga produtos, com uma frequência equânime à do Facebook.

Figura 11 - O pastor anuncia promoção de Bíblia de sua editora no Twitter



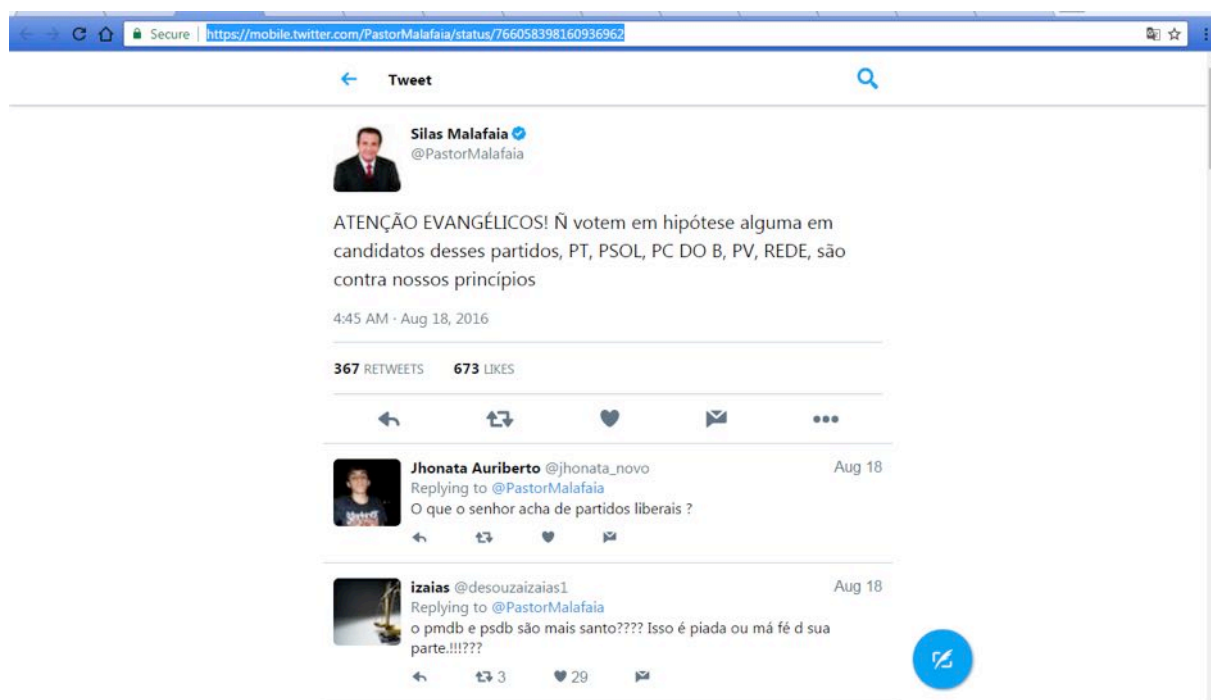
f) Mensagens de posicionamento pessoal, político e moral

Figura 12 - Em vídeo compartilhado do seu canal no YouTube, o pastor se posiciona sobre o ex-deputado Eduardo Cunha



O espaço virtual do Facebook também é utilizado pelo pastor para reproduzir seus posicionamentos pessoais, políticas e morais. No exemplo acima, é compartilhado na página um vídeo originalmente publicado no Youtube em que o porta-voz se posiciona após o afastamento do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB), cuja ascensão à presidência da Câmara comemorou, em função das investigações que, posteriormente, conduziram-no à prisão. São comumente encontrados posicionamentos relacionados à vida política do país, mensagens expressas a políticas e candidatos, além de posicionamentos contrários a questões ligadas à união homoafetiva, aborto, feminismo, criminalização da homofobia e manifestações políticas da esquerda brasileira. O mesmo ocorre no Twitter e, neste caso, é lá onde está o maior volume de suas publicações desse tipo, em proporção muito acima do Facebook e, pela limitação de 140 caracteres, algumas vezes com publicações em sequência.

Figura 13 - Porta-voz chama atenção dos evangélicos e determina que não votem em partidos específicos



3.1.2 Marco Antônio Feliciano

Marco Feliciano, nascido em 12 de outubro de 1972, no município paulista de Orlandia, foi eleito deputado federal pela primeira vez em 2010, tendo obtido o 12º maior número de votos do Estado naquele pleito (UOL, 2013). Exerce ainda mandato na Câmara pelo Partido Social Cristão (PSC) e, no ano de 2013, alçou a presidência da Comissão de

Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Casa Legislativa, desencadeando uma polêmica sobre sua legitimidade para o posto e sobre as pautas encaminhadas por ele no cargo. De acordo com seus relatos, nasceu em uma família de baixa renda e trabalhou como vendedor, ainda na adolescência, para auxiliar no custeio da casa (TERRA, 2013a; GOSPELPRIME, 2013).

Sua carreira como orador evangélico iniciou aos 19 anos, quando excursionava por igrejas em pregações. Nesse período, tentou alçar o cargo de pastor na Assembleia de Deus, tendo sido rejeitado pelas lideranças daquela igreja pelo fato de, mesmo sem ter o título, já se apresentar como sendo pastor da denominação (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013). Recebeu esse título somente aos 27 anos, em uma ida aos Estados Unidos após ter pregado em um evento do grupo Gideões Missionários, com milhares de participantes (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013; TERRA, 2013a; GOSPELPRIME, 2013). Atualmente, é dono de cinco empresas e acumula lançamentos como cantor e como pregador em formato de CD e DVD, além de ser referido como autor de 18 livros (TERRA, 2013a; UOL, 2013). Manteve no ar o programa de TV Marco Feliciano, que foi descontinuado. É também fundador da denominação religiosa Tempo de Avivamento que, segundo a descrição na página oficial do pastor no Facebook³¹, além da igreja, incorpora sob sua tutela o Instituto Teológico Carisma (ITC), Rádio Tempo de Avivamento, a Central Evangélica de Pregadores Itinerantes do Brasil (CEPIB), Revista Tempo de Avivamento, a Livraria Cristã Vida & Paz, a Editora Tempo de Avivamento, e, recentemente, a Gravadora Tempo de Avivamento (TERRA, 2013a; FOLHA DE SÃO PAULO, 2013; CATEDRAL DO AVIVAMENTO, sem ano).

O pastor, assim como a igreja fundada por ele, se situa no ramo neopentecostal por seu foco na ideia de batalha espiritual e por se alinhar à Teologia da Prosperidade. É formado em Teologia e, em seu currículo, consta um doutorado livre (não reconhecido pelo Ministério da Educação) em Divindade, atribuído a *Seminary Hosanna and Bible School* (CATEDRAL DO AVIVAMENTO, sem ano; TERRA, 2013b). É reconhecido nacionalmente por sua posição contra a união homoafetiva; contra o Projeto de Lei 122/2006, que prevê categorização do crime de homofobia; contra a descriminalização do aborto (posicionando-se, inclusive, contra as atuais exceções legais que permitem o ato); e contra a resolução do Conselho Federal de Psicologia que, por compreender que a homossexualidade não é uma psicopatologia, esta não

³¹ A descrição pode ser lida na seção “Sobre” da página. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/PastorMarcoFeliciano/about/?ref=page_internal. Acesso em: 10 maio 2017.

pode ser “tratada” clinicamente e os profissionais da Psicologia não podem tentar “reorientar” sexualmente uma pessoa ou reforçar comportamentos de discriminação social com essa população (CFP, 2015; ZERO HORA, 2013; ESTADÃO, 2013); TERRA, 2013b; TERRA, 2013c; G1, 2011).

O deputado responde a processo, hoje no Supremo Tribunal Federal (STF) em função do foro privilegiado, por suposta vantagem ilícita de R\$ 13.362,83 simulando um contrato "para induzir a vítima a depositar a quantia supramencionada na conta bancária fornecida" (TERRA, 2013c, informação eletrônica), acusação negada por sua defesa. Feliciano é também acusado de uma suposta tentativa de estupro da militante de seu partido e jornalista Patrícia Lélis. A ação também corre no STF e Patrícia é, hoje, ré por suposta falsa queixa de crime e extorsão de Talma Bauer, assessor do deputado, a partir do episódio (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017). Marco Feliciano foi um dos poucos deputados a se posicionarem contra a cassação do mandato do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB), hoje preso e condenado por três crimes distintos (EBC, 2016; G1, 2017), e também respondeu a processo por postar em sua conta no Twitter que “a podridão do sentimento dos homoafetivos leva ao ódio, ao crime e a rejeição” (TERRA, 2014). Neste último caso, ele foi absolvido porque, segundo compreensão do STF, apesar da conduta destacada como reprovável pelos ministros, não havia tipificação legal enquanto crime do que pode ser considerado como homofobia (TERRA, 2014).

Entre as polêmicas que envolvem seu nome estão, além da declaração acima citada que foi alvo de processo, a acusação de racismo por sua colocação de que a África sofre com fome, guerras étnicas e conflitos por causa de uma maldição de Noé (UOL, 2011); sua afirmação de que católicos adoram Satanás e de que seu “Jesus não foi feito para ser enfeite de pescoço de homossexual nem de pederasta nem de lésbica” (EXTRA, 2013, informação eletrônica); suas afirmações em cultos sobre artistas de sucesso, associando-os a Satanás ou tratando de suas mortes como vingança divina, entre eles John Lennon, Mamonas Assassinas, Lady Gaga e Caetano Veloso (TERRA, 2013d; JORNAL DO BRASIL, 2013; O GLOBO, 2013a); e suas posições quanto a descriminalização do aborto, chegando a destacar sua posição contrária pelo fato de sua mãe ter ajudado mulheres a praticarem aborto. Segundo as afirmações do deputado, ele teria se traumatizado por ter visto fetos sendo removidos. Sua mãe, no entanto, apesar de confirmar ter feito abortos, nega a versão do pastor ao dizer que só atendeu gravidez inicial, até 20 dias, quando não havia feto, e que o pastor era recém-nascido e não viu nenhum processo (TERRA, 2013e; O GLOBO, 2013b).

Nas mídias sociais, o pastor e deputado ultrapassa os 4 milhões de seguidores no Facebook³² e soma mais de 476 mil seguidores em sua conta no Twitter³³, local em que há, além das publicações direcionadas especificamente para a mídia, momentos de republicação de conteúdos do Facebook, por meio de aplicações que automatizam a postagem, enviando para o microblog o início textual da publicação original no Facebook (já que existe o limite de 140 caracteres, o que não ocorre no Facebook) adicionado de um link encurtado para a publicação completa da sua *fan page*. Os conteúdos programados para essas mídias, de modo similar ao visto nas contas do pastor Silas Malafaia, seguem os eixos: a) mensagens de promoção institucional, com postagens que divulgam a Catedral Tempo de Avivamento, denominação religiosa que preside, suas filiais (ou congregações, termo utilizado comumente nos círculos evangélicos) e seus eventos; b) mensagens de promoção de aparições midiáticas, nas quais reforça participações suas em programas de TV e rádio, além de reforçar a programação da Rádio Tempo de Avivamento, ligada à sua igreja, e, quando existia, do programa de TV Marco Feliciano; c) mensagens bíblicas e motivacionais, com frases célebres, trechos bíblicos, cumprimentos acompanhados de reflexões, vídeos de pregações e cultos, além de fotos do próprio pastor acompanhadas de frases de efeito; d) mensagens de promoção e vendas de produtos, com venda de livros, CDs e DVDs de sua autoria ou promovendo autores e cantores gospel ligados às suas empresas; e e) mensagens de posicionamento pessoal, político e moral, em que discorre sobre sua atuação parlamentar, seus posicionamentos políticos e morais e sua visão de mundo sobre esses campos, quase sempre com apelo à comunidade evangélica, ênfase na moralidade conservadora protestante, guerra espiritual e críticas a grupos LGBT, feministas e do espectro político da esquerda partidária brasileira.

Tabela 8 - Classificação dos grupos temáticos de postagens do deputado Marco Feliciano e sua descrição

Eixo temático	Descrição
Mensagens de promoção institucional	Consistem em divulgação da Catedral Tempo de Avivamento, denominação religiosa que preside, suas filiais (ou congregações, termo utilizado comumente nos círculos

³² <https://www.facebook.com/PastorMarcoFeliciano/>

³³ <https://twitter.com/marcofeliciano>

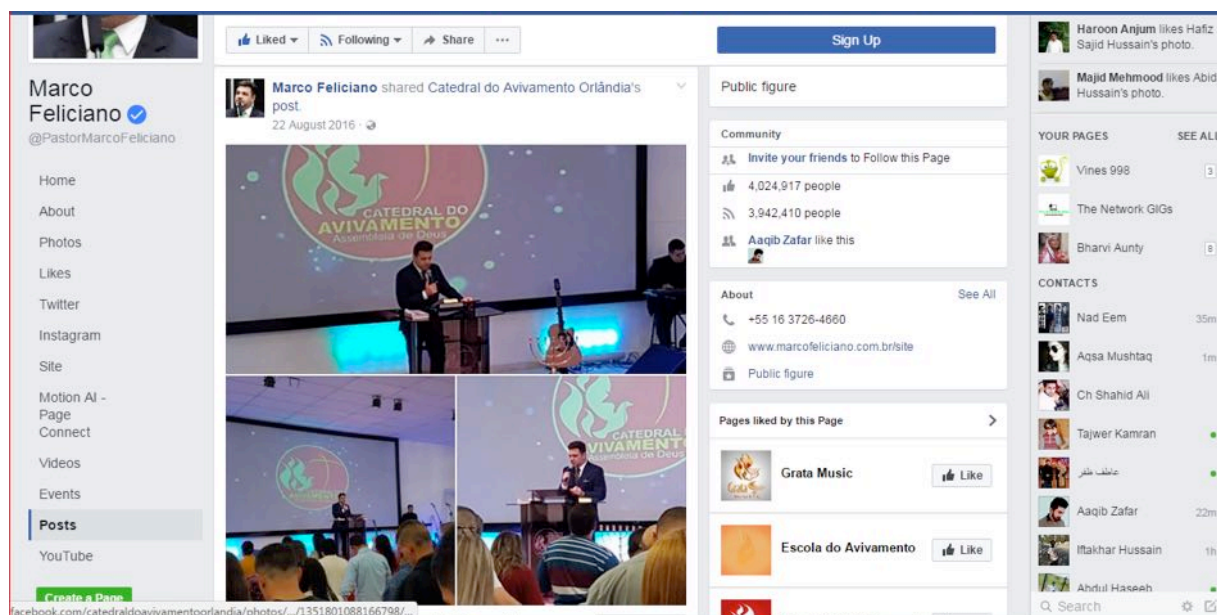
	evangélicos) e seus eventos
Mensagens de promoção da aparição midiática	Reforçam participações suas em programas de TV e rádio, além de reforçar a programação da Rádio Tempo de Avivamento, ligada à sua igreja, e, quando existia, do programa de TV Marco Feliciano
Mensagens bíblicas e motivacionais	Incluem trechos da Bíblia e frases de saudação e inspiração, podendo acompanhar imagens ou vídeos, trechos de cultos, além de fotos do pastor acompanhadas de frases de efeito
Mensagens de promoção e vendas de produtos	Publicações de venda ou promoção direta de produtos, serviços, livros e DVDs de sua autoria ou de autores e cantores gospel ligados às suas empresas
Mensagens de posicionamento político e moral	Postagens em que discorre sobre sua atuação parlamentar, seus posicionamentos políticos e morais e sua visão de mundo sobre esses campos

Fonte: A autora

Esses eixos temáticos, assim como exposto no caso do porta-voz anterior, não são excludentes entre si e podem se mixar em uma única publicação. Diferentemente das páginas mantidas por Silas Malafaia, não se observa nos conteúdos do deputado Feliciano, no período analisado, apelos diretos à doação, por essa razão esse eixo temático não aparece na distinção de seus perfis. Para visualizar melhor o conteúdo compartilhado pelo porta-voz em cada um desses eixos, destacamos aqui alguns exemplos do período.

a) Mensagens de promoção institucional

Figura 14 - Álbum de fotos exhibe culto na Catedral do Avivamento, igreja criada por Feliciano



O pastor Marco Feliciano promove, com certa regularidade, as programações, cultos e eventos da denominação criada por ele em sua página do Facebook. Como no exemplo acima, em que foi publicado um culto no qual ele é o orador ou, na linguagem evangélica, pregador ou preletor, há imagens e vídeos de cultos, promoção de congressos, assembleias e eventos promovidos pela igreja, além da promoção pessoal de sua agenda como pregador e cantor, vinculando sua imagem e carreira à igreja e às empresas associadas que preside. É importante destacar, no entanto, a maior centralidade do discurso na figura do próprio pastor e deputado do que nas instituições que representa. Em comparação com os perfis do pastor Silas Malafaia, por exemplo, em que são reforçadas as instituições, no caso de Feliciano as instituições são secundárias diante de sua imagem. O mesmo pode ser observado no Twitter, em medida equivalente em termos de volume das publicações, como visto abaixo, na imagem que agencia sua participação em outra igreja e destaca a “Noite de Avivamento”³⁴, termo estratégico em seu discurso teológico e vinculado ao nome de sua igreja e suas empresas.

³⁴ Na liturgia pentecostal e neopentecostal, o “Avivamento” significa o ascender de uma nova geração de fiéis que retomam os dons espirituais, com destaque para a glossolalia, referida no primeiro capítulo, as profecias e a ênfase nas batalhas espirituais. Torna-se, nesse contexto, um termo de status e distinção, muitas vezes usado em sentido competitivo para se dizer “avivado” enquanto outros fiéis ou denominações têm uma fé “morta” ou “fria”.

Figura 15 - Fotomontagem destaca sua participação em evento de outra igreja, destacando o "Avivamento"



b) Mensagens de promoção da aparição midiática

Figura 16 - Feliciano, em vídeo, convida para ouvirem programa mantido por sua igreja



É frequente, na *fan page* do porta-voz, postagens de promoção de sua aparição midiática. Em 2013, quando estava no ar seu programa televisivo Marco Feliciano, era

comum encontrar chamadas para o programa. Em outros períodos, observam-se chamadas para participação nos programas de rádio mantidos pela igreja que lidera e convites para que a audiência acompanhe suas aparições em programas de televisão e de rádio em nível nacional ou local. Em todos esses casos, destaca-se, é comum que o foco esteja na imagem do pastor, fato que se nota, também, ao observar que o programa mantido por ele levava o seu nome, diferente do que ocorre com Silas Malafaia. Esse mesmo padrão é observado pontualmente no Twitter, embora em volume inferior ao Facebook.

Figura 17 - Deputado convida seguidores a assistires a seu programa



c) Mensagens bíblicas e motivacionais

Figura 18 - Foto do pastor com microfone na mão acompanha mensagem motivacional



Entre suas publicações é corriqueira a presença, não só frases de efeito associadas a uma imagem, mas também postagens que contêm apenas texto com alguma frase de impacto de um autor célebre ou de trechos da Bíblia. Além disso, é comum haver enxertos dos cultos, quando não o culto inteiro compartilhado em vídeo. É igualmente recorrente, como no exemplo acima, a associação da imagem do deputado às mensagens compartilhadas. Esse padrão também ocorre no Twitter, com frequência similar à vista na *fan page*. Os conteúdos bíblicos e motivacionais compõem, no período analisado, o segundo eixo temático mais reproduzido na linha do tempo de Feliciano em ambas as redes, sendo ultrapassado somente pelos posicionamentos pessoais, políticos e morais.

Figura 19 - Fotomontagem traz frase feita do pastor Marco Feliciano



d) Mensagens de promoção e vendas de produtos

Figura 20 - Banner apresenta combo promocional de produtos da empresa do pastor



É possível identificar entre as publicações do pastor e deputado, embora em menor volume se comparado a Silas Malafaia, a venda de produtos, que incluem livros, CDs e DVDs de autoria de Feliciano ou de indicados por ele, além de pacotes de viagem e outros itens. Esse mesmo padrão de venda pode ser observado no Twitter, no entanto, em volume menor que em sua página oficial no Facebook.

Figura 21 - Banner vende pacote turístico a Israel na companhia do pastor



e) Mensagens de posicionamento pessoal, político e moral

Figura 22 - Em publicação, Marco Feliciano defende ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB), atualmente preso, e convoca sua audiência para se mobilizar



As postagens de cunho político, moral e pessoal integram o eixo de maior volume de publicações nas mídias sociais do deputado e pastor Marco Feliciano. Há constantes colocações de sua atuação parlamentar, fotos e vídeos comentando sessões plenárias, informando sobre seu voto em algumas pautas de polêmica midiáticas, críticas ao movimento LGBT e feminista, além de críticas aos grupos ligados ao espectro político de esquerda do País. O deputado também tece crítica aos veículos de comunicação de massa e a outros políticos evangélicos, a exemplo de Marina Silva, quando estes discordam de sua conduta política. É o que pode ser visto no exemplo, retirado do Twitter, rede que é também repositório para esse tipo conteúdo, responsável pela maior parte de suas publicações.

Figura 23 - Deputado afirma que Marina Silva, ex-candidata à Presidência, negou seus princípios por não se posicionar contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo



Os porta-vozes aqui analisados mantêm, em suas biografias e contas nas mídias sociais, um conjunto convergente de características, apesar das distinções e singularidades observáveis. Ambos carregam os títulos de pastor e pregador e fazem frequente uso destes como argumento de autoridade. No caso de Silas Malafaia, o cargo aparece, inclusive, no endereço de sua conta no Twitter, enquanto Marco Feliciano utiliza o título como parte do seu nome para urna e no endereço de sua página no Facebook. Os dois, também, iniciaram sua trajetória religiosa dentro da Assembleia de Deus, a mais tradicional igreja pentecostal do Brasil, e posteriormente se dividiram e fundaram a própria igreja, neopentecostal em ambos

os casos. Ambos fazem uso da Teologia da Prosperidade e se utilizam dos recursos midiáticos para promover seus trabalhos e suas ideias, além de serem empresários e estarem inseridos no mercado editorial do chamado *gospel*³⁵.

São influenciadores político-econômicos e utilizam a audiência religiosa como base, frequentemente recorrendo à moralidade, a trechos bíblicos isolados, interpretações pessoais ou de origem no neopentecostalismo para fundamentar suas posições. A guerra ideológica contra o espectro político da esquerda e contra as pautas progressistas – como, por exemplo, casamento homoafetivo, adoção por casais homossexuais, descriminalização da maconha, descriminalização do aborto, criminalização da homofobia e pautas, sobretudo, dos movimentos LGBT e feministas –, além do antipetismo³⁶ e das palavras de ordem como “defesa da família” ou da “família tradicional”, “defesa da moral cristã” e dos “bons costumes”, são marcas de seu discurso.

Partindo das visíveis distinções entre ambos e suas atuações no período analisado, destacamos aqui as que surgiram no processo de análise como mais relevantes para os objetivos desta tese. Nota-se, nas mídias sociais analisadas nos períodos referidos, apelo frequente de venda de produtos e pedidos de doação, de busca de “parceiros ministeriais”, no caso do pastor Silas Malafaia. Há, com grande regularidade, chamadas para que a audiência disponibilize valores financeiros para as ações das instituições capitaneadas pelo porta-voz. Além disso, há, em comparação a Marco Feliciano, volume maior de venda de produtos, especialmente livros, CDs e DVDs das empresas lideradas por Malafaia. Nos perfis de Marco Feliciano não se observam pedidos de doação e a aparição de venda de produtos tem menor volume. Por outro lado, há, em Marco Feliciano, uma preocupação em valorizar e fortalecer a imagem individual, muito maior em comparação a Malafaia. Enquanto o pastor Silas fortalece as instituições criadas por ele, constantemente utilizando o logotipo delas, o deputado Feliciano utiliza sua própria imagem em conteúdos diversos, como marca maior de suas postagens.

É curioso notar que, embora Marco Feliciano seja um agente do Estado ocupando cargo de deputado federal, aparecem muito mais referências bíblicas em suas colocações de

³⁵ Termo que, no inglês, significa Evangelho, mas se utiliza no Brasil como rótulo de conteúdos e produtos de cunho religioso evangélico.

³⁶ Tendência política de crescimento recente, tratada por autores como Telles (2015) e Ribeiro, Carreirão e Borba (2016), que se configura por uma aversão ao Partido dos Trabalhadores (PT), não necessariamente ou não somente por orientação política e ideológica, mas pela exposição midiática de episódios de corrupção que envolveram a gestão do partido no Executivo nacional ou que se processaram durante a gestão.

cunho pessoal e político do que nas de Silas Malafaia, que não exerce cargo público. Nota-se, neste último, no período observado, o apelo bíblico em mais frequentemente quando há convocações de mobilização da população evangélica ou, com maior número de ocorrências, quando há pedidos de doação financeira para as instituições que preside. É possível notar em Feliciano maior apelo à posição pastoral, uma apresentação pessoal enquanto pastor, enquanto Malafaia, que não exerce cargo eletivo, posiciona-se mais como influenciador político. Há, também, em termos de regularidade, volume ligeiramente maior de publicações nos perfis de Silas Malafaia, em comparação a Marco Feliciano, durante o período em que se desenvolveu este estudo.

A atuação de ambos os porta-vozes nas mídias sociais é crucial, e o tempo investido na criação de conteúdo e apelos de apoio denotam isso. Esse espaço digital constitui um instrumento fundamental para o exercício de poder e propagação dos discursos destes, o que reforça a necessidade de uma pesquisa que se debruce sobre o discurso – e como ele se apresenta – por meio desses canais. Para avançar nesse sentido, e compreender melhor a dinâmica de poder que surge também nessas mídias, desenvolvemos a seguir o arcabouço teórico que vai nos direcionar nessa análise. Consideramos fundamental situar o lugar de poder desses porta-vozes antes de avançar no propósito central de verificação das possíveis violações de direitos humanos uma vez que, para nós, parece indissociável o contexto da violação ou reparação de direitos do contexto de exercício do poder. Só é possível violar, reparar ou promover direitos quando há uma tensão de poderes. E, para nós, no âmbito desta pesquisa, é fundamental, ao apontar violações, situar os poderes que as sustentam.

3.2 Saber, discurso e a noção de poder e governo em Foucault

No primeiro capítulo desta tese desenvolvemos o contexto histórico e social do surgimento e célere crescimento do movimento neopentecostal. Fica-nos claro, observando os dados e informações apresentadas, que tal avanço é parte de um projeto de poder, colocado em curso, sobretudo por meio do uso dos meios de comunicação e da ocupação política. Por tal razão, aproximamo-nos das contribuições do filósofo francês Michel Foucault, que em sua obra desenvolve uma leitura do poder, suas formas de estabelecimento e das relações que são postas no e a partir do discurso. A ideia, aqui, é compreender como se estabelece a gerência dos atores neopentecostais sobre os fiéis e sobre o espaço público a partir dos postulados do

autor sobre poder. Para isso vamos desenvolver, de forma objetiva, alguns conceitos-chave da perspectiva trabalhada por Foucault de poder, tema sempre presente em sua obra.

A investigação desse tema surge, em Michel Foucault, de uma análise densa e extensa das relações de poder estabelecidas, sobretudo, a partir das questões ligadas ao saber. Como destacam François Ewald e Alessandro Fontana no prefácio de *Em defesa da sociedade*, Foucault (1999) desenvolve o “programa de uma genealogia das relações de saber/poder” (FOUCAULT, 1999, p. XII) que norteará seu trabalho, a partir dos anos 1970, em complementariedade a ideia de “arqueologia” que antes empregara ao tratar das formações discursivas. O olhar que contemplava o poder de forma circunscrita às escavações – para utilizar um termo comum à lógica da arqueologia – das formas do discurso no transcorrer da história passa, então, a se dedicar à genealogia, ao desenvolvimento do “saber histórico das lutas” (FOUCAULT, 1999, p. 13), do exercício do poder e sua mecânica como questão central.

A percepção desse enfoque é crucial à compreensão de como o filósofo francês conceitua o poder e o lugar que o saber ocupa nas relações de força e dominação nas sociedades. Para ele

[...] o poder não se dá, nem se troca, nem se retoma, mas que ele se exerce e só existe em ato. Dispomos igualmente desta outra afirmação, de que o poder não é primeiramente manutenção e recondução das relações econômicas, mas, em si mesmo, primariamente, uma relação de força. Algumas questões, ou melhor, duas questões: se o poder se exerce, o que é esse exercício? Em que consiste? Qual é sua mecânica? Temos aqui algo que eu diria era uma resposta-ocasião, enfim, uma resposta imediata, que me parece descartada finalmente pelo fato concreto de muitas análises atuais: o poder é essencialmente o que reprime. É o que reprime a natureza, os instintos, uma classe, indivíduos (p. 21).

Conquanto a noção de repressão seja, como o próprio autor pontua, insuficientemente elaborada para dar conta do que pretende dizer ao tratar de poder (FOUCAULT, 1999), é essa noção de “luta-repressão” que vai permear o desenvolvimento de sua leitura. E é ela, também, cara ao entendimento do que o filósofo vai trabalhar como genealogia, uma vez que esta se entende como a pesquisa do histórico das lutas do que chama de “saberes sujeitados”. Estes saberes, por sua vez, são descritos por Foucault (1999) como um grupo que circunscreve, ao mesmo tempo, os discursos dentro do campo da erudição ou da ciência que foram escanteados, silenciados no interior de “conjuntos funcionais e sistemáticos” (FOUCAULT, 1999, p. 11) da narrativa histórica, e os saberes tidos como ingênuos, hierarquicamente inferiores e não-científicos, além do que ele chama de “saber das pessoas”, que pode ser descrito como um saber local, regional e diferencial – não o saber médico no sentido técnico

do fazer da atividade, mas o saber do médico, ou seja, da pessoa que exerce tal atividade, por exemplo (FOUCAULT, 1999).

É justamente por essa razão que o autor vai voltar seu olhar para o saber como o operador do poder e percorrer a história em busca dessa tensão, uma vez que, segundo ele, “apenas os conteúdos históricos podem permitir descobrir a clivagem dos enfrentamentos e das lutas que as ordenações funcionais ou as organizações sistemáticas tiveram como objetivo, justamente, mascarar” (FOUCAULT, 1999, p. 11). Discorreremos sobre alguns dos tópicos históricos fundamentais à compreensão de poder em Foucault mais adiante, especialmente a partir dos escritos publicados em *Em defesa da sociedade, Microfísica do poder e Segurança, Território e População*.

A ideia do poder não como dado estático, ou fenômeno que se coloca a priori, mas enquanto dinâmica que se estabelece nas relações, é o fio condutor de suas reflexões. É essa concepção que lhe permite analisar o poder não como um bem possuído por todo ser humano e que pode ser somado ou subtraído por meio de contrato, mas enquanto relação de força que se exerce em rede, na qual “não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo” (FOUCAULT, 1999, p. 35). Para o filósofo, não é possível manter ou estudar o poder como algo verticalmente imposto e arbitrário, mas a partir da dinâmica que se estabelece entre o topo, ou a hegemonia, e as bases ou periferias dessa relação.

É nesse sentido que, nesta tese, buscaremos situar dispositivos que servem ao governo dos fiéis por parte dos porta-vozes neopentecostais. Parece-nos fundamental que, antes mesmo de analisar as possíveis violações de direitos humanos presentes em seus discursos, ou seja, antes de trazer à luz os saberes e modos de vida sujeitados ou violados, estabeleçamos o seu lugar de fala; os mecanismos que operam em favor do poder que exercem, entendendo, também, que, em Foucault (1999), o poder não é concebido como algo ao qual se pode atribuir o status de digno ou indigno; antes se trata de um fenômeno que vai perpassar todas as relações. E por ser analisado como “coisa que circula” (FOUCAULT, 1999, p. 35), não se estabelece de modo único nem em um só sentido. Pelo contrário, em sua obra o filósofo destaca os papéis do poder e esboça como as instâncias hegemônicas contribuem para a formação de micropoderes, que tanto exercem força em sentido contrário ao macropoder quanto criam dinâmicas de força em seu contexto específico.

Diante disso, tendo ciência da enorme malha de relações de poder que compõe o corpo das sociedades, Foucault (1999) aponta que, para que essa teia seja possível, uma vez que o

poder se exerce em rede (FOUCAULT, 1999), é necessária a produção, acúmulo, circulação e funcionamento de discursos verdadeiros que ajam como dispositivo normativo e norteador dessa dinâmica relacional. Para ele, não é possível o estabelecimento do poder senão a partir dos discursos de verdade, uma vez que somos “submetidos pelo poder a produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade” (FOUCAULT, 1999, p. 28-29) e, como destaca,

[...] a verdade é a norma; é o discurso verdadeiro que, ao menos em parte, decide; ele veicula, ele próprio propulsa efeitos de poder. Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder (FOUCAULT, 1999, p. 29).

É por essa razão que esta tese tem como *corpus* de análise o discurso de líderes neopentecostais. Dedicando-nos a estudar as falas publicamente proferidas por estes, lançamos olhar sobre os discursos de verdade produzidos, acumulados e circulantes no curso da relação entre tais líderes e seus fiéis e podemos extrair, daí, uma leitura dos grupos a que se pretende excluir ou sujeitar e das possíveis violações de direitos humanos presentes nas falas. Afinal, sabemos, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2007, p. 10).

Nesse esforço de pesquisa, levamos em conta o questionamento de Foucault:

não é necessário primeiro levantar a questão, se interrogar sobre a ambição de poder que a pretensão de ser uma ciência traz consigo? A questão, as questões que é preciso formular não serão estas: "Quais tipos de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem ser esse saber uma ciência? Qual sujeito falante, qual sujeito discorrente, qual sujeito de experiência e de saber vocês querem minimizar quando dizem: 'eu, que faço esse discurso, faço um discurso científico e sou cientista'? Qual vanguarda teórico-política vocês querem entronizar, para destacá-la de todas as formas maciças, circulantes e descontínuas de saber?" (FOUCAULT, 1999, p. 15)

E transpomos o contexto em que tal questionamento se apresenta para assimilá-lo diante do objeto, ou sujeitos, aqui estudados: interessa-nos, sobretudo, que tipos de saber a instância produtora dos discursos, que aqui serão analisados, querem desqualificar ao posicionarem suas colocações como alinhadas a verdades divinas; que sujeitos e experiências querem minimizar quando se colocam como representantes do povo, do Estado ou de Deus; qual viés teórico-político querem entronizar, para destacá-lo; que direitos são potencialmente ameaçados. E nos debruçamos, sobretudo, não sobre os indivíduos em si, mas sobre eles como referência para análise das tecnologias que lhes permitem o exercício do poder como ora estabelecido. É para avançar nesse sentido que desenvolvemos, agora, alguns dos

conceitos fundamentais à compreensão da análise que Foucault tece sobre poder e seu sentido histórico.

Para desenvolver sua genealogia do poder, Michel Foucault recorre à história e estuda a organização da sociedade, a partir da França, seu país, estabelecendo como pilares de análise as dinâmicas e transformações dos discursos de verdade especialmente no âmbito da economia, do direito e da política. No seu livro *Em defesa da sociedade*, o filósofo francês apresenta sua leitura das relações de poder como estabelecidas a partir dos séculos XVII e XVIII, observando as dinâmicas na transição da monarquia feudal europeia para o início da era industrial. Ele avalia que o foco das normas ou verdades, que antes eram estabelecidas para dar conta, sobretudo, da terra e do seu produto, dada a relevância da terra e da produção agrária para o estabelecimento do poder, se desloca para os corpos e sua capacidade de ação sobre o mundo. “É um tipo de poder que se exerce continuamente por vigilância e não de forma descontínua por sistemas de tributos e de obrigações crônicas” (FOUCAULT, 1999, p. 42). A partir de então, Foucault (1999) conceitua duas formas distintas e, em certa medida, complementares, de poder: o poder disciplinar e o biopoder.

Por poder disciplinar, compreende-se o mecanismo que se aplica sobre o corpo e se capilariza na sociedade a partir das instituições normativas e punitivas, entre as quais as escolas, hospitais e prisões. Como ele descreve em *Vigiar e Punir*, são ferramentas do poder disciplinar a punição, a docilização dos corpos, o adestramento e o panoptismo (FOUCAULT, 2005). Já por biopoder, o autor (1999) entende um mecanismo que permite extrair do corpo tempo e trabalho, muito mais do que riquezas e bens. Trata-se de algo que não se limita aos corpos individuais, mas a um conjunto mais amplo; cujo interesse é não mais o ser humano-corpo, mas o ser humano-espécie. Como destacam Pereira e Dias (2015), “se adotarmos a distinção feita por Aristóteles (2012), até então o poder era exercido sobre a ‘zoé’, a vida natural comum aos seres humanos e a todos os animais, e passou a ser exercido sobre a ‘bios’, a vida da população, qualificada politicamente” (p. 355).

Tal concepção irá se contrapor à teoria da soberania, que “fundamenta o poder em torno e a partir da experiência física do soberano, e não dos sistemas contínuos e permanentes de vigilância” (MOREIRA, 2015, p. 98), na qual “existe uma pressuposição do indivíduo como sujeito de direitos naturais ou poderes primitivos que tem poder sobre outros” (MOREIRA, 2015, p. 98) e na qual o poder está focado sobre bens e riquezas, sobre a terra e o produto que dela se extrai. Para Foucault, como pontua Moreira (2015), “a soberania como explicação sobre relações de poder é conveniente para pensar apenas o período medieval” (p.

99), exatamente pela percepção (ou surgimento, como sugere ele) desses mecanismos de poder que, em sua visão, se desenvolvem a partir do século XVII e são descritos dentro dos conceitos de poder disciplinar e biopoder. Tais mecanismos servem não à mecânica de uma soberania, como pontua, mas de uma dominação (FOUCAULT, 1999).

Seguindo a esteira desse pensamento, o filósofo postula que o biopoder é uma invenção burguesa e se constitui num mecanismo facilitador para a implantação do capitalismo industrial no século XVIII (FOUCAULT, 1999). Ele pontua que, ainda que não tenham suplantado por inteiro a lógica do direito político da soberania, sintetizada pelo autor no poder de fazer morrer e deixar viver, as transformações decorrentes desse processo introduzem uma nova lógica, inversa a essa: a do poder para fazer viver ou deixar morrer (FOUCAULT, 1999). Essa ideia, que a princípio pode parecer nebulosa quando não aprofundada, torna-se mais clara quando introduzido o conceito de biopolítica, especialmente trabalhado por Foucault em suas obras *Em defesa da sociedade* e *Segurança, território e população*.

A biopolítica trata-se, em síntese, da prática do biopoder. Ao focar seu olhar no Estado, Foucault (2005; 2008) observa que o exercício da dominação, outrora centrado na figura de um soberano que exercia poder diretamente sobre os corpos, agora parte da estrutura de não-individual e se exerce sobre a população. Do ponto de vista das estruturas sociais, a família, que era a unidade básica das sociedades, dá lugar ao fenômeno da população. E o poder estrutural, antes exercido diretamente sobre o indivíduo, incide sobre essa nova – e diversa – unidade. Por essa razão o “fazer morrer e deixar viver” (associado ao poder do soberano de imputar prisão ou pena de morte ou garantir liberdade e acesso a recursos) se converte em “fazer viver ou deixar morrer” (afinal, passam ao centro das questões políticas o controle de natalidade e mortalidade, por exemplo, que dizem respeito à unidade-população, e não a unidade-indivíduo).

Como destaca o filósofo húngaro Peter Pál Pelbart (2011):

O termo “biopolítica” foi forjado por Foucault para designar uma das modalidades de exercício do poder sobre a vida, vigentes desde o século XVIII. Centrada prioritariamente nos mecanismos do ser vivo e nos processos biológicos, a biopolítica tem por objeto a população, isto é, uma massa global afetada por processos de conjunto. Biopolítica designa essa entrada do corpo e da vida, bem como de seus mecanismos, no domínio dos cálculos explícitos do poder, fazendo do poder-saber um agente de transformação da vida humana (PELBART, 2011, p. 24).

É importante reforçar, nesse sentido, duas questões caras à compreensão dessa dinâmica. Primeiro, a noção de que, como destaca Pelbart (2011), todo exercício de poder dá espaço à elaboração de resistências. Assim, a população, como sujeito da incidência da

biopolítica, se constitui também em massa de poder capaz de contestar as instâncias de dominação. Segundo, como já indicava Foucault (1999), a noção de que o poder disciplinar e o biopoder não são categorias que se excluem; antes se complementam e podem se sobrepor. Para ele, inclusive, é a norma – constituída dos discursos de verdade – o elo entre essas duas formas de poder, “que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanta a uma população que se quer regulamentar” (FOUCAULT, 1999, p. 302).

A partir desse deslocamento do indivíduo para a população, Foucault (2008; 2001) introduz novos conceitos à sua leitura sobre o poder, entre eles segurança e governo. Para o filósofo, a segurança trata do poder que se exerce sobre o conjunto de uma população e, em comparação, enquanto a disciplina se dedica à repressão e à regulamentação nos mínimos fazeres cotidianos, a segurança lida com a gestão de certas liberdades para exercer poder e dominação (FOUCAULT, 2008). Em suas palavras:

a disciplina, por definição, regulamenta tudo. A disciplina não deixa escapar nada. Não só ela não permite o *laissez-faire*, mas seu princípio é que até as coisas mais ínfimas não devem ser deixadas entregues a si mesmas. A menor infração a disciplina deve ser corrigida com tanto maior cuidado quanto menor ela for. Já o dispositivo de segurança, como vocês viram deixa fazer [*laisse faire*]. Não é que deixa fazer tudo, mas há um nível em que o *laissez-faire* é indispensável. Deixar os preços subirem, deixar a escassez se estabelecer, deixar as pessoas passarem fome, para não deixar que certa coisa se faça, a saber, instalar-se o flagelo geral da escassez alimentar. Em outras palavras, a maneira como a disciplina trata do detalhe não é, em absoluto, a mesma maneira como os dispositivos de segurança tratam dele. A disciplina tem essencialmente por função impedir tudo, inclusive e principalmente o detalhe. A segurança tem por função apoiar-se nos detalhes que não vão ser valorizados como bons ou ruins em si, que vão ser tomados como processos necessários, inevitáveis, como processos naturais no sentido lato, e vai se apoiar nesses detalhes que são o que são, mas que não vão ser considerados pertinentes, para obter algo que, em si, será considerado pertinente por se situar no nível da população. [...] a lei proíbe, a disciplina prescreve e a segurança, sem proibir nem prescrever, mas dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e de prescrição, a segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ele responde - anule, ou limite, ou freie, ou regule (FOUCAULT, 2008, p. 59-61, grifos do autor)

Para o estudioso, é também da emergência da população que surge a necessidade da delimitação do governo, nos termos a que se refere. Ele se debruça sobre os sentidos históricos do termo e trata de alguns dos diversos significados que o vocábulo incorporou ao longo dos séculos XIII, XIV e XIV, dando destaque ao governar como “seguir um caminho ou fazer seguir um caminho” (FOUCAULT, 2008, p. 162), até situar o sentido político agregado no século XVI, ainda com uma conotação de uma arte a ser ensinada aos soberanos, sobre a qual se desenvolveram conselhos e tratados, e o status de ciência política construído no século XVIII, com a fundação da economia política (FOUCAULT, 2001). O autor traça, em sua análise, uma visão do que estabelece como sendo sociedade de soberania, sociedade

disciplinar e sociedade de governo, elucidando, no entanto, que não se trata de uma linha do tempo ou de um processo linear delimitado. Antes, como sugere:

A idéia de um novo governo da população torna ainda mais agudo o problema do fundamento da soberania e ainda mais aguda a necessidade de desenvolver disciplina. Devemos compreender as coisas não em termos de substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de governo. Trata-se de um triângulo: soberania- disciplina-gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais [sic] (FOUCAULT, 2001, p. 171).

Para situar melhor o governo em relação à população, o autor francês tece um contrabalanço à soberania, em que o poder do Estado se concentra na figura do soberano, que recebe o trono por herança e tem por função manter, fortalecer e proteger seu principado, e afirma o governo como instituição com o fim não de “governar, mas melhorar a sorte das populações, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde” (FOUCAULT, 2008, p. 140). Isso porque, como o próprio autor pontua e Moreira (2015) destaca, a “população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo. Com a necessidade de ter poder sobre a população, o governo surge para dispor adequadamente as demandas da vida em sociedade” (MOREIRA, 2015, p. 101).

Para tornar possível tal objetivo, o governo se utiliza de diversos dispositivos, conceito que elucidaremos adiante, circunscritos dentro do que Foucault (2001) vai chamar de governamentalidade, ou seja:

- 1 – o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos e essenciais os dispositivos de segurança.
- 2- a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.
- 3 – resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado (FOUCAULT, 2001, p. 171).

Segundo o pensador francês, desde o fim do século XVIII vivemos a era da governamentalidade, e utiliza o Estado para descrever esse momento, assim como fez em toda sua trajetória de análise das relações de poder aqui expostas. No entanto, é consenso, sua perspectiva pode ser transposta a outras estruturas de dominação, que não estritamente a do Estado. E tal transposição é relevante, sobretudo, diante de um momento de transição do capitalismo de acumulação para o capitalismo de consumo. Afinal, vivemos um momento em que, para utilizar o pensamento que Canclini (1995; 2004) desenvolveu em suas pesquisas da relação de poder a partir dos estudos culturais – ciente de que este trata do tema a partir de um

prisma distinto ao de Foucault – a imaterialidade, as novas tecnologias da comunicação e da informação e as relações de consumo são determinantes, até mesmo, para a noção de cidadania. Como dirão Brasil e Migliorin (2010):

no contexto do capitalismo avançado – para alguns, predominantemente cognitivo, imaterial – produção e consumo tornam-se indissociáveis em pelo menos dois sentidos: primeiramente, temos uma permeabilidade crescente da produção às demandas – instáveis – dos consumidores. Como se costuma apregoar em todos os níveis da empresa – do presidente aos operadores, do engenheiro ao analista de marketing – trata-se de um capitalismo flexível, não hierárquico, que deve ser ágil o suficiente para perceber as mínimas mudanças no humor e no desejo dos consumidores. Ou seja, o capitalismo contemporâneo torna-se, cada vez mais intensamente, capilarizado à vida ordinária, a seus excessos e suas gratuidades (p. 88).

É desse contexto que Peter Pál Pelbart (2011) irá propor que, seguindo a esteira do pensamento genealógico de Foucault, vivemos agora o momento do império, descrito por ele como uma etapa da organização social em que o poder é exercido não verticalmente, mas de forma fluida. Trata-se de uma estruturação na qual os instrumentos disciplinares de controle convencionais, como escola, prisão, manicômio, assumem um segundo plano e dão lugar privilegiado as operações de poder por meio de redes de comunicação e sistemas de informação que fazem com que as normas ou discursos de verdade sejam interiorizados, ativando, como destaca Moreira (2015), o que “outros autores chamam de estado de alienação autônoma” (p. 104).

De tal modo, o império pode ser definido como:

uma nova estrutura de comando em tudo pós-moderna, descentralizada e desterritorializada, correspondente à fase atual do capitalismo globalizado. O Império, diferentemente do imperialismo, é sem limites nem fronteiras, em vários sentidos: engloba a totalidade do espaço do mundo, apresenta-se como fim dos tempos, isto é, ordem a-histórica, eterna, definitiva e penetra fundo na vida das populações, nos seus corpos, mentes, inteligência, desejo, afetividade (p. 81).

Esse pensamento nos é especialmente caro, uma vez que, nesta tese, desenvolveremos uma análise dos discursos veiculados por meio das redes sociais online. Por isso, trazemos à baila o conceito fundante de dispositivo, a partir de Foucault (2001) e as contribuições de Deleuze (1990) e Agamben (2009); e de dispositivo midiático de participação, elaborado por Fechine (2014; FECHINE *apud* MOREIRA, 2015), que nos serão caros para a construção das categorias de análise, apresentadas e elucidadas em etapa posterior, responsáveis por nortear o estudo do governo dos fiéis exercido pelas lideranças neopentecostais.

O dispositivo, como já posto, é um instrumento por meio do qual o governo atua na regência de uma população. Trata-se de uma ferramenta não disciplinar, mas de controle, ou

seja, que “não espera pela emergência do desvio, mas administra as várias possibilidades no sujeito” (MOREIRA, 2015, p. 106). É um conceito complexo, em que Foucault (2001) busca

demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (p. 138).

É importante ressaltar, nesse sentido, a visão do autor sobre a gênese do dispositivo. Para ele, o dispositivo nasce para atender a uma urgência e, em sua visão, é estabelecido em dois momentos. Primeiro, em função desse caráter de resposta a uma urgência, enxergado por Foucault (2001), ou seja, da predominância do estabelecimento do objetivo estratégico para o qual foi desenvolvido. Em seguida, ocorre a sobredeterminação funcional, ou seja, há uma resposta que, quer seja positiva ou negativa, quer seja desejada ou não, estabelece uma relação de ressonância ou contradição e exige o constante reajustamento para manter o objetivo sendo desenvolvido (FOUCAULT, 2001). E é em função desse processo que surge o preenchimento estratégico, isto é, o desenvolvimento de uma nova elaboração ou novo formato de uso do dispositivo em função de uma lacuna não prevista no objetivo inicial. Como exemplo, ele cita a prisão, que foi desenvolvida, em dado momento, como resposta racional mais viável ao fenômeno da delinquência. No entanto, em sua fundação, não se previu como efeito colateral a criação de um contexto de concentração e profissionalização da delinquência. Esse efeito negativo, no entanto, logo foi convertido para uso político e econômico, como, diz ele, a extração de lucro da organização da prostituição (FOUCAULT, 2001).

Gráfico 3 - Modelo demonstrativo das relações entre governo e população a partir do dispositivo



Fontes: Foucault (2001) e Moreira (2015)

O modelo acima é uma construção que pode ajudar a compreender esse postulado quanto aos dispositivos. Temos, para o governo de uma população, um dispositivo que surge com uma finalidade, uma meta, um objetivo. Na dinâmica da relação, esse dispositivo sofre uma resposta da população, uma sobredeterminação funcional, a partir da qual o governo reage em regime de reajustamento. Essa exploração visual tem caráter apenas ilustrativo, especialmente uma vez que, como já destacado, poder e população não são instituições completamente distintas e separadas e o poder é relacional, não estático e instituído como soberano absoluto.

Dessa forma, o filósofo francês deixa claro, de um lado, a possibilidade de resistência das populações sujeitas ao governo, e, de outro, o caráter dinâmico e com lacunas operacionais desse processo. É nessa esteira de pensamento que Deleuze (1990) e Agamben (2009) dão contribuições ao conceito. Apesar dos caminhos difusos entre suas ideias, em muitos momentos, ambos convergem em sua visão sobre o processo de subjetivação como característica determinante do dispositivo. Deleuze (1990) destaca o poder, saber e subjetivação como elementos do dispositivo e aproxima a noção desse conceito de modos de vida, refletindo que “pertencemos a certos dispositivos e neles agimos” (DELEUZE, 1990, informação eletrônica). Já Agamben (2005) traça uma genealogia do termo utilizado por Foucault e fundamenta a origem etimológica derivada do termo grego *oikonomia* (gestão da casa), a posteriori traduzido por *dispositio* pelos padres latinos, trazendo à tona o fundamento teológico na forma de uso do termo e seus impactos para compreensão do conceito em Foucault.

A visão de Agamben (2005) é-nos, aqui, especialmente cara por nos ofertar uma visão do papel decisivo da *oikonomia* no desenvolvimento da teologia cristã, especialmente entre os séculos segundo e sexto. Essa leitura nos será útil adiante, na formulação de nossas categorias. De acordo com o autor, a questão da economia divina, ou do uso da *oikonomia* no contexto teológico, surge com força em torno do debate do que seria, ou como se explicaria, o conceito de Trindade³⁷. Para validar tal conceito, sem o risco de uma inserção da perspectiva politeísta no cristianismo, consensuou-se que "Deus, quanto ao seu ser e a sua substância, é, certamente,

³⁷ Conceito complexo da teologia cristã que, de forma sucinta, afirma que YHWH é trino, ou seja, uma só essência revelada em três pessoas distintas, mas consubstanciais. Trata-se de uma compreensão especialmente delicada no início da igreja cristã uma vez que se buscava a diferenciação do paganismo e se temia que essa tese pudesse introduzir o politeísmo dentro da fé cristã.

uno, mas quanto a sua *oikonomia*, isto é, ao modo pelo qual administra a sua casa, a sua vida e o mundo que criou, é, ao invés, tríplice” (AGAMBEN, 2005, p. 12). Então, segundo ele, os “teólogos se habituaram pouco a pouco a distinguir entre um ‘discurso - o logos - da teologia’ e um ‘logos da economia’ e a *oikonomia* converteu-se assim no dispositivo mediante o qual o dogma trinitário e a ideia de um governo divino providencial do mundo foram introduzidos na fé cristã” (AGAMBEN, 2009, p. 12).

Ao introduzir tal pensamento, o autor italiano trata do dispositivo, em Foucault, como instrumento que divide e, ao mesmo tempo, articula o ser e a práxis no governo. E ainda correlaciona a terminologia com as ideias de positividade de Hegel e de *Gestell* de Heidegger (AGAMBEN, 2005) para, por fim, elaborar o dispositivo enquanto “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (AGAMBEN, 2005, p. 13). Para esta pesquisa, o aporte de Agamben (2005) nos serve não só para situar a compreensão de dispositivo como meio e ação do governo, mas também para retomar o que tratamos no primeiro capítulo quanto às divergências, dentro dos grupos evangélicos, do que seria o “Reino de Deus”. Pode-se explicar, a partir disso, como, dentro de um mesmo grupo religioso, e até mesmo de uma denominação, pode haver uma unidade na crença quanto ao *logos* divino enquanto se empregam modos de *oikonomia* completamente distintos.

A noção da religião como dispositivo e, no caso desta tese, com destaque para o neopentecostalismo enquanto tal, ajudar-nos-á a identificar o saber que valida as possíveis violações, de um lado; e os grupos de saberes sujeitados ou excluídos a partir do discurso promovido pela interpretação religiosa dos porta-vozes analisados – e do estrato social que representam. Essa noção nos acompanhará neste texto até adiante, tratando das categorias e da análise em si. No entanto, para avançarmos nisso, queremos antes, como contribuição e também como forma de especificar ainda mais o nosso recorte de análise, trazer à baila a noção de dispositivo midiático de participação, como trabalhada por Fachine (*apud* MOREIRA, 2015) e Moreira (2015), para traçar uma reflexão transversal ao objetivo desta tese sobre o papel de dispositivo exercido pelas bolhas de filtro. Conquanto não nos apegaremos a esta noção da análise, parece-nos válido pontuá-la como variável da dinâmica de poder que circunda o objeto aqui trabalhado.

Na forma como disposto em Moreira (2015), a partir de Fachine (2014), o “dispositivo midiático de participação seria um conjunto de estratégias criadas para conduzir os

consumidores à participação, que, dessa forma, promove processos de subjetivação planejados estrategicamente pela instância midiática de governo” (MOREIRA, 2015, p. 110). E, como ele mesmo destaca, “assim como os dispositivos de segurança, os de participação deixam intervir, mas também atuam com instrumentos de proibição e prescrição” (MOREIRA, 2015, p. 110). Aproximando essa noção às mídias sociais analisadas nesta tese, podemos contextualizar tais postulados na dinâmica de interação que se estabelece em cada uma delas. É o que buscaremos a seguir.

No Facebook, é possível criar perfis (para pessoas), páginas (para figuras públicas ou institucionalidades), grupos e eventos. Nos perfis, adicionam-se amigos; as páginas somam curtidores ou fãs; os eventos reúnem perfis de quem marca interesse ou confirma participação; e os grupos reúnem perfis com base em um interesse. Em cada um desses espaços há a possibilidade de publicar imagens, links, textos e vídeos. E, para cada publicação, há uma área de comentários, a opção de compartilhar em seu perfil ou outro espaço e um botão de reação, que pode ser utilizado para curtir ou reagir com "Amei", "Haha", "Uau", "Triste" e "Grr (Irritado)". Quanto à visibilidade, o usuário criador dos conteúdos ou gerenciador – a instância produtora – pode determinar quem pode visualizar, com certa gama de possibilidades para a definição dos níveis de privacidade. É dada ao administrador do espaço – perfil, página, evento, grupo – a possibilidade de excluir conteúdos e comentários deixados, invisibilizá-los³⁸, denunciá-los (seja por spam ou violação dos termos de uso da mídia) e até mesmo bloquear determinado usuário para que este não mais possa ver ou interagir naquele espaço. O usuário que comenta ou publica algum conteúdo em um espaço – perfil, página, grupo ou evento – de terceiros, tem a possibilidade de editar ou excluir apenas sua própria publicação ou comentário, assim como desfazer sua reação.

No Twitter, há apenas perfis, que podem ser pessoas ou institucionais (apesar de estarem estudando e implementando soluções para negócios). Com características distintas, a mídia se distingue como um painel, ou microblog, no qual podem ser publicados conteúdos com até 140 caracteres e podem agregar textos, links, imagens e vídeos. Os perfis têm seguidores e, diferente do Facebook, onde há espaços com um administrador, a interação se dá com publicações que cada usuário faz em seu próprio perfil e, por meio do uso de uma “@”, pode marcar outra pessoa ou direcionar a ela uma publicação. Desse modo, apenas o

³⁸ Modalidade em que o autor do conteúdo e seus amigos no Facebook ainda conseguem ver a publicação, mas ela fica invisível aos demais.

usuário que criou a publicação tem poder sobre ela, para excluí-la – no Twitter não é possível fazer edições. Do ponto de vista da interação, os usuários podem responder às publicações – não por meio de comentário, mas por uma publicação em seu próprio perfil –, curtí-las ou retweetá-las³⁹. E, há, na rede, um apelo de agrupamento temático por meio das hashtags⁴⁰, que permitem encontrar publicações de vários usuários desta mídia que comentam o mesmo tema.

Em ambas as redes há as chamadas bolhas de filtro, já referidas no primeiro capítulo desta tese. Tais bolhas são mecanismos por meios dos quais as mídias online monitoram o comportamento dos usuários, não só quando estão navegando naquela mídia específica, mas também quando acessam links externos, criando um lastro de navegação e dados relevantes sobre perfil de uso e consumo. Esses dados, também comercializáveis⁴¹, são processados por algoritmos automatizados que, por fim, personalizam a experiência de navegação e mostram a cada usuário o que entende que será de seu interesse (PARISER, 2011; BEZERRA, 2015). Tal processo, se de um lado favorece a aproximação dos usuários com seus temas de interesses, de outro tende a excluir o diverso e restringir a interação nesses espaços a guetos ou grupos de ressonância de determinados discursos. E a maior parte das pessoas que utilizam essas mídias desconhece esse processo ou fenômeno.

A primeira mídia online a implementar e noticiar o uso das bolhas de filtro foi o Google, em 2009 (PARISER, 2011). No caso das mídias analisadas, o Facebook faz uso delas de modo mais intenso, planejado e avançado. As bolhas de filtro e capitalização destas, inclusive, é parte central de sua estratégia de mercado (FORBES BRASIL, 2016). Já no Twitter, a implementação é mais recente e, até então, menos intensa. Compreendendo isto, e restringindo as inferências possíveis quanto ao assunto apenas no que é de interesse objetivo deste trabalho, podemos aplicar a esses espaços a leitura sobre poder, dispositivo e dispositivo midiático de participação, aqui trabalhadas, verificando-as no caso das contas dos porta-vozes analisados.

³⁹ Neologismo que traduz a ação de compartilhar uma publicação do Twitter, ou tweet, como chamada na rede.

⁴⁰ As hashtags são palavras-chave que, no Twitter, se popularizaram pela demarcação de uma palavra ou texto utilizando o símbolo “#” no início. Ao fazer isso em uma publicação, a rede gera um hiperlink que permite buscar todas as publicações utilizando a mesma hashtag naquele dado momento. É uma ferramenta de agrupamento temático de conteúdo que serve para medir os assuntos mais comentados em dado momento e servem, também, como palavra de ordem, em muitos casos.

⁴¹ Tais mídias rentabilizam o uso desses dados por meio de suas ferramentas de anúncios. Grosso modo, elas vendem os dados aos anunciantes, uma vez que permitem segmentar o público para quem anunciam, com base nos dados coletados pelas mídias.

Pode-se observar, entre os usuários de mídias sociais online, uma tendência a exprimir sentimentos e opiniões que, no mundo off-line, não são postas ou circulam apenas em círculo íntimo e restrito. Tal característica, associada ao desconhecimento da maioria destes de como funcionam as mídias de que participam – e de como filtram os conteúdos exibidos – tende, em grande medida, a criar redomas ideológicas de um grupo de pares e interfere “nas matrizes culturais e políticas que conformam a visão de mundo dos indivíduos” (BEZERRA, 2015, p. 3). E esse mecanismo é passível de capitalização pelos porta-vozes em seu favor.

A materialidade do uso das bolhas de filtro como dispositivo midiático de participação está nos canais criados pelos porta-vozes nessas mídias, para o interesse desta pesquisa Facebook e Twitter. A criação de uma conta nesses espaços e manutenção de conteúdo é fundamental para o exercício do seu governo, não só para propagação do conteúdo e atração da população afim de que ecoem seus discursos, mas também para utilizá-la como recursos de legitimação de seu poder e discurso e como defensores de suas imagens, uma vez que, como há certa medida de liberdade no dispositivo, tais espaços são também vulneráveis a críticas e sobredeterminações funcionais não interessantes à instância produtora.

Do ponto de vista prático, podemos verificar isso na dinâmica de atuação dos pastores aqui analisados, quando, ao observar suas publicações, percebe-se que não há uma ação sistêmica de resposta aos comentários, embora haja moderação deles. No entanto, a própria audiência tende a agir em defesa de ambos, nos comentários, e essa defesa costuma ser estimulada e louvada pelos porta-vozes em publicações subsequentes. Como pode ser visto nos exemplos abaixo:

Figura 24 - Silas Malafaia comenta críticas recebidas em tom irônico



Na imagem, o Pastor Silas Malafaia utiliza tom irônico ao tratar das críticas e ofensas recebidas. O pastor, pontuamente, elabora postagens nesse tom, além de também tecer comentários agradecendo aos seus apoiadores e buscando distinguir que há, entre estes, evangélicos e não-evangélicos. As críticas, o tom ácido e a ironia são recursos discursivos recorrentes para esse tipo de publicação, tanto no Facebook quanto no Twitter. Como pode ser visto acima, como reação seus seguidores enviam mensagens de apoio, assim como há também críticas dos que discordam de suas posições, em resposta.

Figura 25 - No Twitter, Marco Feliciano conclama audiência para apoiá-lo e divulga petição favorável a seu nome na Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados



O pastor e deputado Marco Feliciano também faz uso desse recurso. No exemplo acima, ele diz que “não vai se calar” em uma publicação em que se defende das denúncias de declarações homofóbicas e racistas, que ganharam repercussão pública após sua indicação à presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Na sequência da publicação aqui reproduzida, o deputado promove uma petição, hospedada em seu site, conclamando sua audiência a apoiá-lo na indicação ao cargo. Na imagem acima, é possível ver, em resposta, uma crítica que reforça as denúncias e, logo abaixo, a ação de defesa do pastor.

A ação da bolha de filtro, por aproximar afinidades, é, nesse caso, uma agregador de pessoas dispostas à defesa dos porta-vozes, em que se pese a liberdade para a existência do contraditório. É-nos importante pontuar essa dinâmica uma vez que, ainda que não tratemos dessa tensão ou da ação das bolhas de filtro, esta compõe o contexto do objeto analisado. Além disso, consideramos importante, ao tratarmos nesta tese da leitura de poder a partir de Foucault, situar a existência dessa caixa de ressonância do discurso hegemônico dos porta-vozes e, também, a existência de uma atuação resistente, de micropoderes que se articulam em força oposta, ainda que nos concentremos, para fins de análise, na instância produtora. Assim, conseguimos situar melhor, dentro das categorias de análise que trataremos a seguir, as dinâmicas do poder corrente nesses porta-vozes e na normatividade que apresentam como parte da estrutura que permite a existência das violações de direitos humanos em suas colocações.

3.3 Direitos humanos, violações e categorias de análise

No cenário mundial, fala-se em Direitos Humanos desde a década de 20, mas a semente foi plantada bem antes, já no século XVIII, com as declarações americana e francesa que, considerando-se as dificuldades da época e os fantasmas do colonialismo e do absolutismo, reivindicavam, especificamente, os direitos de liberdade, segurança e propriedade. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, votada em 1789, na França, tornou-se marco dessa valorização do indivíduo, que tem direitos naturais. Iniciou-se, com ela, um novo período da história, em que aos homens foi delegada a legitimidade para falar de suas necessidades e expressar como concebem, a cada época, valores como liberdade, igualdade e fraternidade. No entanto, descobriu-se, depois, a necessidade de discutir outras garantias, já que havia um entendimento de que ser livre, simplesmente, sem mais conquistas, não representava muita coisa (TRIGUEIRO, 2011).

Foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), promulgada em 1948, que sistematizou a nível global o que hoje entendemos como sendo esses direitos, enquanto “inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição” (ONU, 2017). Como destaca Norberto Bobbio (1992):

Com a Declaração de 1948, tem início uma terceira e última fase, na qual a afirmação dos direitos é, ao mesmo tempo, universal e positiva: universal no sentido de que os destinatários dos princípios nela contidos não são mais apenas os cidadãos deste ou daquele Estado, mas todos os homens; positiva no sentido de que põe em movimento um processo em cujo final os direitos do homem deverão ser não apenas proclamados ou apenas idealmente reconhecidos, porém efetivamente protegidos até mesmo contra o próprio Estado que os tenha violado (BOBBIO, 1992, p. 30).

A Declaração foi um marco histórico e do direito internacional, sistematizando, em 30 artigos, proteções a toda pessoa humana, com foco no respeito à dignidade e igualdade de direitos, e é dela que partem todas as convenções, tratados acordos e resoluções que se desenvolvem nos anos seguintes e tratam do tema. Apesar de não ter efeito de lei, mas de recomendação, a Declaração funciona como um símbolo, um ideal de ética universal, que inspirou legislações nacionais, tratados e decisões de vários tribunais. Inclusive a própria Constituição Federal de 1988, atualmente vigente no Brasil, traz o ideal dos direitos humanos em seu texto.

No entanto, apesar de ser um divisor de águas, a Declaração não atendeu à integralidade das demandas sociais por direitos, o que é natural dado o caráter dinâmico das relações culturais e identitárias e a aceleração na transformação de processos sociais que as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação trouxeram. Em função disso, dois outros

sistemas globais foram criados, ambos publicados em 1966: o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Enquanto a DUDH situa a dimensão individual e política de forma ampla, os pactos vão delimitar melhor questões ligadas ao direito ao trabalho, à remuneração igual por trabalho igual, à remuneração justa e satisfatória, à liberdade religiosa, à diversidade cultural e o direito à educação, entre outros (TRIGUEIRO, 2011).

No Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, são destaques o valor da igualdade essencial de todos os seres humanos, o combate às desigualdades (que afrontam a dignidade) e o reconhecimento do valor criativo das diferenças. Trata-se de um avanço significativo na questão da discriminação racial, dada a herança escravocrata ainda presente e a existência de crenças baseadas na eugenia. Este Pacto também previu o direito à liberdade, inclusive de pensamento, religião e expressão, à privacidade da correspondência e a igualdade perante a lei. É um documento destinado aos indivíduos, como um meio de defesa de pessoas ou grupos contra privilégios privados e o abuso do poder estatal. No Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, por outro lado, são estabelecidos os deveres do Estado e a proteção das pessoas em condições socioeconômicas e culturais desiguais.

O Brasil é signatário da Declaração e de ambos os Pactos. E, além desses, é também de outros instrumentos importantes no campo, alguns de sistemas globais e outros de sistemas regionais americanos. Entre eles, pode-se destacar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969), Declaração e Programa de Ação de Viena (1993), Convenção Internacional sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (1965), Declaração de Pequim adotada pela quarta conferência sobre as mulheres – ação para igualdade, desenvolvimento e paz (1995), Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989) e a Resolução 2739/2009, aprovada pela Comissão de Assuntos Jurídico e Políticos (CAJP) da Organização dos Estados Americanos (OEA), que trata de Direitos Humanos, Orientação Sexual, e identidade e Expressão de Gênero. É importante destacar que tais documentos têm a força de acordos juridicamente obrigatórios e vinculantes, ou seja, implica no comprometimento dos Estados a cumpri-los. E, como estabelece a própria Constituição Federal de 1988, no art. 5º, “os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte” (BRASIL, 1988).

A emergência de novos dispositivos se dá, como dito, em função da dinâmica natural das transformações sociais e se coloca como necessidade sempre que algum grupo específico

tem seus direitos postos em risco ou é colocado em vulnerabilidade, face a uma conjuntura regional ou global. Por essa razão, em dados momentos é necessário reafirmar a universalidade desses direitos em contextos específicos, como forma de equiparar grupos que estão em posição desigual no acesso a esses ou que os veem violados. Sobre isso, é importante destacar duas características distintas, mas vinculadas, dos direitos humanos: a tensão da coexistência social dos direitos, ou a dialética indivíduo-comunidade, e a universalidade. A preocupação em destaca-las se dá uma vez que, como destaca Mbaya (1997):

Não se poderia afirmar o indivíduo, desconhecendo-se a comunidade; não se poderia desconhecê-lo, afirmando-se a comunidade. É preciso afirmar a comunidade sem a qual o indivíduo é um ser irresponsável; [...] orgulhoso de seus direitos humanos, mas egocêntrico, concentrado nos seus direitos como num capital, ignorando o dos outros, mas deve se afirmar o indivíduo, sem o qual a comunidade se torna uma abstração opressiva, até mesmo destruidora (MBAYA, 1997, p. 29).

Ou seja, transpondo para a prática, reconhece-se que, em função da coexistência dos direitos, pode haver, em dada medida, tensões. No entanto, o caráter universal dos direitos humanos deve ser aplicado a garantir que, por exemplo, uma comunidade tenha uma prática ritual reconhecida como sua identidade cultural e respeitada sua autodeterminação ao mesmo tempo em que, por sua vez, esta comunidade deve reconhecer o direito do indivíduo de ser parte ou não de tal prática ritual sem que haja discriminação ou ofensa a sua dignidade em função disso. Como pontua Hector Gros Espiell:

Só o reconhecimento integral de todos os direitos pode assegurar a existência real de cada um deles, já que, sem a efetividade de gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais, os direitos civis e políticos se reduzem a meras categorias formais. Inversamente, sem a realidade dos direitos civis e políticos, sem a efetividade da liberdade entendida em seu mais amplo sentido, os direitos econômicos, sociais e culturais carecem, por sua vez, de verdadeira significação (ESPIELL, 1986, p. 16-17).

Quando não temos a integralidade dos direitos respeitada, ou quando há um desequilíbrio na relação de coexistência dos direitos, corremos o risco, aí, da emergência das violações. A violação ocorre, portanto, quando não há o respeito universal a dignidade de todas as pessoas humanas, independentemente das variáveis de sua identidade ou condição, e quando não há equiparação de direitos entre estas. Como categoriza Dirienzo (2012), tal transgressão

incide no que viola a vida – bem supremo – e sua pujança, a qual, em termos humanos, significa o direito de ser e de ser diferente, ter a liberdade de ter suas próprias crenças, bem como não sofrer discriminação em virtude de raça, cor ou condição etária ou sexual. A violação dos Direitos Humanos atinge muito mais aqueles que são excluídos socialmente ou pertencem a minorias étnicas, religiosas

ou sexuais. Mas, em tese, todos podem ter os seus direitos fundamentais violados (DIRIENZO, 2000, informação eletrônica)

Ao tratarmos de violações de direitos humanos, nesta tese, é essa compreensão teórica que abraçamos para proceder a análise. E, ao aplicarmos esta à análise dos porta-vozes, distinguimos duas formas de violação, descritas a partir de Mbaya (1997) como lateral e vertical. Na forma lateral, tratamos das violações entre pares, ou seja, entre concidadãos, na condição na qual inserimos o pastor Silas Malafaia uma vez que este, ainda que sendo uma figura pública, não representa o Estado. Já na forma vertical tratamos das violações em relação às instâncias decisórias do Estado, na qual situamos Marco Feliciano, dado que este, além da função de pastor, exerce um cargo público eletivo no Legislativo Federal. Apesar dessa distinção quanto às violações, no entanto, reiteramos que ambos partilham do mesmo espectro de poder exercido e o mesmo discurso normativo de governo, inclusive no que tange às decisões legais.

É-nos caro, ainda, reiterar a noção de interdependência dos direitos humanos uma vez que, ao lidarmos com discurso, é frequente a indagação quanto aos limites entre o direito à liberdade de expressão e o direito de preservação da dignidade humana. Sobre isso, incorporamos aqui a noção desenvolvida por Freitas e Castro (2013) em seu artigo intitulado *Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão*, e destacamos que

É fundamental o entendimento de que a escolha, por definição, apresenta limites quanto ao seu exercício. Qualquer conduta que ultrapasse os limites dessa esfera de autodeterminação poderá ser objeto de repressão. Assim, por exemplo: a liberdade de Manifestação do Pensamento, estabelecida pelo ordenamento jurídico, não autoriza a calúnia ou a injúria, condutas estas situadas para além da possibilidade de escolha garantida pela liberdade de expressão. Nesse sentido, poder-se-ia observar ainda outro exemplo: a liberdade de Culto Religioso. Essa liberdade não é compatível com o sacrifício de crianças, ainda que isso esteja previsto em algum ritual religioso. São, pois, condutas inadmissíveis, reprovadas pela sociedade, que teriam ultrapassado os limites da liberdade de culto religioso (FRETAS; CASTRO, 2013)

Para identificar as possíveis violações no discurso desses porta-vozes, elaboramos categorias de análise, sustentadas pela teoria até aqui desenvolvida e elaboradas à luz de uma combinação metodológica de recursos disponíveis. Entre eles a já referida netnografia e a análise discursiva de Foucault (2013) que, em sua *Arqueologia do saber*, embora não sistematize um método para pesquisa e análise no campo, fornece importantes subsídios ao desenvolvimento de uma pesquisa nesse arcabouço. Quanto ao recorte temático das violações, vista a ampla gama de direitos, optamos por construir nossas categorias com base nos campos desses direitos que são diretamente afetados – ou influenciados – pela questão da moralidade

evangélica que, como visto no primeiro capítulo, é uma das poucas pautas mais ou menos consensuais entre representantes da Bancada Evangélica e porta-vozes neopentecostais. E, por isso, para cada uma das categorias apresentadas, desenvolveremos, quando na análise, os dispositivos teológicos que as validam e demonstraremos sua dinâmica de poder que viola a partir das publicações colhidas das redes sociais analisadas dos dois porta-vozes. Assim, buscaremos dar conta do contexto situacional imediato, do contexto institucional-religioso e do contexto sociocultural e histórico em que se insere esse processo.

Para tanto, as categorias que nos servirão neste esforço, empreendido no capítulo seguinte, são: 1) intolerância ou discriminação religiosa e violação da liberdade de crença e de culto; 2) discriminação e cerceamento da liberdade de gênero, sexualidade e orientação sexual; 3) vulnerabilização, constrangimento, exposição à violência e cerceamento do acesso à justiça reparadora; e 4) coronelismo eletrônico, assédio religioso e abuso espiritual.

Na primeira categoria, “intolerância ou discriminação religiosa e violação da liberdade de crença e de culto”, buscaremos identificar os traços de tratamento desigual e discriminatório com outras crenças, cultos e religiões, destacando a possibilidade de: a) ataques à liberdade de reunião pacífica e culto; b) perseguição, criminalização ou discriminação de símbolos religiosos; c) a incitação ao ódio ou repulsa contra grupo religioso; d) desqualificação ou descaracterização de religião, crença ou culto; e e) negação de igualdade de direitos e tratamento entre pessoas de credos distintos.

Ao tratar de “discriminação e cerceamento da liberdade de gênero, sexualidade e orientação sexual”, apreciaremos a existência de: a) ataques à liberdade de reunião pacífica; b) perseguição, criminalização ou discriminação de símbolos LGBT ou associados ao feminismo e causas femininas; c) a incitação ao ódio ou repulsa contra grupo de gênero, sexualidade ou orientação sexual; d) desqualificação ou descaracterização das causas das mulheres ou LGBT; e e) negação de igualdade de direitos e tratamento.

Em “vulnerabilização, constrangimento, exposição à violência e cerceamento do acesso à justiça reparadora”, classificaremos: a) a existência de discursos de incitação ao ódio, discriminação ou violência; b) incitação ou proposição que exponha uma pessoa ou grupo a situação de vulnerabilidade social; c) calúnia, difamação, injúria ou condenação sem julgamento ou elementos probatórios; d) comportamento ofensivo e agressão à dignidade.

No que tange a “coronelismo eletrônico, assédio religioso e abuso espiritual”, trataremos das possíveis violações direcionadas internamente ao público evangélico, buscando identificar: a) restrição ao livre pensamento e expressão política dos fiéis; b) ameaça

de cunho místico-espiritual; c) discriminação e controle das relações pessoais e do voto; d) fragilização dos vínculos pessoais; e e) apelo ostensivo à entrega financeira.

Em cada uma destas, cientes da possibilidade de que um mesmo item seja abarcado por mais de uma categoria, contextualizaremos os discursos de verdade que validam tais práticas e os saberes marginalizados ou subalternizados em tal discurso; destacaremos os direitos potencialmente violados, contextualizando os regulamentos em direitos humanos que tratam dessas violações e reparações; pontuaremos a recorrência dos tipos de publicação – e sua repercussão – nas mídias analisadas; e, por fim, situaremos exemplos dentro do corpus.

4 TRANSFORMAI-VOS PELA RENOVAÇÃO DA VOSSA MENTE: ANÁLISE DOS DADOS E APONTAMENTOS CRÍTICOS SOBRE PODER E DIREITOS HUMANOS

Até aqui demos conta da substância teórico-metodológica deste estudo. Agora, neste capítulo, interessa a análise propriamente dita do material coletado no período de interesse desta tese – a partir dos vetores poder e direitos humanos. Temos aqui, para dar conta, o substrato de quatro fatos políticos da história recente do País, com especial envolvimento dos porta-vozes aqui estudados, elencados no capítulo anterior. São eles: 1) a posse de Marco Feliciano na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados; 2) a tramitação e aprovação em comissão do projeto de lei popularmente nomeado de “cura gay”, que trata da permissão para que profissionais de psicologia atuem no que seria uma tentativa de reorientação ou neutralização da orientação homossexual; 3) a liberação legal para o casamento homoafetivo nos Estados Unidos e as investigações sobre o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha; e 4) o processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff.

Durante o período em que nos debruçamos sobre as publicações, na janela de tempo proposta por esta pesquisa, pudemos extrair do período ao menos quatro outros fatos políticos e midiáticos de relevância e alcance nacional: o debate em torno da votação em comissão da redução da maioria penal; o projeto de lei que trata da regulamentação do processo de transsexualização a partir da adolescência; eleições municipais de 2016; e a denúncia da estudante de jornalismo Patrícia Lélis de que teria sido sexualmente abusada pelo deputado Marco Feliciano. Ao todo, debruçamo-nos sobre 3187 publicações. Dessas, 2116 feitas por Silas Lima Malafaia no Facebook (617 postagens) e Twitter (1499 publicações) e 1071 feitas Marco Antônio Feliciano, 302 delas no Facebook e 769 no Twitter.

Destacamos, quanto à data referenciada na captura de tela agregada ao texto, que eventualmente pode haver divergência entre a data escrita e a apresentada em uma imagem, uma vez que tanto Facebook quanto Twitter exibem o horário local do computador utilizado para a busca. E, para facilitar a nossa coleta de publicações, utilizamos algumas ferramentas online hospedadas em servidores asiáticos, o que pode representar uma diferença de 12 horas em alguns casos. Nesses exemplos, o horário e data local da publicação são referenciados textualmente.

Partimos, daqui, a uma análise sociodiscursiva do material coletado, como já evidenciado no capítulo anterior. Nessa trilha, percorremos um caminho qualitativo de

análise, empregando números quando julgarmos necessário para melhor contextualizar o tema ou práticas metodológicas. Aqui nos interessam não os números de aparição de um conteúdo, mas a incidência, continuidade e articulação de um discurso de poder – do qual os porta-vozes são representantes. Por tal razão, iniciamos com a análise das características do governo hegemônico neopentecostal, visto no recorte dos porta-vozes, suas estruturas estratégicas de gerência da população e dispositivos que dão suporte às violações de direitos.

4.1 Bolhas de filtro, poder e governo nos perfis de Silas Malafaia e Marco Feliciano

As publicações analisadas contêm textos, imagens e, em alguns casos, referências a conteúdos externos, indicados por hiperlink, quase sempre vídeos hospedados no YouTube ou material noticioso extraído de algum portal ou site. Em caso de referência a conteúdos externos, trouxemos estes também à análise por compreendermos que a referência é indissociável do conteúdo em que se apresenta. Algumas das publicações que inicialmente havíamos elencado para análise foram excluídas dos perfis dos porta-vozes enquanto sistematizávamos o nosso *corpus*, por isso não foram utilizadas nesta análise. Além disso é importante destacar que, em alguns casos, a publicação original foi mantida, mas o link externo a que fazia referência – matéria ou vídeo, em todos estes casos – foi retirado do ar. Nesses casos, levamos em conta o conteúdo da postagem, sem incorporar à análise o conteúdo referenciado.

Entre as publicações ou conteúdos removidos estão algumas que envolvem embates polêmicos, como o embate entre o pastor Silas Malafaia e o blogueiro e estudante de genética Eli Vieira após uma entrevista do pastor ao Programa De Frente com Gabi, em que diz que a homossexualidade não tem origem genética; a discussão do pastor Marco Feliciano com a apresentadora de tevê Xuxa Meneghel, depois que ela publicou em seu perfil nas redes sociais online críticas a ele, algumas delas com base em *fake news*⁴².

⁴² *Fake News* é um estrangeirismo que, em tradução livre, quer dizer “notícias falsas”. É um conceito que abarca a prática – crescente com as interações nas redes sociais online – de criar conteúdo informativo falso, baseado em suposições sem base nos fatos ou retirando dados de seu contexto para manipulação.

Figura 26 - Página do site Verdade Gospel, do pastor Silas Malafaia, contém vídeo hospedado no YouTube que foi tirado do ar



Na Figura 26, acima, é possível identificar um vídeo que foi tirado do ar e que estava incorporado na matéria intitulada *Video: pseudo geneticista que combateu Pr. Silas é desmascarado*⁴³, publicada em 02 de março de 2013 no portal Verdade Gospel, empresa com conteúdo noticioso e de entretenimento online de propriedade de Silas Lima Malafaia. Não há informação objetiva publicamente disponível sobre os porquês das exclusões de conteúdos, portanto não podemos definir aqui as motivações, mas para fins informativos aos que não estão familiarizados com as rotinas digitais, podemos elencar algumas possibilidades com base no que é prática dos profissionais que gerenciam redes sociais online (TELMO, s/d). Decide-se pela exclusão, de modo geral, quando há um conteúdo potencialmente passível de processo judicial, quando há um retorno de público negativo, quando a reação a partir das bolhas de filtro não é a esperada ou quando aquele conteúdo não é interessante do ponto de vista mercadológico ou de marketing de uma ação.

No caso de Marco Feliciano, há diversas publicações com hiperlinks fora do ar. Isso se dá, em grande medida, pelo período em que este empreendeu, em seu site, uma área para conteúdos noticiosos, que depois foi descontinuada. No seu site, eram publicadas matérias de interesse do público evangélico, sobretudo neopentecostal, edições de seu programa de televisão (que foi descontinuado) e outros. Atualmente, o domínio

⁴³ Disponível em: <<http://www.verdadegospel.com/video-pseudo-geneticista-que-combateu-pr-silas-e-desmascarado/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

www.marcofeliciano.com.br, antes usado para hospedar seu site, redireciona para sua página no Facebook.

A estratégia de concentrar informações em um domínio é bastante utilizada por Silas Malafaia, que é dono do ‘Verdade Gospel’. Como o site concentra venda de produtos de suas empresas e gera renda vendendo publicidade, o faturamento se eleva potencialmente e seu poder de barganha com anunciantes cresce de acordo com o volume de acessos. Por isso há uma estratégia de mercado em torno das publicações deste porta-voz que engloba o direcionamento da audiência nas mídias sociais online para leitura de conteúdos em texto, imagens e audiovisual nesse seu portal. Há, inclusive, um discurso coordenado – também visto no caso de Marco Feliciano – de descrédito e crítica ao que chamam de “mídia esquerdizada”, “mídia esquerdopata”, “mídia parcial” e “mídia secular”, em diferentes momentos. Diversas publicações concentram tais críticas e valorizam o que seria uma mídia feita por evangélicos, o que serve como forma de capitalizar a audiência.

Tal dado pode ser aferido, para além da análise no recorte temporal desta tese, em uma busca das publicações de ambos nas redes sociais – especialmente no Twitter, onde concentram maior volume de postagens – com a palavra “mídia”.

Figura 27 - Silas Malafaia afirma no Twitter que há um preconceito na mídia contra os evangélicos



Figura 28 - Em publicação no Twitter, Feliciano compartilha coluna do site Gospel Prime que alerta sobre os perigos morais do que chama de "mídia secular"



As Figuras 27 e 28, vistas acima, ilustram bem esse dado. Na Figura 27, de uma publicação fora do recorte específico desta pesquisa, mas obtida em uma busca com o termo “mídia” para ilustrar a continuidade estratégica desse discurso, mostra o pastor Silas Malafaia afirmando que há um preconceito na mídia contra os evangélicos. Na Figura 28, em tom de aviso o deputado Marco Feliciano compartilha um link que direciona para o artigo *Fúria contra cristãos da Comissão de Direitos Humanos: por um bebê triturado de sobremesa*⁴⁴, publicado no dia 7 de março de 2013 no portal Gospel Prime, um portal noticioso voltado para o público evangélico, de autoria de Rubens Teixeira. O texto fala, em tom acusatório, da relação das grandes empresas de mídia com bancos, afirma que noticiários mesclam verdades e mentiras, fala do preconceito com evangélicos e conclui que “os cristãos são atacados porque alguns preferem, por exemplo, depois de uma noite de sexo regada a uísque com a amante em um dos hotéis da cidade, terem como refeição a sua família esmagada e, de sobremesa, um bebê, gerado na orgia, triturado por um aborto”.

Tanto nas publicações de Feliciano como nas de Malafaia há a defesa de que a mídia protege gays, feministas, militantes da esquerda política e, nos termos utilizados em seus textos, “abortistas”, enquanto atacam os evangélicos. Há, frequentemente, uma narrativa de

⁴⁴ Disponível em: <https://colunas.gospelmais.com.br/furia-contra-cristaos-da-comissao-de-direitos-humanos-por-um-bebe-triturado-de-sobremesa_4507.html>. Acesso em: 10 abr .2017.

perseguição da mídia contra evangélicos, cristãos ou diretamente contra os porta-vozes. Assim como há um discurso de perseguição do PT ou dos partidos de esquerda contra estes. Tal lógica discursiva favorece o direcionamento ideológico de seus rebanhos e seguidores em caminhos contrários a posicionamentos à esquerda ou progressistas. Além disso, favorece o consumo de material noticioso de cunho evangélico. O pastor Silas Malafaia tem, inclusive, um texto publicado no seu Verdade Gospel em que fala da relação dos evangélicos com a mídia e reforça tal perspectiva.

Figura 29 - Silas Malafaia convida seguidores a lerem texto em que fala da relação entre evangélicos e mídia



No texto *linkado* na publicação vista acima, intitulado *IMPORTANTE! Os evangélicos e a mídia; Pr. Silas comenta*⁴⁵, Malafaia trata da sua visão sobre evangélicos e mídia. Com sarcasmo no início do texto, algo que é uma marca em seus escritos (no mundo digital) aqui analisados, diz que ri dos que hoje o criticam porque “ou eram crianças ou ainda não tinham nascido” quando iniciou sua carreira nos veículos de comunicação de massa. Desenvolve sua ideia tecendo uma crítica à visão de alguns evangélicos de que os meios de comunicação são “do diabo”, compreensão que contextualizamos no primeiro capítulo desta tese. Em sequência, fala que os meios de comunicação não são bons nem maus, as pessoas que estão ali é que os qualificarão entre esses dois polos. Aponta que essa atitude de afastamento da

⁴⁵ Disponível em: <<http://www.verdadegospel.com/importante-os-evangelicos-e-a-midia-pr-silas-comenta/?area=1>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

maioria dos cristãos fez com que o diabo “deitasse e rolasse” na mídia, caracterizando como espectro visível do que demarca como o ‘mal’, o ou ‘deitar e rolar’ a presença de homossexuais nos postos de trabalho: “Por causa desse profetismo catastrófico, as emissoras estão infestadas de gays. Diretores, produtores, autores de novelas, cenógrafos, entre outros, em sua maioria, são gays”.

É interessante observar a forma como Malafaia qualifica essa presença nos postos de trabalho utilizando o adjetivo “infestadas”. Retomaremos essa questão mais adiante, ao tratarmos das categorias de violações de direitos humanos. Por ora, vamos nos ater à questão do governo dos líderes sobre seu público no que tange à mídia. Tal rota discursiva estimula a compreensão de que aquilo que é realizado por evangélicos, especialmente por líderes, é bom. Enquanto aquilo que é feito por outros grupos, especialmente se houver a presença de gays, feministas e pessoas alinhadas à esquerda política, é mau e do diabo. De tal modo, busca-se afastar as pessoas do consumo de veículos de comunicação que tecem críticas a esse grupo ou desacreditar tais meios, ao passo que reforça que se deve consumir produtos midiáticos de origem evangélica.

Além de promover descrédito das mídias criticadas, tal estratégia é cara aos porta-vozes, uma vez que valoriza seus negócios e ajuda a formar uma clientela cada vez mais restrita aos ditames dos conteúdos que eles e seus pares desenvolvem, promovem ou patrocinam. No campo noticioso, cria-se a valorização de determinados portais (como o Verdade Gospel); estimula-se o consumo de programas de cunho religioso na TV e no rádio, como forma de atrair interesse de emissoras e valorizar o espaço publicitário; direciona-se a compra de livros, CDs e DVDs ao nicho gospel, dando retorno a estes, uma vez que publicam materiais nesse formato e têm suas próprias gravadoras e editoras – Central Gospel e Tempo de Avivamento, de Malafaia e Feliciano, respectivamente.

Tais dados conotam uma ação planejada e coordenada nesse sentido. Durante o período de coleta desta pesquisa, atraiu nossa atenção, entre outras, as chamadas da assinatura para o *Gospel Play*, serviço de *streaming* de vídeo lançado por Silas Malafaia, semelhante a Netflix, para o público evangélico. No Twitter, no mês de abril de 2016, a chamada para conhecer o serviço (e assiná-lo a partir do terceiro sábado de maio) é feita com o seguinte texto: “Uma oportunidade pra você fugir da imoralidade da TV. Assista o que eu falo: [link]”. O link contido direciona a um vídeo, no qual Silas Malafaia explica o serviço e convida a um teste gratuito (estratégia de marketing em consonância com o mercado) antes da assinatura.

Figura 30 - No Twitter, Malafaia chama para assinatura do Gospel Play, seu serviço de streaming de vídeos para o público evangélico



A “fuga da imoralidade” é tônica do discurso de venda – o mesmo observado nas críticas à mídia e à política feitas pelos neopentecostais, neste caso especificamente pelos dois porta-vozes. No período supracitado, em que as publicações que convidam ao Gospel Play acompanham o texto referenciado e visível na Figura 30, esteve em processo de julgamento no Parlamento o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Há, antes da apresentação do Gospel Play, uma sequência de publicações com críticas políticas, ataques à Dilma e seu governo e elogio a políticos e convidados favoráveis ao impeachment, como pode ser visto a seguir.

Figura 31 - Pastor elogia fala do parlamentar evangélico Magno Malta, defensor do impeachment



Há, no posicionamento sequencial das postagens, uma oposição visível entre o que é colocado como situação imoral do País em relação à política e o que é uma oportunidade de fuga da imoralidade consumindo o Gospel Play. Há um contraste, como quem reforça uma dor ou medo para tornar a audiência mais suscetível à solução apresentada, estratégia muito comum nas práticas de marketing (CARVALHO, 2015). Entre a audiência dos porta-vozes, esse argumento de fuga da imoralidade é fortalecido pela interpretação do texto bíblico da carta de Paulo à igreja em Tessalônica, que diz “abstende-vos de toda a aparência do mal” (BÍBLIA, I Tessalonicenses, 5, 22).

Essa compreensão age como dispositivo religioso que opera a gerência da audiência pelas lideranças neopentecostais. No caso dos porta-vozes, no período analisado, são colocados como “aparência do mal” a homo, bi e transexualidade, transgeneridade, feminismo, as posições políticas progressistas e à esquerda, especialmente no que tange ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e direitos da população LGBT, legislação sobre aborto e legislação sobre drogas atualmente ilícitas. A posição, contrária ao ‘mal’, é defendida como sendo a promoção do Reino de Deus.

Figura 32 - Silas Malafaia, durante o período de sua polêmica entrevista à Marília Gabriela e seu apoio a Marco Feliciano, destaca sua ação de persuasão política como promoção do Reino de Deus.



No *post* visto na Figura acima, o pastor destaca que, apesar de não se interessar pelo mandato eletivo, sua persuasão e atuação no que tange à Política Nacional são o que qualifica como a promoção do reino de Deus fora das “quatro paredes da igreja”, como referencia em outra publicação desse íterim.

Há uma evocação direta, inclusive, do sentido de batalha espiritual, essencial à teologia neopentecostal, para traduzir os embates entre as posições políticas dos dois religiosos analisados e sua oposição no espaço público. Essa alusão ao sentido de batalha espiritual reforça, para o público dos porta-vozes, que aqueles que lhes são críticas, na verdade, são usados pelo diabo e pelo mal para fazê-lo, sendo, portanto, representantes malignos do que ambos traduzem como “lixo moral”, “idiotização de uma geração” e “destruição da família”.

Figura 33 - Em publicação, durante período em que assumiu CDHM, Feliciano caracteriza oposição como batalha espiritual e é apoiado nos comentários.



Na Figura acima, em que o deputado e pastor Marco Feliciano afirma que não se entrega sem lutar, ao destacar que há uma batalha espiritual na oposição ao seu nome como presidente da CDHM, podem-se ver comentários de apoio ao porta-voz, todos com linguajar habitual das igrejas pentecostais e neopentecostais. O usuário identificado como Zé Carlos S. Jr. Responde à publicação dizendo “vencerá, sim. Essa peleja já está nas mãos do Deus de Israel... oh, glóooooooriaaaaa”. A ideia de “peleja” é comumente aplicada no contexto religioso em questão para denotar o aspecto de batalha contra desafios e dificuldades na vida dos protestantes e a ideia de “estar nas mãos de Deus” faz referência a uma ação divina contra os “inimigos”. No comentário posterior, Manoel Martins posta: “o Senhor seja contigo, varão valoroso”, como uma saudação. A terminologia “varão valoroso” faz referência à tradução bíblica de José Ferreira de Almeida e qualifica o “homem de Deus” que empunha virtudes divinas.

É importante destacar o papel das bolhas de filtro como dispositivo midiático de participação nesse processo, que se materializa nas plataformas. Esse filtro invisível, operado pelos algoritmos do Twitter e Facebook, se de um lado favorece o encontro de pessoas alinhadas ao discurso dos porta-vozes, muitas vezes dispostas a defendê-los nos comentários, também cede espaço às críticas. Por sua vez, os usuários críticos, ou os que promovem ataques, tendem a ver, cada vez mais, as publicações dos porta-vozes e conteúdos correlatos,

uma vez que o algoritmo entende as interações como interesse no tema. Tanto a defesa como as críticas são ‘capitalizadas’ pelos pastores analisados neste trabalho.

Figura 34 - Em sequência de publicação, Feliciano defende que a mídia impõe perseguição a evangélicos.



Figura 35 - Silas Malafaia ironiza críticas e ataques em suas redes sociais e diz que continuem a segui-lo.



Nas Figuras acima, tanto Marco Feliciano quanto Silas Malafaia fazem publicações com referências às críticas e oposição direcionadas a eles em seus perfis. Publicações assim podem ser vistas ao longo do período analisado, ora ironizando as críticas recebidas, ora

capitalizando-as para seus argumentos de perseguição religiosa. Assim como podem ser vistas mensagens de agradecimento às pessoas que os seguem ou apelo à sua defesa.

Figura 36 - Postagem no Twitter mostra agradecimento de Silas Malafaia a seguidores e opositores.



Dentro do recorte temporal sobre o qual nos debruçamos, é possível identificar, basicamente, três tipos de referências à oposição por que passam os porta-vozes nas redes sociais: a) a réplica agressiva, em que ironizam as críticas recebidas e reagem, em alguns momentos em tom agressivo ou utilizando insultos e palavras de afronta; b) a vitimização, em que se colocam como vítimas de um processo de intolerância ou perseguição religiosa; e c) o tom compassivo, em que dizem amar e perdoar seus críticos e opositores, apesar de, no intervalo observado, o volume de publicações em tom agressivo se colocar em contraste direto com esta última postura observada.

Tais padrões de resposta aparecem não em forma de réplica direta às pessoas, mas em novas publicações, nas quais contextualizam o fato ou apenas relatam haver ameaças, xingamentos e oposição. Com isso, além de evitar o confronto direto na maior parte dos casos, os porta-vozes garantem maior visibilidade e propagação dos conteúdos e têm a possibilidade de deixar que os próprios seguidores atuem no trabalho de defesa – contando com as bolhas de filtro como instrumento facilitador desse processo. Como pode ser visto na Figura 37, a seguir.

Figura 37 - Em comentários de postagem do deputado Feliciano no Facebook, seguidores o defendem e apoiam suas colocações.



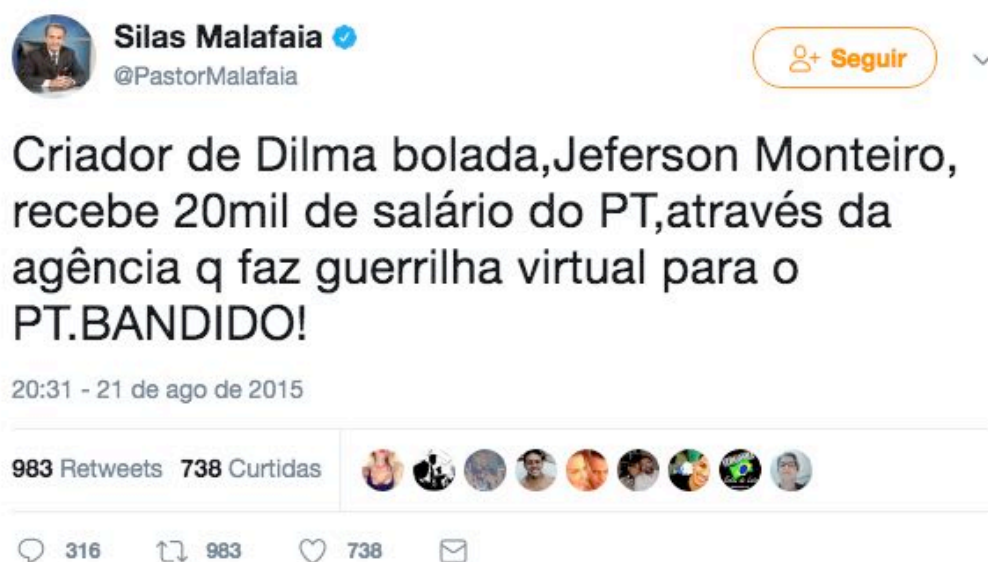
Na imagem, seguidores do deputado no Facebook demonstram apoio em publicação em que ele referencia um vídeo sobre a aprovação, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, do projeto popularizado como “cura gay”. Em um dos comentários, o usuário identificado como Carlos Rodrigues diz: “Bom, agora um milhão de pessoas sabem o que essa mídia podre e deturpada quer fazer com o Pr. Marco Feliciano: calar a voz de quem defende os direitos de família. Mas Deus é maior e está com ele nessa jornada”. Esse padrão de defesa pode ser igualmente visto nas publicações do Pr. Silas Malafaia, evidenciando uma particularidade dos seguidos de ambos e uma dinâmica do efeito das bolhas de filtro.

É interessante notar, ainda em relação ao padrão de resposta e interação com o público, que, apesar de unidos quanto às pautas, há uma diferença no tom de discurso entre Malafaia e Feliciano, sobretudo nos intervalos analisados no ano de 2013. Enquanto Feliciano demonstra, em princípio, enquanto direciona ataques, uma postura, majoritariamente, de vitimização diante dos grupos que lhe opõem, a maior parte das publicações de Malafaia são em tom acusatório ou condenatório, muitas vezes acompanhadas de adjetivos pejorativos ou de tom jocoso, como “mentiroso”, “lixo moral”, “degradação moral”, “cínico”, “imbecil”, “bandido”, “corrupto” e referência sarcástica ao movimento LGBT usando o termo “bibas”.

Figura 38 - Em publicação, Silas Malafaia ironiza reação por aprovação do projeto apelidado de "cura gay".



Figura 39 - Silas Malafaia chama o criador da página Dilma Bolada de bandido por receber salário de agência ligada ao PT.



Podemos ver essa diferença, inclusive, em episódios como o das críticas feitas à Xuxa. Feliciano tece duras críticas à apresentadora e *retweeta*⁴⁶, para vários influenciadores digitais evangélicos conservadores, um vídeo de seu programa no qual fala sobre ela (atualmente indisponível), além de afirmar que sua assessoria jurídica prepara o processo. Mas, poucos

⁴⁶ Expressão que faz referência à republicação de um conteúdo – *tweet* – seu ou de outrem feito no Twitter.

dias depois, muda a estratégia discursiva para um tom ameno, em que diz que a perdoa e que não moverá ação nenhuma contra ela.

Figura 40 - Feliciano, depois de anunciar que processaria Xuxa, volta atrás e muda discurso.



Só a partir das publicações de 2015 é que verificamos, em Feliciano, maior investimento de publicações em tom de ataque. Ainda assim, mais amenos que no caso de Feliciano e o tom de vítima, de compassivo e pedido de apoio permanece visível. Há, inclusive, no período em que foi alçado à presidência da CDHM, um apelo a lideranças cristãs para que saiam em sua defesa, como visto na Figura a seguir.

Figura 41 - Feliciano questiona onde estão os líderes para que saiam em seu apoio



Há também, de outro lado, um discurso comum a ambos que desqualifica como cristãos todos aqueles que se posicionam contrários às falas dos porta-vozes. Em diversos momentos se utiliza entre aspas o termo *irmã* ou *irmão*⁴⁷ no intuito de relativizar a fé de líderes cristãos ou cristãos críticos às posturas dos pastores estudados; coloca-se como incompatível que um cristão, ainda que considere pecado uma prática, não se coloque contrário à liberdade civil de escolha por esta (como no caso do casamento entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, ou descriminalização do uso de drogas); e há especial pressão sobre os políticos cristãos que exercem mandato.

Figura 42 - Em publicação no Twitter, Silas Malafaia relativiza a fé de Marina Silva por seu apoio a Alessandro Molon, na corrida eleitoral pela Prefeitura do Rio de Janeiro, em 2016



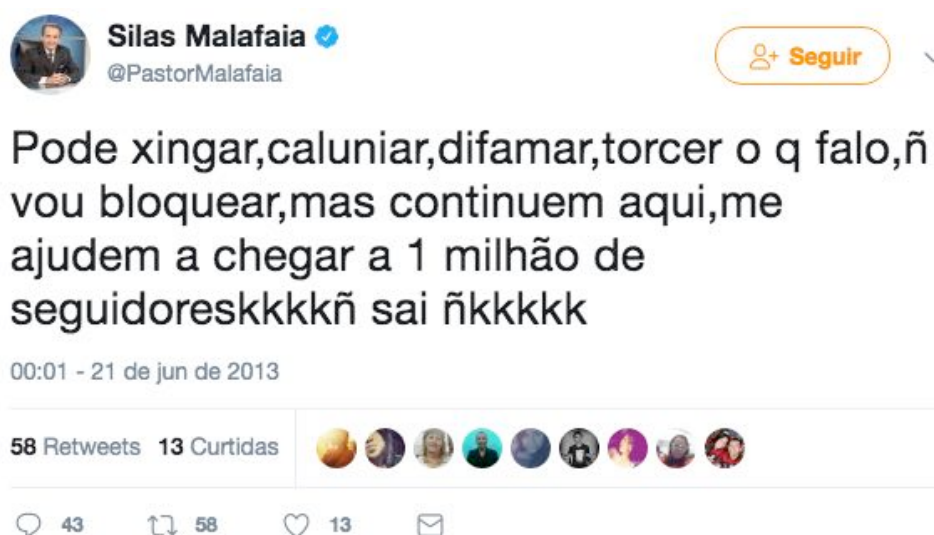
No que tange à interferência das bolhas de filtro, chama-nos atenção, nas postagens analisadas, o fato de ser possível identificar um volume, proporcionalmente, muito maior de defesas aos porta-vozes no Facebook, mídia que implementou seu filtro de conteúdo anos antes do Twitter e que investe altos valores em pesquisas e aprimoramentos deste mecanismo. Para além das bolhas de filtro, o perfil do consumidor de ambas as mídias e a arquitetura da informação mais favorável às interações dentro do Facebook influenciam potencialmente nessa distinção.

A tensão gerada entre apoiadores e opositores, mediada pelas bolhas de filtro, é um ingrediente importante para a atuação dos pastores. Com os embates, que fazem crescer o

⁴⁷ O termo é uma espécie de pronome de tratamento comum aos cristãos e tem o sentido de afirmar a irmandade selada por se tornarem filhos de Deus ao se converterem à fé cristã.

volume de interações, seus conteúdos tendem a aparecer a um número de maior de pessoas. Além disso, os conteúdos produzidos a partir desses embates para diferentes mídias sociais online os ajudam a posicionar⁴⁸ melhor os seus nomes e conteúdos. Por isso há, em certa medida, um estímulo a tal embate. Apesar de, de forma pontual, especialmente no caso de Feliciano, haver publicações que orientam a não brigar, suas rotinas discursivas apontam justamente o contrário, com o incentivo ao embate. Podemos identificar esse tom no teor das publicações destacadas até aqui e também na publicação a seguir.

Figura 43 - Silas Malafaia ironiza críticas no Twitter e destaca que o importante é que continuem a segui-lo para dar-lhe audiência.



É interessante observar, também, que há, no período analisado, um reposicionamento dos porta-vozes no que diz respeito ao público que buscam alcançar. Se inicialmente, sobretudo pela posição pastoral ocupada, suas falas são direcionadas aos “irmãos” evangélicos – especialmente os pentecostais e neopentecostais, base de ambos –, a partir de 2013 verificamos uma ampliação do diálogo. Desde a eleição de Feliciano para a presidência da CDHM, inicia-se uma aproximação com o público católico conservador, principalmente nas pautas contrárias ao casamento homoafetivo, adoção por casais homossexuais, descriminalização do aborto e descriminalização do uso de drogas. Até mesmo as pregações contra o catolicismo e seus seguidores, comuns em vídeos e publicações de Feliciano antes do

⁴⁸ Ou ranquear (geralmente escrito na adaptação do inglês *rankear*), na linguagem utilizada na internet. O termo trata da disputa existente para que determinado conteúdo se destaque no topo das pesquisas feitas por meio de ferramentas de busca, como Google, Yahoo, Bing e outros.

período, deixam de aparecer, como forma de aproximação política. Em um segundo momento, potencializado pelo início do processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff, quando se passa a sentir maior polarização política do país, a aproximação passa a ser com o que chamam de “cidadãos de bem” de todas as religiões ou sem religião e brasileiros “conservadores”.

Figura 44 - Malafaia atribui estado civilizatório atual à ação dos conservadores contra os progressistas, categorizados por ele como “pilantras”.



Há uma expansão de clientela que serve como caixa de ressonância para o projeto de poder hegemônico neopentecostal, empreendido pelos porta-vozes. E, em função dessa expansão, há, recorrentemente, um apelo à força coercitiva da maioria. Tal argumento de maioria, no entanto, é usado e validado pelos porta-vozes apenas nas ocasiões em que seus interesses são base majoritária de voto. Em situações distintas disso, tal argumento é inviabilizado. É exemplo dessa evocação, da coerção da maioria, o vídeo⁴⁹, amplamente publicado por Silas Malafaia, de sua participação no debate na Câmara dos Deputados, com presença de ouvintes favoráveis a seus posicionamentos. Em sua fala, ele diz: “a maioria tem que ser respeitada. Vim dizer pra cá que uma ministra deu uma canetada a favor de alguma coisa... Então eu vou sugerir à deputada Érika Kokay pra fazer uma PEC pra mudar o artigo 226, parágrafo 3º [...] O negócio é ser aprovado aqui dentro”.

A fala é direcionada à deputada petista Érika Kokay, uma das parlamentares representantes dos direitos LGBT presentes na sessão, coautora, ao lado do deputado Jean

⁴⁹ Comissão debate o Estatuto da Família com Silas Malafaia e Toni Reis. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k_wsix-ijlA>. Acesso em: 28 jul 2017.

Wyllys, do projeto de lei que tem o objetivo de regulamentar o atendimento no processo de transsexualização a partir do fim da adolescência. Em seu discurso, aplaudido por parcela dos presentes na sessão, ele recorre à maioria por saber do tempo do Parlamento quanto à opinião pública e por ter ciência de que o atual Congresso é o mais conservador desde 1964 (ESTADÃO, 2014). A fala de Silas Malafaia segue em tom irônico e nega a definição de homofobia defendida, além de se opor ao projeto de autoria da deputada, até que ela se retira (nas imagens, o deputado Jair Bolsonaro aparece obstruindo sua passagem, tentando impedi-la de ir). Em sua conta no Twitter, o porta-voz publicou diversas vezes referenciando o vídeo, como visto na Figura 45, a seguir.

Figura 45 - Silas Malafaia diz que Erika Kokay mente e correu do debate.



O antipetismo e oposição aos partidos, pautas e políticos que integram a esquerda política do país também são comuns a ambos. Marco Feliciano chega a se colocar como o candidato dos paulistas conservadores e “que não suportam mais o PT” e os dois porta-vozes colocam o governo petista como “o mais corrupto da história” e autor “do maior escândalo de corrupção do mundo”, apesar de não apontarem suas referências desses dados, no período analisado, e a ONG Transparência Internacional ter eleito o caso da Petrobrás – durante a gestão petista e envolvendo outros partidos – como o segundo maior do mundo, entre 400 (ESTADÃO, 2016). O volume de publicações direcionadas ao Partido dos Trabalhadores e demais partidos do espectro de esquerda também denotam essa posição. De modo comparativo, por exemplo, podemos contrapor as posturas adotadas por ambos, em relação ao

impeachment de Dilma, com as denúncias relacionadas ao ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB), atualmente preso.

O deputado Marco Feliciano defendeu Cunha contra a perda de mandato (compondo a minoria nessa votação), apesar do volume de denúncias. Se colocou ainda como seu “soldado” em uma publicação no Twitter. No caso de Malafaia, suas postagens sobre Cunha quase sempre foram resumidas, no período analisado, ao tom “se deve, pague”, muitas vezes reagindo às acusações feitas a ele, por seu apoio a Cunha para a presidência da Câmara, enquanto adotou postura ostensiva e condenatória no que tange ao governo Dilma, aos escândalos de corrupção em que houve participação ou que foram empreendidos durante os governos do PT e às manifestações de rua em que há majoritariamente pessoas alinhadas à esquerda. Com efeito, há uma sequência de extensa de críticas, muitas com acusações, ofensas ou tom jocoso. Para além dos dados coletados e sistematizados em nossa análise, essa desproporção de críticas e tratamento de denúncias, de acordo com a orientação política ou aproximação religiosa, pode facilmente ser vista em uma pesquisa no Twitter, por exemplo, locus de maior concentração em termos de volume de posts, de publicações dos pastores comparando os resultados para os verbetes “Dilma” e “Cunha”. Para ilustrar comparativamente, fizemos essa pesquisa recortando o período que abarca as investigações de Cunha para reproduzir a seguir.

Figura 46 - Resultados da busca de publicações de Malafaia no Twitter com o verbete "Dilma" entre 27 de junho e 5 de setembro de 2015.

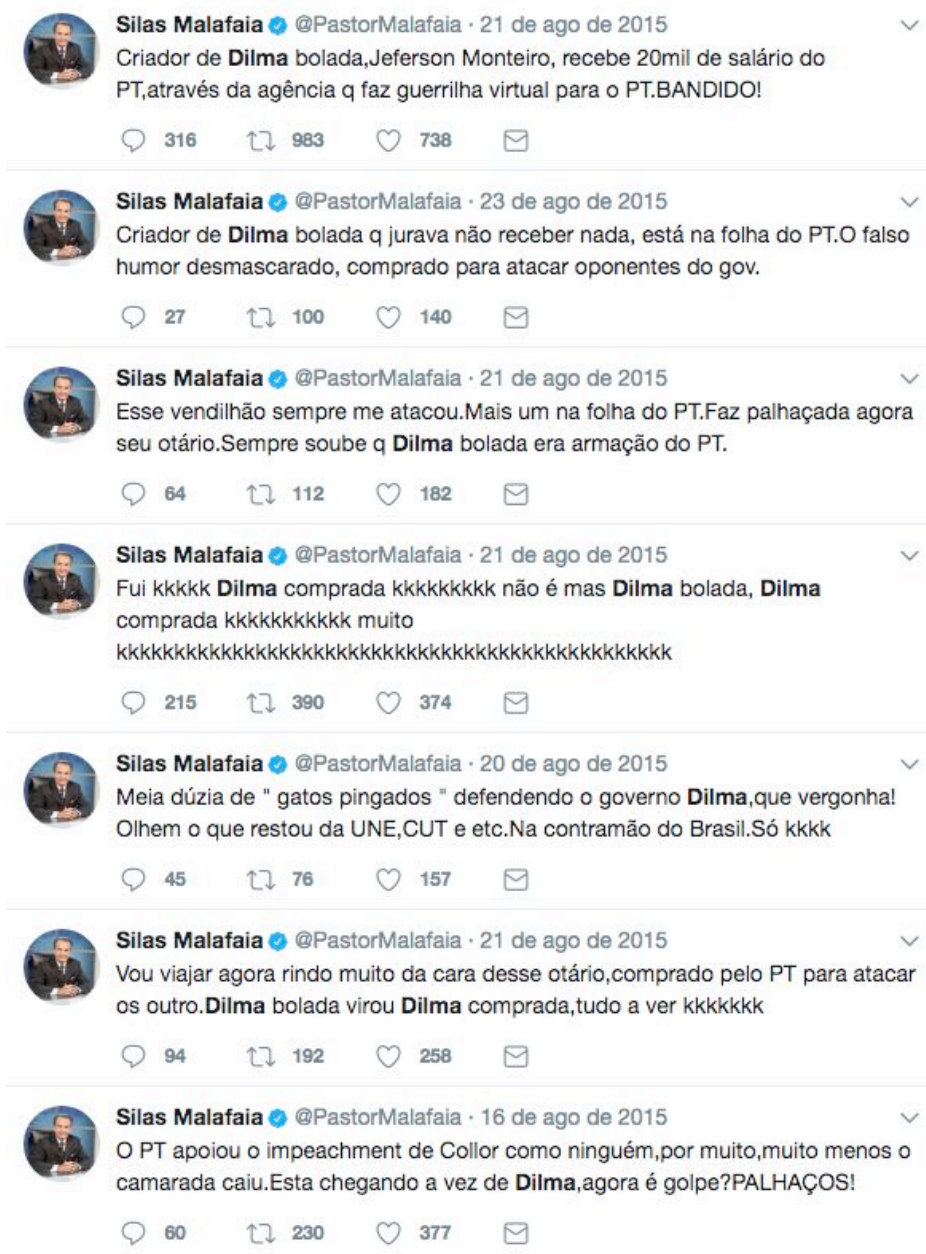


Figura 47 - Resultados da busca de publicações de Malafaia no Twitter com o verbete "Cunha" entre 27 de junho e 5 de setembro de 2015

Silas Malafaia @PastorMalafaia · 23 de ago de 2015
 Não estou defendendo **Cunha**, e sim , um princípio de justiça,porque o procurador não denunciou os outros citados na lava jato antes dele?É SÓ

98 93 178

Silas Malafaia @PastorMalafaia · 21 de ago de 2015
 Os petralhas querem me acusar porque apoiei **Cunha** quando venceu a presidência da câmara.Tenho q rir dessa cambada de corruptos,ñ tem moral.

195 117 156

Silas Malafaia @PastorMalafaia · 22 de ago de 2015
 Três dias q estou dizendo a mesma coisa.Porque Renan,Ciro Nogueira,Lindberg,Humberto Costa,Edinho, Mercadante ã foram citados,só **Cunha**.

43 108 171

Silas Malafaia @PastorMalafaia · 22 de ago de 2015
 Se os outros foram delatados antes do **Cunha**, porque só ele e o Collor foram denunciados? Responda de maneira convincente senhor procurador.

43 72 130

Silas Malafaia @PastorMalafaia · 21 de ago de 2015
 Será q o procurador Janot não denunciou os senadores citados na lava jato antes do **Cunha** pq quer garantir os votos da sua indicao?INCRÍVEL!

19 69 115

Silas Malafaia @PastorMalafaia · 22 de ago de 2015
 A minha fala foi para realçar a molecagem de só denunciarem **Cunha**, e os outros q foram citados antes dele? Porque ã foram denunciados?

24 36 105

Silas Malafaia @PastorMalafaia · 20 de ago de 2015
 As manifestações de hoje a favor do governo e contra **Cunha**.Precisa falar alguma coisa? Qualquer reunião de condomínio da mais gente kkkkkkk

61 70 136

Figura 48 - Resultados da busca de publicações de Feliciano no Twitter com o verbete "Dilma" entre 27 de junho e 5 de setembro de 2015



Figura 49 - Resultados da busca de publicações de Feliciano no Twitter com o verbete "Cunha" entre 27 de junho e 5 de setembro de 2015.



Nas Figuras acima, são elencados os primeiros resultados retornados em cada uma da busca. É possível identificar, pelo teor e tom das postagens, a diferença no trato e discurso entre ambos. Além disso, chama a atenção o quanto Silas Malafaia, apesar de não ter mandato, trata muito mais vezes do tema do que Marco Feliciano, que exerce cargo eletivo.

Quanto ao comportamento, de acordo com o perfil das mídias sociais analisadas, os porta-vozes apresentam no Twitter mais do que o dobro de publicações feitas no Facebook no período. O Twitter é a rede social online com maior presença destes e, especialmente no caso de Malafaia, foi lá onde iniciou sua trajetória de interações virtuais e influência digital, só depois dispensando conteúdo regular também em sua página no Facebook. Silas também apresentou volume de atividade maior, com praticamente o dobro do número de publicações observadas nas contas de Feliciano. Há, visivelmente, em ambos os casos, uma assessoria profissional para publicação de conteúdos e administração das redes sociais online. No caso do deputado, alguns dos conteúdos são publicados com a hashtag “#Assessoria”, indicando a ação de uma equipe.

Figura 50 - Em post no Twitter, publicação marcada como sendo de Assessoria destaca interrupção de sessão sobre presidência da CDHM.



A Figura 50, acima, ilustra bem esse processo no qual há a indicação expressa de um time de Assessoria atuando na gestão dos conteúdos veiculados. Na publicação, vê-se o texto “#Assessoria: Sessão interrompida após tumulto do ativismo gay”. A postagem, datada de 6 de março de 2013, faz referência à interrupção da sessão que discutia a eleição de Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados por protestos de movimentos sociais, especialmente os ligados aos direitos da população LGBT.

Essa distinção, entre publicações feitas pessoalmente ou terceirizadas a outrem, não é vista no caso de Silas Malafaia, apesar de ser perceptível a presença de publicações programadas, especialmente as imagens com saudações e a venda de produtos das suas empresas. Em alguns casos, é possível identificar uma mesma postagem sendo replicada no decorrer do dia ou da semana, algumas vezes com pequenas modificações no texto ou mudança de tonalidade na imagem usada. Além disso, os intervalos de tempo bastante específicos e exatos entre uma publicação e outra evidenciam uma programação prévia do conteúdo a ser veiculado. Esse processo pode ser bem exemplificado nas Figuras 51 e 52, abaixo, que mostram capturas de tela de publicações feitas de postagens, em dias subsequentes, que utilizam a mesma imagem e contêm uma pequena reescrita do texto de uma para outra:

Figura 51 - Publicação de Silas Malafaia no dia 13 de agosto de 2016 convida seguidores a se inscreverem em seu canal no Youtube para assistir ao programa Vitória em Cristo.



Figura 52 - Publicação de Silas Malafaia no dia 14 de agosto de 2016 replica conteúdo do dia anterior, reeditando o texto que acompanha a imagem



É manifesto, em ambas as redes, o apelo ao sensacionalismo utilizado pelos pastores para atrair e, às vezes, inflamar sua audiência, assim como é comum aparecerem estratégias *clickbait*⁵⁰. Esse recurso é frequentemente utilizado por ambos, ora para anunciar um vídeo ou conteúdo que será publicado, ora para atrair a atenção para seus programas, ora para atrair clique em seus conteúdos, produtos e mensagens. É o que pode ser visto nos exemplos abaixo.

Figura 53 - Em publicação no Twitter ‘linkando’ para site de sua propriedade, Malafaia diz que Secretaria de Direitos Humanos quer institucionalizar pedofilia.



Na Figura acima, Malafaia diz que Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência “quer institucionalizar a pedofilia”. O título sensacionalista remete a um artigo com apontamento pessoal, no qual diz que o fato de a página Humaniza Redes, criada pela SDH para dar orientações quando às violações de direitos humanos e discurso de ódio nas redes sociais, fez uma publicação destacando que pedofilia é caracterizada pela Psiquiatria como patologia, e não só os diagnosticados cometem o crime de abuso sexual contra crianças, mas também outras pessoas que não enquadradas nesse laudo psiquiátrico. O sentido é distorcido e sensacionalista para atrair cliques e tráfego ao seu site, o que lhe gera receita, e o discurso capitaliza a curiosidade e revolta da audiência contra o PT e a esquerda.

⁵⁰ Termo pejorativo, também traduzido como caça-cliques, que define a geração de receita ou capitalização de audiência (por tráfego em websites ou publicidade online, sobretudo) por meio de informações vagas, imprecisas e chamadas sensacionalistas e/ou imagens chocantes para atrair cliques e visualizações.

Figura 54 - Em publicação, Marco Feliciano dá a entender que renuncia ao cargo na Câmara para atrair cliques em seu vídeo



Acima, na Figura 54, o deputado Marco Feliciano, durante o período de tensões em que foi alçado à presidência da CDHM, faz publicação com foto em preto e branco e o texto “renuncie você também” em amarelo e branco. As cores e contraste chamam a atenção e o fundo escuro é geralmente utilizado quando se quer dar destaque a algo urgente ou transmitir mensagem de luto. Usando esses signos visuais e o texto “pastor Marco Feliciano decide renunciar. [link]”, ele dá entender que deixará seu cargo para atrair cliques em seu vídeo hospedado no Youtube (e hoje indisponível para acesso público).

Nos perfis de ambos é comum haver postagens dizendo que irão revelar “a verdade” sobre algum tema polêmico. No caso de Feliciano há, até mesmo, em alguns momentos, postagens relatando que recebeu denúncias sérias sobre tema controverso ou sobre algum parlamentar. Muitas dessas denúncias, no entanto, não aparecem efetivamente como anunciado ou, em alguns, casos são apenas interpretações ou *clickbait*. É curioso destacar, no entanto, que quando a hoje ex-deputada deputada Luciana Genro (PSOL) publicou, em sua conta no Twitter, que havia grandes traficantes “inclusive, no Congresso”⁵¹ o pastor perguntou-lhe se tinha “provas irrefutáveis” e lhe solicitou, na Câmara, que prestasse esclarecimentos sobre a declaração.

⁵¹ Disponível em: <<https://twitter.com/lucianagenro/status/634097713785782273>>

Figura 55 - Sequência de publicações no Twitter mostra questionamento de Feliciano sobre afirmação de Luciana Genro



Como visto até aqui, não é leviano afirmarmos que, nos porta-vozes analisados, o projeto de poder hegemônico neopentecostal, como processo que engloba a persuasão do espaço público à tomada de decisões alinhadas com sua cosmovisão religiosa e interesses de mercado, é algo concreto. Marcadamente há uma oposição e demonização do espectro político à esquerda e ao debate progressista, além de antipetismo, investimento midiático (especialmente nas concessões públicas e na web) e governo da audiência por meio de estratégias coordenadas e planejadas. Esse lastro, até aqui trabalhado, é o suporte sociodiscursivo para as violações de direitos e marginalização de minorias, presente no discurso hegemônico neopentecostal operado por meio dos porta-vozes de interesse desta tese. Posto isso, interessa-nos, a seguir, demonstrar como operam os discursos violadores dentro das categorias de análise elencadas no segundo capítulo deste trabalho.

4.2 Direitos violados e identidades marginalizadas no discurso dos porta-vozes

É flagrante, no discurso empreendido, a violação de alguns direitos humanos consolidados, assim como a disposição contrária à consolidação de novos. Apesar de recorrerem à noção de direitos humanos em alguns momentos de sua fala e, no caso de Malafaia, haver uma busca de afirmar os países de maioria cristã como os mais democráticos

e protetores de direitos do mundo, há uma resistência expressa dos pastores a algumas das liberdades civis dos grupos identificados com “mau” ou do “diabo”, em sua concepção, como já traçado até aqui nesta tese. Há, ainda, uma postura que pode ser categorizada dentro do que alguns autores chamam de proibicionismo (FIORE, 2012), por focar a proibição e repressão, em detrimento do aconselhamento à abstenção, mediação e acompanhamento.

É frequente, no período analisado, o uso do medo como artifício e ameaças de tom apocalíptico como argumento de chamamento à defesa do ponto de vista dos pastores. A “decadência moral”, “ausência de princípios”, “destruição da família”, “perseguição dos cristãos” e o fim dos seus princípios são ameaças comumente levantadas como consequência do apoio às pautas a que se opõem. Além disso, é recorrente o anúncio de que a real intenção de determinadas ações seja, na verdade, institucionalizar crimes – como o abuso sexual de crianças e adolescentes, por exemplo, muitas vezes com argumentos falaciosos e sensacionalistas.

Para dar luz a essas práticas discursivas, evidenciar as violações a partir dos dispositivos de direitos humanos e traduzir como atua o governo hegemônico neopentecostal nesse sentido, partimos, a seguir, para a análise do material coletado, seguindo as categorias definidas no capítulo anterior. São elas: 1) intolerância ou discriminação religiosa e violação da liberdade de crença e de culto; 2) discriminação e cerceamento da liberdade de gênero, sexualidade e orientação sexual; 3) vulnerabilização, constrangimento, exposição à violência e cerceamento do acesso à justiça reparadora; 4) coronelismo eletrônico, assédio religioso e abuso espiritual; e 5) cerceamento político, de direito e violação da laicidade do Estado.

Nesse esforço, evidenciamos o discurso normatizador e marginalizante, referenciamos recomendações em direitos humanos e tratamos dos dispositivos que dão suporte às violações. Partimos da instância produtora como foco de nossa análise, avaliando as tensões no que tange ao poder e direitos humanos, sem nos debruçarmos sobre os regimes de interação nas redes sociais. Tal abordagem não exclui o papel das interações com a audiência, nem a eventual possibilidade de que haja, também, violações em sentido contrário. No entanto, enfoca o governo hegemônico neopentecostal por seu caráter de fenômeno emergente, que rapidamente avança em tomada do espaço público e midiático – e prioriza os meios sociodiscursivos deste para o gerenciamento da população.

4.2.1 Intolerância ou discriminação religiosa e violação da liberdade de crença e de culto

A primeira categoria de análise sobre a qual nos debruçamos neste trabalho é aquela em que, simultaneamente, agregamos menos material de análise e mais surpresa. E esclarecemos o porquê. Durante o levantamento biográfico dos porta-vozes, pudemos identificar algumas posturas de marginalização de outras religiões que não o protestantismo e, em alguns casos, até de correntes não pentecostais do meio protestante.

Entre os casos, podemos avultar o vídeo – destacado em portais de notícias – no qual o pastor Marco Feliciano afirma que católicos e evangélicos não adoram ao mesmo Deus. Nele, chama o catolicismo de religião morta e fajuta e trata as práticas do catolicismo como adoração de Satanás⁵² (EXTRA, 2013); e o vídeo em que inventa que o cantor Caetano Veloso teria alçado sucesso com a gravação da canção “Sozinho” em função do que nomeia de intervenção do demônio, ao receber a bênção de Mãe Menininha do Gantois, fato desmentido pelo cantor e incoerente, uma vez que a música fora gravada quase 10 anos após a morte de Mãe Menininha (GOSPEL+, 2013; G1, 2013). No caso de Feliciano, inclusive, assistindo a algumas de suas “pregações” é possível notar um tom do fantástico na narrativa e encontros com personagens, similar ao visto na sua fala sobre Caetano, o que pode sugerir a possibilidade de inverdades e ficção também em outras falas suas.

Em um vídeo, em que afirma ter encontrado uma sacerdotisa Wicca⁵³ em voo da extinta Varig, Feliciano chega a dizer que ouviu desta a distinção entre três tipos de cristianismo: um, o romano, que não lhes preocupa ou atrapalha; um intermediário, vindo das igrejas protestantes históricas, com “orações pequenas” que atrapalha pouco; o terceiro, por fim, seria o dos cristão que “gritam e pulam”, uma referência aos pentecostais e neopentecostais⁵⁴. Tal fala parece ter o intuito de estabelecer uma hierarquia e afirmar o seu nicho religioso como superior, mais “avivado”, espiritualizado ou próximo de Deus, demonstrando a disputa até mesmo dentro do protestantismo.

No caso de Silas, não encontramos conteúdos com esse mesmo caráter, comumente visto em Marco Feliciano antes de seu destaque público. Apesar de termos encontrado, no levantamento biográfico, críticas ao catolicismo e às igrejas históricas não-pentecostais, seu tom no material visto – diferentemente de Feliciano – é, quase sempre, de embate de ideias teológicas, embora também haja tom condenatório e marginalizante em alguns pontos –

⁵² Um trecho do vídeo, cuja versão original foi apagada do YouTube, pode ser visto neste link: <<https://www.youtube.com/watch?v=-zPRBw1z0-o>>.

⁵³ Tradição espiritual associada ao neopaganismo.

⁵⁴ Vídeo disponível no Youtube e acessível no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=wpiQmxae7x0>>.

menos recorrentes – dos conteúdos que encontramos. São exemplos desses achados um vídeo antigo no qual fala que há idolatria no catolicismo e cita um embate com um padre durante uma entrevista⁵⁵; e um vídeo recente⁵⁶ em que rebate os críticos da Teologia da Prosperidade que têm origem nas igrejas históricas, direcionando sua fala especificamente ao blog Defesa do Evangelho⁵⁷.

No entanto, apesar de identificarmos tal teor durante a etapa de levantamento de dados sobre os pastores, no período sobre o qual nos debruçamos nesta tese não encontramos publicações com visível marginalização ou violação do sentido de sagrado⁵⁸ em outras religiões. Pelo contrário, como exposto no subcapítulo anterior, há, no discurso político de ambos, uma busca por aliança com os setores conservadores da Igreja Católica Apostólica Romana e das igrejas evangélicas (e, posteriormente, dos setores não religiosos conservadores da sociedade brasileira), como uma tentativa de reforço de seu eco de poder político. Em função disso, o que antes costumeiramente se via de críticas e até mesmo acusações deixa de existir, ou é suplantado por uma lógica de que também pode haver ação divina (e, conseqüentemente, sagrada) por meio dessas outras religiões – inclusive nas pregações em eventos e igrejas que, em tese, estariam dissociadas de sua ação no locus público.

Foi-nos possível observar, claramente, tal mudança de postura, inclusive, quando assistimos aos vídeos de algumas pregações dos dois líderes durante a pesquisa de suas biografias. Em um dos vídeos encontrados, já em etapa posterior à ascensão pública e política de Feliciano, com sua ida à CDHM, ele chega a referir que, em um culto, encontrou “católicos pentecostais” (a associação ao pentecostalismo é adjetivo qualificador no discurso tanto de Feliciano quanto de Malafaia, e ambos evitam o termo neopentecostal, em função do teor crítico das pesquisas sociais e teológicas desenvolvidas a respeito), falando da ação de Deus também entre católicos, que foram tocados e usados por Deus porque assistem aos DVDs de autoria do pastor⁵⁹.

⁵⁵ Vídeo disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=QiEz2BVgEn4>>.

⁵⁶ Disponível em seu canal oficial no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=3X-wfBm3_Mk&t=288s>.

⁵⁷ <https://defesadoevangelho.com.br/>

⁵⁸ Peter Berger (1985), ao postular a religião como “o empreendimento humano pelo qual se estabelece um cosmos sagrado” (BERGER, 1985, p. 38), nos direciona a noção de uma “qualidade de poder misterioso e temeroso, distinto do homem e, todavia, relacionado com ele”. Esse sagrado, por conseguinte, não é algo que possa ser facilmente atacado sem, no mínimo, causar grande desconforto no agente religioso alvo do ‘ataque’. Por isso, esta foi uma das categorias que despertou o nosso interesse de análise.

⁵⁹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4AqXc0w-LKs>>

Por outro lado, o foco das críticas dos pastores passa a ser a comunidade de ateístas, possivelmente por serem maioria dentro do grupo que consideram “demoníaco”: pessoas alinhadas à esquerda política, feministas, LGBTs, defensores da descriminalização do consumo de drogas e ativistas pró-aborto. Esses, por sua vez, são acusados de querer eliminar os valores cristãos e desconstruir o paradigma judaico-cristão que, em suas palavras, “imperam” na sociedade ocidental. São apontados como deformadores e idiotizadores de jovens e defensores da “decadência moral” e do “lixo moral” que visa “destruir a família e os bons costumes”.

Não identificamos, no período em que analisamos as publicações, expressas violações de direitos no sentido da intolerância ou discriminação religiosa, nem no cerceamento da liberdade de culto. No entanto, podemos verificar discursos marginalizantes contra os grupos supracitados em tom, de certo modo, oposto ao que preza o Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos quanto ao “agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (ONU, 2009, p. 4).

Figura 56 - Em publicação, Silas Malafaia afirma que ateístas querem mudar a estrutura fundamental da sociedade desconstruindo a heteronormatividade.



Na figura 56, o pastor Silas Malafaia afirma que há um projeto ateuista de mudança das estruturas sociais, agindo na desconstrução da heteronormatividade, como forma de utilizar a marginalização do ateísmo em favor da capitalização política. Tendo como pano de fundo o discurso que “demoniza” o que é sua oposição política, e dado que, segundo a pesquisa encomendada pela revista Veja e feita pelo CNT/Sensus, os ateus sofrem maior aversão no

campo do que os homossexuais (VEJA, 2007), Malafaia associa a ideia dos direitos LGBT a uma visão de mundo ateu, na busca de reforçar uma marginalização desses grupos que favoreça o apoio da audiência nas pautas de seu interesse. Esse tom de que há um projeto ameaçador de ateus “contrários à família tradicional e aos bons costumes” também é visto em Marco Feliciano.

Figura 57 - Feliciano fala da mobilização dos "contrários à família tradicional e aos bons costumes" e se refere a existência de uma ameaça maior do que se supõe.



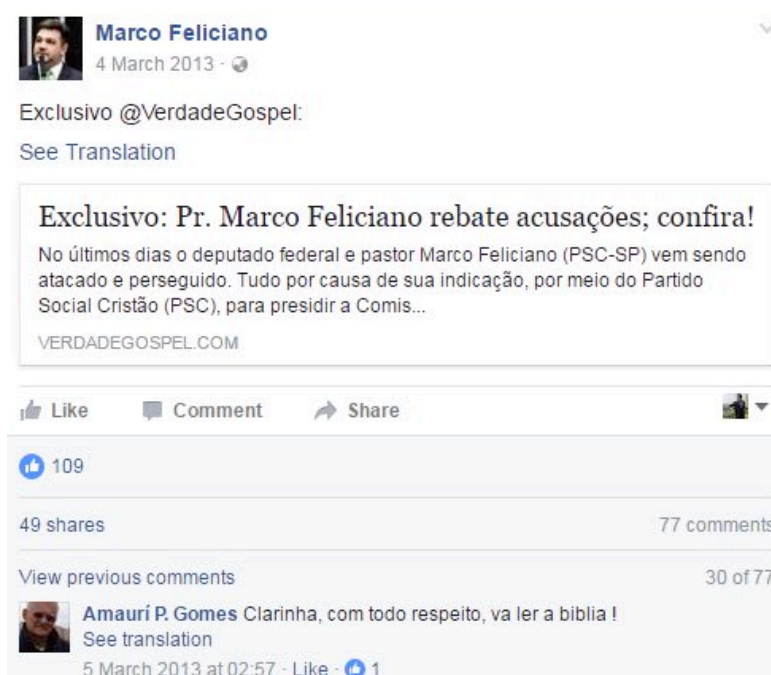
As publicações vistas nas Figuras 56 e 57, feitas no período em que Feliciano iniciou suas atividades na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, lançam mão do estereótipo construído ao redor dos ateus para reforçar as pautas dos movimentos LGBT como distantes de Deus, robustecendo, assim, a marginalização de ambos os grupos nos discursos proferidos. Destaca os ateístas como grupo político “ameaçador” da sociedade e da fé cristãs. Desse modo, ainda que não haja violações de cunho religioso há, no discurso dos porta-vozes, o reforço de estereótipos negativos relacionados ao público ateu, justamente pela ausência do elemento religioso em suas vidas, este capaz de torná-los pessoas melhores e sem a influência demoníaca.

4.2.2 Discriminação e cerceamento da liberdade de gênero, sexualidade e orientação sexual

A categoria que refere gênero, sexualidade e orientação sexual é a mais recorrente no discurso dos neopentecostais. A condenação da homossexualidade e da transição de gênero ou identidade sexual é constantemente vista e as pessoas com identidade de gênero ou orientação sexual diversa da heteronormatividade são, frequentemente, apontadas como associadas ao diabo, “lixo moral”, “decadência moral” e “destruição da família e dos bons costumes”.

A construção de uma imagem de perversão sexual e imoralidade para a população LGBT é a principal tônica do discurso analisado, numa tentativa de minar a dignidade dessas pessoas como forma de inviabilizar sua voz política. Além disso, esse grupo é, volta e meia, colocado como uma ameaça que busca destruir a sociedade judaico-cristã, como visto na categoria anterior e pode ser inferido nas Figuras que se seguem, impondo uma “ditadura gay”. O pastor Marco Feliciano, inclusive, na ocasião de sua eleição à presidência da CDHM, afirma em entrevista ao portal Verdade Gospel, de propriedade de Silas Malafaia, que “estamos vivendo uma ditadura gay”⁶⁰. O link para a entrevista, na íntegra, foi compartilhado por ele em sua página no Facebook.

Figura 58 - Feliciano compartilha entrevista dada ao portal Verdade Gospel em que afirma estarmos vivendo em uma ‘ditadura gay’.



Silas Malafaia, na entrevista em que fala sobre a relação entre evangélicos e a mídia, disponível no portal de notícias de sua propriedade, reforça a demonização do público LGBT ao destacar que “por causa desse profetismo catastrófico” (em referência ao pensamento de alguns cristãos de que a mídia é diabólica), “as emissoras estão infestadas de gays”.

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.verdadegospel.com/pr-marco-feliciano-rebate-acusacoes-contrasua-indicacao-a-cdh/>>.

Figura 59 - Silas Malafaia afirma que emissoras de TV estão "infestadas" de gays

09/04/2013 409 comentários em IMPORTANTE! Os evangélicos e a mídia; Pr. Silas comenta

IMPORTANTE! Os evangélicos e a mídia; Pr. Silas comenta

f t + Compartilhar



Como todos sabem, eu pertenço a uma tradicional família de pastores das Assembleias de Deus. Meu pai tem 92 anos de idade e ainda é pastor. Quando nasci, ele já era evangélico há 17 anos. Hoje, eu tenho 54 anos de idade e sou pastor há mais de 30. Percebam, então, que passei toda a minha vida dentro da igreja.

O que vou falar aqui, muita gente, que hoje é evangélica, não tem ideia. Fico rindo daqueles que me criticam hoje, porque ou eram crianças ou ainda não tinham nascido quando eu já fazia confrontação em meu programa de TV desde o seu início, há mais de três décadas.

Vamos aos fatos:

Durante a minha infância e adolescência ouvi muitos pastores e líderes dizerem a seguinte frase: "A televisão e a política pertencem ao diabo". Quando homens de Deus profetizam isso, estão entregando ao diabo aquilo que ele só pode ter se dermos legalidade. O resultado desse profetismo catastrófico, e aqui eu vou ater-me à questão da TV, é que o diabo "deita e rola" na mídia brasileira.

Para vocês terem uma ideia, a TV mais cara do mundo para a pregação do evangelho é a brasileira. Pagamos 20 vezes mais para veicular programa no Brasil em rede nacional do que para transmitir a partir dos EUA programas para mais de 200 nações. Além disso, por causa desse profetismo catastrófico, as emissoras estão infestadas de gays. Diretores, produtores, autores de novelas, cenógrafos, entre outros, em sua maioria, são gays.

A carga linguística e cultural da palavra “infestadas”, dicionarizada como “que se infestou; invadido, assolado, danificado” (GOOGLE, s/d), demonstram o tom adotado pelos porta-vozes com esse estrato da sociedade – atribuindo-lhes um caráter de praga indesejada. Em suas colocações, inclusive, há uma busca de associação da homossexualidade com práticas como o incesto, afirmando que esse é o fim apoiado pelo grupo político LGBT e tratando homogeneamente como “lixo moral” dos progressistas questões que, em si, são distintas.

Figura 60 - Malafaia atribui a progressistas "destruição da sociedade" por apoio ao que considera lixo moral e trata de forma homogênea questões como incesto e homossexualidade.



A associação da homossexualidade e transexualidade com incesto, zoofilia e até mesmo pedofilia são uma constante na fala dos porta-vozes. Ao fazê-lo, há um reforço da tentativa de minar a dignidade da população LGBT e imputar-lhe o caráter não só de grupo associado à imoralidade, mas também ligado a práticas criminosas – como é o caso de abuso sexual de crianças e adolescentes. Isso pode ser visto no trato em que ambos, e em especial o pastor Silas Malafaia, no período analisado, dão às questões de gênero.

Figura 61 - Pastor afirma que apoiadores da existência de diversidade de gênero são, na verdade, apoiadores do incesto, pedofilia e zoofilia.



Na tentativa de se desviar das críticas por discriminação e enfocar suas colocações nos termos do silenciamento político, no entanto, os líderes utilizam como artifício uma distinção discursiva entre homossexuais e “ativistas gays”. Há, frequentemente, uma associação desse ativismo ou militância à imagem de violência, desordem, tumultos e ameaças. É possível

identificar, nesse sentido, um tratamento díspar e desproporcional entre excessos cometidos por evangélicos ou em manifestações políticas apoiadas pelos pastores e os cometidos pela comunidade LGBT, ou manifestações políticas às quais esteja associada. Enquanto se referem aos evangélicos, os excessos são tratados como “exceção”, no caso dos relacionados ao universo LGBT é pontuado como regra generalizada a todo o grupo. Ainda, há uma defesa, pelos pastores, de que existe um favorecimento midiático da militância política LGBT e perseguição ao público evangélico.

Figura 62 - Malafaia faz distinção política entre homossexuais e ativistas e diz que estes últimos recebem dinheiro público para perseguir e acusar conservadores de homofóbicos.



Figura 63 - Feliciano afirma que ativistas só sabem ameaçar e difamar para ganhar no grito.



Figura 64 - Malafaia afirma que ativistas LGBT sobrevivem em função de mentiras e jornalismo tendencioso.



O suporte ideológico que embasa essa postura é a compreensão de que há tolerância e não há violações dos direitos da população LGBT porque este grupo não é cerceado, no campo do direito civil, pela hegemonia neopentecostal em seu direito de ter uma relação homossexual. No entanto, por ser, na visão dos porta-vozes, uma prática imoral, esse grupo não poderia expressar sua identidade sexual ou de gênero no espaço público, nem obter direitos civis oriundos da união ou casamento, o que é assegurado aos casais heterossexuais.

O casamento civil entre pessoas do mesmo sexo é, de forma recorrente, apontado pelos pastores como “decadência moral” a ser combatida. Silas Malafaia, durante a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos de liberar a união homoafetiva em todo o país, chega a comentar o tema no perfil do Twitter, decretando o fato como “mais um episódio da decadência moral daquela nação”.

Figura 65 - Malafaia atribui liberação do casamento homoafetivo nos EUA a decadência moral.



No âmbito nacional, o deputado Marco Feliciano, depois de decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de impedir que cartórios rejeitem o registro da união civil entre pessoas do mesmo sexo, com a Resolução 175, entrou com um pedido de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) para barrar a decisão.

Figura 66 - Feliciano destaca ADI contra decisão do CNJ em publicação.



É comum encontrar, no discurso dos porta-vozes, a ideia de que o casamento entre pessoas do mesmo sexo ou criminalização da homofobia são buscas por privilégios de minorias autoritárias. Além de serem destacadas como artifícios de destruição da família, como se as petições de afirmação por direitos fossem não para reconhecimento de uma nova forma de união familiar, e sim para impedir a união heterossexual – o que é uma inverdade de caráter sensacionalista. Nenhuma das petições levadas a juízo ou tentadas na forma de projetos de lei encontradas tem por tônico o impedimento do casamento heterossexual, mas o acréscimo legal do reconhecimento a outros formatos familiares (G1, 2017).

Figura 67 - Feliciano afirma que ativistas fazem jogo sujo em busca de privilégios



Há, ainda, quando em espaços em que o argumento de persuasão dos dispositivos religiosos ou midiáticos de participação não são validados como norma, um apelo à força coercitiva da maioria, como já explicitado aqui e ilustra no caso do debate com Érika Kokay. Essa lógica, no entanto, é evocada apenas quando de interesse das pautas dos líderes, o que pode ser evidenciado ao comparar suas colocações quanto aos países árabes e às políticas migratórias.

É evidente a oposição à inserção do debate sobre gênero e sexualidade na escola, ilustrada pelo tom jocoso e de oposição adotado quanto à distribuição do material didático falando de diversidade de gênero e sexualidade, popularizado como “kit gay”; a oposição dos porta-vozes à existência de um único banheiro para meninos e meninas ou de banheiros para trans; e a decisão de algumas escolas de não instituírem a festa do Dia das Mães como parte do calendário pedagógico de festividades, segundo eles, em respeito às novas configurações

familiares, que incluem adoções, pais em novos casamentos, crianças criadas por avós ou tios e tias, apenas a mãe (maioria dos casos) ou pai, além de famílias com pares homossexuais.

Figura 68 - Feliciano orienta pais a denunciar escolas que não têm banheiros separados ou para adolescentes trans, independentemente da legislação local.



Figura 69 - Silas Malafaia grava vídeo dizendo que colégios católicos querem impedir o Dia das Mães, quando, na verdade, ocorreu que o Colégio Marista decidiu que não iria comemorar institucionalmente - substituindo por um Dia da Família.



O tom de aversão chega ao ponto de o deputado Marco Feliciano, após uma sequência de postagens em que tece críticas ao movimento LGBT, publicar uma matéria da decisão na Rússia de prender pessoas acusadas de promover “propaganda gay”. O posicionamento sequencial de tal publicação, o texto “Enquanto isso na Europa”, que acompanha o link referenciado, e o tom adotado apontam sua tendência a posição favorável a tal medida.

Figura 70 - Em publicação, Feliciano fala da decisão na Rússia de criminalizar o que categorizou como "propaganda gay".



A disposição do discurso neopentecostal, materializado nas falas dos dois líderes em pauta e flagrado nesta análise, se opõe a recomendações presentes na Declaração Universal de Direitos Humanos, de organismos internacionais e outros tratados assinados pelo Brasil. O senso de rivalidade e atentado à dignidade das pessoas homossexuais, categorizadas como imorais, ‘do mal’ e associadas a crimes, ferem diretamente a recomendação do Artigo 1º de espírito de fraternidade e de igualdade de direitos e dignidade (ONU, 2009). Ainda, tendem a expor esse grupo socialmente vulnerável, ainda mais, à repulsa pública e constrangimento por sua identidade, especialmente pela vinculação discursiva feita entre a população LGBT e crimes como pedofilia.

O tom sensacionalista e apocalíptico sobre o fim da família atenta, também, contra essa dignidade, tendendo a jogar a opinião pública contra a população LGBT. Tal posição novamente favorece o cerceamento e impedimento da consolidação de direitos, como é o caso

do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Se há, como previsto na DUDH, igualdade de direitos e dignidade, e liberdade de proteção da lei e proteção contra qualquer discriminação, como versa o Artigo 7º (ONU, 2009), a união civil não é senão a consolidação de um direito, acrescentando o reconhecimento institucional a uma modalidade de família existente, sem restringir os direitos das famílias formadas por casais heterossexuais.

Nesse sentido, as disposições contrárias à consolidação civil dessa união constituem violações à igualdade de direitos e reconhecimento público desta no que tange aos casais e as disposições cabíveis quanto à união civil. Segundo esses preceitos, a compreensão teológica da homossexualidade como pecado, vigente nas tradições cristãs, não pode ser transposta como imposição ao direito civil, uma vez que se deve assegurar a liberdade de pensamento, de consciência e de religião de cada indivíduo, conforme Artigo 18º da DUDH (ONU, 2009), sem o cerceamento da igualdade de dignidade e direitos por imposição do Estado, ou por força de maioria com uma orientação específica.

Além disso, ainda que se busquem argumentos técnicos ou jurídicos para validar as posições teológicas, é importante destacar que, como expresso no Artigo 30º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “nenhuma disposição [...] pode ser interpretada de maneira a envolver para qualquer Estado, agrupamento ou indivíduo o direito de se entregar a alguma atividade ou de praticar algum ato destinado a destruir os direitos e liberdades aqui enunciados” (ONU, 2009, p. 16), como é flagrante no caso neopentecostal recortado aqui, quanto aos direitos da população LGBT.

Por fim, sobre os aspectos relativos à educação quando a existência de uma diversidade de gênero e sexualidade, trata-se de uma recomendação da UNESCO (2016) com vistas à “garantia dos direitos das mulheres e da população LGBT, posicionando-se de forma contrária a toda forma de discriminação e violação dos direitos humanos em qualquer circunstância e, em especial, em espaços educativos” (UNESCO, 2016, informação eletrônica). Além disso, é um dos compromissos da Agenda 2030, adotada pelo Brasil e demais Estados membros da Organização das Nações Unidas.

Assim, é visível um lastro de violações a essa população como marca da gerência neopentecostal, circunscrita neste trabalho a dois líderes religiosos de grande influência midiática, mas reveladora de um pilar fundamental de seu poder.

4.2.3 Vulnerabilização, constrangimento, exposição à violência e cerceamento do acesso à justiça reparadora

A igualdade de direitos e de dignidade entre todas as pessoas é uma premissa básica da Declaração Universal de Direitos Humanos. Além disso, outros mecanismos de direitos humanos e direitos civis vão reiterar a importância do direito à preservação da dignidade e manifestação da identidade, sem que se sofra ataques por isso (SPAREMBERGER; RANGEL, 2013). O próprio código penal brasileiro (BRASIL, 1940) caracteriza os chamados crimes contra honra, expressamente calúnia, injúria e difamação. Destaca-se, no texto do Código Penal, a compreensão jurídica de que no caso de injúria e difamação, o ataque à honra e dignidade não precisa ser fundado em uma inverdade, mas é possível que se avalie a existência desses casos mesmo quando com base em uma verdade.

A noção penal, em específico, trata da criminalização a partir da personalização. No entanto, é sabido que ataques à dignidade podem ser desferidos contra um grupo social específico – embora não haja caracterização penal, há a característica de violação da igualdade de dignidade. E no caso de grupos que, em dado contexto, compreendem as periferias subalternas de uma relação de poder, ou seja, estão fora do campo da hegemonia de um governo, tal exposição pode suscitar acentuação da condição vulnerável, constrangimento, cerceamento do acesso à justa reparação e, em alguns casos, até mesmo exposição à violência.

É dessa compreensão que tratamos nesta categoria, visto que há, durante o percurso de nossa análise, casos característicos que apontam para essas violações, sobretudo no que diz respeito ao grupo LGBT, ao espectro da esquerda política e, até mesmo, aos cristãos que se colocam alinhados à pauta progressista no quesito dos direitos civis. A exposição relativa à comunidade LGBT é, no período analisado, a mais frequente. E podemos identificar, quanto a isso, dois tipos de discurso: a) a invalidação política, que busca associar os direitos civis da população LGBT, em especial o que diz respeito à identidade de gênero e ao casamento homoafetivo, a privilégios e imputar caráter de fisiologismo político aos que propõem tais pautas; e b) a associação ao crime, buscando identificar tais questões com a zoofilia e pedofilia, como já abordado na categoria anterior.

Figuras 71 e 72- Malafaia faz distinção política entre homossexuais e ativistas e diz que estes últimos recebem dinheiro público para perseguir e acusar conservadores de homofóbicos



Figura 72



Nessa sequência de publicações, vistas nas Figuras acima, Malafaia reforça a distinção entre ativistas e homossexuais. Na forma de seu discurso, ele valoriza a passividade dentro da comunidade LGBT, reforçando que “apenas viver sua vida”, sem acesso aos direitos civis buscados por esse grupo social, é o *modus vivendi* que se espera. Além disso, imputa àqueles que se mobilizam por direitos desse grupo o caráter de fisiologismo, apontando que o movimento só existe por busca do dinheiro público e como ferramenta de difamação e injúria. A imputação de crimes a quem atua no campo do reconhecimento da identidade de gênero também aparece nas publicações do pastor Silas.

Figura 73 - Silas Malafaia diz que “ideologia de gênero” apoia crimes e práticas como pedofilia, zoofilia e incesto.



Há, inclusive, uma publicação do pastor Malafaia em que comemora o fato de, em suas palavras, a Secretaria de Saúde do Rio ter “voltado atrás no absurdo de dar direitos a gays em hospitais”. A publicação em que faz tal afirmação acompanha um link que leva à *home page*⁶¹ do portal Verdade Gospel.

Figura 74 - Silas Malafaia publica post em que diz que a Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro “volta atrás no absurdo de dar direitos a gays em hospitais”.



Em nossa checagem, não localizamos no site nenhuma matéria com as palavras-chave usadas na publicação, portanto não tivemos acesso ao relato do episódio referido. No entanto, o texto apresentado *ipsis literis* denota a intenção de atribuir caráter de absurdo aos direitos da população LGBT, especificamente no que se refere à saúde – campo sensível, uma vez que

⁶¹ Termo que se refere à página inicial de um site, blog ou portal na web.

há, ainda, discriminação de alguns profissionais no trato a esse grupo, além do enquadramento como grupo de risco para determinados problemas ou doenças (MELLO; BRITO; MAROJA, 2012)

O deputado Marco Feliciano compartilha um vídeo⁶² em sua página do Facebook, replicado de um outro canal, que sugere “doutrinação” com o “kit gay” para que as crianças achem que “ser gay é normal” – e ainda orientar sua audiência a compartilhá-lo. O vídeo, provavelmente produzido por um jovem, ainda invisibiliza o fato de a população LGBT ser vítima de bullying e agressões na escola, afirmando que “na verdade, quem sempre sofreu bullying na escola foi o gordo, o baixinho e, na verdade, quem sempre sofreu preconceito foi o preto”.

Figura 75 - Feliciano sugere que a audiência compartilhe o vídeo que invisibiliza o bullying contra LGBTs e critica o que entende como doutrinação do “kit gay”.



Ao compartilhar um conteúdo que silencia e ignora uma violência corrente no país, Feliciano reforça o discurso de negação dessa discriminação e cerceia, inclusive, o direito à reparação – visto que nega a existência da violação.

⁶² Disponível em: <<https://www.facebook.com/pastorMarcoFeliciano/videos/690644917742197>>.

Tais processos, no entanto, não se restringem à população LGBT, principalmente quando falamos de publicações que contêm traços do que é categorizado na legislação brasileira como injúria ou difamação ou que intentam criminalizar um grupo, em violação expressa, inclusive, em muitos momentos, da presunção de inocência resguardada pela Declaração Universal de Direitos Humanos no Artigo 11º. Podemos observar, no período que compôs nossa análise, casos assim direcionados ao deputado Alessandro Molon, ao Avaaz⁶³, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Partido dos Trabalhadores, Marina Silva / Rede, Jeferson Monteiro (criador da página Dilma Bolada⁶⁴) e Dilma Rousseff.

No caso de Molon, Silas Malafaia responde a fala feita na entrevista em que Molon diz que sua investida contra ele – durante sua corrida eleitoral à Prefeitura do Rio – se deve ao fato de Molon ter sido crítico ferrenho de Eduardo Cunha, enquanto, segundo ele, Cunha seria amigo de Silas. No vídeo de Silas, ele diz que Molon é “cínico, mentiroso e dissimulado, marca dos esquerdopatas”. O termo esquerdopata, inclusive, é recorrente em suas publicações – e igualmente visível em Feliciano. Tal terminologia, de tom jocoso, é utilizada por parte dos grupos conservadores ou da direita política para desqualificar aqueles à esquerda, atribuindo caráter patológico (*patia*) às suas crenças políticas e ideológicas.

Figura 76 - Em vídeo, Silas Malafaia rebate críticas de Alessandro Molon e diz que ele é "cínico, mentiroso e dissimulado".



⁶³ O maior portal de petições online do mundo, que tem entre seus co-fundadores Eli Pariser, autor responsável por tratar do impacto das bolhas de filtro na democracia, referenciado nesta pesquisa.

⁶⁴ <https://www.facebook.com/DilmaBolada/>

Feliciano, no período em que alçou a Presidência da CDHM, lançou uma petição em favor de sua permanência da Comissão, em contraponto aos pedidos de saída. Inicialmente, publicou a petição no Avaaz – só depois inserindo uma nova, em seu site. Durante o período, segundo ele, o site estava manipulando a petição para reduzir o número de assinaturas efetivadas, acusando sem demonstrar provas a respeito. Ele chega a dizer que moverá processo contra o site, sem especificar depois se, efetivamente, o fez.

Figura 77 - Feliciano acusa Avaaz de manipulação para reduzir assinaturas em sua petição.



Tais elementos são similares ao que se observa nos casos de Marina Silva, Dilma Rousseff e Jeferson Monteiro (ver figura 38).

Figura 78 - Malafaia descaracteriza Marina Silva como evangélica, por sua posição política, e afirma que ela e seu partido defendem "ideologia de gênero", demonizada por ele.

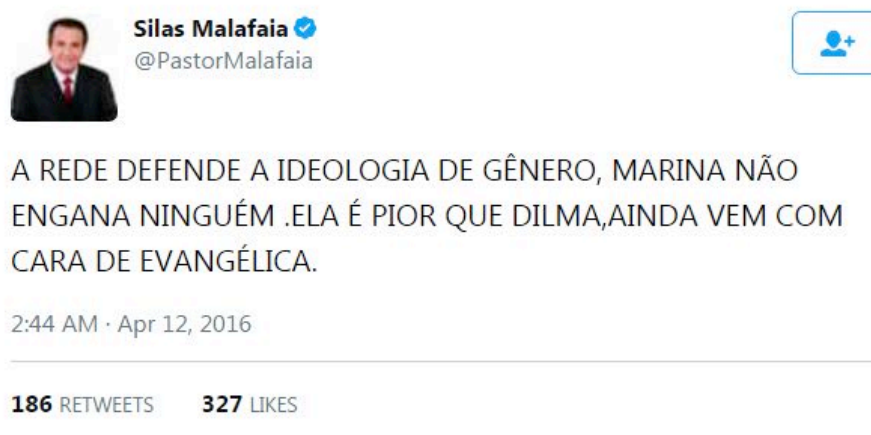


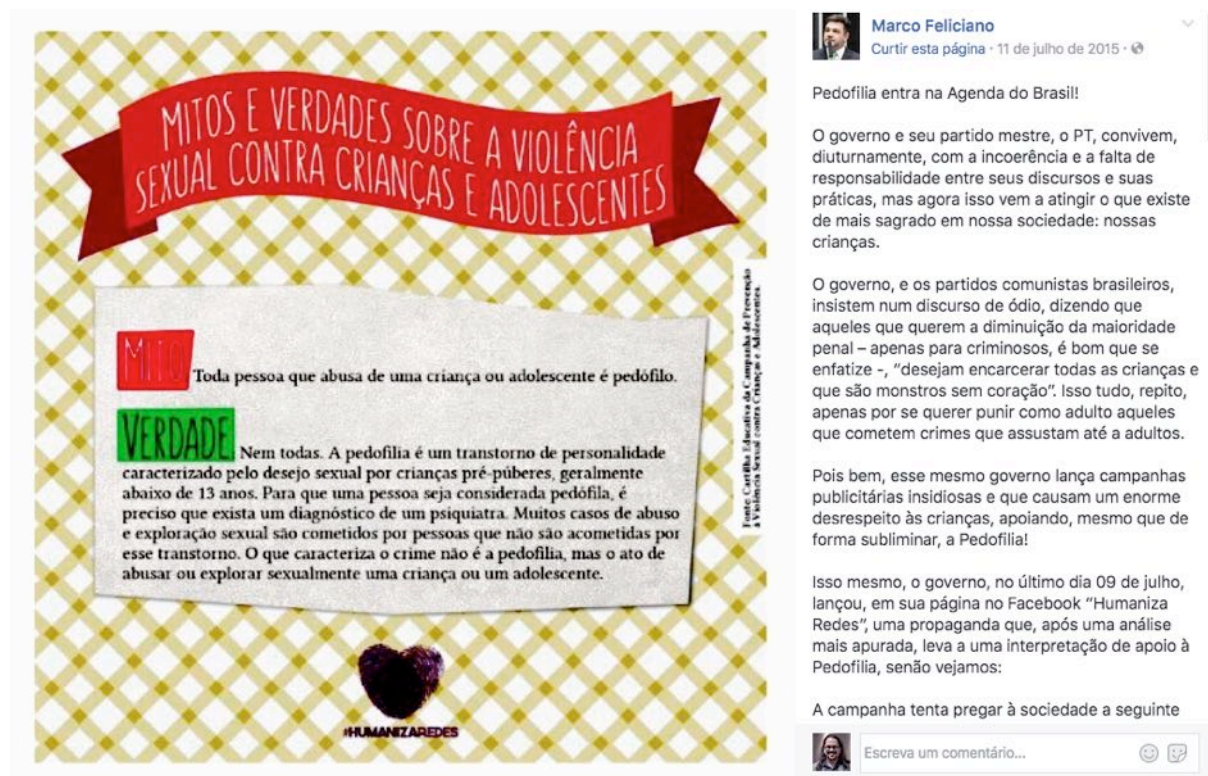
Figura 79 - Pastor afirma que Dilma "trama", no Planalto, com "movimentos chefiados por bandidos"



Como pode ser visto nas Figuras acima, há um padrão comum nesses casos, associando os grupos aos quais o governo hegemônico neopentecostal, no discurso dos dois líderes, se opõe a percepções negativas ou a crimes. No caso de Jeferson Monteiro, o pastor o qualifica como “bandido”, adjetivo atribuído àquele que comete crime, pelo fato de receber um salário por sua atuação com o personagem Dilma Bolada (figura 38). No caso de Marina Silva, política evangélica fundadora da Rede, ele associa ela e o partido à “ideologia de gênero”, a quem responsabiliza por uma tentativa de destruição da família e imposição da pedofilia, zoofilia e incesto. Por fim, no caso de Dilma, durante o período da votação final de seu impeachment, acusa-a de “tramar” com movimentos “chefeidos por bandidos”, dando conotação de quem planeja ato imoral, ilegal ou criminoso.

A ação mais grave em nossa análise, no entanto, foi a da Secretaria de Direitos Humanos, por fazer entender que houve propaganda institucional da pedofilia e tentativa de descriminalização da violência sexual – estupro nos termos da legislação atual – por parte da Secretaria. Tal mobilização teve origem em um post da página Humaniza Redes, em que foi compartilhada a imagem e o texto a seguir (Figura 80).

Figura 80 - Marco Feliciano acusa SDH de apoiar pedofilia



O texto na imagem diz:

Mitos e verdades sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes. MITO: Toda pessoa que abusa de uma criança ou adolescente é pedófilo. VERDADE: Nem todas. A pedofilia é um transtorno de personalidade caracterizado pelo desejo sexual por crianças pré-púberes, geralmente abaixo de 13 anos. Para que uma pessoa seja considerada pedófila é preciso que exista um diagnóstico de um psiquiatra. Muitos casos de abuso e exploração sexual são cometidos por pessoas que não são acometidas por esse transtorno. O que caracteriza o crime não é a pedofilia, mas o ato de abusar ou explorar sexualmente uma criança ou adolescente. (FELICIANO, 2015, informação eletrônica)

E, em sua própria publicação, Feliciano replica o texto original que acompanha a mensagem:

Todas as formas de violência, especialmente a sexual, afetam o crescimento saudável de meninos e meninas. É importante saber que nem todo abusador pode ser considerado pedófilo, já que a pedofilia é um transtorno de personalidade diagnosticado com avaliação médica. Muitos casos de abuso sexual são cometidos por pessoas próximas, que não têm o diagnóstico da doença. É preciso estar atento aos detalhes e saber que, em qualquer situação, a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes é crime e deve ser denunciada! (FELICIANO, 2015, informação eletrônica)

Tal conteúdo faz uma distinção entre a pedofilia enquanto fenômeno psiquiátrico e os crimes de abuso e exploração sexual, estabelecendo que, mesmo sem um diagnóstico psiquiátrico, se caracteriza como crime a violência sexual contra pré-púberes. Com isso,

reforça-se que o crime não tem vinculação dependente de um laudo psiquiátrico, ou seja, afirma que, em qualquer um dos casos é crime, e se tenta quebrar o mito de que o abusador é um perverso caricato. No entanto, em publicação, Feliciano vincula o assunto com a votação da redução da maioridade penal para acusar a página – então mantida pela SDH – de “apoio à pedofilia”, ao dizer que a

publicação traz um jogo de palavras macabro e uma estratégia de destruição da família, pois a propaganda faz presumir que há adultos, homens e mulheres, que se relacionar com uma criança sem que pratiquem o crime de abuso pois, uma vez que sejam considerados pedófilos, isso deixará de ser crime e será considerado uma doença (FELICIANO, 2015, informação eletrônica)

Segundo diz, é “um artifício odioso e, ao mesmo tempo, refinado, que trabalha com jogos de palavras e manipulação mental para criar o entendimento de que o pedófilo não deva ser considerado um criminoso”. Essa tentativa de distorcer o texto para imputar o caráter de apologia à pedofilia é acompanhado por Malafaia, como pode ser visto nas Figuras abaixo.

Figura 81 - Pastor Malafaia chama PT de "canalhas" e diz que o partido não considera abuso sexual de crianças como pedofilia, induzindo a acreditar que não se entende como crime.

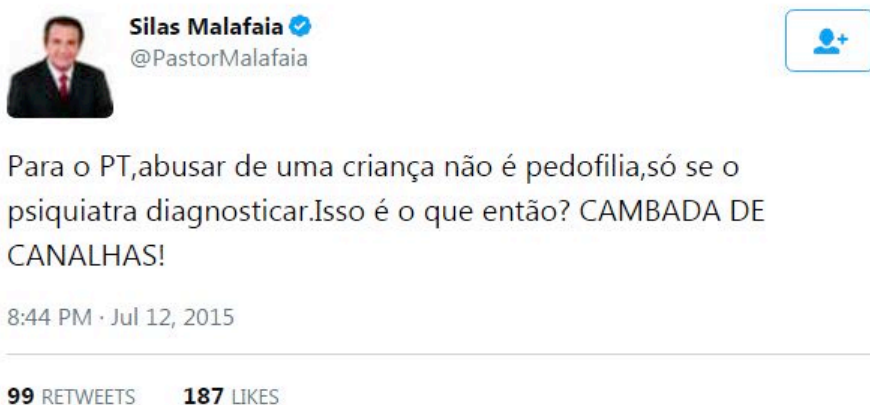
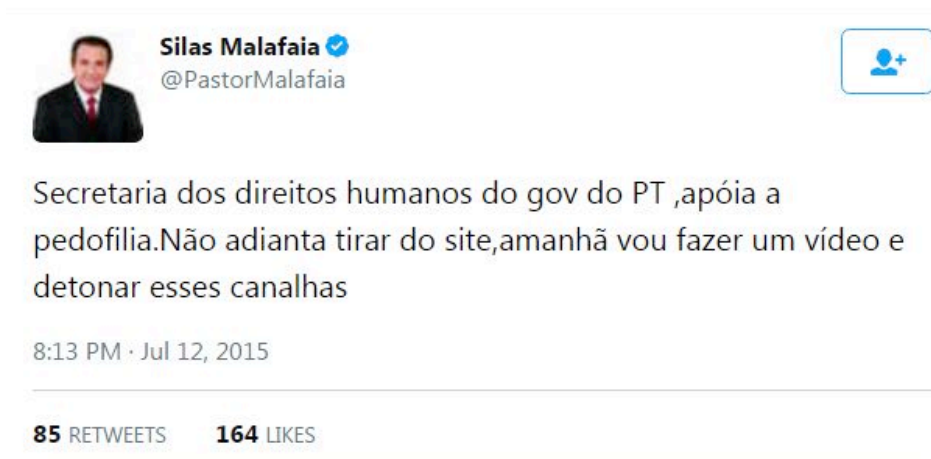


Figura 82 - Pastor acusa SDH e governo do PT de apoiar a pedofilia.



Tais publicações, além de conter elementos do que tipifica difamação e injúria, acusa as instituições de direitos humanos do País de se moverem no sentido de uma grave violação e apologia ao crime. Tal atitude é consonante com o que parte do grupo político conservador do País – clientela buscada pelo governo hegemônico neopentecostal – empreende, buscando criminalizar a noção de direitos humanos como método de invalidação da proteção desses direitos e da consolidação dos direitos civis a partir dos mecanismos de direitos humanos. Assim, a noção de crime independentemente de diagnóstico é manipulada para soar como busca de descriminalização das violências sexuais.

É importante destacar que a noção de pedofilia como transtorno psiquiátrico não é uma criação nacional ou da SDH, antes é categorizada pelo Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais, conhecido como DSM-5, um documento internacional que rege as práticas e compreensões de patologia na Psicologia e Psiquiatria ao redor do mundo, sistematizado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) (BERLIN, 2011). Ainda, a legislação penal do País compreende que mesmo pessoas com transtornos mentais sejam responsabilizadas por seus crimes, sendo direcionadas a prisões psiquiátricas. E, por fim, o texto original reforça a demanda de criminalização independentemente do diagnóstico.

Esse uso de falácias lógicas e sensacionalismo para atrair audiência é recorrente, no caso dos porta-vozes, visto em episódios distintos. Quanto a isso podemos destacar, ainda, a campanha de ambos em favor da redução da maioridade penal. É importante pontuar que, para adolescentes, já existe punição com as medidas socioeducativas, que têm percentual de reincidência muito menor que o sistema prisional (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015; PIAUÍ, 2016), e a própria Unicef é contra tal redução (UNICEF, 2015). E, portanto, se a

finalidade constitucional e dos mecanismos de direitos humanos para o cárcere é a ressocialização, as medida socioeducativas se apresentam como solução mais efetiva.

No entanto, os porta-vozes se utilizam do terror como argumento para a redução da maioridade penal, que está contra a Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 2015), como pode ser visto nas imagens abaixo.

Figura 83 - Feliciano faz postagem em defesa da redução, dando a entender que não há punição para adolescentes.

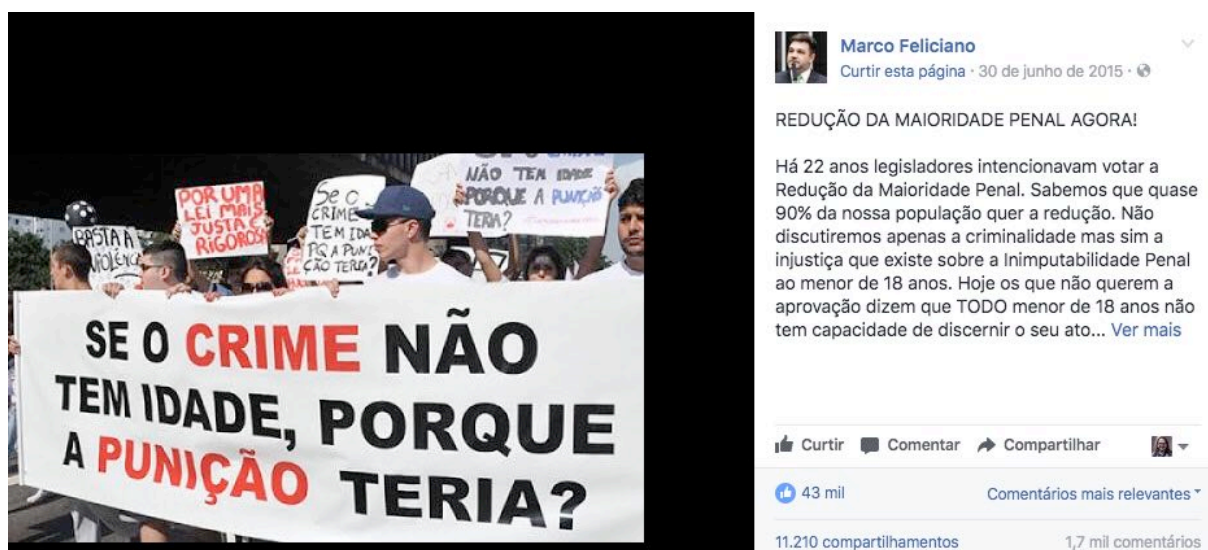


Figura 84 - Após primeira votação que rejeitou redução da maioria penal, Silas Malafaia posta vídeo-montagem com pessoas armadas, como se fossem pessoas comemorando a decisão.



Nas Figuras 83 e 84, acima, é possível ver o posicionamento dos porta-vozes quanto ao tema. Marco Feliciano faz publicação que dá a entender que não há punição para quem comete crime na adolescência, quando há medidas socioeducativas. Silas Malafaia, por sua vez, após a primeira votação que rejeitou a redução (o atualmente preso Eduardo Cunha, quando presidente da Câmara, fez uma manobra e recolocou em votação a proposta de redução, dessa vez aprovando-a), publica vídeo que sugere comemoração de criminosos armados com a decisão, dando a entender que se trata de uma medida de impunidade e favorável ao crime organizado.

4.2.4 Coronelismo eletrônico, assédio religioso e abuso espiritual

A ideia de coronelismo eletrônico é uma transposição da ideia do coronelismo histórico, aplicado por Victor Nunes Leal (1978), para o contexto midiático. Assim, se no sentido do coronelismo há a observação de um sistema de troca de proveitos entre poder público e chefes locais, no contexto de então entre os grandes proprietários de terra e o poder público estabelecido a partir de sua influência (LEAL, 1978), no coronelismo eletrônico essa

troca se dá não pelo poder sobre a terra, mas sobre a influência midiática (SANTOS, 2006; VELOSO, 2016).

O termo é, recorrentemente, empregado para descrever a concentração de concessões de radiodifusão – especificamente Rádio e TV. Tal referência pode ser encontrada em trabalhos como os de Lima (2006), Lima e Lopes (2007), Veloso (2016) e outros. No entanto, com a emergência da web e, em especial, das mídias sociais, podemos acrescentar a essa noção de coronelismo, também, o poder da internet – assim como das bolhas de filtro.

Até aqui já vimos, no decorrer da história e no caso específico dos dois porta-vozes que nos servem à análise, como o projeto de poder neopentecostal se funda numa estratégia de avanço midiático e político sobre o espaço público. O volume de valores investidos, por exemplo, por Malafaia para transmissão em vários países e emissoras de TV de seu programa; o uso de concessões pela igreja presidida por Feliciano; o constante investimento de ambos em produtos midiáticos e presença digital nas mídias, além da notável investida sobre a vida pública do país a partir desse suporte de consumidores são exemplos fortes dessa realidade.

Tal fato não constitui, por si só, uma violação. No entanto, a concentração do poder midiático tende a constituir uma redução da representatividade democrática de vozes e a transposição dos valores morais de culto para o espaço público pode vir incorrer, como é flagrante em exemplos desenvolvidos até então, em violações. Além disso, se considerarmos a perspectiva da comunicação como um direito humano (GOMES, 2007), a concentração da mídia representa uma consequente redução do direito a voz dos diversos grupos sociais.

Para fins de análise desta categoria, consideramos aqui o coronelismo eletrônico neopentecostal no sentido do uso da concentração do poder midiático para persuadir – em troca de favores – a população sobre a qual exerce seu governo, notadamente o público evangélico (majoritariamente pentecostal e neopentecostal), de outras matrizes cristãs e outros grupos de religião identificados por sua vinculação conservadora. E analisamos, dentro desse processo, o cerceamento de liberdades e marginalização de grupos e saberes.

No que tange ao assédio religioso, transpomos a ideia do assédio moral, trabalhado de formas distintas e a partir de terminologias diversas, sobretudo nas Ciências Sociais e da Saúde, para o campo religioso. Recuperamos o sentido de “ofensa moral, não física, deliberativa, em que os agressores realizam, de forma verbal, sutil, dissimulada e intencional, ações discriminativas, ameaças, cooptação e coações públicas para alcançar o objetivo de isolar ou atingir a vítima” (CAHU et al, 2012) para a seara da religião. Ou seja, analisamos tal

ofensa – que constitui, por mirar a dignidade, uma violação de direitos – dentro do espaço de culto ou por meio do uso do conhecimento e práticas da religião.

Por fim, quanto ao abuso espiritual, resumidamente compreendemos o conjunto de mecanismos utilizados para reter indivíduos dentro dos ritos de uma religião ou discriminá-las em função de sua saída ou desvio do esperado por sua comunidade de fé ou liderança. Isso inclui a distorção de conceitos religiosos para a manutenção de uma relação de submissão; posicionamento autocrático de liderança que recorre a uma suposta autoridade divina sobre si; isolacionismo; elitismo espiritual; rejeição do espaço de debate e discordância; e controle dos líderes da vida privada de seus liderados (GOSPELPRIME, 2011).

Vemos, dadas as descrições, que esta categoria se assemelha à anterior no sentido que destaca os atendidos à igualdade de dignidade, vista no Artigo 1º; a proteção contra discriminação que viole seus direitos, vista no Artigo 7º; e proteção contra o uso enviesado de uma das disposições para violar outros direitos, como visto no Artigo 30º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2009). Mas se aprofunda, uma vez que traz enfoque, também, às violações que atingem especificamente a comunidade religiosa e abrange o resguardar dos direitos quanto à vida privada, previstos no Artigo 12º; à liberdade de pensamento, consciência e religião, resguardada no Artigo 18º; e à liberdade de opinião e expressão, vista no Artigo 19º (ONU, 2009).

Seguindo à análise, é interessante notar como essas categorias de violações aqui levantadas estão implicadas no discurso neopentecostal e como, ainda que se dediquem ao exame de questões distintas, reúnem, a nosso ver, a linearidade sociodiscursiva do projeto hegemônico de poder neopentecostal. Aqui, mais uma vez, a defesa da pauta conservadora, a rejeição, ataque e desqualificação da esquerda política, o antipetismo e cerceamento do direito ao casamento homoafetivo e outras questões ligadas a gênero e sexualidade surgem como ponto central da ação dos porta-vozes. No entanto, apesar da linearidade do discursivo, é possível identificar abordagens distintas.

De um lado, Silas Malafaia, não exerce cargo eletivo, no período analisado por esta tese é ele quem se sobressai como figura política de pressão quanto ao debate público do País. Por outro lado, Marco Feliciano, que ocupa o cargo de deputado, nos aspectos que dizem respeito a esta categoria, surge com muito mais referência à vida religiosa que política, e mais frequentemente traz para si o holofote de, em suas palavras, “profeta de Deus” que segue “rumo ao governo dos justos”. Em entrevistas do período e publicações, é comum, também, citações de Martin Luther King Jr. na fala de Feliciano, em tom de comparação consigo –

como se este fosse um espelho daquele, símbolo de resistência e conquista de direitos da população negra nos Estados Unidos.

Figura 85 - Assessoria de Feliciano divulga foto de sua pregação em igreja, apresentando-o não como homem, mas como "profeta de Deus".



Na Figura acima, assinada com a hashtag #Assessoria, assim como visto em publicações de atuação parlamentar, dando a entender que uma mesma equipe cuida de sua assessoria parlamentar e cobre seus trabalhos fora da atuação pública, é destacada uma foto do deputado em um culto, com o microfone em punho e a afirmação de que se trata não de “um homem, mas sim um profeta de Deus”. Esse mesmo tom é visto em outras publicações do período analisado e frequentemente é disposto como reforço de suas posições, estabelecendo uma correlação com sua atuação política e colocando-o como uma espécie de profeta usado por Deus para moralizar a política, proteger a sociedade judaico-cristã e evitar a destruição da família. Esse caráter divino é especialmente caro, uma vez que possibilita rebater as críticas de grupos cristãos colocando-os não como oposição política, mas opositores de um ‘profeta de Deus’ – uma ferramenta discursiva que pode ser utilizada como abuso espiritual.

O tom apocalíptico é, também, repetidamente evocado nos embates. Para se ter uma ideia, durante o período intenso de debates em torno de sua tomada do posto da presidência da CDHM, Feliciano chega a publicar convocação de assembleia para membros de sua igreja, em uma imagem com a hashtag #rumoaogovernodosjustos. Ele também, em uma de suas

publicações no Twitter, nesse período, coloca a sua permanência como variável da qual depende o “futuro do cristianismo em nosso País”.

Figura 86 - Feliciano coloca o resultado da disputa em torno do seu nome na Presidência da CDH como influenciador do futuro do cristianismo no País.

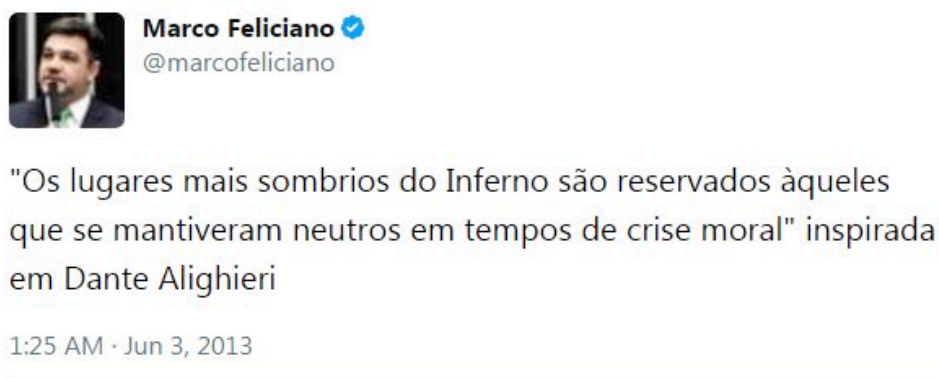


Figura 87 - Feliciano convoca lideranças evangélicas para assembleia em sua igreja durante debate sobre sua eleição para a CDHM.



O deputado Marco Feliciano, inclusive, na ocasião da aprovação em Comissão do projeto apelidado de “cura gay”, chega a publicar reflexão do clássico *A divina comédia*, de Dante Alighieri, como referência condenatória às lideranças cristãs que não se manifestaram publicamente em sua defesa – similar à publicação, já vista nesta tese, na qual questiona onde estão os líderes em sua defesa.

Figura 88 - Feliciano faz referência a Dante Alighieri como crítica aos cristãos que não o defendem publicamente.



A busca por restringir o consumo de vozes diversas na mídia pelos cristãos é, também elemento importante no discurso dos porta-vozes, como já referenciado anteriormente neste texto, e constitui peça-chave na caracterização de abuso espiritual. Além de favorecer economicamente os porta-vozes, por serem empresários da mídia gospel, tal prática capitaliza, ainda, politicamente, uma vez que fortalece suas pautas como norma e discurso de verdade, marca do coronelismo eletrônico.

Figura 89 - Feliciano faz alerta para cristão sobre a "mídia secular"



É elemento comum nesta categoria, em Feliciano e Malafaia, as críticas e ataques direcionados à esquerda, à pauta progressista e, em específico, a Marina Silva. Como já visto na análise de categorias precedentes, a fé de Marina é relativizada, como forma de marginalização, elemento típico do abuso espiritual. Ela é constantemente acusada, quanto a sua honra, de renegar seus princípios e apontada por “traição”.

Figura 90 - Feliciano acusa Marina Silva de negar seus princípios por se declarar a favor da união entre pessoas do mesmo sexo.



Figura 91 - Feliciano caracteriza apoio à união civil entre pessoas do mesmo sexo como negação de princípios e traição.

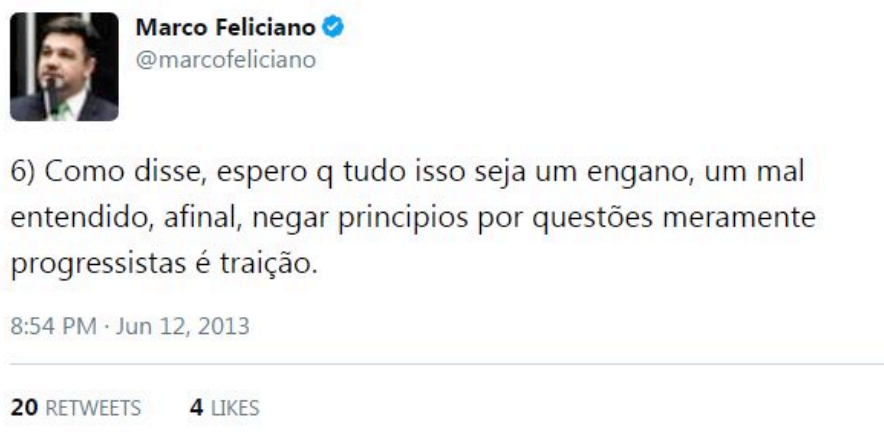


Figura 92 - Silas Malafaia afirma que Marina é incoerente por ser a favor do afastamento de Cunha, mas não ter pedido impeachment de Dilma.



As igrejas cristãs ou grupos cristãos progressistas também são, costumeiramente, hostilizados pelos porta-vozes. Ambos os líderes estudados costumam relativizar a fé desse grupo, acusar suas pregações de “falaciosas” e marginá-los como coniventes com ou mau ou o diabo. O diverso e a discordância, no espectro político, são rejeitados, enquanto as pautas conservadoras são afirmadas e santificadas, como pôde ser inferido até aqui no decorrer da nossa análise. É frequente o uso de recursos do abuso espiritual e flagrante que o coronelismo eletrônico neopentecostal está a favor de um projeto de sociedade conservadora e de poder com base na imposição das estruturas morais e religiosas que defendem.

Figura 93 - Feliciano acusa igrejas progressistas de pregarem falácias



Figura 94 - Malafaia diz que é "vergonha" pastores serem favoráveis à descriminalização do uso de drogas



Figura 95 - Malafaia relativiza fé de pastores e cristãos favoráveis a união civil homoafetiva e se coloca como paladino combatente do pecado



É flagrante, nos perfis dos analisados, a contante prática do “voto de cajado”. Termo utilizado como paralelo ao “voto de cadastro”, ato de imposição ou manipulação do voto por poder político ou econômico, o voto de cajado compreende a mesma imposição, mas com teor religioso. A escolha do termo “de cajado” é uma referência à Bíblia, que referencia o cajado como símbolo de disciplina, e também ao lugar de condução do pastor em relação ao seu “rebanho” de ovelhas, como são referidos os liderados. Há, inclusive, um movimento dentro de alguns espaços evangélicos de oposição a essa imposição do voto de cajado, fruto de uma campanha criada pela Rede Fale, ONG de natureza cristã (ESTADO DE MINAS, 2014).

Tanto Silas Malafaia quanto Marco Feliciano têm como marca a imposição de consciência de voto, persuadindo fortemente sua audiência contra pessoas e partidos que apoiem pautas à esquerda ou progressistas. Em contrapartida, também costumam apresentar suas indicações políticas – em quem recomenda que se vote. Em etapas anteriores, fizemos recortes da recomendação de que não se vote em partidos do centro à esquerda e, a seguir, ilustramos tal dado também com a recomendação de voto em Alexandre Isquierdo, insistentemente recomendado por Silas Malafaia para que os evangélicos não “desperdicem o voto” em quem teria menos chances de vitória.

Figura 96 - Malafaia, em tom imperativo, declara que evangélicos não votem no PT, PSOL, PCdoB, PV e Rede

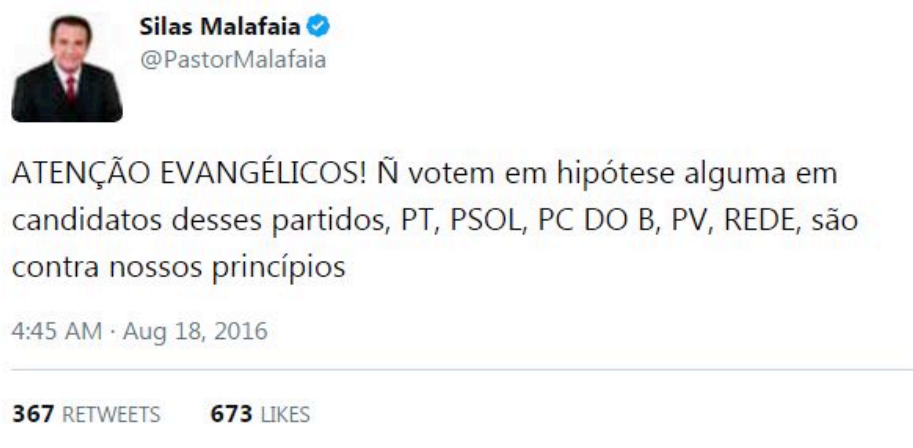
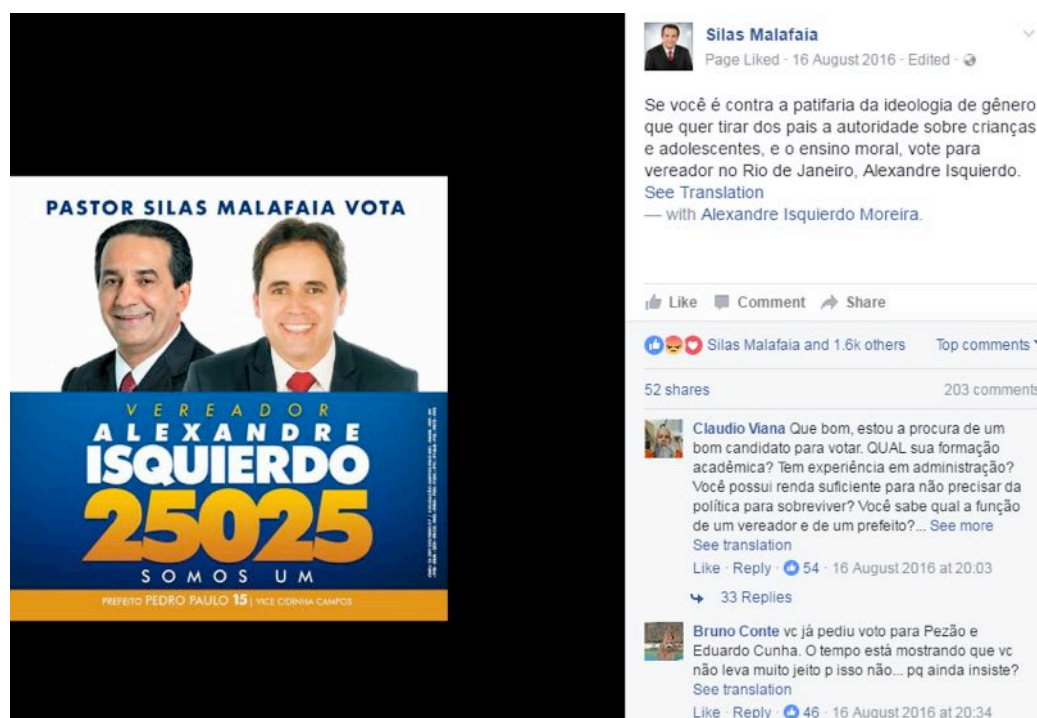


Figura 97 - Silas Malafaia, durante Eleições de 2016, se colocou em insistente campanha por Alexandre Isquierdo "contra a patifaria da ideologia de gênero"



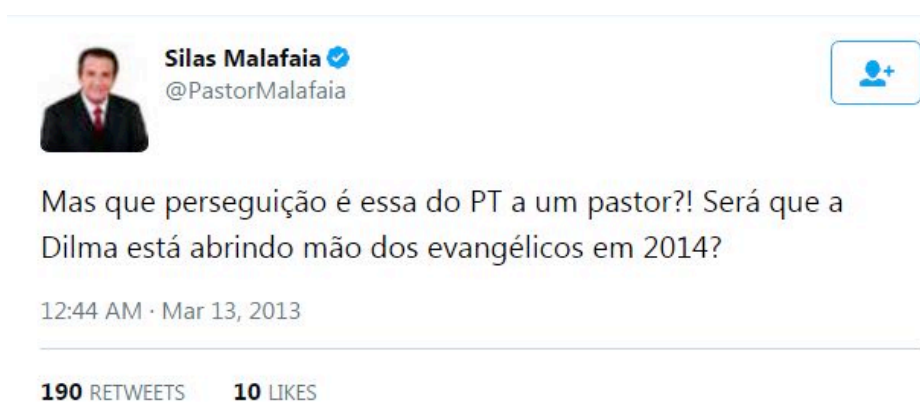
Além do voto de cajado, é possível ver, como prática do coronelismo eletrônico, um flagrante assédio religioso, especialmente com os políticos evangélicos. O pastor Silas Malafaia, em suas redes sociais, inclusive, chega a promover uma campanha não direcionada contra as pautas progressistas, mas de caráter opositor à esquerda e antipetista, afirmando que fará campanha contra deputados que votassem contra o impeachment de Dilma Rousseff ou faltassem à sessão. É uma clara ameaça e coação, com uso de seu capital como coronel eletrônico neopentecostal.

Figura 98 - Silas Malafaia se coloca em campanha contra deputados evangélicos que não votarem pelo impeachment de Dilma.



O seu capital eleitoral e o tom de negociação da consciência eleitoral da audiência é ainda mais evidente ao questionar o que qualifica como “perseguição do PT a um pastor”, referindo-se às críticas a Feliciano na presidência da CDHM. Em tom de troca, ele questiona se Dilma, em função disso, está abrindo mão dos [votos] evangélicos em 2014.

Figura 99 - Malafaia questiona se Dilma está abrindo mão dos votos evangélicos por críticas constantes a Malafaia



É interessante observar, por fim, a desproporção de alguns dos julgamentos e algumas defesas empreendidas como parte do uso político de sua influência como coronel eletrônico neopentecostal. Durante o período analisado, especificamente no recorte temporal que compreende a etapa final do processo de impeachment de Dilma Rousseff, Silas Malafaia – assim como Marco Feliciano – publica conteúdos em defesa de Michel Temer, que recomendam que deve exercer um “governo de salvação nacional”. Apesar das posturas

diferentes em alguns pontos – Feliciano enfocando sua imagem de base aliada de confiança e Malafaia cuidando mais do aspecto político da subida de Temer à Presidência –, há uma defesa do então interino até mesmo quanto a um rumor, surgido no período da eleição de Dilma, de que o seu então vice, Michel Temer, seria satanista.

Destaca-se nisso que, à época em que tal rumor foi mais fortemente levantado, não há pronunciamento de Silas Malafaia a respeito, possivelmente porque apoiava Aécio Neves, concorrente da chapa Dilma-Temer, no pleito. No entanto, com o impeachment em curso, o pastor publica um vídeo em que Temer fala de sua religiosidade cristã e o próprio Silas chega a gravar um vídeo em que desmente o rumor.

Figura 100 - Silas Malafaia publica vídeo para defender Michel Temer de rumor de que seria satanista.



Assim como visto no comparativo de busca entre publicações citando Eduardo Cunha e Dilma Rousseff, em subcapítulo anterior, há claramente uma desproporção nos julgamentos e no discurso dos líderes neopentecostais em pauta. Mesmo havendo indícios que apontam corrupção, o tratamento despendido depende da orientação política e do retorno em capital político que aquela figura representa para o projeto de poder neopentecostal. É o que pode ser visto, também, embora fuja ao escopo temporal ao qual se detém este trabalho, no trato dispensado a Dilma Rousseff e Michel Temer.

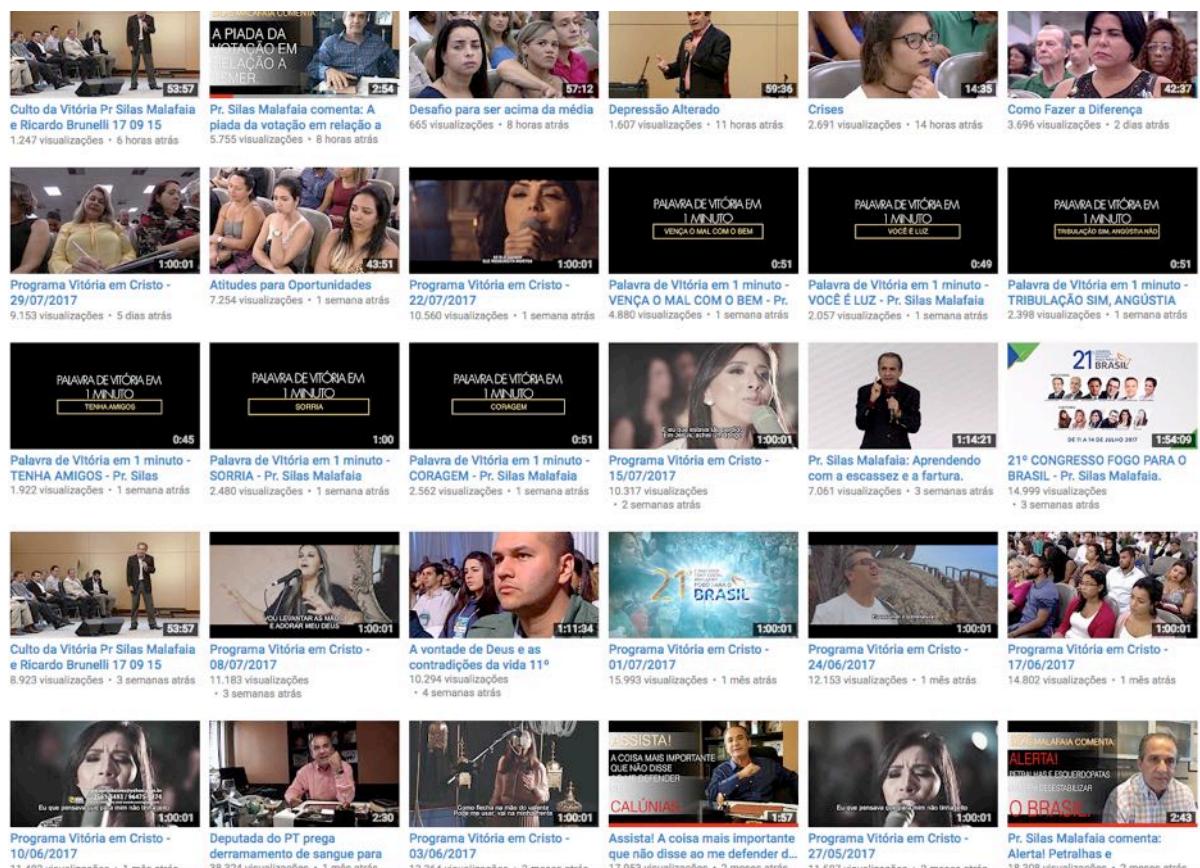
Embora haja, de forma crescente, denúncias ou citações em delações contra Michel Temer, ao olhar os vídeos recentes no canal do YouTube do pastor Silas Malafaia, não há, nos

últimos dois meses – de junho a agosto –, vídeos diretamente voltados a críticas, acusações ou discursos contrários ao presidente. Há, em vez disso, entre os vídeos de teor político, um em que faz um “Alerta!” e afirma que “petralhas e esquerdopatas querem desestabilizar o Brasil”; outro em que afirma que “deputada do PT prega derramamento de sangue para redimir o Brasil!”; e, mais recentemente, outro sobre a votação que foi a Plenário para que os deputados decidissem pela investigação ou não do presidente nos casos em que é apontado com envolvimento em corrupção.

Por maioria de votos, 263 a 227, o Congresso decidiu pela não investigação de Temer em denúncia de corrupção, diferente do observado com Dilma Rousseff, denunciada pelas chamadas “pedaladas fiscais”. A maioria da bancada evangélica, inclusive, votou a favor de Temer e contra sua investigação, inclusive o deputado Marco Feliciano (GOSPELPRIME, 2017). Silas Malafaia, diferentemente de sua postura, por exemplo, em relação à Marina, não apontou o colega Feliciano. E, no vídeo⁶⁵ que publicou e trata do assunto, o seu foco é destacar que quem votou contra impeachment, nomeadamente PT, PSOL, PCdoB, Rede e parte do PDT é hipócrita e não tem moral para ser favorável à investigação de Temer – pontuando brevemente que é a favor da investigação de Temer e exaltando discurso de deputado de sua igreja, que encerra sua fala com “Lula na cadeia!”

⁶⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YC9TjgQYUes>>.

Figura 101 - Quadro com últimos vídeos publicados por Silas Malafaia (junho a agosto de 2017) em seu canal no YouTube mostra ausência de vídeos críticos a Temer



5 CONCLUSÕES: O ABRIR DO SÉTIMO SELO

O neopentecostalismo é um fenômeno religioso de crescimento exponencial na América Latina, África subsaariana e, sobretudo, no Brasil. A possibilidade de melhoria na qualidade de vida e bem-estar econômico prometida por essa corrente religiosa com a Teologia da Prosperidade, o conforto espiritual de superação das aflições desta vida por meio da perseverança para vencer as “batalhas espirituais” e suas poderosas estratégias de marketing, com uso hábil dos meios de comunicação de massa, além da relativa maleabilidade quanto a usos e costumes, quando comparados aos neopentecostais, são ingredientes de sucesso de sua expansão nacional.

Em um País fortemente marcado pelo catolicismo em quase toda a sua história de existência, em que se comemoram feriados de origem religiosa e 85% das pessoas acham que acreditar em Deus torna as pessoas melhores (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013), a moralidade cristã conservadora é bastante comum e capilarizada. Some-se a isso o fato de mais de 38% da população viver com até um salário mínimo (IBGE, 2010b) e temos um terreno fértil para o frutificar neopentecostal que, cada vez mais, tem expandido sua clientela.

O seu avanço, no entanto, nem sempre representa apenas uma alternativa a mais no mercado da fé, disponibilizando conforto espiritual e material aos que buscam no divino uma resposta aos seus anseios terrenos. A mediatização do neopentecostalismo e sua aparição como religião pública fazem emergir, no tecido social do País, uma nova dimensão de conflitos políticos, ideológicos e culturais. Além disso, tal processo tem colaborado, em certa medida, com a violação de direitos humanos em dados contextos.

Se, de um lado, esse processo de transição do templo para a mídia e para a tribuna compreende para os fiéis e ritos da igreja, em dada medida, a maleabilidade sobretudo dos usos e costumes e uma passagem da disciplina (pode exercido sobre os corpos) para a biopolítica (poder exercido sobre a vida e o conjunto de uma população); de outro, no que diz respeito ao espectro dos direitos humanos e civis, há uma sobreposição disciplinar sobre o contexto biopolítico vigente na vida pública.

Na prática, constatamos que, se de um lado o projeto de poder neopentecostal confere liberdade a seus clientes quanto a novas possibilidades de espaços a serem ocupados, quer sejam na vida política, quer sejam nas atividades midiáticas, etc.; de outro, há uma tentativa de imposição de seus valores teológicos no lócus público, numa tentativa de exercer disciplina sobre os grupos não identificados como sua clientela.

Há, cada vez mais, uma distinção, no projeto de poder hegemônico neopentecostal, entre o que é “mau ou do diabo”, e que assim deve ser tratado no campo da política, e “o bem”, que constitui o grupo sobre o qual podem avançar politicamente. Essa noção de bem e mal encontra amparo em interpretações próprias desse grupo religioso ou distorções de textos bíblicos como dispositivo religioso caro ao seu governo. É a tônica da visão de mundo teológica neopentecostal que, como visto, compreende o ser cristão como libertação dos males que afligem o mundo e consequente “guerra espiritual” contra as forças “malignas” manifestas na realidade.

O que, no pentecostalismo, tinha como consequência um afastamento da realidade para proteção contra as influências do diabo, no neopentecostalismo se converte em enfrentamento e conquista. O aspecto de cruzada contra o mal manifesto no mundo e de conquista material é fundamental à sua leitura da *oikonomia* divina e, portanto, tal traço tem ação essencial como dispositivo em sua gerência sobre os fiéis.

Sua disposição é a de tomar posse para Deus, através da guerra espiritual e da ação concreta, das coisas de que o Diabo se apoderou e por muito tempo governou. Em suma, o crente neopentecostal tem muito pouco a ver com o fiel descrito por Lalive D'Epinay, Emilio Willems, Beatriz Muniz de Souza e Procopio Camargo: aquele que não participa, se mantém segregado, vive preocupado ruminando sobre seu destino perante a iminente volta de Cristo, rejeita e combate os prazeres e interesses mundanos, adota comportamentos sectários e ascéticos. É bem verdade que, apesar de procurar mostrar-se mais liberal, em especial na área dos usos e costumes de santidade, o crente neopentecostal apresenta um sem-número de marcas da socialização sectária de sua tradição religiosa. [...] em vez de manter-se apartado do mundo, este crente, acima de tudo, está imbuído de um espírito guerreiro e triunfalista (MARIANO, 1999, p. 228).

Materialmente, constituem as forças diabólicas combatidas pelos porta-vozes do governo hegemônico neopentecostal as tendências políticas à esquerda, as pautas e direitos LGBT, o feminismo, a descriminalização das drogas e o Partido dos Trabalhadores. São esses os grupos marginalizados no discurso neopentecostal, recortado aqui nas vozes dos líderes Malafaia e Feliciano, que, frequentemente, têm direitos violados por meio de ações políticas que buscam cercear garantias políticas ou civis, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo, ou que as vitimam em sua dignidade e honra, até mesmo criminalizando sua existência ou ação. Chama a atenção que mesmo os protestantes são incluídos nessa lista quando alinhados a esses grupos ou à defesa do direito desses, comumente sofrendo abuso espiritual ou assédio religioso.

Nesse contexto, as mídias sociais online e suas bolhas de filtro emergem como dispositivo crucial à operação do governo neopentecostal, permitindo o agrupamento de pessoas alinhadas às suas proposições ideológicas, ampliando o alcance de seu discurso e

permitindo o controle das interações e das respostas da população – quer sejam alinhadas ou não a suas pautas.

É, em função disso, que o sensacionalismo, estratégias de *clickbait* e o tom apocalíptico é tão comum: trata-se de uma estratégia de elevação de audiência, favorável a sua expansão, além de um meio de rentabilizar sua presença online por meio da valorização do espaço publicitário em seus sites e da exposição à venda de seus produtos.

Como figuras de destaque, dotados de poder midiático, os líderes neopentecostais usam seu poder de coronéis eletrônicos para a indicação de voto de sua audiência e para incitação à sua defesa pessoal, defesa de suas pautas ou ataque a seus opositores – inclusive nos comentários feitos em suas publicações. Além disso, usam sua audiência como moeda de barganha política em votações de seu interesse ou como moeda de troca, oferecendo seu capital de votos em troca de apoio político.

Falácias lógicas, distorção dos dados da realidade, julgamento desproporcional, tratamento desigual e até mesmo vista grossa à corrupção em função da orientação política também compõem o expediente do projeto de poder hegemônico neopentecostal, visto no recorte desta tese, que carrega ainda como uma de suas características o antipetismo. Nada diferente do comumente visto na política “terrena”.

É possível perceber que há uma linearidade sociodiscursiva nos dois porta-vozes que serviram à análise desta tese, em todos os pontos elencados acima. No entanto, ambos preservam características individualmente marcantes.

No caso de Silas Malafaia, é perceptível o caráter de sua ação como capitalização institucional e, principalmente, financeira nas mídias sociais, frequentemente vendendo produtos, referenciando para os sites de sua propriedade e pedindo doações, o que se poderia chamar de tom financista. Marco Feliciano, por outro lado, costuma centrar seu discurso na valorização da própria imagem e capitaliza as narrativas para si, num tom que poderia ser classificado de narcisista.

Quanto às colocações, chama a atenção o fato de Malafaia, sem cargo público, apelar mais incisivamente à persuasão política, enquanto Feliciano, deputado, introduz mais o senso religioso em suas atividades – inclusive parlamentares. Silas assume tom mais ríspido e firme, quase sempre agressivo ou raivoso, enquanto Marco busca assumir o tom de vítima, por vezes incorrendo na rispidez e depois buscando se mostrar compassivo. Além disso percebemos, em Malafaia, uma busca maior pelo que poderíamos chamar de “inteireza”, ou, em outras

palavras, apesar das violações flagrantes, uma tentativa de agir mais proximamente em conformidade com sua fala – ainda que muitas vezes haja visível distância.

Para evidenciar a síntese analítica feita nesta pesquisa, sistematizamos o quadro que nos fornece uma visão panorâmica das nossas descobertas na tese:

Tabela 9 - Síntese analítica dos resultados encontrados na análise de dados

Tópico de Análise	Silas Malafaia	Marco Feliciano
Tom e perfil da fala pública nas mídias sociais	Mais incisivo, persuasivo e em tom mais raivoso em suas críticas e ataques	Tom de vítima, com base na afirmação de perseguição religiosa, e busca de tom compassivo mesmo quando incorre em rispidez
Perfil de ação institucional nas mídias sociais	Caráter que pode ser categorizado como financista, focado na promoções de suas empresas e instituições, vendas e pedidos de doações, além de uso constante para influência política (mesmo não exercendo cargo eletivo)	Caráter que pode ser categorizado como narcisista, focado na valorização da própria imagem, e frequente apelo religioso mesmo nas questões relacionados à sua atuação como deputado
Sensacionalismo e <i>clickbait</i>	Recorrente em suas publicações como estratégia de posicionamento, monetização e atração de audiência	Recorrente em suas publicações como estratégia de posicionamento, monetização e atração de audiência
Antipetismo	Frequentemente visto em suas publicações	Frequentemente visto em suas publicações
Oposição à esquerda política	Característica de seu conservadorismo político e social, para a qual busca amparo teológico, categorizando como ideologia diabólica	Característica de seu conservadorismo político e social, para a qual busca amparo teológico, categorizando como ideologia diabólica
Violação de direitos da população LGBT	Frequente discriminação, xingamentos, associação a atos	Frequente discriminação, associação a atos criminosos e

	criminosos e luta contra a efetivação do casamento civil e adoção	luta contra a efetivação do casamento civil e adoção
Discriminação religiosa e violação de direitos	Não há violações expressas no período analisado, mas há tom marginalizante direcionado aos ateístas, não visto no caso de outras religiões, sobretudo pela busca de alianças políticas com os setores religiosos conservadores	Apesar de seu histórico de discriminação contra católicos e pessoas de religiões afro, há uma mudança no discurso pela busca de alianças políticas com os setores religiosos conservadores, além de afirmação marginalizante contra ateístas
Assédio religioso e abuso espiritual	Frequente, sobretudo como forma de controle de sua clientela religiosa e marginalização / demonização dos cristãos associados à esquerda ou proteção de direitos dos grupos feministas, LGBT e descriminalização das drogas	Frequente, sobretudo como forma de controle de sua clientela religiosa e marginalização / demonização dos cristãos associados à esquerda ou proteção de direitos dos grupos feministas, LGBT e descriminalização das drogas
Constrangimento, vulnerabilização e negação de justiça reparadora	Visto, sobretudo, no caso de cristãos ligados aos grupos demonizados e no caso da população LGBT, feminista, na questão da redução da maioridade penal e descriminalização das drogas	Visto, sobretudo, no caso de cristãos ligados aos grupos demonizados e no caso da população LGBT, feminista, na questão da redução da maioridade penal e descriminalização das drogas
Coronelismo eletrônico	Frequente e ostensivo, trocando capital eleitoral por influência nas decisões políticas do País	Frequente, porém não ostensivo como Malafaia, trocando capital eleitoral por influência nas decisões políticas do País

Os dados analisados nos apontam que há recorrentes violações de direitos humanos e um exercício de poder cerceador no avanço neopentecostal sobre o campo midiático e

político, sobre o qual podemos refletir no sentido de reparar direitos, limitar excessos e abrir fissuras para expressão da voz do diverso no campo civil, naturalmente conflituoso. Além disso, a análise nos reforça que há, sim, um projeto de poder neopentecostal hegemônico em curso. Mas, há, como dentro de qualquer articulação política, projetos individuais de seus líderes que nem sempre caminharão lado a lado.

REFERÊNCIAS

ADVEC. **Pastor Silas Malafaia**. Disponível em: <<https://www.advec.org/pr-silas-malafaia/>>. Acesso em 11 mar. 2017.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo?. **Outra travessia**, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, jan. 2005. ISSN 2176-8552. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576>>. Acesso em: 29 maio 2017.

ALVES, Robson Cosme de Jesus; OLIVEIRA, Ilzver de Matos. Liberdade religiosa versus liberdade de expressão: violações aos direitos humanos dos religiosos de matriz africana nos meios de comunicação de massa no Brasil. **Revista Interfaces Científicas - Direito**, Aracaju/SE, V.1, N.1, fev. 2013, p. 85-94.

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Lucina. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Revista Sessões do Imaginário**, Porto Alegre, n. 35, 20 dez. 2008, Famecos/PUCRS.

ANCINE. **Informe de Acompanhamento do Mercado - TV Aberta - Resultados de 2015**. Superintendência de Análise de Mercado – SAM / ACINE, 2016. Disponível em: <http://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/televisao/pdf/informe_tvaberta_2015.pdf>. Acessado em: 12 dez 2016.

ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. Notas sobre a relação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro. In: PINHEIRO, José Ernanne (org). **Resgatar a Dignidade da Política**. São Paulo: Paulinas, 2006.

ARGENTINA. **Constitución de La Nación Argentina**. Ley Nº 24.430. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/804/norma.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

ASSMANN, Hugo. **A Igreja Eletrônica e seu impacto na América Latina**. Petropólis: Vozes, 1986.

AVEC. **Programa Vitória em Cristo**. Disponível em: <https://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/gw-programa-de-tv/>. Acesso em: 30 mar 2017.

AVEC. **Uma história de fé**. Disponível em: <http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/hotsite/avec-30anos/historia.cfm>. Acesso em: 10 jan. 2016.

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Editora UNESP: São Paulo, 2015.

BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado: Elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulus, 1985.

BERGER, Peter. **Rumor de anjos – A sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural**. 2ª ed. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BERLIN, Fred S. Commentary on pedophilia diagnostic criteria in DSM-5. **Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law**, 2011, 39 (2), p. 242-4. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21653272>>. Acesso em: 29 jul 2017.

BEZERRA, A. C. **Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais**: desafios para a competência crítica em informação. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, v. 16, 2015.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Edição revista e atualizada. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 2014.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Estudo Genebra**. Tradução Almeida Revista e Atualizada. Barueri/SP: Sociedade Bíblica do Brasil; São Paulo/SP: Editora Cultura Cristã, 2009.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do cristianismo**. Curitiba: Editora Fundamento, 2012.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia**. Disponível em: <www.harmonywithnatureun.org/content/documents/159Bolivia%20Consitucion.pdf>. Acesso em 10 jan. 2017.

BRAGA, A. Técnica etnográfica aplicada à comunicação online: uma discussão metodológica. **UNirevista**, vol. 1, nº 3, julho 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Frente Parlamentar Evangélica**. 2015. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53658>>. Acesso em: 22 out. 2016.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**, v. 2. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Decreto Lei Nº 2848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848compilado.htm>. Acesso em: 16 jul 2017.

CAHU, Graziela Ribeiro Pontes et al. Bullying: concept analysis from Rodgers' evolutionary perspective. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 555-559, 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002012000400012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 Jul 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Taxa de reincidência entre internos da Fundação Casa é de 15%.** 27/05/2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/489058-TAXA-DE-REINCIDENCIA-ENTRE-INTERNOS-DA-FUNDACAO-CASA-E-DE-15.html>>. Acesso em 22 jul 2017.

CAMPOS, Jr.; CASTRO, Luís de. **Pentecostalismo**. São Paulo: Ática, 1995.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos, pentecostais e carismáticos na mídia radiofônica e televisiva. **Revista USP**, nº 61. março/maio, 2004.

CAMPOS, Leonildo Silveira; GUTIÉRREZ, Benjamin F. **Na força do Espírito: os pentecostais na América Latina - um desafio às igrejas históricas**. São Paulo: AIPRAL/Pendão Real, 1996.

CAMPOS, Leonildo Silveira. O demoníaco, as representações do mal, os sistemas de acusação e de inquisição no protestantismo histórico brasileiro. **Estudos de Religião**, Ano XXI, n. 33, 59-107, jul/dez 2007. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/189>>. Acesso em: 10 maio 2016.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Protestantismo brasileiro e mudança social. In: SOUZA, Beatriz Muniz de e MARTINO, Luiz Mauro Sá, (orgs.). **Sociologia da Religião e mudança Social: Católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2004.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, Templo e Mercado: Organização e Marketing de um empreendimento neopentecostal**. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo, Simpósio Editora e Universidade Metodista de São Paulo, 1997.

CAMURÇA, Marcelo. A realidade das religiões no Brasil no Censo do IBGE-2000. In: TEIXEIRA, Faustino e MENEZES, Renata (orgs.). **As Religiões no Brasil: Continuidades e Rupturas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores y Ciudadanos: Conflictos multiculturales de la globalización**. Mexico: Grijalbo, 1995.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, Desiguales y Desconectados: Mapas de la Interculturalidad**. Barcelona, España: Gedisa Editorial, 2004.

CARDOSO, Onésimo. A Igreja Eletrônica. Os Programas Religiosos na Televisão Brasileira. **Revista Semestral de Estudos de Comunicação**, ano VI, número 12, Edições Liberdade, São Bernardo do Campo, outubro de 1984.

CARVALHO, Henrique. **17 gatilhos mentais para você dominar a arte da persuasão e alavancar suas vendas**. 2015. Disponível em: <<http://viverdeblog.com/gatilhos-mentais/#gatilhos-mentais-dor-prazer>>. Acesso em: 18 jul 2017.

CATEDRAL DO AVIVAMENTO. **Biografia do Pastor Marco Feliciano**. Disponível em: <<http://catedraldoavivamento.com.br/presidente/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

CEZAR, Elben (org). **Reforma: a vitória da Graça**. Viçosa/MG: Editora Ultimato, 2013. Disponível em: <http://editoraultimato.com.br/ebook/reforma/ebook_reforma.pdf>. Acesso em: 5 set. 2015.

CFP. **CFP defende resolução 01/99 em audiência na Câmara**. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/cfp-defende-resolucao-0199-em-audiencia-na-camara/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

CFP. **Declarações de Silas Malafaia**. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/cfp-se-posiciona-contrariamente-declaracoes-do-pastor-silas-malafaia/>>. Acesso em 12 jan. 2017.

CHILE. **Decreto 100**. Fija el texto refundido, coordinado y sistematiado de la Constitución Política de la Republica de Chile. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=242302&r=1>>. Acesso em 10 jan. 2017.

CIA. **The World Factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/fields/2122.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

COLOMBIA. **Constitución Política de Colombia**: actualizada con los Actos Legislativos a 2015. Disponível em: <www.corteconstitucional.gov.co/inicio/Constitucion%20politica%20de%20Colombia%20-%202015.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

CORTEN, André. O pentecostalismo transnacionalizado no contexto teológico-político. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 149-160, julho de 2001.

CUNHA, Magali do Nascimento. Pentecostalismo e movimento ecumênico: divergências e aproximações. **Estudos de Religião**, v. 25, n. 40, 33-51, jan./jun. 2011.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Vinho novo em odres velhos**: Um olhar comunicacional sobre a explosão gospel no cenário religioso evangélico no Brasil. Tese apresentada à Escola de Comunicação e Artes da USP. São Paulo: ECA/USP, 2004.

DELEUZE, Gilles. **¿Que és un dispositivo?** In: DELEUZE, Gilles. Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-161.

DIAP. **Atualização da bancada evangélica: DIAP identificou 74 deputados**. 2014. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/24534-bancada-evangelica-levantamento-preliminar-do-diap-identifica-43-deputados>>. Acesso em: 22 out. 2016.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Silas Malafaia propõe boicote à Disney por beijo gay**. Disponível em:

<www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2017/03/02/internas_viver,691880/silas-malafaia-propoe-boicote-a-disney-por-beijo-gay.shtml>. Acesso em 14 abr 2017.

DIRIENZO, Mário Augusto Bernardes. **Violação dos Direitos Humanos**. 2012. Disponível em: <<http://www.cotianet.com.br/seg/dh.htm>>. Acesso em: 03 mar 2013.

DREHER, Martin N. A **Igreja latino-americana no contexto mundial**. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

EBC. **Saiba como votou cada deputado na cassação de Eduardo Cunha (PMDB-RJ)**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2016/09/saiba-como-votou-cada-deputado-na-cassacao-de-eduardo-cunha-pmdb-rj>>. Acesso em 21 abr. 2017.

ECUADOR. **Constitución del Ecuador**. Disponível em: <www.asambleanacional.gov.ec/documentos/constitucion_de_bolsillo.pdf>. Acesso em 10 jan. 2017.

ESPIELL, Hector Gros. **Los derechos económicos, sociales y culturales em el sistema interamericano**. San José, 1986, p.16-17.

ESTADÃO. **Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap**. 06/10/2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>. Acesso em: 22 jul 2017.

ESTADÃO. **Conselho Federal de Psicologia lamenta aprovação da 'cura gay'**. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-federal-de-psicologia-lamenta-aprovacao-da-cura-gay,1043989>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

ESTADÃO. **EXCLUSIVO: Eduardo 'Nervosinho' Paes levou R\$ 15 mi em propina pela Olimpíada, diz Odebrecht**. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/exclusivo-eduardo-nervosinho-paes-levou-r-15-mi-em-propina-pela-olimpiada-diz-odebrecht>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ESTADÃO. **Fachin determina que tucanos Serra e Aloysio sejam investigados por obras do Rodoanel**. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fachin-determina-que-tucanos-serra-e-alloysio-sejam-investigados-por-obras-do-rodoanel,70001735388>>. Acesso em 28 abr 2017.

ESTADÃO. **PF cita Serra como 'investigado' no cartel dos trens**. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pf-cita-serra-como-investigado-no-cartel-dos-trens,1551482>>. Acesso em 28 abr 2017.

ESTADÃO. **Serra recebeu R\$ 23 milhões de caixa 2 da Odebrecht, diz jornal**. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,serra-recebeu-r-23-milhoes-de-caixa-2-da-odebrecht-diz-jornal,10000067756>>. Acesso em: 28 abr 2017.

ESTADO DE MINAS. Mercado evangélico faz girar cerca de R\$ 15 bi por ano com vendas de CDs e vestuário. Economia. **Estado de Minas**, 30 jan. 2014. Disponível em: <www.em.com.br/app/noticia/economia/2014/01/30/internas_economia,493161/mercado-

evangelico-faz-girar-cerca-de-r-15-bi-por-ano-com-vendas-de-cds-e-vestuario.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2016.

ESTADO DE MINAS. **ONG evangélica lança campanha contra o "voto de cajado"**. 11/09/2014. Disponível em: <www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/09/11/interna_politica,567855/ong-evangelica-lanca-campanha-contra-o-voto-de-cajado.shtml>. Acesso em 10 abr 2017.

EXTRA. **Marco Feliciano diz que católicos adoram Satanás e têm corpo 'entregue à prostituição'**. 15/04/13. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/marco-feliciano-diz-que-catolicos-adoram-satanas-tem-corpo-entregue-prostituicao-8115594.html>>. Acesso em 17 jan. 2017.

FECHINE, Yvana. **Estudos de TV III**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 20 out. 2014. Anotação de aula.

IORE, Maurício. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 92, p. 9-21, Mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 jul 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Hoje famoso, pastor já foi rejeitado por líderes evangélicos**. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/2013/03/1247318-hoje-famoso-pastor-ja-foi-rejeitado-por-lideres-evangelicos.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Jornalista que acusa Feliciano de tentativa de estupro vira ré em SP**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/04/1874575-jornalista-que-acusa-feliciano-de-estupro-vira-re-em-sao-paulo.shtml>>. Acesso em: 18 maio 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Malafaia é alvo da PF em operação contra fraude em cobrança de royalties**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/12/1841973-pf-investiga-corrupcao-em-cobranca-de-royalties-de-exploracao-mineral.shtml>>. Acesso em: 16 dez 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Para entrevistados, acreditar em Deus torna a pessoa melhor, diz Datafolha**. 14/10/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/10/1356271-para-entrevistados-acreditar-em-deus-torna-a-pessoa-melhor-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em 12 mar 2017.

FONTELES, Heinrich Araújo. A ascensão da mídia evangélica – uma (mútua) interferência política, econômica e tecnológica., **Revista Eletrônica Polidisciplinar Vãos**, v. 02, p. 01-14, 2010.

FONSECA, A. B. **Evangélicos e mídia no Brasil**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.

FONSECA, Alexandre Brasil. **Nova Era Evangélica, Confissão Positiva e o Crescimento dos Sem Religião**. Trabalho apresentado no seminário temático ST02 - "Nova Era e o

complexo alternativo". VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, São Paulo, 22 a 25 de setembro de 1998.

FORBES. **The richest pastors in Brazil.** Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/andersonantunes/2013/01/17/the-richest-pastors-in-brazil/#621588965b1e>>. Acesso em 10 ago 2016.

FORBES BRASIL. **Receita do Facebook cresce 52% graças a anúncios.** Disponível em: <www.forbes.com.br/negocios/2016/04/receita-do-facebook-cresce-52-gracas-a-anuncios/>. Acesso em: 12 abr 2017.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a. 236 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 15 ed. São Paulo: Loyola, 2007b. 79 p.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade.** 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** 19 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999b. 288 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FREITAS, Riva Sobrado de; CASTRO, Matheus Felipe. Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão. **Seqüência** (Florianópolis), n. 66, p. 327-355, jul. 2013

FRESTON, Paul. **Protestantismo e política no Brasil: da constituinte ao impeachment.** 308f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade de Campinas. Campinas, 1993.

G1. **CCJ do Senado aprova união estável e casamento entre pessoas do mesmo sexo.** 08/03/2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/ccj-do-senado-aprova-união-estavel-e-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo.ghtml>>. Acesso em: 01 ago 2017.

G1. **Deputado vê 'podridão' em gays e diz que há 'maldição' sobre africanos.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/03/deputado-ve-podridao-em-gays-e-diz-que-africanos-sao-amaldicoados.html>>. Acesso em 12 jan. 2017.

G1. **Eduardo Cunha é condenado a 15 anos de reclusão por três crimes na Lava Jato.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/eduardo-cunha-e-condenador-a-15-anos-de-reclusao-por-tres-crimes-na-lava-jato.ghtml>>. 21 abr. 2017.

G1. **'É uma invencionice', diz Gil após declaração de Feliciano sobre Caetano.** 11/04/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/04/e-uma-invencionice-diz-gil-apos-declaracao-de-feliciano-sobre-caetano.html>>. Acesso em 14 mai 2016.

GAZETA DO POVO. **Delator acusa Ratinho Jr. de barrar fiscalização de empresa pela Receita.** Acesso em 29 mar 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/delator-acusa-ratinho-jr-de-barrar-fiscalizacao-de-empresa-pela-receita-f2x6xu51u7lumqadv7knddpuu>>.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A comunicação como direito humano:** um conceito em construção. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2008.

GONDIM, Ricardo. **O evangelho da nova era:** uma análise e refutação bíblica da chamada Teológica da Prosperidade. São Paulo: Abba Press, 1993.

GOOGLE. **Infestado** - Google Tradutor. Disponível em: <<https://translate.google.com/>>. Acesso em: 20 jul 2017.

GOSPEL+. **Caetano Veloso diz que pastor Marco Feliciano mentiu quando falou sobre sua carreira: “Ele está dominado pela soberba”. Leia na íntegra.** 15/04/2013. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/caetano-veloso-marco-feliciano-mentiu-carreira-52750.html>>. Acesso em 14 jun 2016.

GOSPELPRIME. **Marco Feliciano.** Disponível em: <<https://artistas.gospelprime.com.br/marco-feliciano/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

GOSPELPRIME. **Existe abuso espiritual? Pastor diz que sim e mostra sete formas usadas por líderes cristãos.** 07/12/2011. Disponível em: <<https://noticias.gospelprime.com.br/existe-abuso-espiritual-pastor-diz-que-sim-e-mostra-sete-formas-usadas-por-lideres-cristaos/>>. Acesso em: 29 jun 2017.

GOSPELPRIME. **Feliciano, Takayama e maioria dos evangélicos votam a favor de Temer.** 03/08/2017. Disponível em: <<https://noticias.gospelprime.com.br/feliciano-takayama-evangelicos-favor-temer/>>. Acesso em 03 ago 2017.

GUYANA. **Act No. 2 of 1980.** Constitution of the Co-operative Republic of Guyana Act 1980. Disponível em: <www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/en/gy/gy009en.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

HAGIN, Kenneth. **Chaves bíblicas para a prosperidade financeira.** Trad. Rogério Lima Clavello. Rio de Janeiro: Graça Editorial, 2000.

HAGIN, Kenneth. **Compreendendo a unção.** Trad. Gordon Chown. Rio de Janeiro: Graça Editorial, 1983.

HAGIN, Kenneth. **O nome de Jesus.** Trad. Gordon Chown. Rio de Janeiro: Graça Editorial, 1999.

HANEGRAFF, Hank. **Cristianismo em crise.** Rio de Janeiro: CPAD, 1993.

HORSFIELD, Peter. **Religious Television: The American Experience**. New York: Longman, 1984.

IBGE. **Censo 2000 do IBGE**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/religiao_Censo2000.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2015.

IBGE. **Censo 2010 do IBGE**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

IG. **Em vídeo, Malafaia propõe boicote ao Boticário: "Vá vender perfume pra gay"**. Disponível em: <economia.ig.com.br/empresas/2015-06-02/em-video-malafaia-propoe-boicote-ao-boticario-va-vender-perfume-pra-gay.html>. Acesso em 25 jan 2017.

IG. **Pastor Silas Malafaia se consolida nas eleições como líder político nacional**. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-10-11/pastor-silas-malafaia-se-consolida-nas-eleicoes-como-lider-politico-nacional.html>>. Acesso em: 12 jul 2016.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JORNAL DO BRASIL. **Absurdo! De Silas Malafaia no 'De frente com Gabi': 'Amo gays como amo bandidos'**. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/heloisa-tolipan/noticias/2013/02/03/absurdo-de-silas-malafaia-no-de-frente-com-gabi-amo-gays-como-amo-bandidos/>>. Acesso em 12 jan. 2017.

JORNAL DO BRASIL. **'Ninguém afronta Deus e sobrevive', diz Feliciano sobre morte de John Lennon**. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2013/04/08/ninguem-afronta-deus-e-sobrevive-diz-feliciano-sobre-morte-de-john-lennon/>>. Acesso em: 23 mar 2017.

KNIGHT, A. E.; ANGLIN, W. **História do cristianismo: dos apóstolos do Senhor Jesus ao século XX**. Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1983.

KOZINETS, R. V. Netnography 2.0. In: R. W. BELK. **Handbook of Qualitative Research Methods in Marketing**. Edward Elgar Publishing, 2007

LATINOBARÓMETRO. **Informe 2016**. Corporación Latinobarómetro: Santiago, Chile, 2016.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: O município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

LÉVY, Pierre. O ciberespaço como um passo metaevolutivo. **Revista FAMECOS**, n. 13, dez. 2000.

LIMA, Venício A. LOPES, C. A. **Rádios comunitárias – Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004)**. 2007. Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor). Disponível

em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=439IPB001>>. Acesso em: 5 mar. 2008.

LIMA, Venício. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MACARTHUR, John. **Fogo estranho: um olhar questionador sobre a operação do Espírito Santo no mundo de hoje**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2015.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 351-380, jan./abr. 2017

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-631, Set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582014000300601&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 abr 2016.

MATOS, Alderi Souza de. Raízes históricas da teologia da prosperidade. **Revista Ultimato**, Viçosa, ed. 313, jul-ago, 2008. Disponível em: <<http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/313/raizes-historicas-da-teologia-da-prosperidade>>. Acesso em: 08 set 2015.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Revista de Estudos Avançados**, 18 (52), 2004.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostalismo: os pentecostais estão mudando**. São Paulo: dissertação de mestrado em sociologia, FFLCH-USP, 1995.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**. Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MARIANO, Ricardo. Secularização na Argentina, no Brasil e no Uruguai: suas lutas no passado e no presente. In: ORO, A. P. **Religião e Política no Cone-Sul: Argentina, Brasil e Uruguai**. São Paulo: Attar editorial, CNPq/Pronex, 2006. p. 223-252.

MARTINO, Luís Mauro Sá. Mediatização da religião e esfera pública nas eleições paulistas de 2012. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** [online]. 2014, n.14, pp.7-26. ISSN 2178-4884.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Midiatização da religião e Estudos Culturais: uma leitura de Stuart Hall**. Revista Matrizes, v.10, N. 3, set/dez. 2016.

MBAYA, Etienne-Richard. Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente à diversidade de culturas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 17-41, Ago. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Maio 2017.

MCGRATH, Alister. **A Vida de João Calvino**. São Paulo: Cultura Cristã: 2004.

MENDONÇA, A. G.; VELASQUES FILHO, P. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola/Ciências da Religião, 1990.

MEDONÇA, Antonio Gouvêa. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. **Revista da USP**, São Paulo, n.67, set/nov, 2005. pp. 48-67.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 39, p. 403-429, Dez 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 Jul 2017.

MILHOMES, Valnice. **Tipos de Oração**. Série Escola Oração, vol. 02. São Paulo: Editora Palavra de Fé Produções, 1993.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MOREIRA, Diego Gouveia. **Cultura participativa na TV Globo: governo da audiência a partir de dispositivos midiáticos de participação**. 254 f. Tese (Doutorado em Comunicação) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015.

NE10. **TJPE condena Lula Cabral por improbidade administrativa**. Disponível em: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2016/06/17/tjpe-condena-lula-cabral-por-improbidade-administrativa/>>. Acesso em: 27 fev 2017.

O GLOBO. **Em novo vídeo, Feliciano insinua que Caetano Veloso fez pacto com diabo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/em-novo-video-feliciano-insinua-que-caetano-veloso-fez-pacto-com-diabo-8074258>>. Acesso em 16 fev. 2017.

O GLOBO. **Feliciano diz que é contra aborto porque sua mãe teve uma clínica**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/feliciano-diz-que-contraborto-porque-sua-mae-teve-uma-clinica-8006938>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

ONU. **O que são direitos humanos?**. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>. Acesso em: 25 abr 2017.

O TV FOCO. **TV Aberta segue dominando TV Paga; confira a lista de audiência no mês de abril**. 2016. Disponível em: <<http://www.otvfoco.com.br/tv-aberta-segue-dominando-tv-paga-confira-lista-de-audiencia-no-mes-de-abril/>>. Acesso em: 13 out. 2016.

OLSON, Roger E. **Teologia arminiana: mitos e realidades**. São Paulo: Editora Reflexão, 2013.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2009. Disponível em: <www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 10 jan 2017.

PETRY, André. Como a fé resiste à descrença. In: VEJA. **A fé no terceiro milênio**. Ed. 2040, 26 dez 2007. São Paulo: Editora Abril.

ORO, Ari Pedro. **Avanço Pentecostal e Reação Católica**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

ORO, Ari Pedro. **Religião, Coesão Social e Sistema Político na América Latina**. São Paulo, Brasil/Santiago, Chile: iFHC/CIEPLAN, 2008.

PARAGUAY. **Constitucion de la Republica del Paraguay**. Disponível em: <www.bacn.gov.py/CONSTITUCION_ORIGINAL_FIRMADA.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

PARISER, Eli. **The Filter Bubble: What the Internet is Hiding from You**. New York: The Penguin Press, 2011.

PRADO, Tarcis, **O Ministério Radiofônico Evangélico no Brasil Atual**. São Bernardo do Campo: Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, 1969.

PATRIOTA, Karla Macena. **A religião na sociedade do espetáculo**: um estudo sobre a Igreja Internacional da Graça de Deus e o entretenimento religioso brasileiro na esfera pública. 304 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

PATRIOTA, Karla Macena. **O fenômeno do marketing religioso**: Análise do discurso da Igreja Renascer em Cristo na mídia. 245f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

PATRIOTA, Karla Macena. **O Televangelismo na Sociedade do Espetáculo**. Trabalho apresentado no I Eclesiocom. Universidade Metodista de São Paulo – UMESP. São Bernardo do Campo – SP, 2006.

PEDRONI, Marco; PASQUALI, Francesca; CARLO, Simone. My Friends are my Audience»: Mass-mediation of Personal Content and Relations in Facebook. **Observatorio (OBS*) Journal**, vol.8, n.3, Lisboa, 2014. p. 97-113.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011. 252 p.

PEREIRA, Marcela Andresa Semeghini; DIAS, Jefferson Aparecido. In: FREITAS, Riva Sobrado de Freitas; OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva; SEVERO E SOUSA, Simone Letícia (coord). **Biodireito**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. p. 353-370

PERÚ. **Constitución Política del Perú**. Disponível em: <www4.congreso.gob.pe/ntley/Imagenes/Constitu/Cons1993.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

PIAUÍ. **#LupaAqui: ‘A reincidência atinge mais de 70% dos presos no Brasil’?**. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2016/07/12/lupaaqui-a-reincidencia-atinge-mais-de-70-dos-presos-no-brasil/>>. Acesso em: 21 jul 2017.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **A magia**. Coleção Folha Explica. São Paulo, Publifolha, 2001.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo, Hucitec, 1996.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Cadê a nossa diversidade religiosa? In: TEIXEIRA, Fautino; MENEZES, Renata (orgs). **As Religiões no Brasil: Continuidades e Rupturas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo**. Todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Editora 34, 2003.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Reencantamento e dessecularização: a propósito do autoengano em sociologia da religião. **Novos Estudos Cebrap**, n. 49, nov., 1997.

PIERUCCI, A. F. Religiões no Brasil. In: BOTELHO, A; SCHWARZ, L. M. (Orgs.). **Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 470-479.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Secularização e declínio do catolicismo. In: SOUZA, Beatriz Muniz de e MARTINO, Luiz Mauro Sá, (orgs.). **Sociologia da Religião e mudança Social: Católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2004.

R7. Depois de comemorar vitória de Cunha, Silas Malafaia agora diz que nunca apoiou o deputado. Disponível em: <noticias.r7.com/brasil/depois-de-comemorar-vitoria-de-cunha-silas-malafaia-agora-diz-que-nunca-apoiou-o-deputado-22082015>. Acesso em 12 jan 2017.

RABAT, Márcio Nuno. **A atuação política católica e evangélica e o Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

RAMOS, Ariovaldo. **O Reino e a justiça**. Disponível em: <www.cristianismohoje.com.br/artigos/especial/missao-integral-reino-e-justica>. Acesso em: 10 abr 2017. 17/05/2016.

REDE BRASIL ATUAL. **Partidos negam responsabilidade por cartaz que pede 'jesusracia' no Brasil**. 13/03/2013. Disponível em: <www.redebrasilatual.com.br/politica/2013/03/partidos-negam-responsabilidade-por-cartaz-que-pede-jesusracia-no-brasil>. Acesso em: 12 mar 2015.

REINAUX, Micheline. Imprensa e Protestantismo no Brasil (1864-1930). **Projeto História**, São Paulo, n. 35., dez. 2007. pp 337-345.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRAO, Yan; BORBA, Julian. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 603-637, Dec. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762016000300603&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 Maio 2017.

ROMEIRO, Paulo. **Supercrentes: o evangelho segundo Kenneth Hagin, Valnice Milhomens e os profetas da prosperidade**. São Paulo: Mundo Cristão, 1993.

SAMPAIO, Rafael. A TV é a única mídia de massa nacional. **Gazeta do Povo**, 19/03/2017. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/economia/a-tv-e-a-unica-midia-de-massa-nacional-dtlvoiq45g6v9nrp3agb3sx4b>. Acesso em: 21 mar 2017.

SANTOS, João Alves dos. **As Doutrinas da Reforma**. 2000. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/teologia_reformada/doutrinas_reforma.htm>. Acesso em: 05 set. 2016.

SANTOS, Suzy. **Nem só de samba e futebol vivem as tradições históricas brasileiras: O coronelismo eletrônico como herança do coronelismo**. In: Iberoamérica: comunicación, cultura, y desarrollo em la era digital: Ibercom 06, IX Congresso Iberoamericano de la Comunicación. 2009. Disponível em: <<https://idus.us.es/xmlui/handle/11441/33777>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

SIEPIERSKI, Paulo D. Pós Pentecostalismo e Política no Brasil. **Revista Estudos Teológicos**, no 37, nº 1, 1997, p. 47-61.

SOARES, Esequias. **O que é a confissão positiva?**. Disponível em: <<http://www.jesus-br.org/article109.html>>. Acesso em: 28 jul. 2007.

SOARES, Ismar. Do marketing da fé à gestão comunicativa comunitária: uma reflexão sobre os recentes caminhos da Igreja. **Marxismo e Cristianismo. Anais da Escola Latino Americana de Comunicação**. Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2002.

SOARES, R.R. **Como tomar posse da benção**. Rio de Janeiro: Graça, 2004.

SOUZA, Silas Luiz de. IPB apoia a gloriosa revolução. In: O protestantismo e o regime militar no Brasil: perspectivas. **Mnemosine Revista**, vol. 5, n. especial, Programa de Pós-graduação em História/UFCG. Campina Grande: PPGH, 2014.

SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes; RANGEL, Aline Luciane Lopes. **Direitos humanos: um olhar para a identidade, alteridade e novas concepções de cultura**. Porto Alegre: Editora da Furg, 2013.

SURINAME. **The Constitution of the Republic of Suriname**: Bulletin of Acts and Decrees 1987 No. 166. Disponível em: <www.parliament.am/library/sahmanadrutyunner/surinam.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

TARDUCCI, Mônica. O senhor nos libertou: gênero, família e fundamentalismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 3, p. 143-163, jan. 2007. ISSN 1809-4449. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1726>>. Acesso em: 29 maio 2017.

TELLES, Helcimara. Corrupção, antipetismo e nova direita: elementos da crise político-institucional. **GV-executivo**, v. 14, n. 2, p. 36-39, 2015.

TELMO, José. **Como lidar com comentários negativos nas mídias sociais**. Disponível em: <<http://www.otimizacaodesites.com/como-licar-com-comentarios-negativos-nas-midias-sociais/>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

TERRA. **Conheça Marco Feliciano, que preside a Comissão de Direitos Humanos**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/conheca-marco-feliciano-que-preside-a-comissao-de-direitos-humanos,b78c30c6c63ad310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>>. Acesso em 20 jan. 2017.

TERRA. **Mãe de Feliciano lamenta abortos, mas nega versão do deputado**. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/mae-de-feliciano-lamenta-abortos-mas-nega-versao-do-deputado,76353b5ad74dd310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

TERRA. **Marco Feliciano acusa jornalistas de 'inventarem besteiras'**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/marco-feliciano-acusa-jornalistas-de-inventarem-besteiras,81d38fe60acad310VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

TERRA. **STF rejeita denúncia contra Feliciano por homofobia**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/stf-rejeita-denuncia-contra-feliciano-por-homofobia,d8b155c1b6bc7410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

TERRA. **Viúva de piloto dos Mamonas Assassinas critica Feliciano**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/viuvade-piloto-dos-mamonas-assassinas-critica-feliciano,4383dda57a13e310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>>. Acesso em 09 jan. 2017.

TRIGUEIRO, Andrea. **Educação para os direitos humanos na televisão: um estudo sobre as práticas educacionais do programa TV Solidária**. 132 f. Dissertação. (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

UNESCO. **UNESCO defende educação sexual e de gênero nas escolas para prevenir violência contra mulheres**. 07/06/2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/unesco-defende-educacao-sexual-e-de-genero-nas-escolas-para-prevenir-violencia-contra-mulheres/>>. Acesso em: 18 mar 2017.

UNICEF. **UNICEF é contra redução da maioridade penal**. 18/03/2015. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/media_29163.htm>. Acesso em: 20 jul 2017.

UOL. **Deputado federal diz no Twitter que "africanos descendem de ancestral amaldiçoado"**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/03/31/deputado-federal-diz-no-twitter-que-africanos-descendem-de-ancestral-amaldicoado.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

UOL. **Justiça bloqueia bens de Eduardo Paes em ação sobre obra da Olimpíada.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/12/09/justica-bloqueia-bens-de-paes-em-acao-de-improbidade-administrativa.htm>>. Acesso 03 jan 2017.

UOL. **Leia a transcrição da entrevista de Marco Feliciano à Folha e ao UOL.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/04/02/leia-a-transcricao-da-entrevista-de-marco-feliciano-a-folha-e-ao-uol.htm>>. Acesso em: 12 fev 2017.

URUGUAY. **Constitucion de la Republica Oriental del Uruguay.** Disponível em: <www.rau.edu.uy/uruguay/const97-1.6.htm>. Acesso em: 10 jan. 2017.

VASCONCELOS, Micheline Reinaux de. Impressos e cultura protestante: a edição de textos didáticos religiosos (1830-1920). **Revista de Teologia e Ciências da Religião da Unicap**, vol. 4, n. 1, dez. Recife: Unicap, 2014.

VATICANO. **Catecismo: primeira parte.** Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p1s2cap3_683-1065_po.html>. Acesso em: 10 dez. 2016.

VEJA. **Malafaia ataca união homossexual e causa reação nas redes sociais.** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/malafaia-ataca-uniao-homossexual-e-causa-reacao-nas-redes-sociais/>>. Acesso em 25 jan 2017.

VEJA SP. **Polêmica do dia: Silas Malafaia pede para fiéis não denunciarem pastores corruptos.** Disponível em: <<http://vejasp.abril.com.br/blog/pop/polemica-do-dia-silas-malafaia-pede-para-fieis-nao-denunciarem-pastores-corruptos/>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela de 20 de Diciembre de 1999.** *G. O. 5.908E 19/2/2009.* Disponível em: <www.mp.gob.ve/LEYES/constitucion/constitucion1.html>. Acesso em: 10 jan. 2017.

VERDADE GOSPEL. **Exclusivo: Pr. Marco Feliciano rebate acusações; confira!.** 04/03/2013. Disponível em: <<http://www.verdadegospel.com/pr-marco-feliciano-rebate-acusacoes-contrasua-indicacao-a-cdh/>>. Acesso em: 15 mar 2017.

VITAL, Christine. **Estratégia evangélica é ocupar o Executivo para chegar ao Judiciário, diz pesquisadora.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1827942-estrategia-evangelica-e-ocupar-o-executivo-para-chegar-ao-judiciario-diz-pesquisadora.shtml>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

WALKER, John. **Igreja do Século XX: a História que não foi contada.** São Paulo: Editora Atos, 2002.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004

ZERO HORA. **"É o projeto da vergonha nacional", diz vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia sobre a "cura gay".** Disponível em: <zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/05/e-o-projeto-da-vergonha-nacional-diz-vice->

presidente-do-conselho-federal-de-psicologia-sobre-a-cura-gay-4124869.html>. Acesso em: 12 jan. 2017.